



Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de CAJAMAR

Lei Municipal nº 1.631/2015 alterada pela Lei Municipal nº 1.726/2018

Cajamar

7 de dezembro de 2021



FICHA TÉCNICA

Prefeito Municipal

Danilo Barbosa Machado

Vice-Prefeito Municipal

Moacyr Pedro da Silva

Secretário de Educação

Prof. Dr. Régis Luiz Lima de Souza

Secretária Adjunta de Educação

Jaqueline Pinto Ferreira

Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação

Andrea Rodrigues Dalcin (secretária)

Hislan Gomes de Almeida Rodrigues

Lukau Candido Daniel

Marco Antonio de Souza Pelliciarri (coordenador)

Marcos Fernandes da Cruz

Maria Luana Carvalho Nunes

Regina Borges Ferreira Slesaczek

Zuleide Da Silva Aguiar Souza Araújo

Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação

Hislan Gomes de Almeida Rodrigues

Jaqueline Pinto Ferreira

Liliane Rodrigues da Costa

Marco Antonio de Souza Pelliciarri

Coordenadores e Relatores das Metas na III Conferência Municipal de Educação

Andrea Duarte

Carlos Adriano Marcondes da Silva

Cláudia Serrano Silva

Fernanda Barbosa de Moraes

Glauce Virginia Mashorca Lourençon

José Carlos Teles dos Santos

Juliana Gnewuch da Silva Vieira

Karina de Freitas Cruz

Kelly Regina Pereira Oliveira

Lilian Rolim Correia

Luciana Ribeiro Teixeira Oliveira



Marcelo Aparecido da Silva
Márcia Cristina Rocha Prado
Maria Luana Carvalho Nunes
Maria Marciana da Silva de Oliveira
Marta Regina Grespan Figueiredo
Mônica Lícia Rodrigues Lima
Ronivon da Costa Matos
Tatiany Gomes dos Santos
Valdilene Sousa Lage
Vanderlei Santana
Vanessa Sotelo da Silva
Zuleide Da Silva Aguiar Souza Araújo

Coordenadora e Relatora da Plenária Final na III Conferência Municipal de Educação

Andrea Rodrigues Dalcin (relatora)
Maria da Cruz Sousa Santos (coordenadora)

**DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO**

Tipo de Relatório: () Monitoramento (x) Avaliação

Período analisado: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019

PARTE "A" DA FICHA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Município:	Cajamar	Cód. Município:	3509205	Microrregião:	Osasco	Mesorregião:	Metropolitana de São Paulo	UF	São Paulo
Plano Municipal de Educação:	<i>Lei nº 1.631 de 18 de dezembro de 2015 Lei nº 1.726 de 04 de dezembro de 2018</i>								
Períodos de Avaliação previstos:	<i>Bienal</i>	Ano da segunda avaliação:	<i>2018 e 2019</i>						
Comissão Coordenadora:	<i>Andrea Rodrigues Dalcin Hislan Gomes de Almeida Rodrigues Lukau Candido Daniel Marco Antonio de Souza Pelliciari Marcos Fernandes da Cruz Maria Luana Carvalho Nunes Regina Borges Ferreira Slesaczek Zuleide Da Silva Aguiar Souza Araújo</i>							<i>Decreto nº 6.542/2021</i>	
Equipe Técnica:	<i>Hislan Gomes de Almeida Rodrigues Jaqueline Pinto Ferreira Liliane Rodrigues da Costa Marco Antonio de Souza Pelliciari</i>							<i>Decreto nº 6.540/2021</i>	
Contatos de referência:	Telefone:	<i>(11)4446-0040</i>	E-mail:	marcoantonio.pelliciari@cajamar.sp.gov.br					



SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Meta 1: Educação Infantil.....	10
Meta 2: Ensino Fundamental.....	31
Meta 3: Ensino Médio.....	55
Meta 4: Educação Inclusiva.....	67
Meta 5: Alfabetização.....	96
Meta 6: Educação em Tempo Integral.....	109
Meta 7: Aprendizado Adequado na Idade Certa.....	121
Meta 8: Escolaridade Média.....	155
Meta 9: Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos.....	170
Meta 10: EJA Integrada à Educação Profissional.....	179
Meta 11: Educação Profissional.....	184
Meta 12: Educação Superior.....	192
Meta 13: Titulação de Professores da Educação Superior.....	198
Meta 14: Pós-Graduação.....	201
Meta 15: Formação de Professores.....	204
Meta 16: Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores.....	212
Meta 17: Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.....	221
Meta 18: Plano de Cargo e Carreira dos Profissionais.....	229
Meta 19: Gestão Democrática.....	241
Meta 20: Financiamento da Educação.....	262
Avaliação Final do Plano Municipal de Educação Metas 1 a 20: desafios gerais 1º biênio (2016-2017) e 2º biênio (2018-2019).....	278
Anexos.....	280
Notas Técnicas.....	290
Anexo: Metas e Estratégias.....	357



APRESENTAÇÃO

Em consonância com a Lei Federal nº 13.005/2014 que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação, com a Lei Estadual nº 16.279/2016 que dispõe sobre o Plano Estadual de Educação, com a Lei nº 1.631 de 18 de dezembro de 2015 alterada pela Lei nº 1.726 de 04 de dezembro de 2018 que dispõe sobre Plano Municipal de Educação de CAJAMAR ressaltamos a necessidade e o dever do monitoramento contínuo compreendido como anual e de avaliações periódicas compreendidas como bienais da referida lei municipal, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar, sistematicamente, o esforço de implementação das metas e estratégias do plano.

Diante disso, torna-se essencial a realização dos trâmites legais que envolvem: constituição da nova Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação, por meio de ato legal; organização das etapas de elaboração do relatório de avaliação com contribuições advindas das Audiências Públicas e da III Conferência Municipal de Educação; envio das Metas e Estratégias do PME alteradas junto ao Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação 2º biênio (2018 e 2019) – versão final e Notas Técnicas, à Secretaria Municipal de Educação; elaboração do Projeto de Lei e envio ao Executivo; envio de toda documentação ao Legislativo para aprovação, em 2022, respeitando as legislações acima citadas.

O presente relatório trata do período compreendido entre JANEIRO de 2018 a DEZEMBRO de 2019 que, do ponto de vista metodológico, observou os procedimentos contidos no *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação* (Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF).

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação torna público o Relatório de Avaliação – versão final, após as discussões realizadas na III Conferência Municipal de Educação, sob o tema **Plano Municipal de Educação: avaliação e compromisso com as políticas educacionais inclusivas, equitativas e de qualidade**, realizada nos dias 19 e 20 de novembro de 2021.

No decorrer dos meses de setembro a dezembro de 2021, os membros eleitos e indicados para compor a Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação, composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação e Poder Legislativo, determinada pelo Decreto nº 6.542/2021 desenvolveu todo trabalho de monitoramento e avaliação do 2º biênio do Plano Municipal de Educação tendo como referência a gestão democrática pautada nos princípios de transparência, diálogo, participação e pluralidade de ideias.

Nessa direção, foi realizado todo um trabalho de coleta de dados e sistematização das informações em seus respectivos indicadores principais e auxiliares. Com as informações geradas o



trabalho de monitoramento e avaliação foi feito para que, em seguida, a divulgação dos dados pudesse ser efetivada. Nesse processo, foram realizadas três Audiências Públicas, bem como formações com os coordenadores das discussões de cada meta no dia da conferência objetivando a transparência das ações dessa comissão, bem como a publicidade dos dados coletados para cada público alvo que está relacionado à educação.

Nessa perspectiva, o cronograma a seguir foi divulgado nas redes sociais via grupos de *whatsapp*, *facebook* do Fórum Municipal de Educação e nas redes sociais das escolas do município.

DATA	DIA DA SEMANA E PÚBLICO ALVO	HORÁRIO
22/10/2021	1ª Audiência Pública com profissionais da educação docentes e não docentes.	19h às 22h – <i>Google Meet</i>
25/10/2021	2ª Audiência Pública com colegiados: Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Cacs Fundeb e Conselho Tutelar.	9h às 12h – <i>Google Meet</i>
25/10/2021	3ª Audiência Pública com sociedade civil, representantes da APM e Conselho de Escola, líderes comunitários, associações diversas.	19h às 22h – Presencial

Para realizar as discussões nas plenárias de metas no dia da conferência municipal, a comissão agrupou-as por temáticas e, para cada agrupamento, foram organizados grupos com três pessoas, sendo um coordenador e dois relatores. Diante disso, a organização ficou da seguinte maneira:

Cronograma de Formação para os Coordenadores de Metas sobre o Plano Municipal de Educação

17/11/2021	1º Encontro – Grupos 1, 2, 3 e 4	8h30 às 12h
17/11/2021	2º Encontro – Grupos 5, 6, 7 e 8	13h30 às 17h

Distribuição dos grupos por metas:

Grupo 1:	Meta 1.	Grupo 5:	Metas 8, 9 e 10.
Grupo 2:	Metas 2, 5 e 7.	Grupo 6:	Metas 12, 13, 14, 15 e 16.
Grupo 3:	Metas 3, 6 e 11.	Grupo 7:	Metas 17 e 18.
Grupo 4:	Meta 4.	Grupo 8:	Metas 19 e 20.

**Cronograma da III Conferência Municipal de Educação**

19/11/2021	Abertura Solene da III Conferência Municipal de Educação na Câmara Municipal	19h às 22h
20/11/2021	III Conferência Municipal de Educação – debate e plenária das metas de forma <i>on-line</i> via <i>google meet</i> .	9h às 16h

Cronograma de apresentação do Plano Municipal de Educação pós Conferência – Versão Final

Data	Público alvo	Horário
07/12/2021	Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação e Secretário Municipal de Educação	8h30

Após a apresentação dos dados e com a intenção de promover e tornar público o acesso às informações que foram geradas acerca da situação educacional do município de Cajamar, ancoradas em dados e fontes oficiais e apresentados para diferentes grupos que participaram das Audiências Públicas, foi elaborado o *Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação 2º biênio (2018 e 2019) – versão preliminar*, divulgado na III Conferência Municipal de Educação, bem como suas Notas Técnicas contendo sugestões e indicações de alterações no PME que originaram-se no trabalho interno da comissão e nas Audiências Públicas realizadas. Transformar as sugestões dadas na comissão e nas audiências públicas em Notas Técnicas foi uma opção metodológica de participação planejada por esta comissão.

Após esse período que foi de vinte e três de setembro a dezessete de novembro de dois mil e vinte e um, iniciamos o momento da conferência que promoveu a participação dos profissionais da educação e sociedade civil interessados. Na noite de abertura, contamos com a palestra da Profa. Márcia Bernardes (Presidente da UNDIME/SP) e Prof. Dr. Régis Souza (Secretário de Educação de Cajamar). No dia seguinte, houve a avaliação das vinte metas do PME e suas duzentas e quarenta e quatro estratégias. No período da manhã foi realizada a plenária por agrupamento de metas com a mesma temática e, à tarde, a plenária final visando proposições quanto a inserção de informações no relatório acerca do comportamento das metas, bem como aprovação, reprovação e alterações nas Notas Técnicas que foram elaboradas e que irão alterar o PME.

A partir da metodologia de participação aqui citada, a Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação divulga o presente relatório tendo em vista todo processo realizado e,



Considerando a formalização da Comissão Coordenadora do PME.

Considerando a elaboração e validação da Agenda de Trabalho da Comissão para 2021.

Considerando a atualização Anual do Diagnóstico do PME.

Considerando o Estudo do PME na relação com o PNE.

Considerando o levantamento e a elaboração de Notas Técnicas.

Considerando a revisão dos Indicadores de monitoramento e avaliação para o 2º biênio.

Considerando a coleta de dados em fontes oficiais e extraoficiais.

Considerando a sistematização dos dados em seus respectivos indicadores – 2018-2019.

Considerando a elaboração do relatório de avaliação/versão preliminar referente ao 2º biênio – 2018/2019.

Considerando as Audiências Públicas realizadas.

Considerando a publicação dos resultados e o relatório de avaliação/versão final.

Considerando a revisão do PME e o Projeto de Lei para alteração do PME elaborado a partir das contribuições da Comissão/Profissionais da Educação/Sociedade Civil/SME/Executivo/Legislativo na III Conferência Municipal de Educação.

Segue o Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação 2º biênio (2018 e 2019) – versão final.



1. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
1	<i>Universalizar, até 2016, a educação infantil para crianças de quatro e cinco anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos nos próximos dez anos da vigência deste plano com qualidade e equidade.</i>	2016 2025

Observações/Relato sintético

A Meta 1 - **EDUCAÇÃO INFANTIL** - traz alguns apontamentos que necessitam de esclarecimentos. Dentre eles podemos citar que o percentual de atendimento é calculado a partir de uma projeção populacional, pois não temos dados sobre a população de 0 a 5 anos residente no município. Nesse contexto, estão matriculadas nas escolas públicas e privadas as crianças, cujas famílias, procuram pela instituição escolar, principalmente na faixa etária de 4 e 5 anos, cujo ensino é obrigatório. No que diz respeito às crianças de 0 a 3 anos, destacamos que no setor privado as famílias que procuram pela escola são atendidas enquanto que nas escolas públicas há uma lista de espera caso não haja mais vagas. Diante disso, assim como apontado no relatório do 1º biênio, orienta-se a definição de uma metodologia que objetive o levantamento populacional em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

O quadro abaixo indica a quantidade e o percentual de atendimento das crianças de 0 a 3 anos no município de Cajamar considerando a projeção populacional estabelecida pela Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) que realiza, mensalmente, uma pesquisa nos Cartórios de Registro Civil de todos os municípios do Estado de São Paulo, coletando informações detalhadas sobre o registro legal dos eventos vitais – nascimentos, casamentos e óbitos –, que compõem a base de dados das estatísticas vitais paulistas. Esses dados, associados àqueles provenientes dos Censos Demográficos, possibilitam o acompanhamento contínuo da dinâmica demográfica do Estado, de forma tanto agregada como desagregada por regiões, municípios e distritos da capital.

Em Cajamar, temos a seguinte projeção:

Projeção referente ao total de crianças no município de 0 a 3 anos

2015 Fonte: Fundação Seade.	2016 Fonte: Fundação Seade.	2017 Fonte: Fundação Seade.	2018 Fonte: Fundação Seade.	2019 Fonte: Fundação Seade.
4.737	4.740	4.737	4.734	4.727

Considerando a projeção acima temos, a seguir, o percentual de atendimento a essa população tanto nas escolas privadas como nas escolas públicas.

Total e percentual de crianças matriculadas no setor privado de 0 a 3 anos

2015 Fonte: PRODESP e Educacenso - 17/12/2015 e Escolas Privadas	2016 Fonte: PRODESP e Educacenso - 16/12/2016 e Escolas Privadas	2017 Fonte: SED - Dez./2017 e Escolas Privadas	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 /QEdU.org.br - 03/09/2021	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 /QEdU.org.br - 03/09/2021
276 (5,82%)	293 (6,18%)	357 (7,53%)	309 (6,5%)	288 (6%)



Total e percentual de crianças matriculadas nas escolas públicas de 0 a 3 anos

2015 Fonte: PRODESP e Educacenso – 17/12/2015	2016 Fonte: PRODESP e Educacenso – 16/12/2016.	2017 Fonte: SED – Dez./2017.	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 /QEdU.org.br - 03/09/2021	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 /QEdU.org.br - 03/09/2021
1.406 (29,68%)	1.611 (33,98%)	1.690 (35,67%)	1.620 (34,22%)	1.629 (34,46%)

Os dados das escolas municipais e do setor privado mostram que o atendimento à faixa etária de 0 a 3 anos que era de 43,2% ao final do 1º biênio do PME (2017) teve queda ao final do 2º biênio (2019) de 2,6% e chegou ao total de 40,6% das matrículas. Isso equivale a 130 crianças matriculadas a menos, sendo 69 no setor privado e 61 na escola pública. Considerando o percentual de atendimento, a maior queda deu-se no setor privado.

Destacamos que o atendimento para crianças de 0 a 1 ano na rede pública, iniciou-se no 2º semestre de 2019, porém não ampliou o percentual de matrículas ao final do 2º biênio.

É notório o investimento realizado na rede pública quando pensamos no atendimento para a faixa etária de 0 a 3 anos, pois ao analisarmos os dados referentes à última década verificamos que, em relação às escolas públicas, as matrículas praticamente triplicaram enquanto que, nas escolas particulares, a quantidade de crianças de 0 a 3 anos duplicou, até o ano de 2018. No entanto, parece haver um fenômeno em 2019 que estagnou as matrículas na escola pública enquanto que no setor privado houve queda se comparado às matrículas em 2017 e 2018.

Matrículas de 0 a 3 anos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Munic.	596	686	720	905	1.181	1.148	1.189	1.191	1.388	1.406	1.501	1.690	1.620	1.629
Priv.	124	103	97	130	157	176	172	199	237	228	183	357	309	288
Total	720	789	817	1.035	1.338	1.324	1.361	1.390	1.625	1.634	1.684	2.047	1.929	1.917

Fonte: 2006 a 2016: Resultados Finais do Censo Escolar; 2017: SED/Período Dezembro e Escolas Privadas; 2018 e 2019: Censo Escolar/INEP 2018 e 2019 /QEdU.org.br.

Cajamar conclui o 2º biênio do PME (2018-2019) com 100% dos alunos matriculados de 4 e 5 anos e 40,46% de alunos matriculados de 0 a 3 anos. Se compararmos aos dados do Brasil, estamos avançados, pois o país possui 94,1% de matrículas para 4 e 5 anos e 37% de alunos na faixa etária de 0 a 3 anos, até o final de 2019, como divulgado no Observatório do Plano Nacional de Educação.

Um grande desafio para o município, reflexo do que ocorre no país, se encontra na lista de espera das creches. No final do 1º biênio do PME (2016-2017), o município possuía 1.623 crianças na lista de espera o que equivale a 79% da quantidade de alunos matriculados. Já no final do 2º biênio (2018-2019) há 1.077 crianças na lista de espera atingindo um percentual de 56%, aspecto que traz avanço em relação ao atendimento da lista. Com a redução de, aproximadamente, 600 alunos da lista de espera era para haver ampliação de matrículas, porém encontramos estagnação ou queda no percentual o que parece indicar que a demanda para esse público alvo está reduzindo quando pensamos na projeção populacional e no fato de o ensino não ser obrigatório para essa faixa etária.

A lista de espera das creches é de responsabilidade de cada escola que, periodicamente, informa os dados para a Secretaria de Educação, porém essa organização traz alguns problemas como, por exemplo, a mesma criança inscrita em duas ou três listas o que acaba por duplicar ou triplicar a quantidade devido à inscrição de uma única pessoa. Ainda que se tenha uma conferência, comparação entre listas, divisão de endereços e reuniões com diretores de escola para análise das listas, essa

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



problemática permanece. Diante disso, orienta-se a centralização da lista de espera na Secretaria de Educação, bem como a construção e/ou ampliação de escolas de forma a atender, aproximadamente, de 10% a 12% dessa população até 2025, ultrapassando 50% neste atendimento até o final da vigência do PME.

Já a faixa etária de 4 e 5 anos conta com 100% de atendimento da demanda manifesta, ou seja, todos aqueles que procuram por uma vaga tem o direito atendido considerando, inclusive, que o ensino é obrigatório a partir de quatro anos conforme a alteração feita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2013.

Com isso, assim como apontado no relatório do 1º biênio, reiteramos a importância de o município pensar em uma metodologia de busca ativa das crianças que estão fora da escola, pois a matrícula vem sendo garantida para quem a procura, visto que não sabemos se há crianças fora da escola nessa faixa etária. Todavia, a projeção estabelecida para essa faixa etária e a quantidade de matrículas que temos indica que não há crianças de 4 e 5 anos fora da escola. Vejamos as tabelas abaixo:

Projeção referente ao total de crianças no município de 4 e 5 anos

2015 Fonte: Fundação Seade.	2016 Fonte: Fundação Seade.	2017 Fonte: Fundação Seade.	2018 Fonte: Fundação Seade.	2019 Fonte: Fundação Seade.
2.138	2.199	2.265	2.328	2.396

Os quadros abaixo mostram o percentual de atendimento na rede pública e no setor privado totalizando 100% conforme projeção estabelecida para essa faixa etária evidenciando queda de 6% na rede pública e aumento de 1% no setor privado, ao final de cada biênio do PME, a saber 2017 e 2019.

Total de crianças matriculadas na escola privada de 4 e 5 anos

2015 Fonte: Escolas Privadas	2016 Fonte: Escolas Privadas	2017 Fonte: Escolas Privadas	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 /QEdU.org. br - 03/09/2021	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 /QEdU.org. br - 03/09/2021
247 (12%)	276 (13%)	269 (12%)	332 (14%)	319 (13%)

Total de crianças matriculadas na escola pública de 4 e 5 anos

2015 Fonte: PRODESP – 17/12/2015 (escolas municipais) e Resultados finais do Censo Escolar 2015.	2016 Fonte: PRODESP – 17/12/2016 [escolas municipais] e Resultados finais do Censo Escolar 2016	2017 Fonte: SED – Dez./2017.	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 /QEdU.org.b r - 03/09/2021	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 /QEdU.org.b r - 03/09/2021
1.873 (88%)	2.143 (97%)	2.181 (96%)	2.225 (96%)	2.156 (90%)

Destacamos que a soma do percentual de atendimento em cada tipo de ensino (público e privado) ultrapassa 100% pelo fato de a quantidade de crianças matriculadas ser maior que o número



estabelecido na projeção. Com a finalidade de não comprometer a análise de crescimento nas matrículas tiramos o percentual das escolas públicas e privadas da totalidade da projeção.

O gráfico, a seguir, retrata a quantidade de alunos matriculados e mostra que há pouca movimentação entre um ano e outro, o que comprova que parece haver estagnação dessa população no município.



Para atender essa demanda, a rede municipal conta com 18 escolas de educação infantil, sendo que quatro atendem, exclusivamente, a faixa etária de 1 a 3 anos, três unidades atendem apenas a faixa etária de 4 e 5 anos e, as demais, atendem crianças de 1 a 5 anos. Essas escolas comportam 99 classes para a faixa etária de 1 a 3 anos e 103 classes para o atendimento as crianças de 4 e 5 anos, no final do 2º biênio do PME. Não temos a quantidade de classes das escolas privadas.

Desde a vigência do Plano Municipal de Educação, 6 escolas que atendem educação infantil foram inauguradas na rede pública: EMEB Karine Pereira Santiago/2017 (prédio alugado), EMEB Victor Henrique Costa Possebon/2017 (prédio que funcionava a EMEB Fernando Pupo), EMEB Guilhermina do Couto Oliveira/2017 (escola construída), EMEB Profa. Elizete Henrique da Silva/2018 (escola construída), EMEB Portal III – inaugurada em 2018, passando a atender as crianças em 2019, denominada EMEB Prof. Eliseu Gomes (escola construída), EMEB Antônio Mendonça/2019 (escola construída).

No setor privado o município possui, ao final do 2º biênio do PME, 15 escolas que atendem a educação infantil havendo um crescimento de quatro novas se comparado ao final do 1º biênio. Nessa direção, é possível notar que dobrou a quantidade de escolas privadas desde o início do plano. Em 2015, o município contava com oito escolas e, em 2019, quinze.

Atualmente, Cajamar possui a totalidade de escolas explicitadas na tabela abaixo para atender a educação infantil:



Quantidade de escolas privadas e públicas que atendem crianças de 0 a 5 anos.

INDICADOR AUXILIAR Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação – 2015, 2016, 2017 para informações sobre as escolas particulares.
Fonte: PRODESP – 17/12/2015; PRODESP – 16/12/2016; SED – Dez./2017 para informações sobre as escolas municipais.
Fonte: Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br – 03/09/2021.
Fonte: Censo Escolar/INEP 2019/QEdu.org.br – 03/09/2021.

INDICADOR 1E **Quantidade de escolas privadas e públicas que atendem crianças de 0 a 5 anos.**

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	25	27	30	31	34								

A seguir, apresentaremos os indicadores de monitoramento e avaliação em consonância ao Plano Nacional de Educação, bem como os indicadores auxiliares que tratam da especificidade local. Optamos por essa organização de forma a atender ao padrão nacional e as necessidades locais.

A Educação Infantil possui dois Indicadores Principais:

1. Indicador 1A: Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na escola.
2. Indicador 1B: Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na creche/escola.

INDICADORES PRINCIPAIS

Indicador 1A	Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na escola					Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%				
Meta executada no período (dado oficial)	100%	100%	100%	100%	100%				
Meta executada no período (dado extraoficial)	100%	100%	100%	100%	100%				

Fonte: PRODESP – 17/12/2015 (escolas municipais) e Resultados finais do Censo Escolar 2015; PRODESP – 17/12/2016 [escolas municipais] e Resultados finais do Censo Escolar 2016; SED – Dez./2017; Censo Escolar/INEP 2018 /QEdu.org.br - 03/09/2021; Censo Escolar/INEP 2019 /QEdu.org.br - 03/09/2021.

Indicador 1B	Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na creche/escola					Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019				
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%				
Meta executada no período (dado oficial)	34%	36%	42%	41%	40%				
Meta executada no período (dado extraoficial)	34%	38%	43%	40%	42%				

Fonte: PRODESP e Educacenso – 17/12/2015 e Escolas Privadas; PRODESP e Educacenso – 16/12/2016 e Escolas Privadas; SED – Dez./2017 e Escolas Privadas; Censo Escolar/INEP 2018 /QEdu.org.br - 03/09/2021; Censo Escolar/INEP 2019 /QEdu.org.br - 03/09/2021.

Zulcide Aguiar



INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com seis Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao ensino de qualidade e equidade como preconiza a meta estabelecida. Esses indicadores envolvem a projeção populacional, quantidade de escolas e classes, lista de espera, quantidade de adultos por criança, média de crianças por classe e avaliação quanto as diferentes dimensões que constituem a qualidade de uma escola. A partir de tais indicadores, temos os seguintes dados que se articulam à análise das metas e prazos estabelecidos:

Indicador Auxiliar 1C	Projeção da população de 0 a 3 anos no município.										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	4.737	4.740	4.737	4.734	4.727						

Fonte: Fundação Seade.

Indicador Auxiliar 1D	Projeção da população de 4 e 5 anos no município.										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	2.138	2.199	2.265	2.328	2.396						

Fonte: Fundação Seade.

Indicador Auxiliar 1E	Quantidade de escolas privadas e públicas que atendem crianças de 0 a 5 anos.										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	25	27	30	31	34						

Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação – 2015, 2016, 2017 para informações sobre as escolas particulares; PRODESP – 17/12/2015; PRODESP – 16/12/2016; SED – Dez./2017 para informações sobre as escolas municipais; Censo Escolar/INEP 2018/QEdu.org.br – 03/09/2021; Censo Escolar/INEP 2019/QEdu.org.br – 03/09/2021.

A quantidade de escolas acima subdivide-se da seguinte maneira:

Indicador Auxiliar 1F	Quantidade de escolas privadas que atendem crianças de 0 a 5 anos.										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	08	09	11	12	15						

Fonte: MEC/Inep/Deed/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação; MEC/Inep/Deed/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação; MEC/Inep/Deed/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação; Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 12 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 15 | QEdu.org.br.

Indicador Auxiliar 1G	Quantidade de escolas públicas que atendem crianças de 0 a 5 anos.										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	17	18	19	19	19						

Fonte: PRODESP – 17/12/2015; PRODESP – 16/12/2016; SED – Dez./2017; Fonte Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 19 | QEdu.org.br; Fonte Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 19 | QEdu.org.br.

Ao final do 1º biênio do PME havia quatro escolas particulares de educação infantil que não estavam regularizadas e, por essa razão, as matrículas realizadas não eram contabilizadas no Censo Escolar. Hoje há cinco escolas privadas que atendem apenas a educação infantil e, por isso, estão subordinadas à SME. Uma está com atividades suspensas e sem matrículas, três estão regularizadas e uma está em processo de regularização. Nessa direção, o dado oficial aponta 15 escolas particulares no



município e 19 escolas municipais, ao final de 2019. Como isso, observamos um crescimento mais intenso em termos de quantidade de escolas particulares se comparado às escolas municipais.

No que diz respeito à avaliação da qualidade das escolas municipais, os anos de 2015 e 2017, contaram com um processo de avaliação institucional pautado nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. Em 2017, tivemos a participação de 756 pessoas divididas entre profissionais da educação, alunos e sociedade civil. Todos avaliaram a escola em suas diferentes dimensões que juntas, constituem a qualidade da educação infantil.

No ano de 2019, a avaliação não ocorreu e, com isso, não temos dados que viabilizem uma análise qualitativa das escolas de educação infantil ao final do 2º bienio do PME. Considerando esse aspecto, temos o seguinte indicador auxiliar para monitorar e avaliar as dimensões de qualidade a cada dois anos.

Indicador Auxiliar 1H	Quantidade e porcentagem do que está consolidado, que merece atenção ou que é inexistente nas escolas em relação às Dimensões e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil avaliados pela comunidade e profissionais da escola.									
	2015			2017			2019	2021	2023	2025
Dimensões	Quantidade	Mérea atenção	Atenção	Quantidade	Mérea atenção	Atenção				
Dimensão 1: Planejamento institucional e gestão educacional	41 [80%]	8 [16%]	02 [4%]	42 [55%]	31 [41%]	03 [4%]	Sem dados			
Dimensão 2: Multiplicidade de experiências e linguagens em contextos próprios para a infância	83 [81%]	17 [17%]	02 [2%]	64 [67%]	27 [29%]	04 [4%]	Sem dados			
Dimensão 3: Participação, escuta e autonomia de bebês e crianças	---	---	---	36 [63%]	17 [30%]	04 [7%]	Sem dados			
Dimensão 4: Interações	70 [82%]	15 [18%]	00 [0%]	62 [65%]	32 [34%]	01 [1%]	Sem dados			
Dimensão 5: Relações ético-cívicas e de gênero	---	---	---	28 [74%]	08 [21%]	02 [5%]	Sem dados			
Dimensão 6: Promoção da saúde e bem-estar: experiências de ser cidadão, cuidar de si e do outro	23 [45%]	21 [41%]	07 [14%]	29 [38%]	42 [55%]	05 [7%]	Sem dados			
Dimensão 7: Ambientes que educam: espaços, tempos, materiais e mobiliários	10 [20%]	22 [43%]	19 [37%]	12 [32%]	21 [55%]	05 [13%]	Sem dados			
Dimensão 8: Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais	24 [47%]	21 [41%]	06 [12%]	35 [46%]	21 [28%]	20 [26%]	Sem dados			
Dimensão 9: Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social	41 [80%]	09 [18%]	01 [2%]	42 [74%]	15 [26%]	00 [0%]	Sem dados			

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page.



Consideramos como as dimensões mais problemáticas àquelas que apresentaram mais de 40% dentro dos campos “merece atenção” e/ou “inexistente”. Em uma escala decrescente, encontramos as dimensões prioritárias da educação infantil, ao final do 1º biênio (2017), sendo:

- Dimensão 7: Ambientes que educam: espaços, tempos, materiais e mobiliários com 68% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.
- Dimensão 6: Promoção da saúde e bem-estar: experiências de ser cuidado, cuidar de si e do outro com 62% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.
- Dimensão 8: Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais com 54% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”. Destacamos o aumento no percentual do item “inexistente”, aspecto esse que nos pareceu preocupante diante dos dados apresentados.
- Dimensão 1: Planejamento institucional e gestão educacional com 45% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”. Destacamos que esta dimensão, na avaliação de 2015, não foi prioritária. Isso ocorreu em 2017 ocasionando queda no planejamento e na gestão educacional.

Ao final de 2019, não é possível mensurar as dimensões de qualidade da educação infantil que apresentam maiores dificuldades. Diante disso, deixamos alguns questionamentos: será que essas dimensões permencem como prioridades não trazendo avanços na rede em relação à qualidade do ensino? Será que outras dimensões foram afetadas? Se sim, quais? Quais foram os trabalhos realizados entre 2018 e 2019 que contribuíram para a melhoria desses dados?

Enfim, essas e outras questões necessitam de respostas, pois não há dados que gerem informações para análise. Diante disso, a comissão sugere que, para o próximo biênio, a SME e as escolas deem continuidade à avaliação institucional com base nos INDQUES ou elabore um instrumento que torne possível esse processo de avaliação institucional das diferentes dimensões.

Meta	1	<i>Universalizar, até 2016, a educação infantil para crianças de quatro e cinco anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos nos próximos dez anos da vigência deste plano com qualidade e equidade.</i>			
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Estratégia 1.1. Realizar, anualmente, a partir da vigência deste plano o levantamento por demandas de vagas considerando a lista de espera da rede, bem como a quantidade de crianças nessa faixa etária presentes nos cadastros da Diretoria de Saúde e de Assistência Social, observando a necessidade de atendimento da população do campo.	2016		Iniciada	Não	Desde o início do plano foi realizado o levantamento por demanda de vagas considerando a lista de espera da rede, ou seja, a procura das famílias pela escola. Nota Técnica Nº 01/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.



Estratégia 1.2. Estabelecer horários alternativos no atendimento às creches com alunos no turno parcial e integral sendo este último com atendimento de 7h ou 12h, a partir de 2020.	2020		Não iniciada	Não	O prazo estipulado é 2020.
Estratégia 1.3. Garantir a centralização da lista de espera da creche na Diretoria de Educação de maneira informatizada e transparente para acompanhamento dos pais, a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não.	A lista de espera da creche é feita por cada escola e compartilhada na SME, quando solicitado. A solicitação ocorre de forma periódica a fim de que os dados sempre estejam atualizados. Em 2018, uma funcionária foi designada para realizar essa ação em parceria com a Assistente Social da SME. Nota Técnica Nº 02/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 1.4. Ampliar ano a ano o percentual de atendimento da demanda por creches, até atingir os 50% da população de 0 a 3 anos, ao final da vigência desse plano, considerando o que prevê os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil no que diz respeito ao número de alunos por adulto em sala, até 2020.	2020		Iniciada	Não	Essa estratégia possui o prazo para seu cumprimento que ultrapassa o 2º biênio, porém foi apontado na 1ª Audiência Pública a importância de se pensar na relação entre a quantidade de alunos por adulto, principalmente nas creches. De acordo com a demanda da rede quanto ao atendimento de classes menos numerosas, a intenção é construir novas escolas a fim de atender essa demanda para que, posteriormente, a jornada



integral possa ser estudada enquanto implantação na pré-escola (4 e 5 anos). Diante disso, o 2º biênio contou com a seguinte ação:

EMEB Profa. Elizete da Silva (Portal do Ipês III): inaugurada em 2018, a escola atende crianças de 1 a 3 anos em 10 salas, fraldário, sanitários infantis, banheiros adaptados, cozinha, refeitório, lavanderia e área de recreação. A obra é uma parceria da Prefeitura de Cajamar com a empresa Prologis, por meio de um TAC. Inicialmente, atenderá crianças da EMEB Vera Millena (Bairro do Paraíso), que precisou ser interditada para reforma e mais 50 novas vagas para crianças de 0 a 3 anos do Portal dos Ipês III.

EMEB Portal dos Ipês III/Atual Prof. Eliseu Gomes: as obras foram iniciadas em 2014, a partir de um convênio com o FDE. A obra ficou paralisada por quatro anos e, apenas em 2018 foram finalizadas. Técnicos da Diretoria de Educação realizaram o levantamento dos móveis e dos equipamentos necessários para atendimento às crianças de 0 a 5 anos em um espaço que conta com seis



salas de aulas, sala multiuso, fraldário, lactário, berçários para repouso e atividades, duas cozinhas, dois refeitórios, secretária e diretoria, além de sanitários e acessibilidade. Mesmo após ter sido inaugurada, em 2018, a escola não recebeu novas matrículas e continuou sem funcionamento. Em 2019, foi realizada nova inauguração, sendo que essa escola passou a ser o 2º Colégio do Futuro administrado pela SME em parceria com o Instituto Soleil. Com isso, mais 200 crianças de seis meses à três anos de idade serão atendidas.

EMEB Profa. Vera Lúcia Millena: a escola foi interditada, em 2018, para reforma devido a problemas estruturais. Após passar por uma ampla reforma, em 2019, é a primeira unidade que já estava em funcionamento no município antes da interdição, a ter a identidade visual e receber o modelo de sala que será adotado para todas as unidades escolares da rede com o conceito "Colégio do Futuro", implantado através do "Projeto Identidade Cajamar".



					<p><u>EMEB Antônio Mendonça:</u> escola construída a partir de um convênio com o FNDE, a unidade foi inaugurado, em 2019, sendo o 1º Colégio do Futuro que possui aulas de balé e judô, inglês, ateliê Reggio Emilia, espaço montessoriano, minhocário, rancultura, terrário, robótica educacional, ateliê Mondrian, tenda Mãozinha na Massa e 50 profissionais para atender 200 alunos, de seis meses a cinco anos de idade, em parceria com o Instituto Soleil (OS).</p> <p>Na III Conferência Municipal de Educação foi sugerido pelos participantes a ampliação de atendimento de crianças do berçário (0 anos) nas demais unidades da rede fazendo adequações prediais, conforme necessário.</p> <p>Outro apontamento realizado na conferência diz respeito à importância de pensar na limitação de um percentual de contratação de Organizações Sociais para gerir as escolas devido aos seguintes problemas: desvalorização profissional (o salário e a jornada de trabalho das Organizações Sociais são</p>
--	--	--	--	--	---

Juliano Cajamar
[Handwritten signatures]



					distintos dos profissionais da rede pública), currículo diferenciado entre as escolas da rede municipal e as Organizações Sociais e desmonte do ensino público.
Estratégia 1.5. Estabelecer, no quarto ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.	2019		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 1.6. Garantir a continuidade de 100% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas nas escolas de educação infantil atendendo assim a legislação vigente.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 1.7. Garantir a partir da vigência do Plano Municipal de Educação, o atendimento a pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, conforme jornada de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial, com exigência 60% de frequência.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 1.8. Estimular o acesso a pré-escola, para crianças com idade entre 4 e 5 anos, em jornada integral de, no mínimo, sete horas diárias, com exigência de frequência de 60%, até 2019.	2019		Não iniciada	Não	De acordo com a demanda da rede quanto ao atendimento de classes menos numerosas, a intenção é construir novas escolas a fim de atender essa demanda para que, posteriormente, a jornada integral possa ser estudada enquanto implantação na pré-escola (4 e 5 anos). Diante disso, o 2º biênio contou com as seguintes ações:



					<p><u>EMEB Antônio Mendonça:</u> escola construída a partir de um convênio com o FNDE, a unidade foi inaugurado, em 2019, sendo o 1º Colégio do Futuro que possui aulas de balé e judô, inglês, ateliê Reggio Emilia, espaço montessoriano, minhocário, ranicultura, terrário, robótica educacional, ateliê Mondrian, tenda Mãozinha na Massa e 50 profissionais para atender 200 alunos, de seis meses a cinco anos de idade, em parceria com o Instituto Soleil (OS).</p> <p>Os participantes da III Conferência Municipal de Educação pontuaram alguns problemas em uma rede que possui escolas públicas e geridas por Organizações Sociais. Esses problemas são: desvalorização profissional (o salário e a jornada de trabalho das OSs são distintos dos profissionais da rede pública), currículo diferenciado entre rede municipal e Organizações Sociais e desmonte do ensino público. Para isso, sugerem a limitação de um percentual de contratação de Organizações Sociais para gerir as escolas.</p>
Estratégia 1.9. Adquirir, sistematicamente,	2019		Iniciada	Não	Há escassez de brinquedos para serem

Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name "Juliana Aquino" and other illegible signatures.



equipamentos, brinquedos, materiais pedagógicos diversos, visando à expansão e à melhoria do trabalho pedagógico e da rede física de escolas públicas, a partir de 2019.					utilizados em sala de aula e brinquedos de parque.
Estratégia 1.10. Implantar, no primeiro ano de vigência do PME, a avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base nos Indicadores de Qualidade Nacionais da Educação Infantil, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a acessibilidade, o Projeto Político Pedagógico, o desenvolvimento dos Projetos Institucionais, as formações continuadas, entre outros indicadores relevantes.	2016		Iniciada	Não	Não houve, em 2019, organização para aplicação dos INDÍQUES tanto das escolas como da rede. No entanto, é de conhecimento que as escolas continuam apresentando problemas como, por exemplo, no quadro de pessoal. Todavia, sem um instrumento de rede que avalie todas as dimensões de qualidade da educação estamos sem a sistematização dessas demandas. Considerando essa questão, sugerimos a elaboração de um instrumento de rede que sistematize as informações enviadas pelas escolas quando pensamos nas dimensões de qualidade da educação.
Estratégia 1.11. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde e Proteção à Infância, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Nota Técnica Nº 03/2.021: Alteração na redação de Estratégia (reprovada). Na III Conferência Municipal de Educação a Nota Técnica acima foi reprovada na plenária final por 32 votos para manter o texto original, 7 votos para mudança conforme Nota Técnica e o restante, abstenções.



					Sendo assim, o texto da Estratégia 1.11 permanecerá sem alterações.
Estratégia 1.12. Assegurar as crianças a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre a Diretoria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, até 2020.	2020		Iniciada	Não	<p>O trabalho odontológico é bem sistemático com visitas às escolas de dentistas para triagem e avaliação, porém como fica a atendimento diante da avaliação realizada? Os problemas visuais, auditivos, psicológicos e fonoaudiólogos trazem dificuldades no acesso ao especialista e demora no atendimento para que o tratamento possa ser feito.</p> <p>Nota Técnica Nº 04/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.</p>
Estratégia 1.13. Garantir a continuidade e a ampliação, em caráter complementar, de programas de orientação e apoio as famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças, até 2020.	2020		Iniciada	Não	<p>As escolas que solicitaram palestras com psicólogas, fonoaudiólogas, psicopedagogas, entre outros foram atendidas em suas demandas, mas podemos ampliar o patamar de apoio às famílias com ações estruturadas pelas escolas por meio da elaboração de projetos que organizem e documentem as ações de forma sequenciada conforme demanda de cada escola.</p> <p>Os participantes da III Conferência Municipal de Educação sugerem</p>



					para essa estratégia o investimento em busca ativa considerando as redes de apoio, bem como ampliar e fortalecer as relações intersetoriais para apoio às famílias.
Estratégia 1.14. Garantir a oferta de educação infantil para crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos públicos e privados, que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, considerando que o Conselho Municipal de Educação é o órgão responsável por avaliar e autorizar o funcionamento das instituições de ensino, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 1.15. Assegurar que as unidades de educação infantil sejam contempladas com recursos e equipamentos tecnológicos, além de acesso a internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais, a partir de 2020 com projeção para os próximos anos até o final da vigência deste plano.	2020		Não iniciada	Não	O prazo estabelecido para que tal estratégia possa ser assegurada é 2020.
Estratégia 1.16. Garantir a fiscalização no âmbito municipal via Conselho Municipal de Educação, referente às escolas privadas subordinadas a Diretoria Municipal de Educação para efetiva regularização de seu funcionamento, como	2016		Iniciada	Sim	Nota Técnica N° 04/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.



também fiscalizar a formação exigida para que professores possam atuar em sala de aula garantindo a qualidade do ensino.					
Estratégia 1.17. Acompanhar a revisão do cardápio da alimentação escolar, a partir de 2016, juntamente com o Setor Técnico da Alimentação Escolar, a comunidade escolar, e o CAE (Conselho de Alimentação Escolar), levando em consideração a previsão orçamentária, o tempo de permanência e a periodicidade do aluno na escola, sempre respeitando os hábitos alimentares locais. O objetivo deste acompanhamento é garantir uma alimentação saudável, segurança alimentar, aceitabilidade dos alimentos, e a sazonalidade dos alimentos.	2016		Iniciada	Não	<p>A alimentação das creches garante hábitos alimentares considerando o tempo de permanência da criança ao realizarem quatro refeições diárias, incluindo almoço. Já as crianças de 4 e 5 anos alimentam-se, na maioria das vezes, com bolacha e leite. Danone, frutas, sucos, sucrilhos, entre outros alimentos eram ofertados, porém em menor quantidade.</p> <p>O CAE, durante o período de Prestação de Contas, em que os conselheiros se reúnem ordinariamente para este fim, no primeiro semestre de cada ano, para analisar todas as despesas realizadas para a aquisição dos gêneros alimentícios, sempre aprova as contas com ressalva, dentro do "Parecer Conclusivo", que é disponibilizado pelo Sistema do FNDE para acesso do CAE. Para o Programa de Alimentação Escolar, no prato de cada aluno deve ser servida a alimentação segura e saudável. Geralmente, a falta da variedade de alimentos no cardápio, altera e muito o valor nutricional diário. Isso acarreta insistentes</p>

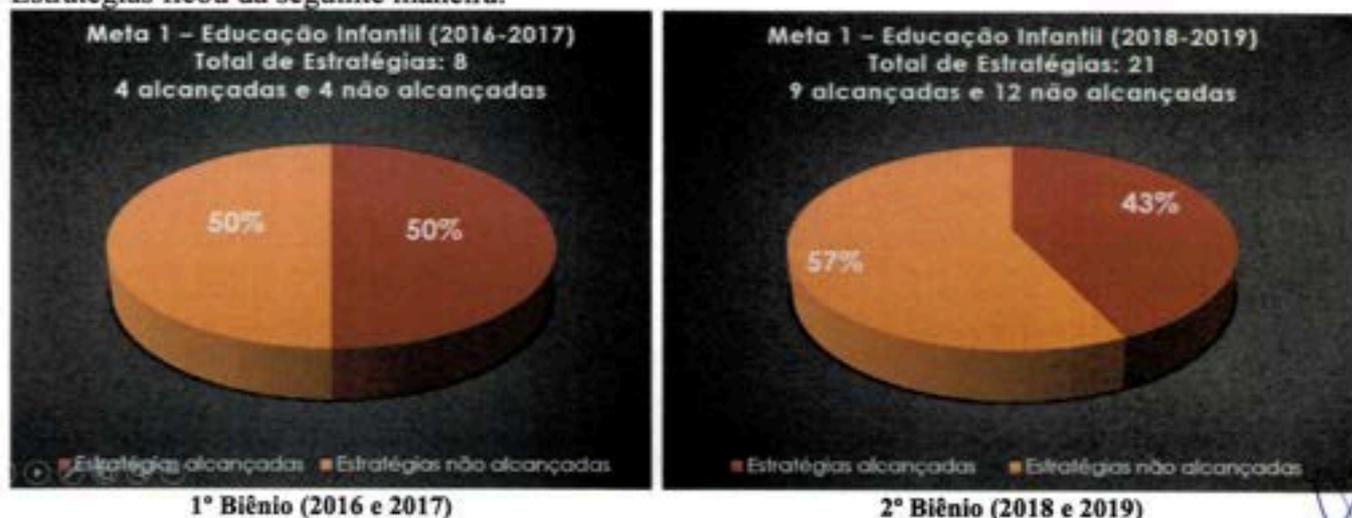


					diálogos entre os setores da Gerência de Alimentação, Secretaria de Educação e CAE, sempre com o objetivo de alcançar os resultados seguros ao aprendizado do aluno, considerando a proporção ideal, conforme a sazonalidade, a cultura e os hábitos alimentares de cada região.
					Nota Técnica Nº 05/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 1.18. Sensibilizar e orientar a equipe escolar (gestores, professores, monitores, merendeiros e demais profissionais), de forma que incentivem os alunos ao consumo de alimentos saudáveis promovendo a educação nutricional, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota Técnica Nº 05/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 1.19. Garantir, a partir de 2016, os alimentos necessários para atender mediante apresentação de laudo médico, os alunos que necessitam de adequações ou restrições em sua dieta.	2016		Iniciada	Sim	Nota Técnica Nº 05/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 1.20. Manter o acesso de 100% dos alunos que residam a mais de 2 km das escolas da Rede Municipal, ao transporte escolar a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota Técnica Nº 05/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 1.21. A partir do início da vigência desse plano, implantar	2016		Iniciada	Não	O Cacs Fundeb realizou acompanhamentos, questionamentos



<p>mecanismos de avaliação anual sobre a qualidade da prestação dos serviços de transporte escolar com participação da equipe gestora das escolas, alunos e pais.</p>					<p>registros acerca da qualidade do transporte escolar oferecido aos alunos da rede enquanto ação própria desse colegiado. Todavia, a rede carece de mecanismos institucionalizados de avaliação anual para aferir a qualidade do transporte ofertado. Sugestão: elaborar um instrumento de rede acerca da avaliação da qualidade do transporte escolar.</p> <p>Nota Técnica N° 05/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.</p>
---	--	--	--	--	--

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 1 e suas respectivas Estratégias ficou da seguinte maneira:



Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 8 Estratégias em sua Meta 1. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a contar com 16 Estratégias mais 5 que foram redistribuídas da Alimentação e Transporte Escolar, totalizando 21. Ainda que tenhamos ampliado, consideravelmente, os desafios da educação infantil para o 2º biênio, é possível notar avanço no comportamento dessa meta.

Os desafios apontados na avaliação do 1º biênio e alcançados ao longo do 2º biênio foram:

Handwritten signatures and notes in blue ink.



- Aprimorar as práticas pedagógicas/BNCC.
- Aprimorar as práticas pedagógicas/BNCC tendo como foco a formação do professor.
- Revisar a Proposta Curricular considerando os ambientes que educam, espaços, tempos, materiais, multiplicidade de linguagens a luz da BNCC.
- Investir na formação da gestão escolar com foco no planejamento institucional, nos processos de liderança, nos aspectos administrativos, financeiros e legais que influenciam a atuação gestora.

Os desafios do 1º biênio não superados ao longo do 2º biênio foram:

- Fazer a manutenção das escolas.
- Obter informações sobre a quantidade da população de 0 a 3 anos e investimento em uma metodologia de busca ativa.
- Atender à população de 0 a 3 anos em 50% da população dessa faixa etária até 2025.
- Centralizar a lista de espera de 0 a 3 anos na Secretaria de Educação.
- Atender a faixa etária de 0 a 1 ano.
- Construir novas creches.
- Regularizar as escolas particulares.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 1 traz como desafios do 2º biênio:

- Fazer a manutenção das escolas (1º e 2º biênios).
- Investir na formação da gestão escolar com foco no planejamento institucional, nos processos de liderança, nos aspectos administrativos, financeiros e legais que influenciam a atuação gestora (1º e 2º biênios).
- Obter informações sobre a quantidade da população de 0 a 3 anos / 4 e 5 anos e investimento em uma metodologia de busca ativa (1º e 2º biênios).
- Atender 100% da lista de espera das creches (1º e 2º biênios).
- Atingir 50% de atendimento à população das crianças de 0 a 3 anos até 2025 (1º e 2º biênios).
- Centralizar a lista de espera da creche na SME de maneira informatizada (1º e 2º biênios).
- Dar continuidade às formações tendo como foco as práticas em diálogo com a BNCC.
- Instituir a jornada integral para crianças de 4 e 5 anos.
- Investir em tecnologia: aquisição de equipamentos, formação adequada do profissional, *internet* banda larga e alta velocidade, adoção de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais.
- Garantir a continuidade da avaliação das dimensões de qualidade que constitui a escola em um instrumento de rede.
- Dar visibilidade às questões do acesso e qualidade na escola.
- Discutir a relação entre a quantidade de adulto por criança na creche.

Zuleide Aguiar



2. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
2	<i>Assegurar, em colaboração com a União, o Estado e o Município a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda população de 6 a 14 anos de forma que 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.</i>	2016 2025

Observações/Relato sintético

A Meta 2 - **ENSINO FUNDAMENTAL** - do Plano Municipal de Educação possui dois objetivos: matricular todas as crianças de 6 a 14 anos na escola e garantir, até 2025, que 95% dos alunos conclua o ensino fundamental até os 16 anos. Atualmente, o Brasil possui 98% de alunos matriculados nessa faixa etária e 82,4% dos jovens com 16 anos que concluíram essa etapa em 2020, como apontam os dados presentes no Observatório do Plano Nacional de Educação.

Em Cajamar temos os seguintes dados:

Projeção referente ao total de crianças e adolescentes no município de 6 a 14 anos

2015	2016	2017	2018	2019
Fonte: Fundação Seade.				
9.407	9.521	9.633	9.746	9.854

Quantidade de alunos matriculados em Cajamar de 6 a 14 anos

2015	2016	2017	2018	2019
Fonte Censo Escolar/INEP 2015 Total de Escolas de Educação Básica: 49 QEdu.org.br	Fonte Censo Escolar/INEP 2016 Total de Escolas de Educação Básica: 50 QEdu.org.br	Fonte Censo Escolar/INEP 2017 Total de Escolas de Educação Básica: 55 QEdu.org.br	Fonte Censo Escolar/INEP 2018 Total de Escolas de Educação Básica: 54 QEdu.org.br	Fonte Censo Escolar/INEP 2019 Total de Escolas de Educação Básica: 57 QEdu.org.br
10.333 (100%)	10.424 (100%)	10.641 (100%)	11.238 (100%)	11.851 (100%)

Podemos observar que a quantidade de alunos matriculados ultrapassa a projeção populacional, o que nos faz concluir que 100% estão matriculados. Com isso, as redes estadual e municipal, bem como o setor privado atendem tanto o que prevê a projeção como a demanda manifesta, pois não há uma metodologia de busca ativa a fim de averiguar se há alunos nessa faixa etária fora da escola. Todavia, estamos acima da média nacional com parte da meta alcançada.

Os dados, a seguir, mostram que a maior parte dessa população se encontra na faixa etária de 6 a 10 anos com 57% e, para a população de 11 a 14 anos, temos 43%, ao final de 2019.

Projeção referente ao total de crianças e adolescentes no município de 6 a 10 anos

2015	2016	2017	2018	2019
Fonte: Fundação Seade.				
5.114	5.247	5.379	5.514	5.648

Projeção referente ao total de crianças e adolescentes no município de 11 a 14 anos

2015	2016	2017	2018	2019
Fonte: Fundação Seade.				
4.293	4.274	4.254	4.232	4.206



A projeção indica o crescimento populacional de 6 a 10 anos, desde o início da vigência do plano de, aproximadamente, 110 pessoas. Esse cenário reverbera nas matrículas que, ano a ano, vem aumentando em uma proporção muito parecida. Contudo, destacamos que, no período de vigência do plano, tivemos apenas uma escola construída que atende ao Ensino Fundamental: EMEB Guilhermina do Couto Oliveira, em 2017, no Bairro São Benedito. No entanto, os alunos matriculados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foram remanejados de um local onde já estudavam, denominado EMEB Bairro São Benedito, não havendo ampliação de matrículas para essas etapas da Educação Básica. Vejamos os dados, a seguir:

Quantidade de alunos matriculados de 6 a 10 anos na rede municipal (anos iniciais)

2015 Fonte: Prodesp 17/12/2015	2016 Fonte: Prodesp 16/12/2016	2017 Fonte: SED/Período: Dez.	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 Total de Escolas de Educação Básica: 54 QEdu.org.br	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 Total de Escolas de Educação Básica: 33 QEdu.org.br
5.185	5.148	5.266	5.371	5.485

Na rede municipal tivemos um aumento de 337 matrículas entre os anos de 2016 e 2019, sendo que a quantidade de escolas permanece a mesma.

Logo abaixo, temos as matrículas no setor privado e na rede estadual que, por sua vez, não atende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Quantidade de alunos matriculados de 6 a 10 anos no setor privado (anos iniciais)

2015 Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 Total de Escolas de Educação Básica: 10 QEdu.org.br	2016 Fonte: Censo Escolar/INEP 2016 Total de Escolas de Educação Básica: 11 QEdu.org.br	2017 Fonte: Censo Escolar/INEP 2017 Total de Escolas de Educação Básica: 13 QEdu.org.br	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 Total de Escolas de Educação Básica: 14 QEdu.org.br	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 Total de Escolas de Educação Básica: 17 QEdu.org.br
834	882	939	1.073	1.141

Quantidade de alunos matriculados de 6 a 10 anos na rede estadual (anos iniciais)

2015 Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 Total de Escolas de Educação Básica: 7 QEdu.org.br	2016 Fonte: Censo Escolar/INEP 2016 Total de Escolas de Educação Básica: 7 QEdu.org.br	2017 Fonte: Censo Escolar/INEP 2017 Total de Escolas de Educação Básica: 8 QEdu.org.br	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 Total de Escolas de Educação Básica: 7 QEdu.org.br	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 Total de Escolas de Educação Básica: 7 QEdu.org.br
0	0	0	0	0

Em relação à faixa etária de 11 a 14 anos, atualmente, o município atende 82% dos alunos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o setor privado é responsável por 11% e a rede estadual possui 12%. Destacamos que o percentual ultrapassa o limite de 100% pelo fato de o número de alunos ser maior que a projeção populacional. Os quadros, a seguir, detalham essas informações:

Quantidade de alunos matriculados de 11 a 14 anos na rede municipal (anos finais)

2015 Fonte: Prodesp 17/12/2015	2016 Fonte: Prodesp 16/12/2016	2017 Fonte: SED/Período: Dez.	2018 Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 Total de Escolas de Educação Básica: 33 QEdu.org.br	2019 Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 Total de Escolas de Educação Básica: 33 QEdu.org.br
3.165	3.309	3.500	3.964	4.127

Juliano Aguiar
[Handwritten signatures]



Os dados mostram que, embora a rede municipal possua mais alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, são os Anos Finais que, de maneira vertiginosa, vêm crescendo. Enquanto que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tivemos um aumento de 337 matrículas ao longo dos dois primeiros biênios do PME, nos Anos Finais o crescimento foi de 962. Destacamos que houve apenas a construção da EMEB Guilhermina do Couto Oliveira, em 2017, no Bairro São Benedito que, pela primeira vez, passou a atender alunos do 6º ao 9º ano.

Com isso, a rede conta com as mesmas escolas que possuía em 2015 para atender, aproximadamente, 900 alunos a mais, ao final de 2019. O aumento de matrículas pode ter sido ocasionado por dois fatores: redução no número de matrículas da rede estadual – embora tenha tido aumento em 2019 se comparado a 2018 – e percentual elevado de distorção idade-série nos Anos Finais do Ensino Fundamental nas redes municipal e estadual. Já o setor privado permanece em crescimento. Vejamos os dados, a seguir:

Quantidade de alunos matriculados de 11 a 14 anos no setor privado (anos finais)

2015	2016	2017	2018	2019
Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 Total de Escolas de Educação Básica: 10 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2016 Total de Escolas de Educação Básica: 11 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2017 Total de Escolas de Educação Básica: 13 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 Total de Escolas de Educação Básica: 14 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 Total de Escolas de Educação Básica: 17 QEdu.org.br
408	422	469	541	644

Quantidade de alunos matriculados de 11 a 14 anos na rede estadual (anos finais)

2015	2016	2017	2018	2019
Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 Total de Escolas de Educação Básica: 10 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2016 Total de Escolas de Educação Básica: 11 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2017 Total de Escolas de Educação Básica: 8 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2018 Total de Escolas de Educação Básica: 7 QEdu.org.br	Fonte: Censo Escolar/INEP 2019 Total de Escolas de Educação Básica: 7 QEdu.org.br
770	639	515	289	454

O crescimento do setor privado é algo que se destacou na última década, pois de 5% das matrículas realizadas, em 2006, passou para 17% em 2019, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Quanto aos Anos Finais encontramos, nas escolas privadas, outro aumento significativo: de 2% das matrículas realizadas em 2006, passou para 12% em 2018. A tabela abaixo traz essas informações:

Matrículas de 6 a 10 anos (anos iniciais)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Estad	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mun.	4.895	4.696	4.464	5.235	4.606	4.588	4.594	4.576	4.698	5.065	5.052	5.266	5.371	5.485
Priv.	237	302	399	441	487	493	506	670	757	772	814	939	1.073	1.141
Total	5.132	4.998	4.863	5.676	5.093	5.081	5.100	5.246	5.455	5.837	5.866	6.205	6.444	6.626

Fonte: 2006 a 2016: Resultados Finais do Censo Escolar; 2017: SED/Período Dezembro e Escolas Privadas; 2018 e 2019: Censo Escolar/INEP 2018 e 2019 /QEdu.org.br.

Quanto à rede municipal, podemos observar que houve queda no percentual de matrículas na faixa etária de 6 a 10 anos entre o 1º e 2º biênios. Em 2016 havia 86% de matrículas nas escolas municipais e, em 2019, esse percentual caiu para 83%, ou seja, 3 pontos percentuais. Embora tenhamos aumento na quantidade de alunos matriculados, o maior percentual na ampliação de

Handwritten signatures and notes:
 Zolito Aguiar
 pul



atendimento está localizado nas escolas privadas: enquanto que a escola pública perdeu 3% no percentual de matrículas, a escola privada aumentou, pois em 2016 eram 14% os alunos matriculados e, em 2019, 17%, 3 pontos percentuais a mais.

Vejamos agora os dados dos Anos Finais do Ensino Fundamental:

Matrículas de 11 a 14 anos (anos finais)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Estad	4.707	2.275	2.247	2.097	2.003	1.871	1.573	1.373	1.019	761	635	515	289	454
Mun	183	2.478	2.576	2.821	2.916	3.023	3.101	3.241	3.309	3.143	3.284	3.500	3.964	4.127
Priv.	88	122	251	288	327	356	392	479	496	407	422	469	541	644
Total	4.978	4.875	5.074	5.206	5.246	5.250	5.066	5.093	4.824	4.302	4.341	4.484	4.794	5.225

Fonte: 2006 a 2016: Resultados Finais do Censo Escolar; 2017: SED/Período Dezembro e Escolas Privadas; 2018 e 2019: Censo Escolar/INEP 2018 e 2019 /QEdú.org.br.

Enquanto que os Anos Iniciais são marcados por queda no atendimento, os Anos Finais do Ensino Fundamental ampliam o percentual de atendimento das escolas municipais que, de 76% em 2016, passou para 79%, em 2019. No setor privado, de 10% em 2016, passou para 12% em 2019. A queda está localizada nas escolas estaduais que, de 14% em 2016, passou a ter um atendimento de 9%. Os alunos da rede estadual migraram para a rede municipal ou setor privado.

Nessa direção, se os alunos dos Anos Iniciais passarem a compor os Anos Finais, se a alta taxa de distorção idade-série permanecer – veremos esses dados mais adiante –, se o aumento populacional continuar devido à elevada construção vertical de residências e, se os alunos das escolas estaduais passarem a fazer parte do ensino fundamental nas escolas municipais, novas unidades deverão ser construídas com urgência. Tal problemática foi anunciada no relatório do 1º biênio do PME.

Para atender essa demanda, o município conta com 57 escolas públicas e privadas ao final de 2019, sendo: 23 municipais, 2 estaduais e 15 privadas.

Embora não tenha tido inauguração de novas escolas na rede municipal, a quantidade de classes foi ampliada. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tivemos 8 classes a mais para atender, aproximadamente, 340 alunos entre os anos de 2016 e 2019. Já nos Anos Finais tivemos um aumento de 22 classes para atender ao longo de 2016 e 2019, aproximadamente, mais 980 alunos. Não foram fornecidos os dados das escolas estaduais e privadas, portanto não temos como analisar a relação entre aumento de matrículas e números de classes.

Quantidade de classes nos anos iniciais do ensino fundamental (escolas municipais)

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	197	5.065
2016	181	5.052
2017	197	5.266
2018	198	5.371
2019	205	5.485

Fonte: SME.

**Quantidade de classes nos anos finais do ensino fundamental (escolas municipais)**

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	110	3.143
2016	105	3.284
2017	121	3.500
2018	128	3.964
2019	132	4.127

Fonte: SME.

Uma estratégia utilizada para garantir o aumento dessas classes nas escolas de ensino fundamental foi estabelecer parceria com o Estado tanto que, em 2019, foram realizadas 165 matrículas a mais se comparado ao ano de 2018. Outra estratégia foi manter alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas de educação infantil. Vejamos os dados a seguir:

Quantidade de matrículas no 1º ano nas escolas municipais de educação infantil

2015 Fonte: Prodesp 17/12/2015	2016 Fonte: Prodesp 16/12/2016	2017 Fonte: SED/Período: Dez.	2018 Fonte: SME	2019 Fonte: SME
785	349	338	361	358

Quantidade de matrículas no 2º ano nas escolas municipais de educação infantil

2015 Fonte: Prodesp 17/12/2015	2016 Fonte: Prodesp 16/12/2016	2017 Fonte: SED/Período: Dez.	2018 Fonte: SME	2019 Fonte: SME
0	0	48	45	137

As escolas de educação infantil não possuem estrutura adequada para atender crianças maiores. Um exemplo são as aulas de Educação Física que ocorrem em quadras cobertas, ação essa que não ocorre nessas unidades escolares de educação infantil já que não possuem esse espaço com marcações específicas para a prática de determinados esportes. Novamente reiteramos a importância da construção de novas escolas a fim de que todos possam estar em espaços amplos e adequados à sua etapa de ensino. Podemos observar que, em relação ao 1º ano há uma estagnação, porém as matrículas de 2º ano em pré-escolas triplicou ao final do 2º biênio deste plano.

Outro dado importante para o alcance dessa meta envolve o Indicador 2B que traz informações sobre o percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído. O que se pretende é garantir que os alunos concluam as etapas escolares na idade adequada e recomendada. A partir dessa meta, tanto o PME quanto o PNE estabelecem que 95% dos jovens concluam o Ensino Fundamental com até 16 anos durante o período de vigência.

Em nível nacional e estadual, fontes como PNAD/IBGE, mostram que em 2018, 75,8% dos jovens com 16 anos concluíram o Ensino Fundamental no Brasil. Em 2019, esse percentual foi de 78,4%. Em São Paulo tivemos, em 2018, o percentual de 85,8%, enquanto que, em 2019 foram 94,5%. É possível notar que há avanço em relação a esse indicador, porém em nível municipal não temos esses dados. A mesma situação ocorreu durante a avaliação do 1º biênio do PME com indicação no relatório, porém o desafio permanece para o 3º biênio (2020 e 2021).

Por fim, apresentaremos os dados de distorção idade-série. Para iniciar, faremos uma breve contextualização: a distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade.



até os 14 anos de idade. O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles.

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

Os dados, a seguir, mostram que o maior percentual de defasagem idade-série está localizado nos Anos Finais do Ensino Fundamental e na rede municipal com 8%, em 2019. A rede estadual está logo atrás com 7%.

Taxa de distorção idade-série (proporção de alunos com atraso escolar de dois anos ou mais) nos anos iniciais do ensino fundamental

	2015	2016	2017	2018	2019
Municipal	3%	3%	3%	3%	3%
Estadual	---	---	---	---	---
Privada	1%	2%	2%	2%	2%

Fonte: INEP 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Taxa de distorção idade-série (proporção de alunos com atraso escolar de dois anos ou mais) nos anos finais do ensino fundamental

	2015	2016	2017	2018	2019
Municipal	8%	9%	8%	8%	8%
Estadual	4%	4%	4%	9%	7%
Privada	1%	2%	2%	2%	3%

Fonte: INEP 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Esse é um problema que inicia no 5º ano, pois ao final de 2018, havia 5% de defasagem e, em 2019, 6% nas escolas municipais. Isso significa que, no 6º ano há, aproximadamente, 5% dos alunos com defasagem de idade que iniciam o novo ciclo. Esses se unem aos já existentes, seja por retenção ou abandono. Vejamos um exemplo de análise que mostra o percurso de um grupo de alunos do 3º ao 6º ano ao longo de 2016 a 2019:

Distorção idade-série | escolas municipais por ano



Juliano Aguiar
[Handwritten signatures]



No 3º ano havia 3% de alunos com defasagem idade-série que, no ano seguinte, foram para o 4º ano com o mesmo percentual. Ao término dos Anos Iniciais, em 2018, esse mesmo grupo aumentou para 5% e, ao ingressar no 6º ano há outro aumento para 7%.

Façamos outra análise, porém com foco no percurso de dois grupos de alunos nos Anos Finais:



As setas vermelhas mostram o percurso dos alunos do 6º ao 9º ano entre os anos de 2016 e 2019. Interessante lembrar que 5% já entrou com defasagem no 6º ano e, ao longo do 7º e 8º ano, esse percentual subiu para 7% e aumentou no 9º ano, finalizando 2019, com 8%. As setas roxas mostram a maior concentração de defasagem idade-série no 1º e início do 2º biênio do PME. Em 2016, havia 12% de alunos com defasagem de idade-série no 7º ano. Esse índice permaneceu em 2017 no 8º ano finalizando com 11% no 9º ano. Nessa direção, é possível notar que a rede municipal não está conseguindo resolver o problema de defasagem idade-série, sendo um desafio a construção de um projeto que garanta a melhoria dessa situação já que influencia diretamente nos resultados de aprendizagem e na vida escolar de cada aluno.

Nas escolas estaduais a situação não é diferente, porém apresenta um diferencial: em 2018 havia 13% dos alunos com defasagem idade-série no 9º ano e, em 2019, esse percentual foi de 6%. Embora o percentual seja alto houve avanço. Contudo, o mesmo fenômeno apresentado nas escolas municipais constitui os resultados das escolas estaduais, pois ao analisarmos os dados de um mesmo grupo de alunos do 7º ao 9º ano entre os anos de 2016 e 2018, vemos que a problemática permanece como podemos observar na seta vermelha.



A seta roxa mostra o percurso do grupo que, ao final do 9º ano (2019) obteve avanço diante da redução da defasagem idade-série. No entanto, se realizarmos esse outro tipo de análise podemos verificar que, em 2016, havia 3% de alunos no 6º ano com defasagem, em 2017 já no 7º ano eram 2%, em 2018 no 8º ano esse percentual subiu para 6% mantendo-se, em 2019, no 9º ano. Assim, o que é avanço ao final de ciclo entre um ano e outro não permanece da mesma forma quando observamos o percurso ao longo do ciclo, ou seja, nas escolas estaduais foram produzidos mais 3% de alunos com

Zuleide Aguiar
Paulo



defasagem idade-série. Com isso, finalizamos essa análise deixando evidente que esse problema não está sendo resolvido no ensino público.

Nas escolas privadas existe o aumento de defasagem no percurso do ciclo, porém com um percentual bem menor. O 2º biênio do PME foi encerrado com 5% de defasagem idade-série no 5º ano e 3% no 9º ano, ambos em 2019.

Diante dos dados apresentados, faz-se necessário um trabalho pedagógico mais forte e intenso.

INDICADORES PRINCIPAIS

Indicador 2A	Porcentagem de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental					Prazo	2016	2016	Alcançou o Indicador?	Sim		
	2015	2016	2017	2018	2019						2020	2021
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%							
Meta executada no período (dado oficial)	100%	100%	100%	100%	100%							
Meta executada no período (dado extraoficial)	100%	100%	100%	100%	100%							

Fonte: Censo Escolar/INEP e SME.

Indicador 2B	Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental					Prazo	2025	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019						2020	2021
Meta prevista	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: ----

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com dezoito Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao ensino de qualidade e equidade como preconiza a meta estabelecida. Esses indicadores envolvem a projeção populacional, quantidade de escolas e classes, remanejamento de matrículas das escolas de educação infantil para o ensino fundamental, distorção idade-série e avaliação quanto as diferentes dimensões que constituem a qualidade de uma escola. A partir de tais indicadores, temos os seguintes dados que se articulam à análise das metas e prazos estabelecidos:

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



Indicador Auxiliar 2C	Projeção referente ao total de crianças e adolescentes no município de 6 a 14 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	9.407	9.521	9.633	9.746	9.854						

Fonte: Fundação Seade.

Indicador Auxiliar 2D	Projeção referente ao total de crianças e adolescentes no município de 6 a 10 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	5.114	5.247	5.379	5.514	5.648						

Fonte: Fundação Seade.

Indicador Auxiliar 2E	Projeção referente ao total de crianças e adolescentes no município de 11 a 14 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	4.293	4.274	4.254	4.232	4.206						

Fonte: Fundação Seade.

Os indicadores de projeção populacional permitem uma análise acerca do percentual de atendimento nas escolas já que não dispomos de informações sobre essa questão no município. Assim como ocorreu no relatório do 1º biênio orienta-se que se estabeleçam parcerias entre Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Cartórios e Assistência Social, a fim de que possa ser levantada a população existente em Cajamar, nessa faixa.

Abaixo temos os indicadores que retratam a quantidade de matrículas nos anos iniciais já explicitados nesse relatório.

Indicador Auxiliar 2F	Quantidade de alunos matriculados de 6 a 10 anos na rede municipal (anos iniciais)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	5.185	5.148	5.266	5.371	5.485						

Fonte: Prodesp 17/12/2015; Prodesp 16/12/2016; SED/Período: Dez.; Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 54 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 33 | QEdu.org.br.

Indicador Auxiliar 2G	Quantidade de alunos matriculados de 6 a 10 anos no setor privado (anos iniciais)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	834	882	939	1.073	1.141						

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 | Total de Escolas de Educação Básica: 10 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2016 | Total de Escolas de Educação Básica: 11 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 13 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 14 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 17 | QEdu.org.br.

Indicador Auxiliar 2H	Quantidade de alunos matriculados de 6 a 10 anos na rede estadual (anos iniciais)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	0	0	0	0	0						

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2016 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 8 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br.

Indicadores que retratam a quantidade de matrículas nos anos finais também já explicitados nesse relatório.

Zuleide Aguiar



Indicador Auxiliar 2I	Quantidade de alunos matriculados de 11 a 14 anos na rede municipal (anos finais)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	3.165	3.309	3.500	3.964	4.127						

Fonte: Prodesp 17/12/2015; Prodesp 16/12/2016; SED/Período: Dez.; Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 54 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 33 | QEdu.org.br.

Indicador Auxiliar 2J	Quantidade de alunos matriculados de 11 a 14 anos no setor privado (anos finais)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	408	422	469	541	644						

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 | Total de Escolas de Educação Básica: 10 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2016 | Total de Escolas de Educação Básica: 11 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 13 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 14 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 17 | QEdu.org.br.

Indicador Auxiliar 2K	Quantidade de alunos matriculados de 11 a 14 anos na rede estadual (anos finais)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	770	639	515	289	454						

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2016 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 8 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2018 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br; Censo Escolar/INEP 2019 | Total de Escolas de Educação Básica: 7 | QEdu.org.br.

Quantidade de alunos do ensino fundamental que estão estudando nas escolas de educação infantil com destaque ao aumento considerável no 2º ano, como já abordado.

Indicador Auxiliar 2L	Quantidade de matrículas no 1º ano nas escolas municipais de educação infantil										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	785	349	338	361	358						

Fonte: Prodesp 17/12/2015; Prodesp 17/12/2016; SED/Período: Dez./2017; SME/2018; SME/2019.

Indicador Auxiliar 2M	Quantidade de matrículas no 2º ano nas escolas municipais de educação infantil										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	0	0	48	45	137						

Fonte: Prodesp 17/12/2015; Prodesp 17/12/2016; SED/Período: Dez./2017; SME/2018; SME/2019.

Indicadores sobre a quantidade de escolas para atender a demandas de matrículas.

Indicador Auxiliar 2N	Total de escolas públicas e privadas que atendem crianças de 6 a 14 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	37	31	33	33	40						

Fonte: Censo Escolar/INEP | QEdu.org.br.

Indicador Auxiliar 2O	Total de escolas municipais que atendem crianças de 6 a 14 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	26	20	22	21	23						

Fonte: Censo Escolar/INEP | QEdu.org.br.

Indicador Auxiliar 2P	Total de escolas estaduais que atendem crianças de 6 a 14 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	3	2	2	1	2						

Fonte: Censo Escolar/INEP | QEdu.org.br.



Indicador Auxiliar 2Q	Total de escolas privadas que atendem crianças de 6 a 14 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	8	9	9	11	15						

Fonte: Censo Escolar/INEP | QEdU.org.br.

Abaixo, apresentamos os dados, na íntegra, acerca da quantidade de classes para atender a demanda, o que torna possível analisar a média de alunos por classe.

Quantidade de classes nos anos iniciais do ensino fundamental (escolas municipais)

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	197	5.065
2016	181	5.052
2017	197	5.266
2018	198	5.371
2019	205	5.485

Fonte: SME.

Quantidade de classes nos anos finais do ensino fundamental (escolas municipais)

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	110	3.143
2016	105	3.284
2017	121	3.500
2018	128	3.964
2019	132	4.127

Fonte: SME.

Ao final do 2º biênio, a média de alunos por classe nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi de 27 e, nos Anos Finais, 31. Destacamos que, comparando com o final do 1º biênio, a rede possui a mesma média nos Anos Iniciais, porém quanto aos Anos Finais, tínhamos uma média de 29 alunos. Com isso, é possível notar um aumento que impacta na superlotação, pois há sérios problemas de vagas e alto número de alunos por classe, principalmente no Distrito do Polvilho.

Com relação às escolas estaduais e privadas, reiteramos que não é possível fazer essa análise, pois os dados não foram disponibilizados como podemos ver nas tabelas, a seguir:

Quantidade de classes nos anos iniciais do ensino fundamental (escolas estaduais)

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	0	0
2016	0	0
2017	0	0
2018	0	0
2019	0	0

Quantidade de classes nos anos finais do ensino fundamental (escolas estaduais)

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	Sem dados	761
2016	Sem dados	635
2017	Sem dados	515
2018	Sem dados	289
2019	Sem dados	454



Quantidade de classes nos anos iniciais do ensino fundamental (escolas privadas)

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	Sem dados.	772
2016	Sem dados.	814
2017	Sem dados.	939
2018	Sem dados.	1.073
2019	Sem dados.	1.141

Quantidade de classes nos anos finais do ensino fundamental (escolas privadas)

Ano	Quantidade de classes	Quantidade de matrículas
2015	Sem dados.	407
2016	Sem dados.	422
2017	Sem dados.	469
2018	Sem dados.	541
2019	Sem dados.	644

A seguir, sistematizamos os indicadores referentes à taxa de distorção idade-série já analisados neste relatório.

Indicador Auxiliar 2R	Taxa de distorção idade-série (proporção de alunos com atraso escolar de dois anos ou mais) nos anos iniciais do ensino fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	3%	3%	3%	3%	3%						
Estadual	----	----	----	----	----						
Privada	1%	2%	2%	2%	2%						

Fonte: INEP 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Indicador Auxiliar 2S	Taxa de distorção idade-série (proporção de alunos com atraso escolar de dois anos ou mais) nos anos finais do ensino fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	8%	9%	8%	8%	8%						
Estadual	4%	4%	4%	9%	7%						
Privada	1%	2%	2%	2%	3%						

Fonte: INEP 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Por fim, finalizamos os indicadores de acesso e faixa etária com duas informações cujos dados não são sistematizados em nível municipal tornando essa coleta um desafio por envolver a população de 6 a 14 anos ou 16 anos que concluíram o ensino fundamental. Os dados que possuímos são dos alunos matriculados e não da população.

Indicador Auxiliar 2T	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (Projeção Seade + quantidade de matrículas no Censo Escolar)					Prazo	2016	2023	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%					
Meta executada no período (dado oficial)	100%	100%	100%	100%	100%					
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----					

Fonte: Fundação Seade; Censo Escolar/INEP.

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO COORDENADORA DO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CAJAMAR, SP



Indicador Auxiliar 2U	Percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído					Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Alcançou o Indicador?
	2015	2016	2017	2018	2019												
Meta prevista	95%	95%	95%	95%	95%												
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----												
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----												

Fonte: ----

Indicador Auxiliar 2V **Quantidade e porcentagem do que está consolidado, que merece atenção ou que é inexistente nas escolas em relação às Dimensões e Indicadores de Qualidade no Ensino Fundamental avaliados pela comunidade e profissionais da escola.**

Fonte: Escolas Municipais.

Dimensões Fonte: DME	2015				2017			2019		2021	
	Atende	Merece atenção	Inexistente	Não respondeu	Atende	Merece atenção	Inexistente				
Dimensão 1: Ambiente Educativo	44 (46%)	18 (50%)	4 (4%)	---	46 (48%)	16 (48%)	4 (4%)	Sem dados			
Dimensão 2: Prática pedagógica e avaliação	50 (61%)	31 (32%)	6 (6%)	---	56 (58%)	34 (35%)	6 (6%)	Sem dados			
Dimensão 3: Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita	42 (44%)	16 (40%)	14 (15%)	1 (1%)	39 (41%)	17 (44%)	11 (13%)	Sem dados			
Dimensão 4: Gestão escolar democrática	20 (25%)	17 (47%)	22 (25%)	1 (1%)	34 (42%)	17 (48%)	6 (11%)	Sem dados			
Dimensão 5: Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola	14 (20%)	29 (69%)	5 (10%)	---	10 (21%)	30 (62%)	8 (17%)	Sem dados			
Dimensão 6: Acesso e permanência dos alunos na escola	20 (60%)	17 (35%)	2 (4%)	---	30 (62%)	16 (33%)	2 (4%)	Sem dados			
Dimensão 7: Ambiente físico escolar	9 (40%)	16 (72%)	4 (17%)	---	66 (27%)	117 (81%)	27 (11%)	Sem dados			
Dimensão 8: Tecnológica	----	----	----	---	14 (20%)	24 (50%)	10 (21%)	Sem dados			

Consideramos como as dimensões mais problemáticas àquelas que apresentaram mais de 40% dentro dos campos “merece atenção” e/ou “inexistente”. Em uma escala decrescente encontramos as dimensões prioritárias da educação infantil, ao final do 1º biênio (2017), sendo:

- Dimensão 5: Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola com 79% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.
- Dimensão 7: Ambiente físico escolar com 72% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.



- Dimensão 8: Dimensão tecnológica com 71% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.
- Dimensões 3: Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita com 57% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.
- Dimensão 4: gestão escolar democrática com 57% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.
- Dimensão 1: Ambiente educativo com 52% entre os campos “merece atenção” e/ou “inexistente”.

Ao final de 2019, não foi possível mensurar as dimensões de qualidade do ensino fundamental que apresentam maiores dificuldades. Diante disso, deixamos alguns questionamentos: será que essas dimensões permanecem como prioridades não trazendo avanços na rede em relação à qualidade do ensino? Será que outras dimensões foram afetadas? Se sim, quais? Quais foram os trabalhos realizados entre 2018 e 2019 que contribuíram para a melhoria desses dados?

Enfim, essas e outras questões necessitam de respostas, pois não há dados que gerem informações para análise. Diante disso, a comissão sugere que, para o próximo biênio, a SME e as escolas deem continuidade à avaliação institucional com base nos INDQUES ou elabore um instrumento que torne possível esse processo de avaliação institucional das diferentes dimensões.

Meta	2	<i>Assegurar, em colaboração com a União, o Estado e o Município a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda população de 6 a 14 anos de forma que 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.</i>			
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Estratégia 2.1. Ampliar ou reestruturar escolas, já em 2016, no que se refere ao espaço físico e o trabalho pedagógico.	2016		Iniciada	Não	Embora iniciada, a estratégia não foi alcançada, pois as ações em 2018 e 2019 foram pontuais de forma a resolver problemas emergenciais nas escolas de ensino fundamental: <u>EMEB Arnaldo Correia</u> : a escola não funcionava e estava interditada desde 11 de setembro de 2015, devido a sérios problemas estruturais e condições precárias do prédio, que colocavam em risco os alunos e servidores da unidade. Conforme Decreto 5825, do dia 9 de maio de 2018 essa unidade foi extinta e 156 alunos de EF-1.



					<p>professores e demais funcionários da escola foram transferidos para a EMEB Demétrio Rodrigues Pontes.</p> <p><u>EMEB Rosa Helena Mota Marcondes:</u> recebeu reparos nas instalações elétricas após vistoria técnica em que foram constatados problemas na rede elétrica.</p> <p><u>EMEB Profª. Odir Garcia Araújo:</u> passou por manutenção na tubulação de gás.</p> <p><u>EMEB Profª Veneranda de Freitas Pinto:</u> por meio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em parceria com a Votorantim Cimentos, realizou a pintura de toda a parte externa.</p>
Estratégia 2.2. Monitorar, a partir de 2016, o acesso, a frequência, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das vítimas de situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, com o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar, em conjunto com a família, assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 2.3. Desenvolver, a partir de 2016, formas alternativas de oferta do ensino fundamental,	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.



garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.					
Estratégia 2.4. Implantar, a partir de 2020, a avaliação institucional do ensino fundamental, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base nos Indicadores de Qualidade Nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos e tecnológicos, a acessibilidade, o Projeto Político Pedagógico, o desenvolvimento dos Projetos Institucionais, as formações continuadas, o trabalho realizado pelas empresas terceirizadas dentro da escola, entre outros indicadores relevantes que constituem as dimensões de qualidade do ensino.	2020		Iniciada	Não	O período para implantar uma avaliação institucional no ensino fundamental é 2020, posterior à avaliação do 2º biênio.
Estratégia 2.5. Revisar a Proposta Curricular para o ensino fundamental à luz da Base Nacional Comum Curricular a partir de 2019, para imediata implantação do novo currículo.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 2.6. Acessar, a partir de 2020, tecnologias educacionais para o ensino fundamental, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a	2020		Não iniciada	Não	O período para concretização dessa estratégia é 2020, posterior a avaliação do 2º biênio.



aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados apresentados.					
Estratégia 2.7. Assegurar, até 2021, que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas e recursos e equipamentos tecnológicos, além de acesso a internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais.	2021		Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 06/2.021: Inclusão da sala de leitura e multimeios na escrita da Estratégia.
Estratégia 2.8. Implantar o Sistema de Ensino considerando processo de planejamento para essa ação, a organização do trabalho pedagógico, a ampliação dos dados de aprendizagem e qualificação na formação de professores a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	<p>No ano de 2018 houve discussão e planejamento para que, em 2019, houvesse a implantação do Sistema Sesi de ensino por meio de um convênio com o SESI, de acordo com o Orçamento n° 008/2019.</p> <p>O convênio envolveu um conjunto de estratégias educacionais organizadas que colaboram na melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, por meio de formação continuada dos técnicos da Secretária Municipal de Educação, gestores e professores das unidades escolares, com o mesmo material didático utilizado com os alunos da rede escolar SESI.</p> <p>Tivemos 21 escolas do Ensino Fundamental do</p>



					1º ao 9º ano, que receberam o material didático e foram contempladas com formação de professores e gestores, bem como todo acompanhamento para os profissionais da rede de ensino em parceria com os formadores do SESL.
Estratégia 2.9. Realocar, após a construção de novas escolas, os alunos do 1º ano, que estão nas escolas de educação infantil para o ensino fundamental, até 2020.	2020		Não iniciada	Não	Prazo para efetivação posterior após a avaliação do 2º biênio.
Estratégia 2.10. Promover políticas públicas voltadas à diminuição da taxa de retenção, até 2020.	2020		Não iniciada	Não	Prazo para efetivação posterior após a avaliação do 2º biênio.
Estratégia 2.11. Fomentar políticas públicas que garantam a correção da distorção idade-série diante do combate a evasão escolar, abandono e retenção, até 2020.			Não iniciada	Não	Prazo para efetivação posterior após a avaliação do 2º biênio.
Estratégia 2.12. Priorizar no Plano de Ações Articuladas (PAR) o acesso, junto ao Ministério da Educação, a programas de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 2.13. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.



políticas públicas educacionais, a partir de 2019.					
Estratégia 2.14. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 2.15. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores, professoras e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, durante toda vigência do plano.	2016 2019		Iniciada	Não	A estratégia foi iniciada tendo em vista a implantação da Comunidade de Aprendizagem em algumas escolas da rede, a ampliação do acervo de livros com o PNLD Literário e o desenvolvimento dos projetos de leitura pelas escolas, porém a formação de leitores considerando as diretrizes do PNLL está à desejar, pois de acordo com a Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, que instituiu o Plano Nacional do Livro e Leitura, em seu Art. 1º explicita como finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção



					intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.
Estratégia 2.16. Criar uma rede integrada entre os colegiados, órgãos de defesa, secretarias públicas através de reuniões bimestrais em parceria com as escolas de Ensino Fundamental II e com as redes de apoio e atendimento, a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 07/2.021: criar uma rede integrada entre os colegiados responsáveis pela garantia do direito e integridade às crianças e adolescentes.
Estratégia 2.17. Revisar e atualizar, até 2020, o Decreto nº 4.318 de 13 de maio de 2011, que homologa o Regimento Comum das Escolas Municipais de Cajamar, considerando alguns aspectos tais como: critérios de avaliação/menções, nomenclaturas, quantidade alunos por classe, considerando também as classes que possuem alunos com deficiência, anexos do Projeto Político Pedagógico, critérios para matrícula de alunos entre outros.	2020		Não iniciada	Não	Prazo para efetivação posterior após a avaliação do 2º biênio.
Estratégia 2.18. Investir em ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, durante a vigência do plano.	2016 2025		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 2.19. Promover um estudo para implantação da Língua Inglesa nas escolas de ensino	2023		Não iniciada	Não	Prazo estipulado para essa Estratégia é 2023, ultrapassando o período do 2º biênio.



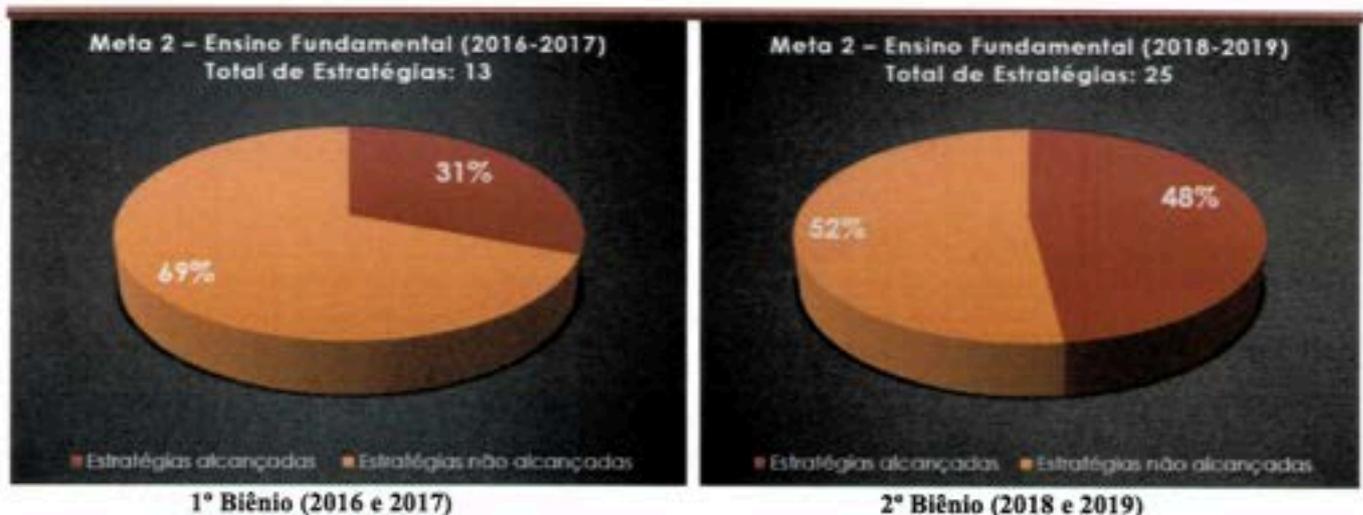
fundamental do 1º ao 5º ano, a partir de 2023.					
Estratégia 2.20. Criar meios para avaliar efetivamente o nível de aprendizado em que se encontra cada aluno, utilizando nomenclaturas que reflitam verdadeiramente o aprendizado adquirido.	2016		Não iniciada	Não	Falta estipular um prazo para essa Estratégia.
Estratégia 2.21. Melhorar a qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos e estabelecer formas e critérios para avaliar a qualidade da alimentação escolar por cada escola podendo ser: acompanhamento do Teste de Aceitabilidade, aplicado em cada escola pelo Setor de Alimentação Escolar, acompanhamento da elaboração dos termos de referência para compra dos alimentos da Alimentação Escolar, acompanhamento do contrato da empresa que compra os alimentos para a Alimentação Escolar, capacitação prática das merendeiras, para melhoria no preparo dos alimentos. desde a vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota técnica N° 08/2.021 de inserção da estratégia na EI pelo fato de, na avaliação do 1º biênio, as estratégias de alimentação e transporte escolar terem ficado isoladas das metas, aspecto esse que não é possível já que o PME possui 20 metas com as estratégias perfazendo as mesmas.
Estratégia 2.22. Constituir uma equipe multidisciplinar composta pelo CAE, pela Vigilância sanitária e pela equipe técnica de nutrição com a finalidade de monitorar, avaliar, e fiscalizar o trabalho e as condições estruturais e de armazenamento das cozinhas das escolas e de todo processo da	2019		Iniciada	Sim	Nota técnica N° 08/2.021 de inserção da estratégia na EI pelo fato de, na avaliação do 1º biênio, as estratégias de alimentação e transporte escolar terem ficado isoladas das metas, aspecto esse que não é possível já que o PME possui 20 metas com as estratégias perfazendo as mesmas.



alimentação escolar, a partir de 2019.					
Estratégia 2.23. Fortalecer o CAE quanto ao processo de autonomia, transparência e socialização de informações para controle do orçamento e dos gastos públicos, desde o início do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota técnica N° 08/2.021 a de inserção da estratégia na EI pelo fato de, na avaliação do 1° biênio, as estratégias de alimentação e transporte escolar terem ficado isoladas das metas, aspecto esse que não é possível já que o PME possui 20 metas com as estratégias perfazendo as mesmas.
Estratégia 2.24. Manter o acesso dos alunos com deficiência à escola de Rede Municipal por meio de transporte acessível, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota técnica N° 08/2.021 de inserção da estratégia na EI pelo fato de, na avaliação do 1° biênio, as estratégias de alimentação e transporte escolar terem ficado isoladas das metas, aspecto esse que não é possível já que o PME possui 20 metas com as estratégias perfazendo as mesmas.
Estratégia 2.25. Rever o convênio com o Estado, possibilitando a oferta do transporte dos alunos da Rede Estadual (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o repasse de recursos correspondentes, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota técnica N° 08/2.021 de inserção da estratégia na EI pelo fato de, na avaliação do 1° biênio, as estratégias de alimentação e transporte escolar terem ficado isoladas das metas, aspecto esse que não é possível já que o PME possui 20 metas com as estratégias perfazendo as mesmas.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 2 e suas respectivas Estratégias ficou da seguinte maneira:

Zuleide Aguiar



Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 13 Estratégias em sua Meta 2. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 20 Estratégias mais 5 que foram redistribuídas da Alimentação e Transporte Escolar, totalizando 25. Diante disso, podemos notar que de 69% das Estratégias alcançadas em 2017 temos, ao final de 2019, 52%.

Os desafios apontados na avaliação do 1º biênio que foram alcançados ao longo do 2º biênio são:

- Revisão da Proposta Curricular à luz da BNCC.

Os desafios do 1º biênio que não foram superados ao longo do 2º biênio são:

- Construir e ampliar escolas.
- Realizar a manutenção das escolas.
- Elevar os níveis de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.
- Promover formação de professores compatíveis com as novas tendências pedagógicas.
- Investir em tecnologia nas escolas.
- Investir na formação da gestão escolar com foco no planejamento institucional, nos processos de liderança, nos aspectos administrativos, financeiros e legais que influenciam a atuação gestora, bem como nas dimensões que constituem uma escola de qualidade.
- Corrigir fluxo escolar.
- Investir em uma metodologia de busca ativa para alunos que, porventura, possam estar fora da escola.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 2 traz como desafios do 2º biênio:

- Criar políticas públicas que garantam a correção da distorção idade-série, principalmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental nas escolas municipais.
- Realizar o levantamento dos alunos da rede com distorção idade-série.
- Criar meios para avaliar efetivamente os níveis de aprendizagem em que cada aluno se encontra.
- Construir novas escolas para atender a demanda do ensino fundamental.
- Alocar os alunos de 1º e 2º ano que estão nas escolas de Educação Infantil para escolas de Ensino Fundamental.
- Criar mecanismos para levantar a demanda populacional de 6 a 14 anos e 16 anos que concluiu o ensino fundamental.



-
- Lidar com o crescimento no número de matrículas, em especial de 11 a 14 anos.
 - Obter informações das escolas estaduais e privadas que não constam em fontes oficiais, além de instituir parcerias no processo de avaliação do PME.
 - Garantir a continuidade da avaliação das dimensões de qualidade que constitui a escola em um instrumento de rede.

Zuleide Aguiar



3. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% em idade e série adequadas.	2016 2025

Observações/Relato sintético

A Meta 3 - **ENSINO MÉDIO** - do Plano Municipal de Educação possui dois objetivos: matricular todos os jovens de 15 a 17 anos na escola e garantir, até 2025, que 85% dos jovens de 15 a 17 anos estejam no Ensino Médio. Atualmente, o Brasil conta com 94,5% dos jovens na escola e 75,4% dos jovens de 15 a 17 anos que cursam essa etapa, como apontam os dados no Observatório do Plano Nacional de Educação.

O Censo Demográfico realizado em 2010, apontou que 83,3% dos jovens de 15 a 17 anos, no Brasil, estavam matriculados na escola. Em São Paulo, esse percentual foi de 85,3% e, em Cajamar 84,6% o equivalente a 2.948 alunos.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e do Plano Municipal de Educação 2015-2025, tem-se como meta a universalização do atendimento, quatro anos após dos dados levantados pelo IBGE. Tomando como base o ano de 2010, vemos que ainda temos um longo caminho, pois 13,6% dos jovens de 15 a 17 anos não estavam matriculados na escola.

Em Cajamar, a projeção populacional para a faixa etária de 15 a 17 anos, realizada pela Fundação Seade, aponta 3.317 pessoas, ao final de 2019. Diante disso, temos um cenário inusitado no qual a cada biênio do PME é possível identificar queda. Em 2017, tivemos 5% a menos da população se comparado a 2015. Já no final do 2º biênio, 2019, temos 6% a menos dessa população se comparado a 2017. Desde o início da vigência do PME, a projeção populacional de 15 a 17 anos foi reduzida em 11%. Vejamos a tabela, a seguir:

Número de pessoas com idade entre 15 e 17 anos no município (projeção)					
2015	2016	2017	2018	2019	
3.693	3.599	3.504	3.410	3.317	

Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>. Acesso: 5 out. 2021.

De 3.317 pessoas, o município possui 2.921 alunos matriculados na rede estadual e no setor privado o que equivale a 88% de matrículas. Com isso, podemos concluir que parte da meta que trata sobre a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos se constitui como grande desafio. A tabela, a seguir mostra a quantidade de matrículas em cada ano, sendo que, 2019, foi o ano com menos matrículas desde a aprovação do PME.

Outra análise importante a ser feita diz respeito aos alunos que entram no 1º ano, porém ficam no meio do caminho devido a reprovação, abandono ou evasão. Vejamos com esse fenômeno acontece em todos os anos.

Quantidade e porcentagem de matrículas no Ensino Médio público e privado						
	2015	2016	2017	2018	2019	
1º ano	1.216	1.250	1.255	1.072	921	
2º ano	1.138	1.073	1.125	1.128	976	
3º ano	1.084	1.045	993	1.008	1.024	
Total	3.438 93%	3.368 93,5%	3.373 96%	3.208 94%	2.921 88%	

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdU.org.br.



Observem as setas laranjas: tivemos uma perda de 18% de matrículas entre os anos de 2015 a 2017, ou seja, 223 alunos não conseguiram concluir essa etapa de ensino. As setas verdes destacam essa mesma leitura, porém entre os anos de 2016 a 2018. Nesse período, tivemos uma perda de 20% de matrículas que equivale a 242 alunos. Por fim, as setas azuis mostram que, de 2017 a 2019, tivemos uma perda de 19% de matrículas que equivalem a 231 alunos.

Com isso, é possível perceber que, em média, 19% dos alunos desistem do Ensino Médio e não concluem os estudos, aspecto que torna complexo e desafiador sua universalização. Sendo assim, um ponto a se considerar é o trabalho de busca ativa. Precisamos de dados reais acerca de como essas buscas são realizadas e qual o impacto positivo em termos de resultados, pois o que os dados indicam é a manutenção do abandono, da evasão ou da reprovação. O resultado do 2º biênio foi impactante se comparado ao 1º biênio do PME, pois a redução de matrículas esteve em 8% nos últimos dois anos, o que é muito preocupante. Diante dos dados apresentados, faz-se necessário um levantamento dos reais motivos que causam a queda da matrícula dos alunos em continuidade.

A rede estadual detém 93% das matrículas do Ensino Médio enquanto que o setor privado possui 7% como retratam as tabelas a seguir:

Quantidade de matrículas no Ensino Médio estadual

	2015	2016	2017	2018	2019
1º ano	1.185	1.202	1.199	992	852
2º ano	1.106	1.041	1.078	1.074	905
3º ano	1.053	1.013	963	962	966
Total	3.344	3.256	3.240	3.028	2.723

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdu.org.br.

Quantidade de matrículas no Ensino Médio privado

	2015	2016	2017	2018	2019
1º ano	31	48	56	80	69
2º ano	32	32	47	54	71
3º ano	31	32	30	46	55
Total	94	112	133	180	195

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdu.org.br.

Para atender essa demanda de matrículas temos 7 escolas estaduais e 5 escolas privadas. Considerando a quantidade de alunos atendidos pela rede estadual e pelo setor privado, observa-se a possibilidade de um atendimento customizado, próximo e pontual onde há poucos alunos por sala de aula.

Além disso, há estagnação nas escolas públicas, pois desde 2015 há a mesma quantidade (7 escolas) enquanto que, no setor privado o crescimento para o atendimento no Ensino Médio foi abundante, pois de apenas uma escola em 2015 o município passou a ter 5 em 2019.

Quantidade de escolas de Ensino Médio estadual

2015	2016	2017	2018	2019
7	7	7	7	7

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdu.org.br.



Quantidade de escolas de Ensino Médio privado

2015	2016	2017	2018	2019
1	2	2	3	5

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdu.org.br.

O município possui algumas limitações quanto à organização e publicação de dados para que todos tenham acesso às informações. Podemos notar essa situação em dois Indicadores que não possuem dados. Um deles se refere ao percentual de jovens entre 15 e 17 anos matriculados no Ensino Médio, sendo essa a idade recomendada. A informação que temos é a porcentagem de matrículas, porém existem outras faixas etárias devido a distorção idade-série. Com isso, não conseguimos precisar o percentual de matrículas em idade adequada. Esse é um desafio às escolas: sistematizar e gerar dados quanto a faixa etária dos alunos matriculados.

Para que possamos ter uma ideia desse percentual em termos de País, Região e Estado, compartilhamos as informações na tabela abaixo:

Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio

	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	89,7%	90,8%	90,9%	91,5%	92,5%
Sudeste	91,8%	92,5%	92,8%	92,9%	94,2%
São Paulo	93,5%	94,6%	93%	93,3%	94,5%
Cajamar	Sem dados				

Fonte: QEdu.org.br; IBGE/PNADC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/ensino-medio>. Acesso: 5 out. 2021.

A mesma situação ocorre com o percentual de jovens com 19 anos que concluíram o Ensino Médio. Os dados que temos são dos jovens que concluíram essa etapa de ensino, independente da faixa etária. Temos 77,5% de jovens com 19 anos que não conseguem concluir o Ensino Médio em São Paulo. Ainda que não tenhamos a faixa etária dos alunos que concluem o Ensino Médio, sabemos que, em média, 19% desistem ao longo do percurso escolar.

Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	55,9%	58,9%	59,3%	63,6%	65,1%
Sudeste	63,6%	65,5%	67,4%	70,8%	72,1%
São Paulo	70,9%	70,8%	73,5%	78,3%	77,5%
Cajamar	Sem dados				

Fonte: IBGE PNADC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/ensino-medio>. Acesso: 5 out. 2021.

INDICADORES PRINCIPAIS

Indicador 3A	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola					Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	-----
	2015	2016	2017	2018	2019				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%				

Handwritten signatures and initials:
Zuleide Aguiar
[Other illegible signatures]



Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados										
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados										

Fonte: -----

Indicador 3B	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio						Prazo	2016		Alcançou o Indicador?	----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020		2021	2022		
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Fonte: ----

Diante das tabelas acima que indicam a ausência de dados, a análise torna-se prejudicada por falta de informações não encaminhadas pelos órgãos competentes.

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com oito Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao ensino de qualidade, equidade e universal como preconiza a meta estabelecida. Esses indicadores envolvem a projeção populacional, quantidade de escolas e classes. A partir de tais indicadores, temos os seguintes dados que se articulam à análise das Estratégias e prazos estabelecidos:

Indicador Auxiliar 3C	Projeção referente ao total de pessoas entre 15 e 17 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	3.693	3.599	3.504	3.410	3.317						

Fonte: Fundação Seade.

Indicador Auxiliar 3D	Quantidade e porcentagem de matrículas no Ensino Médio público e privado										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	3.438 93%	3.368 93,5%	3.373 96%	3.208 94%	2.921 88%						

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEDu.org.br.

Indicador Auxiliar 3E	Quantidade de matrículas no Ensino Médio estadual										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	3.344	3.256	3.240	3.028	2.723						

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEDu.org.br.

Zuleide Aquino
Prof



Indicador	Quantidade de matrículas no Ensino Médio privado										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Auxiliar 3F	94	112	133	180	195						

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdU.org.br.

Os indicadores de projeção populacional permitem uma análise acerca do percentual de atendimento nas escolas já que não dispomos de informações sobre essa questão no município. Assim como ocorreu no relatório do 1º biênio orienta-se que se estabeleçam parcerias entre Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Cartórios e Assistência Social, a fim de que possa ser levantada a população existente em Cajamar nessa faixa.

Abaixo temos os indicadores que retratam a quantidade de escolas e classes para atender essa população.

Indicador	Quantidade de escolas de Ensino Médio estadual										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Auxiliar 3G	7	7	7	7	7						

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdU.org.br.

Indicador	Quantidade de escolas de Ensino Médio privado										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Auxiliar 3H	1	2	2	3	5						

Fonte: Censo Escolar/INEP. QEdU.org.br.

Interessante notar que não dispomos de informações sobre a quantidade de classes que as escolas estaduais e privadas possuem. Os dados foram solicitados aos responsáveis, via Ofício, porém não obtivemos respostas, com exceção da EE Profa. Ana Maria Garrido Orlandi, ETEC Gino Rezaghi e Sistema SESI.

Indicador	Quantidade de classes de Ensino Médio estadual										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Auxiliar 3I	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Fonte: ---

Indicador	Quantidade de classes de Ensino Médio privado										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Auxiliar 3J	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Fonte: ---

A ausência desses dados nos impede de analisar a relação entre quantidade de matrículas e quantidade de classes para sabermos se há superlotação, salas ociosas ou um percentual adequado de alunos para cada classe.

A seguir, veremos as análises realizadas em cada Estratégia estabelecida para o Ensino Médio no município:

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



Meta	3	<i>Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% em idade e série adequadas.</i>			
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Estratégia 3.1. Promover, em 2016, em regime de colaboração com o Estado e a União, estudo das áreas disponíveis nos bairros de Cajamar Centro e Polvilho, dada a implantação de novos condomínios e conjuntos habitacionais, para instalação de escolas, em virtude da necessidade de expansão da rede estadual, buscando a universalização do atendimento para o Ensino Médio, durante a vigência deste plano.	2016		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 3.2. Promover, a partir de 2016, intercâmbio entre as escolas do ensino fundamental, anos finais, com as escolas de ensino médio, proporcionando uma integração e adaptação do aluno egresso do ensino fundamental, permitindo uma continuidade dos estudos sem rupturas, realizando um trabalho com as famílias, mostrando a importância dos estudos para não deixar os filhos abandonarem a escola.	2016		Iniciada	Sim	A Estratégia foi alcançada em termos de continuidade, sem rupturas entre os anos finais do ensino fundamental e o 1º ano do EM, porém para o próximo biênio, sugerimos o levantamento pontual com as escolas de ensino fundamental e ensino médio acerca das ações de intercâmbio, integração e adaptação dos alunos para que esse acompanhamento ocorra de forma mais qualitativa e pontual.
Estratégia 3.3. Elaborar projetos institucionais entre Município e Estado para qualificar a integração dos alunos no processo de transição do ensino	2016 2025		Não iniciada	Não	Foram realizadas ações de troca de experiência entre município e estado ao final do ano de 2018. Os encontros foram planejados a partir das



fundamental para o ensino médio, durante a vigência do plano.					reuniões com o grupo de Secretários de Educação que compõem o CIMBAJU junto aos municípios da região e DE Caieiras na qual estabeleceu-se reuniões com supervisores de ensino, diretores de escola e assessores pedagógicos de ambas as redes públicas nas quais discutiram-se os trabalhos pedagógicos desenvolvidos, dados de aprendizagem, principais demandas de ensino, entre outros. A elaboração de um projeto institucional com essa finalidade não ocorreu, apenas essa única ação.
Estratégia 3.4. Estabelecer conjuntamente com os representantes do estado, normas e procedimentos que visem a facilitar o processo das matrículas do aluno egresso do ensino fundamental anos finais nas escolas de ensino médio, a partir de 2016.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 3.5. Buscar a parceria com o SENAI visando a atender 20% dos alunos ingressantes no Ensino Médio, concomitante aos estudos regulares, com possibilidade da inserção no mercado de trabalho via estágio remunerado e/ou bolsas de estudo, no início do ano letivo de 2016.	2016		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 3.6. Incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares	2020		Iniciada	Não	O período estipulado para alcance dessa Estratégia é 2020, pós avaliação do 2º biênio.



estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores, a partir de 2020.					
Estratégia 3.7. Discutir o processo de implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do ensino médio, até 2020.	2020		Iniciada	Sim	Consideramos a Estratégia alcançada tendo em vista o Parecer CNE/CP nº 15/2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018 que institui a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) com orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela



					BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.
Estratégia 3.8. Promover a busca ativa da população de quinze a dezessete anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude, durante a vigência do plano.	2016 2025		Não iniciada	Não	Existem ações realizadas por algumas escolas estaduais acerca dessa prática de busca ativa, porém é algo a ser aprimorado em termos de informações sobre “como ocorre” e “quais resultados” são alcançados já que, média, duzentos alunos desistiram dos estudos entre 2017 e 2019. Na III Conferência Municipal de Educação, os participantes apontaram a necessidade de busca ativa imediata articulada com as Secretarias Social, Saúde e Educação para promover a matrícula, permanência e conclusão do Ensino Médio.
Estratégia 3.9. Implementar ações de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão, durante a vigência do plano.	2016 2025		Iniciada	Não	Existem ações realizadas por algumas escolas estaduais acerca da prevenção à evasão por preconceito, porém as informações sobre essa ação é algo a ser aprimorado sobre “como ocorre” e “quais resultados” se tem, bem como o tipo de preconceito sofrido. Diante disso, os participantes da III

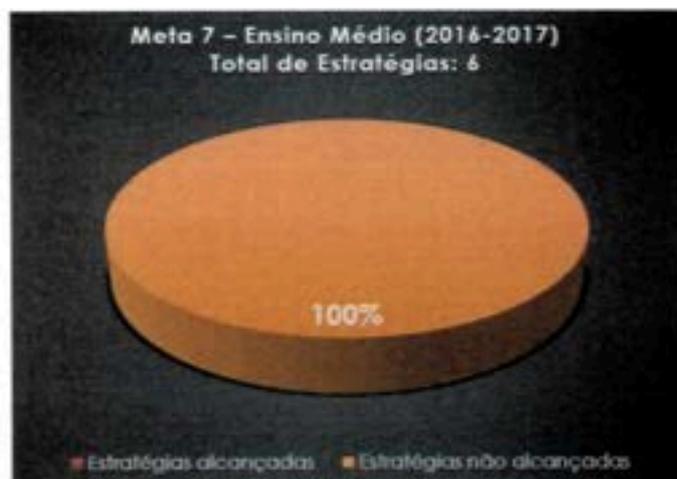


					Conferência Municipal de Educação discutiram sobre a necessidade de que todas as escolas realizem efetivamente ações de combate ao preconceito.
Estratégia 3.10. Incentivar a matrícula dos alunos de ensino médio em cursos técnicos/ profissionalizantes e superiores de maneira a trazer mais opções dentro do próprio município, durante a vigência do plano.	2016 2025		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 3.11. Integrar e articular o CAE junto a outros fóruns sociais e dar visibilidade as ações deste colegiado, desde o início do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota Técnica N° 09/2.021: inserção da estratégia de alimentação e transporte escolar.
Estratégia 3.12. Garantir formação continuada dos conselheiros do CAE mediante suas responsabilidades e fiscalização da alimentação escolar, desde o início do plano.	2016		Iniciada	Não	Nota Técnica N° 09/2.021: inserção da estratégia de alimentação e transporte escolar.
Estratégia 3.13. Garantir a Avaliação Antropométrica dos alunos, realizando o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos alunos, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Não	Nota Técnica N° 09/2.021: inserção da estratégia de alimentação e transporte escolar.
Estratégia 3.14. Promover, semestralmente, a capacitação dos merendeiros, inclusive sobre o aproveitamento dos alimentos, até 2020.	2020		Iniciada	Sim	Nota Técnica N° 09/2.021: inserção da estratégia de alimentação e transporte escolar.
Estratégia 3.15. Viabilizar, em parceria com a União, ações de implantação gradativa de cadeirinhas adequadas no ônibus escolar	2022		Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 09/2.021: inserção da estratégia de alimentação e transporte escolar.

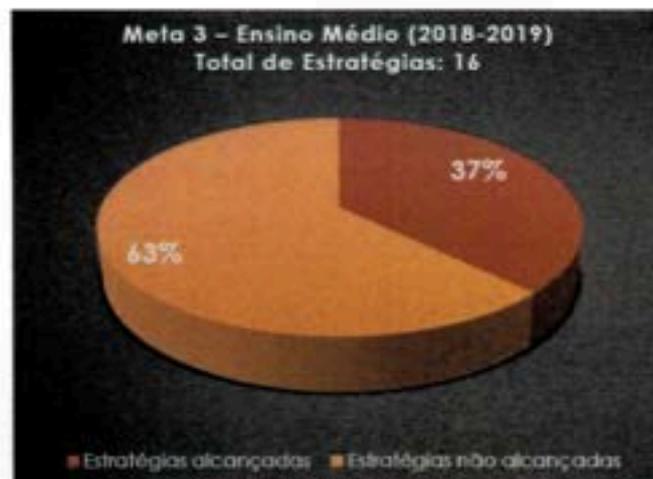


de acordo com a faixa-etária, até 2022.								
Estratégia 3.16. Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim		Nota Técnica 09/2.021: inserção da estratégia de alimentação e transporte escolar.	Nº da estratégia	

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 3 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 6 Estratégias em sua Meta 7 que era destinada ao Ensino Médio. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 10 Estratégias mais 6 que foram redistribuídas da Alimentação e Transporte Escolar, totalizando 16. A Meta do Ensino Médio passou a ser a 3. Diante disso, podemos notar que de 0% das Estratégias foram alcançadas em 2017 e, ao final de 2019, esse percentual é de 37%, o que nos parece que houve considerável avanço, ainda que tenha tido um aumento significativo na quantidade de Estratégias.

Os desafios apontados na avaliação do 1º biênio que foram alcançados ao longo do 2º biênio são:

- Reorganização curricular.



Os desafios do 1º biênio que não foram superados ao longo do 2º biênio são:

- Correção do fluxo escolar.
- Fortalecimento do trabalho voltado ao regime de colaboração entre escolas.
- Realização da metodologia de busca de ativa para alunos que estão fora da escola.
- Aumento do IDEB.
- Fortalecimento do trabalho pedagógico e de formação de professores para qualificação da proficiência dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 3 traz como desafios do 2º biênio:

- Universalizar o atendimento.
- Reduzir o crescimento de abandono ou evasão entre o 1º e 3º ano ocasionando queda no número de matrículas.
- Obter dados das escolas estaduais e privadas que não constam nas fontes oficiais.
- Construir parcerias que visem a inserção do estudante no mercado de trabalho.
- Implantar a BNCC.
- Levantar se há evasão por motivo de preconceito e quais são.
- Fazer o levantamento da quantidade de alunos que saem do 9º ano e se matriculam no 1º EM.
- Fazer o levantamento de quantos jovens de 15 e 17 anos estão matriculados no EM.
- Fazer o levantamento de quantos jovens com 19 anos concluem o EM.
- Levantar as ações realizadas pelas escolas acerca do intercâmbio, integração e adaptação entre EF e EM.
- Levantar ações de busca ativa realizadas pelas escolas e seus resultados.
- Integrar a Secretaria Municipal de Educação, escolas estaduais e setor privado.

Zuleide Aguiar



4. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
4	<i>Oferecer para toda população de 4 a 17 anos com deficiência,, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino de forma a garantir o sistema educacional inclusivo, com o uso das salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados.</i>	2016
Observações/Relato sintético		
<p>Meta 4 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA.</p> <p>De acordo com a Introdução do documento elaborado pelo MEC/SECADI, intitulado de <i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i>, destacamos e corroboramos que <i>“o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”</i> (s/d, p. 1).</p> <p>Dito isso, a educação inclusiva, portanto, constitui um paradigma educacional pautado na concepção de direitos humanos, que articula igualdade e diferença como valores indissociáveis. O documento ainda traz que,</p> <p style="text-align: center;"><i>“[...] ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas”</i> (<i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i>, s/d, p. 1).</p> <p>Nessa direção, a <i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i>, é um documento a ser considerado e tomado como o grande norteador do processo de avaliação do PME, pois objetiva constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Assim, uma primeira sugestão da Comissão é que o PME seja avaliado a luz do que está pontuado enquanto cerne desta política no sentido de, cada vez mais, nos aproximarmos dessa forma de pensar a modalidade de educação inclusiva.</p> <p>Considerando a universalização do ensino para a população com TGD e altas habilidades ou superdotação o PME, em sua Meta 4 possui dois objetivos: matricular todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e ofertar atendimento educacional especializado para todos os alunos, preferencialmente em escolas comuns garantindo todo o sistema educacional inclusivo com salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Destacamos que não há resultados parciais para tais objetivos em nível de país, região e Estado como aponta o Observatório do Plano Nacional de Educação.</p> <p>Em Cajamar, os dados sobre a quantidade e o percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que frequenta a escola, são inexistentes em sua totalidade. Temos apenas as informações das escolas municipais e da APAE, o que impede de fazer</p>		



uma análise adequada já que as escolas estaduais e o setor privado não enviaram as informações, quando solicitadas.

O mesmo ocorre com a porcentagem da população de 4 a 17 anos com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou deficiência mental/intelectual permanente na escola. Não dispomos de dados em relação a tais informações em sua totalidade. As informações que temos é apenas da rede municipal. Vejamos a tabela a seguir:

Porcentagem da população de 4 a 17 anos com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou deficiência mental/intelectual permanente na escola

	2015	2016	2017	2018	2019
Município	2 (baixa visão) 9 (auditiva) 66 (intelectual) 10 (múltipla) 32 (física)	Sem dados	2 (baixa visão) 16 (auditiva) 99 (intelectual) 12 (múltipla) 25 (física)	2 (baixa visão) 14 (auditiva) 96 (intelectual) 16 (múltipla) 22 (física)	5 (baixa visão) 16 (auditiva) 90 (intelectual) 31 (múltipla) 14 (física)
Estado	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Privado	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Fonte: SME.

Como não temos os dados das escolas estaduais e do setor privado, a análise do percentual de atendimento a essa população específica (dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou deficiência mental/intelectual) torna-se prejudicada.

Para calcular o percentual de alunos de 4 a 17 anos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação utilizaremos a projeção populacional realizada pela Fundação Seade e o número de alunos matriculados em classes comuns.

Atualmente, temos 12.428 pessoas de 4 a 17 anos, conforme projeção populacional e 326 alunos matriculados nas redes municipal e estadual, bem como no setor privado. Essas matrículas são em classes comuns e equivalem a 3% da população. Importante destacar que, ao final do 1º biênio de avaliação do PME o percentual era de 2%, ou seja, entre os anos de 2018 e 2019, houve aumento de matrículas para essa população. Já o percentual de alunos matriculados no Atendimento Educacional Especializado para o mesmo período é de 1%, ou seja, o município possui 111 alunos matriculados em 2019.

No 2º biênio do PME, a rede possui 8 professores organizados em dois polos de Atendimento Educacional Especializado no qual há salas de recursos multifuncionais. Cada professor atende, em média, 14 alunos. Há tradutores e intérpretes de Libras, sendo 8 na rede municipal e 2 na rede estadual, como mostra o Censo Escolar.

A comissão solicitou à APAE a quantidade e porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que estão matriculados e que não são atendidos na rede pública e setor privado. Ao final do 1º biênio (2017) havia 98 matrículas nessas condições e, ao final do 2º biênio (2019), não há nenhuma matrícula na APAE acerca desse público.

Com relação a quantidade e porcentagem de escolas com dependências e vias adequadas aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida o Censo Escolar traz as seguintes informações: na rede municipal há 27,3% das escolas com dependências adequadas o que mostra avanço visto que, em 2017, esse percentual era de 11,8%. Nas escolas estaduais não foram contabilizados dados. A informação que se tem no Observatório do PNE são os dados que migram do Censo Escolar que apontam para as



escolas estaduais 0% em relação a vias e dependências adequadas. Quanto às escolas privadas, temos 58,8% que atendem aos padrões necessários de acessibilidade. Com relação às escolas que possuem banheiro acessível temos: 51,5% nas escolas municipais, 71,4% nas escolas estaduais e 70,6% nas escolas privadas. A partir desses dados é possível analisar que se constitui como desafio a adequação de dependências, vias e banheiros acessíveis para atender essa demanda.

Os participantes da III Conferência Municipal de Educação levantaram a questão acerca da reforma das escolas na relação com a falta de olhar para as questões de acessibilidade que, por sua vez, ficaram de fora das escolas que foram atendidas.

Destacaram na plenária que a verba do PDDE Acessibilidade é um recurso federal que há muito tempo não vem sendo repassado, necessitando assim de ações que possam retomar tais repasses ao município. Na plenária da Meta 4, as discussões trouxeram a importância de parcerias com ONGs ou Organizações Sociais mais próximas para o atendimento das crianças em relação à deficiência visual, necessidade do retorno das saídas com os alunos com necessidades especiais, articulando a questão teoria/prática para o mercado de trabalho e a circulação social.

Do ponto de vista estrutural, de recursos humanos, pedagógicos e encaminhamentos de alunos, os participantes demonstraram desconhecimento quanto ao atendimento do AEE para as creches e encaminhamento dos alunos com necessidades especiais ao CAPSI, pontos esses que foram esclarecidos pela coordenação da plenária.

Quanto à quantidade de professores, foi discutido a ampliação do quadro para o AEE com a intenção de garantir atendimento, organização e orientações mais pontuais aos profissionais da creche (0 a 3 anos), bem como a ampliação da intervenção precoce às crianças desse segmento. Junto a essas questões, os participantes pontuaram a demanda acerca da aquisição e estruturação de materiais e adequação predial para o atendimento às crianças no AEE.

INDICADORES PRINCIPAIS

Os indicadores principais possuem o caráter de trazer dados sobre o percentual de alunos matriculados em relação ao total da faixa etária de 4 a 17 como também o percentual de alunos matriculados em relação a seu público alvo.

Diante disso, podemos ver que o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns chega, no máximo, a 2% da população. A tabela abaixo traz os dados de todos os anos desde a aprovação do PME.

Indicador 4A	Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns considerando o total da população de 4 a 17 anos						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	-----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	150 (1%)	179 (1%)	207 (2%)	221 (2%)	240 (2%)						
Meta executada no período (dado extraoficial)	144 (1%)	163 (1%)	204 (1%)	203 (1%)	203 (1%)						



Fonte: Dado Municipal | SME; Dado Oficial | MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Já o Indicador 4B expressa o número de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns em relação ao número total desses alunos. Com isso, podemos observar que esse indicador não foi alcançado, mas que ano a ano, nos aproximamos desse percentual.

Indicador 4B	Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns em relação ao total desses alunos na REDE PÚBLICA E SETOR PRIVADO							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	68,2%	70,6%	74,5%	78,2%	80,7%						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 08 nov. 2021.

Considerando a singularidade de cada rede pública (municipal e estadual), bem como do setor privado, é possível notar que o baixo atendimento está localizado no setor privado, visto que o município e o Estado atendem 100% da demanda. Vejamos as próximas três tabelas:

Indicador 4C	Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns em relação ao total desses alunos na rede MUNICIPAL							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 08 nov. 2021.

Zuleide Aguiar



Indicador 4D	Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns em relação ao total desses alunos na rede ESTADUAL						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Sim	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 08 nov. 2021.

Indicador 4E	Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns em relação ao total desses alunos no SETOR PRIVADO						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	3%	3,8%	7,6%	15,5%	18,8%						
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 08 nov. 2021.

Por fim, o atendimento à população de 4 a 17 anos com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou deficiência mental/intelectual permanente na escola não possui dados que gerem análises, pois a última informação acerca dessa temática foi realizada em 2010 através do IBGE, sendo essa uma coleta decenal e realizada no país, região e Estado, como informa o Observatório do PNE.

Indicador 4F	Porcentagem da população de 4 a 17 anos com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou deficiência mental/intelectual permanente na escola						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						

Zuleide Aguiar



Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----									
Fonte: ----														

No entanto, tais informações foram solicitadas a fim de gerarmos os dados extraoficiais do município, porém apenas a rede municipal deu retorno à comissão. A rede estadual e o setor privado não se manifestaram, com exceção da EE Profa. Ana maria Maria Garrido Orlandim, APAE, Sistema Sesi e ETEC Gino Rezagui. Os dados municipais trazem as seguintes informações:

Porcentagem da população de 4 a 17 anos com dificuldade de enxergar, ouvir, caminhar ou deficiência mental/intelectual permanente na escola

	2015	2016	2017	2018	2019
Município	2 (baixa visão) 9 (auditiva) 66 (intelectual) 10 (múltipla) 32 (física)	Sem dados	2 (baixa visão) 16 (auditiva) 99 (intelectual) 12 (múltipla) 25 (física)	2 (baixa visão) 14 (auditiva) 96 (intelectual) 16 (múltipla) 22 (física)	5 (baixa visão) 16 (auditiva) 90 (intelectual) 31 (múltipla) 14 (física)
Estado	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Privado	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Fonte: SME.

Com relação à deficiência no campo visual é necessário buscar parcerias com outros municípios como, por exemplo, Jundiá para o atendimento, bem como estruturar os locais, desde o acesso aos deficientes às salas de atendimento com materiais e possíveis meios de acessibilidade a todos (as).

Nas escolas municipais predomina a deficiência intelectual, seguida da deficiência múltipla.

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com vinte e três Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao ensino de qualidade, equidade e universal como preconiza a meta estabelecida. Esses indicadores envolvem a projeção populacional, quantidade de polos, quantidade de aluno por professor, recursos humanos disponíveis para garantir o atendimento com qualidade e organização estrutural do AEE. A partir de tais indicadores, temos os seguintes dados que se articulam à análise das Estratégias e prazos estabelecidos:

Indicador Auxiliar 4G	Quantidade de alunos atendidos no AEE, por professor – REDE MUNICIPAL										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	14	12	12	10	14						

Fonte: SME.

Destacamos a necessidade de averiguar os dados que são organizados pela SME e àqueles que são informados pelas escolas no preenchimento do Censo Escolar, pois alguns possuem divergência como, por exemplo, o número de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE e a quantidade de professores e alunos.

Zuleide Aguiar



Indicador Auxiliar 4H	Quantidade e porcentagem de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação matriculados no Atendimento Educacional Especializado										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Município	112 (1%)	86 (1%)	90 (1%)	110 (1%)	111 (1%)						
Estado	0	0	0	0	0						
Privado	0	0	0	0	0						

Fonte: SME e MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Como vemos, a rede municipal possui 1% da população de 6 a 14 anos matriculada no AEE. Para atender essa demanda a rede municipal possui dois polos de AEE na EMEB Maria Elce Martins Bertelle e EMEB Emerson Cruz Machado.

Indicador Auxiliar 4I	Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) – ESCOLAS MUNICIPAIS							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	-----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	18	6	6	3	5						
Meta executada no período (dado extraoficial)	6	2	2	2	2						

Fonte: Dado Municipal | SME; Dado Oficial | MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Novamente não dispomos dos dados das escolas estaduais e privadas como podemos analisar nas duas tabelas a seguir.

Indicador Auxiliar 4J	Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) – ESCOLAS ESTADUAIS							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	-----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Juliane Aguiar



Indicador Auxiliar 4K	Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) – SETOR PRIVADO						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	-----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Nas escolas municipais atuam 8 professores de AEE e 8 intérpretes de Libras. Já nas escolas estaduais temos um professor de AEE e dois tradutores e intérprete de Libras. No setor privado não há esses profissionais. Os Indicadores 4L a 4S retratam essa situação.

Indicador Auxiliar 4L	Número de professores no Atendimento Educacional Especializado – REDE MUNICIPAL						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	-----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado oficial)	10	7	7	6	5						
Meta executada no período (dado extraoficial)	8	7	7	8	8						

Fonte: Dado Municipal | SME; Dado Oficial | MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

O Indicador Auxiliar 4L indica a necessidade de ampliação do quadro de professores do AEE, pois conforme apontado da III Conferência Municipal de Educação, essa ação se faz necessária para que a rede possa atender aos alunos, familiares, demais profissionais, em especial, os professores de creche.

Indicador Auxiliar 4M	Número de professores no Atendimento Educacional Especializado – REDE ESTADUAL						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	-----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado oficial)	0	0	0	1	1						

Zuleide Aguiar



Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							
Fonte: Dado Municipal SME; Dado Oficial MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva . Acesso: 13 out. 2021.												

Indicador Auxiliar 4N	Número de tradutores e intérpretes de Libras – ESCOLAS MUNICIPAIS								Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Meta prevista	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado oficial)	5	3	5	0	5							
Meta executada no período (dado extraoficial)	8	8	8	8	8							
Fonte: Dado Municipal SME; Dado Oficial MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva . Acesso: 13 out. 2021.												

Indicador Auxiliar 4O	Número de tradutores e intérpretes de Libras – ESCOLAS ESTADUAIS								Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Meta prevista	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado oficial)	3	3	2	0	2							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							
Fonte: Dado Municipal SME; Dado Oficial MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva . Acesso: 13 out. 2021.												

Indicador Auxiliar 4P	Número de tradutores e intérpretes de Libras – SETOR PRIVADO								Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Meta prevista	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado oficial)	0	0	0	0	0							
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	0	0	0	0							



Fonte: Dado Municipal | SME; Dado Oficial | MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Indicador Auxiliar 4Q	Número de professores que lecionam Libras – Prazo									2016	Alcançou o Indicador?	----
	ESCOLAS MUNICIPAIS											
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	0	0	0	0	0							
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	0	0	2	0							

Fonte: Dado Municipal | SME; Dado Oficial | MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Indicador Auxiliar 4R	Número de professores que lecionam Libras – Prazo									2016	Alcançou o Indicador?	----
	ESCOLAS ESTADUAIS											
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	2	0	0	0	0							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Indicador Auxiliar 4S	Número de professores que lecionam Libras – SETOR									Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	----
	PRIVADO												
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
Meta prevista	----	----	----	----	----								
Meta executada no período (dado oficial)	0	0	0	0	1								
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----								

Fonte: Dado Municipal | SME; Dado Oficial | MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Zuleide Aguiar



Com relação às deficiências atendidas pela APAE no 2º biênio do PME, temos: intelectual, síndrome de down e múltipla. Segue a tabela com as informações.

Indicador Auxiliar 4T	Quantidade e porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na APAE que não são atendidos na rede pública e setor privado.										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	103	103	98	0	0						

Fonte: APAE de Cajamar.

Em 2018, a APAE atendeu 56 alunos com deficiência mental, 15 alunos com deficiência intelectual/síndrome de down e 12 alunos com deficiência intelectual/múltipla. Em 2019, essa quantidade foi de 52 alunos com deficiência mental, 15 alunos com deficiência intelectual/síndrome de down e 10 alunos com deficiência intelectual/múltipla. A ação realizada pela APAE foi a de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente, intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Essa instituição presta serviços de habilitação e reabilitação ao público definido e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente, intelectual e múltipla, bem como para suas famílias. Além disso, são oferecidos serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência.

Por fim, para atender aos alunos com qualidade é necessário pensar no ensino, na adaptação curricular, nos profissionais com formação adequada e nos espaços escolares. Diante disso, as tabelas a seguir, mostram os dados acerca da de dependências e vias adequadas, bem como banheiro acessível.

Enquanto vias adequadas é possível avaliar, a partir dos dados apresentados, o quanto estamos distantes, até o final do 2º biênio do PME, em garantir 100% de espaços adequados aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O que nos causa estranheza é a queda brusca no percentual de escolas municipais entre os anos de 2015 a 2019 que deixaram de ter espaços acessíveis. O retrocesso é grande! O mesmo ocorreu com as escolas estaduais na qual é mais preocupante ainda, pois ao final do 2º biênio nenhuma escola está adequada enquanto espaço para atender os alunos. Por fim, apenas as escolas privadas garantiram o avanço ao longo da vigência do PME. Nessa direção, torna-se um desafio avaliar os espaços, emitir pareceres e adequar as escolas à legislação vigente, incluindo nesse trabalho, o papel do Conselho Municipal de Educação.

Indicador Auxiliar 4U	Quantidade e porcentagem de escolas com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Município	40,6% (13)	21,9% (7)	11,8% (4)	15,2% (5)	27,3% (9)						
Estado	0%	14,3% (1)	0%	0%	0%						
Privado	20% (2)	18,2% (2)	7,7% (1)	14,3% (2)	58,8% (10)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.



Indicador Auxiliar 4V	Quantidade e porcentagem de escolas públicas e privadas com banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Município	43,8% (14)	34,4% (11)	50% (17)	60,6% (20)	51,5% (17)						
Estado	57,1% (4)	71,4% (5)	71,4% (5)	71,4% (5)	71,4% (5)						
Privado	50% (5)	54,5% (6)	53,8% (7)	57,1% (8)	70,6% (12)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-especial/inclusiva>. Acesso: 13 out. 2021.

Os dados apresentados parecem indicar a necessidade de investimento quanto a acessibilidade nas escolas, a fim de garantir a política pública estabelecida. Sabemos que este é um problema que assola o país, porém enquanto município, orienta-se que um planejamento possa ser organizado considerando as emergências dessa questão a curto, médio e longo prazos.

Além disso, os desafios implicados na ampliação do atendimento envolvem a continuidade de investimentos na formação de professores, na qualificação das práticas pedagógicas nas classes comuns e no Atendimento Educacional Especializado, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar, na adequação teoria e prática, na intervenção precoce aos alunos de creche e na intersetorialidade da gestão pública.

A seguir, veremos as análises realizadas em cada Estratégia estabelecida para a Educação Inclusiva:

Meta	4	<i>Oferecer para toda população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino de forma a garantir o sistema educacional inclusivo, com o uso das salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados.</i>				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	
Estratégia 4.1. Ampliar, gradativamente, a oferta de Educação Inclusiva na rede regular de ensino municipal, estadual e privado considerando o censo de demanda e o número de alunos por professores em cada região, durante a vigência do plano.	2016 2025		Iniciada	Sim	Não houve ampliação de oferta de educação inclusiva entre os anos de 2018 e 2019, pois a quantidade de alunos matriculados foi de 110 e 111, respectivamente. No entanto, consideramos uma Estratégia alcançada, pois houve aumento na matrícula se comparado ao 1º biênio do PME. Destaca-se ainda que	

Zuleido Aguiar



					<p>todos os alunos que necessitam do AEE são atendidos.</p> <p>Todavia, os participantes da III Conferência Municipal de Educação pontuaram que se faz necessária a ampliação do quadro de profissionais do AEE, no sentido de orientar de forma mais pontual às famílias, os alunos e os professores de creche.</p>
Estratégia 4.2. Mapear nos bairros, a partir de 2016, crianças e jovens com deficiência que estão fora da escola regular e monitorar essas deficiências a cada dois anos.	2016		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.3. Manter, anualmente, o ensino de LIBRAS para os surdos ou alunos com rebaixamento auditivo, familiares, educadores e comunidade, durante a vigência do plano.	2016 2025		Iniciada	Sim	Dentro das Unidades Escolares onde os Professores Intérpretes atuaram, os mesmos tinham um momento durante as aulas para ensinar os sinais básicos para a turma e para os Professores, contribuindo para que o aluno surdo conseguisse interagir com as Professoras e com os colegas da sala. Um dos Intérpretes tinha um Projeto, onde oferecia Curso gratuito de Libras para a família e a Comunidade.
Estratégia 4.4. Aprovar em 2016, através do Conselho Municipal de Educação, os padrões relativos a condições de acessibilidade no ambiente físico das escolas municipais,	2016		Não iniciada	Não	Conforme Ofício nº 29/2021 enviado pelo CME o acompanhamento das escolas do município ocorreu, porém não houve foco no item: adequação do ambiente

J. Leite Aguiar
[Handwritten signatures]



estaduais e privadas considerando o espaço educativo, os equipamentos, o mobiliário escolar, e o material didático, sempre que novas diretrizes pedagógicas, tecnológicas ou o resultado de estudos específicos o recomendem, de modo a favorecer o contínuo processo de integração dos alunos com deficiência.					físico e padrões de acessibilidade como consta na Estratégia 4.4. Na III Conferência Municipal de Educação, os participantes pontuaram que se faz necessário um olhar e ações para as questões estruturais (prédio) e materiais para o atendimento às crianças.
Estratégia 4.5. Condicionar a autorização e funcionamento de escolas privadas de Educação Infantil do município, a partir de 2017, à observância dos padrões de acessibilidade, deliberados pelo CME, à luz da Legislação Federal vigente.	2017		Iniciada	Sim	Conforme Ofício nº 29/2021 enviado pelo CME o acompanhamento das escolas de educação infantil, nos anos de 2018 e 2019, é acompanhado de pareceres como prática que se consolidou e que vem contribuindo para a formação do trabalho do conselho para a sociedade cajamarense, ferramenta indispensável para nós, na construção de uma educação de qualidade. Nas duas visitas às escolas terceirizadas EMEB Eliseu Gomes e EMEB Antônio Mendonça, foram feitos apontamentos em relação à acessibilidade. Esforços foram feitos com o intuito de modificar a Deliberação nº 01/1999, deste conselho, visando deixar claro a incumbência de cada órgão: Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, no que tange a autorização de funcionamento das



<p>Estratégia 4.6. Garantir que, gradativamente, até o final da vigência deste plano, todas as escolas do município adêquem seu ambiente físico aos padrões de acessibilidade deliberados pelo Conselho Municipal de Educação, à luz da legislação federal seguindo as normas da NBR50/9050/2015, mediante reformas, ampliações, aquisições ou flexibilização de uso dos espaços e insumos, a partir de 2021.</p>	2016 2025		Não iniciada	Não	<p>escolas de educação infantil pública e privada.</p> <p>A partir do próximo biênio (2020-2021) o CME iniciará estudos e discussões acerca do que é preciso que a escola tenha para se considerar acessível, seguido de vistoria e acompanhamento dos membros.</p> <p>No entanto, os participantes da plenária realizada sobre a Meta 4 na III Conferência Municipal de Educação discutiram que as escolas atendidas por reforma ou pequenas manutenções não tiveram garantido as questões voltadas à acessibilidade, sendo esse um desafio para as próximas reformas que, porventura, possam ter no próximo biênio (2020-2021). Destacaram, ainda, que há que se colocar essa questão como prioridade para a inclusão de todos. Além disso, salientaram que é necessário retomar as inscrições do PAR para que as escolas possam receber recursos destinados à acessibilidade.</p>
<p>Estratégia 4.7. Realizar diagnósticos anuais das condições dos suportes tecnológicos das escolas para promover os meios necessários para o apoio didático em cada unidade</p>	2016 2025		Iniciada	Não	<p>Os Professores Intérpretes, utilizavam internet durante as aulas para que os alunos pudessem ter melhor compreensão dos conteúdos, pensando que</p>



aos alunos com deficiência, durante a vigência do plano.					peças surdas utilizam de memória visual, já que não têm a audição. Apesar do uso dos equipamentos e da internet por parte dos PIEBs, não foram realizados diagnósticos acerca das condições dos suportes tecnológicos, bem como não há um documento que traga tais informações de forma sistematizada.
Estratégia 4.8. Planejar, a partir dos diagnósticos realizados, a ampliação do fornecimento e o uso de equipamento de informática para apoio à aprendizagem dos alunos com deficiência, considerando as necessidades de tecnologia específicas para os tipos de deficiências, até 2019.	2019		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.9. Garantir a continuidade do acesso aos alunos com deficiências nas escolas do município por meio de transporte adaptado e avaliar anualmente a prestação de serviços de transporte aos alunos inclusos, durante a vigência do plano.	2016 2025		Iniciada	Não	Todos os alunos com deficiência que necessitaram de transporte nos anos de 2018 e 2019, foram atendidos satisfatoriamente, garantindo assim, o acesso. No entanto, não houve avaliação anual dos serviços prestados com registros sistematizados e publicizados.
Estratégia 4.10. Estimular, por meio de campanha realizada anualmente, a matrícula de crianças de 0 a 3 anos de idade com deficiência e assegurar a matrícula de todas as crianças com deficiência de	2016		Não iniciada	Não	Sem observações.



4 a 5 anos, já em 2016, nas escolas do município.					
Estratégia 4.11. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais e auditivos desenvolvidos mediante parcerias entre as Diretorias Municipais de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e EJA, durante a vigência do plano.	2015 2025		Iniciada	Sim	<p>A Prefeitura Municipal de Cajamar mantém convênio com a ATEAL (Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem), localizada no Município de Jundiaí, que oferece atendimento com Equipe Multidisciplinar aos alunos com Deficiência Auditiva.</p> <p>Com relação aos problemas visuais, em 2018, foi lançado o Projeto “Ver e Viver” de acuidade visual em parceria com as empresas Armatrel, Fundação Arcelor Mittal, LMD Construções, Mac Lucer e Puma Alveolar. O projeto capacitou assessores pedagógicos e professores para a triagem de acuidade visual em cerca de 5.412 crianças do 1º ao 5º ano. Foram realizadas 700 consultas na Clínica Oftalmológica Ver Mais. A partir da necessidade, os óculos foram doados pelas empresas. A doação ocorreu em maio de 2019 onde foram contemplados 197 alunos das escolas municipais.</p> <p>No início do 2º semestre de 2019, 1272 alunos de 21 escolas do município passaram pela triagem de acuidade visual para identificarem a</p>



					<p>necessidade de usar óculos, para isso, foi desenvolvida uma ação entre a Secretaria de Saúde em parceria com a Secretaria de Educação. Desses alunos, 146 foram diagnosticados com alguma alteração na visão e foram encaminhados para realizarem um exame mais detalhado em clínicas oftalmológicas. Após todos passarem por consulta, 80 crianças apresentaram a necessidade de usar óculos e receberam do Projeto Ver e Viver, sem custo algum para as famílias. Nesta etapa, todas as crianças tiveram a oportunidade de escolher a armação de sua preferência. Dentro dessa ação, os alunos com deficiência também são público-alvo.</p> <p>Na III Conferência Municipal de Educação, os participantes sugeriram parcerias com outros municípios como, por exemplo, Jundiaí, para o atendimento às crianças com necessidades visuais.</p>
Estratégia 4.12. Estabelecer parceria com Instituições e a Diretoria de Saúde, no sentido da implantação de CAPS E CAPSI no município e desta forma, garantir o direito a saúde e ao diagnóstico da pessoa com deficiência em todas as	2020		Iniciada	Não	<p>Em 2018 o Município de Cajamar já possuía CAPS Adulto e tinham várias discussões entre Secretarias para uma possível abertura do CAPSI.</p>



etapas e modalidades de ensino, até o ano de 2020.					Nota Técnica N° 10/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 4.13. Ampliar a oferta de prestação de serviços da APAE de Cajamar, sugerindo condições na renovação contratual anual para garantir atendimento a todas as deficiências, mediante avaliação da instituição pela comunidade, durante a vigência do plano.	2015 2025		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.14. Aprofundar estudos para implementar ações com foco na oferta de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, durante a vigência do plano.	2015 2025		Iniciada	Sim	A Equipe de Professoras do AEE, sempre que foi convocada pelas Unidades Escolares, onde tinham alunos com deficiência, participou de HTPC para orientar os Professores da Sala Regular acerca de adaptação Curricular e para fazer discussão de casos, onde se fez necessário um debate pontual sobre cada demanda apresentada.
Estratégia 4.15. Estabelecer parcerias, a partir de 2016, para oferta de cursos de formações aos profissionais do atendimento educacional especializado e garantir que todos os professores participem.	2016		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.16. Estimular a alfabetização dos alunos com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue das pessoas com surdez e	2015 2025		Iniciada	Sim	Desde o ano de 2015, os alunos com quadro de surdez severa têm o acompanhamento de um Professor Intérprete em sala de aula. E todos aqueles que tem



deficiência visual, sem estabelecimento de terminalidade temporal, durante a vigência do plano.					deficiência e apresenta dificuldade em sala de aula, são atendidos também por um Professor do Atendimento Educacional Especializado no contra turno escolar.
Estratégia 4.17. Definir os critérios para o gerenciamento da terminalidade específica para os alunos com deficiência, em parceria com Equipe Técnica da Diretoria de Educação, Professores do AEE que atendam os alunos envolvidos e profissionais da Saúde, para o ano de 2020.	2020		Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 11/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 4.18. Garantir, a partir de 2020, programas de formação para o trabalho de alunos com deficiência, mediante parceria entre Diretorias Municipais e instituições privadas, visando ao ingresso dos mesmos no mercado de trabalho do município.	2020		Iniciada	Não	<p>Para os alunos com deficiência que cursaram o 9º ano nos respectivos anos de 2018 e 2019, e que apresentavam um bom entendimento, foi feito um trabalho no AEE de orientação no sentido de como deve-se portar durante uma entrevista demonstrando várias situações no decorrer do ano, simulando um local de trabalho, com inúmeras circunstâncias, para que pudessem pensar como poderiam reagir diante de cada ocasião, mas programas específicos de formação para o ingresso no mercado de trabalho não houve.</p> <p>Na III Conferência Municipal de Educação, os participantes da plenária da Meta 4,</p>



					<p>sugeriram a retomada de práticas articuladas à teoria como, por exemplo, a saída dos professores do AEE com seus alunos para que possam viver experiências na sociedade que os ajudem na inserção do mercado de trabalho.</p> <p>Nota Técnica Nº 12/2.021: alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.</p>
Estratégia 4.19. Acompanhar, anualmente, as diretrizes e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação, Plano Nacional de Educação, bem como toda política pública da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.	2015 2025		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 4.20. Assegurar e ampliar a partir de 2016 o Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de quatro a dezessete anos.	2016		Iniciada	Sim	Conforme os dados, não houve o crescimento de matrículas no AEE, pois alguns alunos foram transferidos para outro Município ou foram para Escolas do Estado, mas todos os alunos foram atendidos.
Estratégia 4.21. Ter como requisito uma especialização em Educação Inclusiva ou AEE para seleção e ingresso de professores do Atendimento Educacional	2020		Iniciada	Sim	Sem observações.



Especializado, tendo como requisito, até 2020.					
Estratégia 4.22. Promover espaços de formação continuada aos professores que atuam no atendimento educacional especializado considerando a articulação entre a realidade dos educandos e as práticas pedagógicas, durante a vigência do plano.	2015 2025		Iniciada	Sim	Durante os respectivos anos foram realizadas inúmeras reuniões na SME com a Equipe de Professoras do AEE, para trocas de experiências e estudos de caso, ampliando o conhecimento e a formação de cada participante.
Estratégia 4.23. Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	2015 2016		Iniciada	Sim	Todas as crianças foram acompanhadas pelas Professoras do AEE, assim como as Professoras da sala Regular, que foram orientadas de acordo com cada uma das demandas apresentadas.
Estratégia 4.24. Criar de uma equipe multidisciplinar de apoio, integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicopedagogia clínica e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, até 2020.	2020		Iniciada	Não	A Equipe Multidisciplinar do Município de Cajamar, que atendeu os alunos com deficiência esteve concentrada na APAE, porém, o apoio aos professores foi muito precário.
Estratégia 4.25. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na	2015 2025		Iniciada	Sim	Desde o ano de 2015, os alunos com quadro de surdez severa têm o acompanhamento de um Professor Intérprete em



modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do sistema braile de leitura para cegos e surdo-cegos, durante a vigência do plano.					sala de aula. E todos àqueles que tem deficiência e apresenta dificuldade em sala de aula, são atendidos também por um Professor do Atendimento Educacional Especializado no contraturno escolar.
Estratégia 4.26. Criar um núcleo de formação para professores da rede a ser ministrado pelos PIEB's quando houver a ausência do público alvo de alunos surdos, a partir de 2019, necessitando assim da revisão das atribuições desse docente no Plano de Carreira, durante a vigência do plano.	2019		Não iniciada	Não	Não houve a ação para criação de um núcleo de formação para Professores da Rede, porém, um dos intérpretes oferecia o Curso de LIBRAS gratuitamente aos interessados, inclusive, à comunidade, aos sábados, além disso, as atribuições dos PIEBs acerca dessa questão não foram revistas no Plano de Carreira.
Estratégia 4.27. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção	2015 2025		Não iniciada	Não	Sem observações.



integral ao longo da vida, durante a vigência do plano.					
Estratégia 4.28. Promover parcerias com instituições sem fins lucrativos visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino, até 2020.	2020		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.29. Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, até 2021.	2021		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.30. Criar uma Plataforma <i>on-line</i> de um Censo Municipal de pesquisas com a integração de todas as áreas: Saúde, Social e Educacional mapeando todas as crianças, jovens e adultos com deficiência no município até o ano de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.31. Manter atualizado junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil de estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades ou Superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.	2025		Iniciada	Não	O que temos são as informações prestadas no SED e Censo Escolar.

Zuleide Aguiar



Estratégia 4.32. Estimular a criação de Centros Multidisciplinares de acordo com pesquisa e assessoria articuladas com Instituições acadêmicas e integradas com profissionais da área da Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia para apoiar o trabalho dos professores de Educação Básica com os (as) alunos (as) com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades e superdotação, a partir de 2022.	2022		Iniciada	Não	Houve discussões para uma possível abertura de um Centro de Atendimento voltado aos alunos com deficiência, com Equipe Multidisciplinar disponível para atender além dos alunos, também oferecer apoio aos Professores da sala regular, porém nos encontramos dentro do prazo estipulado que é 2022.
Estratégia 4.33. Firmar convênio com as Instituições com o objetivo de complementar e suplementar os psicodiagnósticos diante das hipóteses de deficiências, a partir de 2022.	2022		Iniciada	Sim	Desde 2016 há o convênio com a ATEAL DE Jundiá para fechamento de diagnóstico de deficiência auditiva, o mesmo ocorre com a APAE que faz psicodiagnóstico dos alunos.
Estratégia 4.34. Avaliar e supervisionar o financiamento público e privado que prestam atendimento as crianças, jovens e adultos com deficiência, a partir de 2019, com a participação da escola, família e Diretoria de Educação.	2019		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.35. Criar uma Plataforma de Formação continuada no que se refere à Perspectiva Inclusiva para todas as modalidades de ensino, em 2020.	2020		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.36. Programar no calendário escolar momentos de Formações voltados para Perspectiva	2020		Não iniciada	Não	Sem observações.



Inclusiva em todos os segmentos da educação básica, a partir de 2020.					
Estratégia 4.37. Incentivar Cursos de Licenciatura e demais formações aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado assim como aos Professores da Rede Municipal que possuem alunos com deficiência na sala de aula regular, durante a vigência do plano.	2015 2025		Iniciada	Sim	A discussão acerca da formação das professoras iniciou-se no final de 2018. Uma demanda formativa são intervenções precoces às crianças de creche.
Estratégia 4.38. Favorecer o trabalho de cooperação com o Ensino Profissionalizante com as empresas conforme a Lei 8213/91(Lei de Contratação de Pessoas com Deficiência), a partir de 2021.	2021		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.39. Incluir no Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais e em seus planos anuais de trabalho as diretrizes e ações necessárias à integração dos alunos com deficiência, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 4.40. Oferecer Atendimento Educacional Especializado a todos os alunos que necessitarem deste serviço, desde o início da vigência deste plano.	2015		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 4.41. Ter um centro de AEE no Município, para que não ocorra a troca de local garantindo assim a oferta do atendimento, a partir de 2022.	2022		Iniciada	Não	Foram feitas inúmeras discussões entre Secretarias, para que seja implantado um Centro não só de Atendimento Educacional Especializado, mas que tenha também uma Equipe Multidisciplinar, para que possa oferecer apoio aos Municípios com

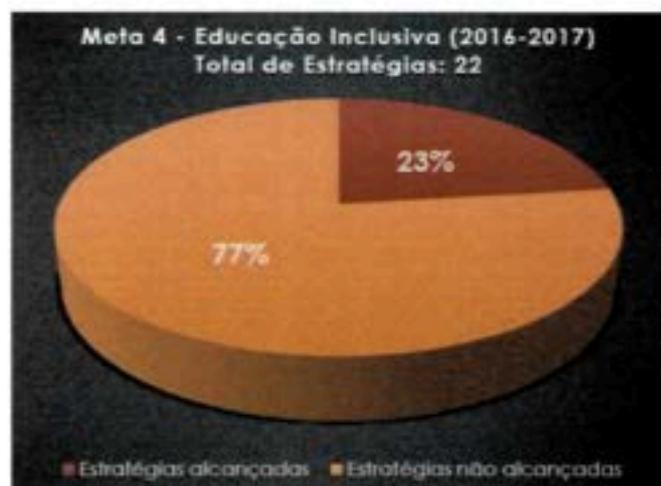


					deficiência. No entanto, estamos dentro do prazo (2022) para efetivação dessa estratégia.
Estratégia 4.42. Garantir a acessibilidade à pessoa com deficiência nas escolas com oferta da modalidade jovens e adultos, desde o início da vigência deste plano.	2015		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.43. Garantir que, durante a revisão do Regimento Comum das Escolas Municipais de Cajamar, a quantidade máxima de alunos por sala seja discutida considerando as salas em que há matrículas de alunos com deficiência visando à qualidade da educação, a partir de 2020.	2020		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 4.44. Garantir formação continuada para a equipe técnica do setor de nutrição, para melhoria na alimentação escolar dos alunos, desde o início do plano.	2015		Iniciada	Sim	Nota Técnica N° 14/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 4.45. Melhorar, a partir de 2016, as condições do programa de merenda escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares menores e mais distantes ou salas isoladas, com a presença de merendeiras.	2016		Iniciada	Sim	Nota Técnica N° 14/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 4.46. Garantir o acompanhamento do médico do trabalho para as (os) manipuladoras (es) de alimentos com exames periódicos para cumprir a legislação vigente.	2025		Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 14/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 4.47. Instituir o Conselho Municipal do	2019		Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 14/2.021: Inserção de

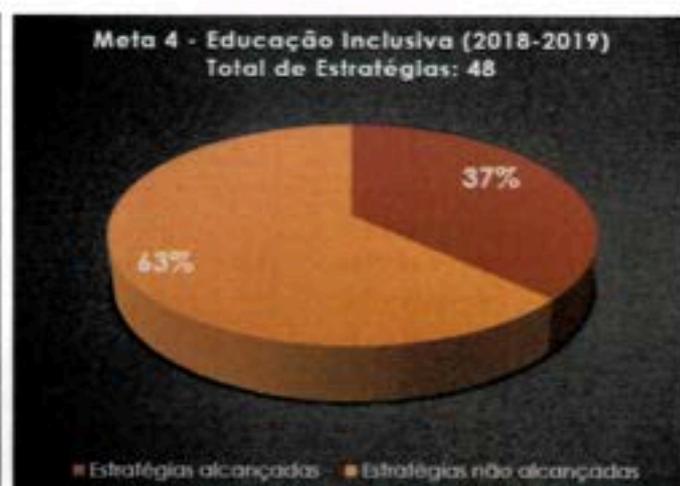


Transporte Escolar para fiscalizar, monitorar e acompanhar os serviços públicos prestados zelando pela sua execução, a partir de 2019.					cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Estratégia 4.48. Elaborar Lei ou Decreto, em 2019, sobre o transporte escolar que garanta a continuidade ao acesso de 100% dos alunos que residam a mais de 2 km das escolas da Rede Municipal, considerando os alunos residentes em áreas de difícil acesso que contabilizem menos de 2 km.	2019		Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 14/2.021: Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 4 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 22 Estratégias em sua Meta 4 que era destinada à Educação Inclusiva. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 44 Estratégias mais 4 que foram redistribuídas da Alimentação e Transporte Escolar, totalizando 48. Diante disso, podemos notar que de 77% das Estratégias não foram alcançadas, em 2017, e, ao final de 2019, esse percentual é de 63%, considerando que houve um aumento considerável nas ações dessa modalidade de ensino.

Os desafios apontados na avaliação do 1º biênio que foram alcançados ao longo do 2º biênio são:

- Revisar o PME adequando-o a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- Definir a forma de contratação de cuidadores e pensar em como será o processo.



Os desafios do 1º biênio que não foram superados ao longo do 2º biênio são:

- Profissionais capacitados tecnicamente para lidar com situações diversas como, por exemplo, alunos que necessitam passar sonda e estão na escola, posicionamento na cadeira de rodas, entre outros.
- Formação de professores e currículo.
- Definição do CME acerca da deliberação do funcionamento das escolas privadas quanto aos padrões de acessibilidade.
- Planejamento a curto, médio e longo prazos com foco na acessibilidade das escolas.
- A qualidade do trabalho realizado junto ao estudante com deficiência na sala de aula regular.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 4 traz como desafios do 2º biênio:

- Mapear as crianças com deficiência que estão fora da escola.
- Ampliar o uso de equipamentos de informática para alunos com deficiência.
- Planejar ações para implantação de formações aos professores da rede realizadas pelos PIEBs com alteração nas atribuições do plano de carreira.
- Planejar ações de articulação intersetorial para atendimento ao aluno com deficiência na EJA.
- Realizar ações formativas de educação inclusiva contempladas no calendário escolar.
- Realizar ações que visem a oferta de formação continuada e material didático acessível.
- Desenvolver indicadores específicos para avaliação da qualidade da educação especial.
- Firmar convênio com instituições visando complementar ou suplementar dos psicodiagnósticos das hipóteses de deficiências.
- Ampliar o quadro de profissionais do AEE.
- Atender as necessidades de acessibilidade na reforma das escolas.
- Orientar os professores de creche.
- Realizar intervenções precoces às crianças de creche.
- Adquirir materiais para uso com os alunos do AEE.
- Ampliar o atendimento e as orientações aos profissionais de creche.
- Buscar parcerias com outros municípios.
- Retomar as aulas-passeio com os alunos do AEE estreitando teoria e prática para vivências sociais.
- Criar de uma plataforma de formação continuada na perspectiva inclusiva para todas as etapas e modalidades de ensino.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures and initials]

**5. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO**

Meta	Texto da Meta	Prazo
5	<i>Alfabetizar as crianças no máximo, até o final do 2º ano do ensino fundamental.</i>	2025

Observações/Relato sintético

A Meta 5 - **ALFABETIZAÇÃO** - discorre sobre a alfabetização que, no caso do Plano Municipal de Educação, foi pensada para ser consolidada ao final do 2º ano, como orienta a BNCC. No entanto, o Plano Nacional de Educação traz a consolidação da alfabetização até o final do 3º ano. Diante disso, os Indicadores de monitoramento e avaliação do PNE estão voltados ao 3º ano. Para atender ao que se pede em âmbito nacional e considerar as características da realidade local, a comissão optou por coletar os dados do 2º e 3º ano.

Para deixar mais explícito essa situação, o Plano Nacional de Educação traz como objetivo principal "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º ano do Ensino Fundamental até 2024". Já o Plano Municipal de Educação tem como meta "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 2º ano do Ensino Fundamental".

Considerando os apontamentos realizados, o Indicador 5A, expressa o número de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental em cada um dos quatro níveis de aprendizagem em relação ao total de alunos desse ano. Também expressa o número de crianças do 3º ano nos níveis 3 e 4 (nível de aprendizagem suficiente em leitura) em relação ao total de alunos. Vejamos os dados a seguir com informações sobre o 1º biênio:



Fonte: MEC/Inep/DAEB/ANA. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/alfabetizacao>. Acesso em: 08 nov. 2021.

Em 2016, foi realizada a ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização). Nesse período os resultados mostraram que a rede estava com 53% dos alunos proficientes em leitura ao final do 3º ano (níveis 3 e

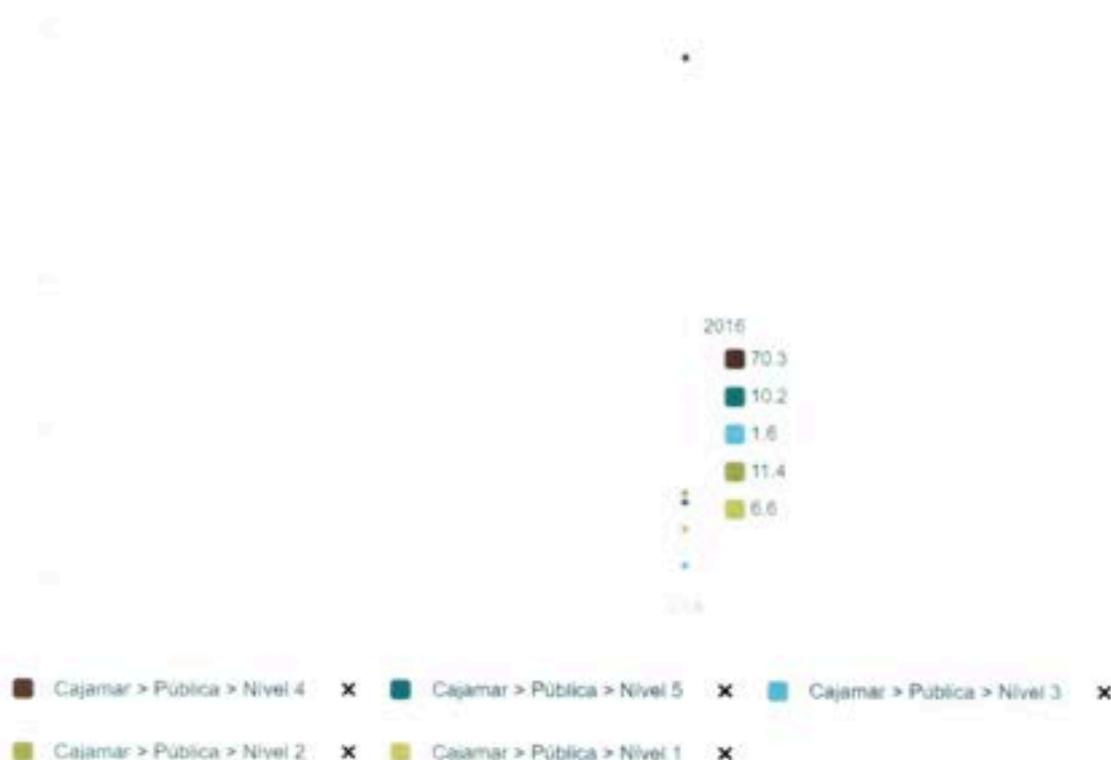


4). Esse resultado foi alarmante, pois se mal conseguimos consolidar a proficiência leitora nos alunos deste ano, o desafio torna-se maior ainda no 2º ano que é a meta municipal.

O Indicador 5B referente à porcentagem de crianças do 3º ano por nível de proficiência em escrita expressa o número correspondente a cada um dos cinco níveis de aprendizagem em relação ao total de alunos desse ano. Também expressa o número de crianças do 3º ano nos níveis 4 e 5 (nível de aprendizagem suficiente em escrita) em relação ao total de alunos.

Podemos observar no gráfico abaixo que 80,5% dos alunos estão nos níveis 4 e 5, porém temos 6,6% no nível 1 e, portanto, não estão alfabetizados. Com isso, a rede não alcançou, no 1º biênio do PME, a meta estabelecida em 100% de alfabetização, inclusive no 3º ano chegando a 93,4%.

Outro dado importante é que o resultado da proficiência em leitura é bem inferior à aprendizagem suficiente em escrita. Como vimos, são considerados proficientes em leitura 53% dos alunos e 80,5% apresentam uma escrita suficiente. Esses resultados demonstram o quão está prejudicado o trabalho com a leitura (matéria prima para a escrita) na rede considerando, principalmente a progressão das aprendizagens, propostas sistematizadas e formação de professores com acompanhamento das práticas, dos processos e dos resultados. Vejamos o gráfico, a seguir:



Já o 2º biênio (2018 e 2019), caracteriza-se por um período de mudanças constantes na gestão política e educacional de Cajamar. Quando analisamos os dados existentes do 3º ano, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, verificamos que, ao final de 2019, 79,75% dos alunos estavam alfabetizados o que demonstra queda acentuada se comparado ao 1º biênio no qual o índice de alfabetização foi de 93,4%.

Quanto à proficiência em leitura, a rede municipal, por meio de uma avaliação realizada em parceria com o Instituto Avaliar Mais (2018) e CAED (2019) atingiu 50% da proficiência em leitura para o ano em 2018. Já em 2019, esse percentual foi de 35%. O relatório de rede mostra que os alunos



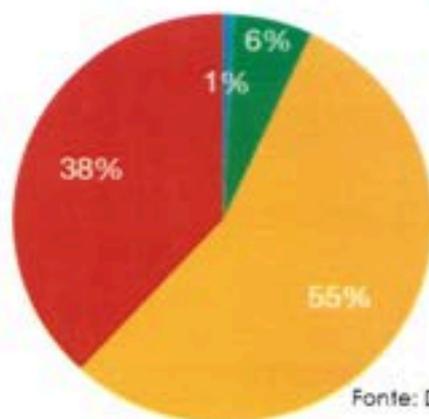
do 3º ano conseguem alcançar metade das habilidades esperadas entrando no início do nível adequado no qual as habilidades totalmente desenvolvidas são: reconhecer o assunto do gênero, identificar a finalidade de um cartaz, identificar a fala de diferentes personagens, ler frases com apoio de imagens e reconhecer palavras.

Vejamos os resultados, a seguir:



Sobre a proficiência em escrita, a rede possui 62% dos alunos que atingiram o esperado para o ano subdivididos da seguinte maneira: 55%, ao produzir um texto, fala somente de um assunto no contexto de produção; 6% produz texto de forma adequada incluindo mais de um assunto no contexto de produção, além de definir um interlocutor; 1% dos alunos justificam os porquês estando em um nível avançado.

● avançado ● adequado ● básico ● baixo



BAIXO: FEZ LISTAS (ALFABETIZADOS E NÃO ALFABETIZADOS)

BÁSICO: FALOU SOMENTE DO PROFESSOR / OU SOMENTE DO QUE GOSTA / OU SOMENTE DO QUE NÃO GOSTA

ADEQUADO: ESCREVEU PARA ALGUÉM DA FAMÍLIA / FALOU DA ESCOLA / FALOU DO QUE GOSTA / FALOU DO QUE NÃO GOSTA

AVANÇADO: JUSTIFICOU OS PORQUÊS

Fonte: Diretoria Municipal de Educação (2018 | Avaliar Mais).

Enfim, não conseguimos alcançar a meta de alfabetização no 3º ano como traz o Plano Nacional de Educação. Já no 2º ano que tem como meta estabelecida no Plano Municipal de Educação a



alfabetização das crianças, encontramos dados mais alarmantes: das avaliações realizadas em rede e/ou considerando o preenchimento dos mapeamentos de leitura e escrita, temos 49% dos alunos que atingiram o esperado em relação à proficiência de leitura no ano de 2018. Já em 2019, esse percentual foi de 32%. Em relação a alfabetização, a rede possui 62% de crianças alfabetizadas em 2019.

Tanto os alunos do 2º ano (38%) quanto os do 3º ano (20%) não conseguem se alfabetizar e, quando comparados os dados de leitura e escrita é notório que a maior dificuldade se encontra na leitura. Diante disso, como os alunos serão proficientes na escrita se a leitura que é sua matéria prima está comprometida?

Diante de tais resultados, a comissão sugere a elaboração de uma política pública de alfabetização, produção de material didático para os professores da rede visando a alfabetização ao final do 2º ano, investimento na recuperação paralela com turmas focais pertencentes ao ciclo de alfabetização, qualificação da recuperação contínua e processo formativo em rede forte e intenso para todos os professores alfabetizadores, pois estamos distantes de alcançar essa meta no 2º ano e 3º ano.

INDICADORES PRINCIPAIS

Os indicadores principais possuem o caráter de trazer dados sobre o percentual de alfabetização e proficiência em leitura e escrita tanto no 2º ano quanto no 3º ano.

Vejamos os dados do 3º ano:

Indicador 5A	Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em leitura								Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%							
Meta executada no período (dado oficial)	----	53%	----	----	----							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	58%	26%	50%	35%							

Fonte: ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização e Escolas Privadas (2016); Diretoria Municipal de Educação (2018 | Avaliar Mais); SME 2019.

Indicador 5B	Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em escrita								Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%							
Meta executada no período (dado oficial)	----	80%	----	----	----							
Meta executada no	----	----	----	62%	Sem dados							

Zuleide Aguiar



período (dado extraoficial)											
Fonte: ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização (2016); Diretoria Municipal de Educação (2018 Avaliar Mais); SME (2019 Fundação Caed).											

Indicador 5C	Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em matemática							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	---	33,1%	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	48%						

Fonte: ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização (2016); SME (2019).

Indicador 5D	Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	---	93,4%	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	79,75%						

Fonte: ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização e Escolas Privadas (2016); SME 2019.

Os dados apresentados mostram, como citamos anteriormente, que a meta não foi alcançada tornando-se um dos pontos focais da rede, visto que, sem se alfabetizar, as dificuldades de progressão das aprendizagens tornam-se mais complexas.

Quanto ao 2º ano, no início de 2019 foi realizada uma avaliação em parceria com o CAED. A rede contou com 94,1% de participação, ou seja, 996 alunos realizaram a prova em Língua Portuguesa. O resultado foi de apenas 32% que obtiveram um desempenho suficiente como mostra o Indicador 5E.

Indicador 5E	Porcentagem de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em leitura							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						

Juliano Aguiar

[Handwritten signatures and initials]



Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	73%	76%	83%	49%	32%						

Fonte: Diretoria Municipal de Educação | Mapeamentos (2015 a 2017); Diretoria Municipal de Educação (2018 | Avaliar Mais); SME (2019 | Fundação Caed).

Destacamos que os dados de aprendizagens voltados à leitura tiveram queda no 2º biênio do PME se comparado aos anos de 2016 e 2017. Nesses, eram os professores quem preenchiam os mapeamentos, a partir das atividades realizadas em sala de aula. Já em 2018 e 2019, as avaliações trouxeram maior precisão, pois foi definida uma escala de proficiência de forma com que todos fossem avaliados com maior objetividade e critérios iguais.

Com os resultados obtidos foi possível levantar quais são as escolas prioritárias cujo desempenho ficou comprometido. No caso do 2º ano, do total de 15 escolas, 13 foram consideradas prioritárias, ou seja, 86,7%.

Em Língua Portuguesa, os descritores mais comprometidos são: identificar variações de sons de grafemas (29% de acerto), identificar gêneros textuais diversos (36,3% de acertos) e localizar informações explícitas (46,8% de acertos). O total geral de acertos da avaliação foi de 65,9% tendo como foco a leitura.

Indicador 5F	Porcentagem de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em escrita						Prazo	2016	2023	Alcançou o Indicador?	2024	2025
	2015	2016	2017	2018	2019	2020						
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%							
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----							

Fonte: ----

Em Matemática, 977 alunos foram avaliados, o que equivale a 91% de participação. Do total tivemos 35,2% considerados suficientes. Entre todos os descritores apresentados a maior dificuldade está em utilizar a conversão entre unidades de medida de tempo na resolução de problemas (40,1% de acertos). No cômputo total da avaliação, considerando todos os descritores avaliados, o percentual de acerto foi de 80,4%, bem superior à Língua Portuguesa que foi de 65,9%.

Indicador 5G	Porcentagem de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em matemática						Prazo	2016	2023	Alcançou o Indicador?	2024	2025
	2015	2016	2017	2018	2019	2020						
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%							

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



Meta executada no período (dado oficial)	---	33,1%	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	80,4%						

Fonte: ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização (2016); SME (2019 | Fundação Caed).

No que diz respeito ao reconhecimento de convenções e apropriação do sistema alfabético encontramos 85,6% dos alunos que identificam as letras do alfabeto, 85,9% que diferenciam letras de outros sinais gráficos, como os números, sinais de pontuação ou de outros sistemas de representação, 80,7% que distinguem, como leitor, diferentes tipos de letras, 85,3% que identificam número de sílabas de uma palavra e 79,3% que conseguem ler frases. Diante desses percentuais temos uma média de 83% de alunos que parecem estar alfabetizados por conseguir realizar as atividades que avaliam tais descritores, porém é possível ter clareza do quão prejudicada está a competência leitora.

Indicador 5H	Porcentagem de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	83%	89%	85%	Sem dados	84%						

Fonte: Diretoria Municipal de Educação | Mapeamentos (2015 a 2017); SME (2019 | Fundação Caed).

INDICADORES AUXILIARES

Para essa Meta não contamos com Indicadores Auxiliares, apenas os Indicadores Principais.

A seguir, veremos as análises realizadas em cada Estratégia estabelecida para a Alfabetização:

Meta	5	<i>Alfabetizar as crianças no máximo, até o final do 2º ano do ensino fundamental.</i>				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	
Estratégia 5.1. Intensificar, a partir de 2016, a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização nos anos	2016		Iniciada	Não	Em 2018 iniciamos as Ações do Nivelamento das Aprendizagens com os professores dos 3º	

Juliano Aquino
[Handwritten signatures]



iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores (as) e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

ANOS para pontuarmos melhor as ações pedagógicas destes e partirmos de uma intervenção sistematizada em relação ao desempenho dos alunos, com orientações pontuais sobre a Recuperação Contínua e Paralela, assim como a organização da rotina da Recuperação Contínua, para que a ação acontecesse nas práticas docentes de todas as escolas do Ensino fundamental.

Em 2018 e 2019 as ações para intensificar a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização se deram no projeto de Recuperação paralela do 2º ao 9º ano. Também ações de nivelamento de aprendizagem especificamente no 3º ano.

A recuperação paralela aconteceu entre os meses de abril e novembro aproximadamente, em contra turno em dias programadas pelas unidades escolares.

Ao final de 2018 foram atendidos no Projeto de Recuperação Paralela 667 alunos.

Ao final de 2019 foram atendidos no Projeto de Recuperação Paralela 643 alunos.

As ações de nivelamento aconteceram em dois



					<p>âmbitos sendo a formação de professores e monitoramento das ações na escola em atividades em sala de aula.</p> <p>Foi garantido aos alunos NÃO ALFABETIZADOS dos 2º ANOS e 3º ANOS a Recuperação Contínua e Paralela para atingirmos o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas com relação à alfabetização e com estas obtivemos avanços nas aprendizagens dos alunos.</p> <p>A rede desenvolveu ações voltadas à alfabetização como o oferecimento do PNAIC para EI e EF anos iniciais, formação de leitura e escrita para assessores pedagógicos em parceria com o Instituto Natura, ambos em 2018, porém não houve a qualificação e valorização dos professores alfabetizadores com apoio pedagógico, assim como não tivemos a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais articulados com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, tendo como foco os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC, pelo Currículo de</p>
--	--	--	--	--	--

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



					Cajamar e pela PNA, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, de modo a garantir a alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano.
Estratégia 5.2. Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, a partir de 2016, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna e a identidade cultural das comunidades.	2016		Não iniciada	Não	Não houve produção de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem a língua materna e a identidade cultural das crianças do campo e populações itinerantes.
Estratégia 5.3. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização, durante a vigência do plano.	2015 2025		Iniciada	Não	Não foram promovidos processos formativos para a alfabetização de crianças considerando o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas inovadoras. Em 2018 houve o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e ações formativas de Leitura e matemática com assessores externos contratados pelo Instituto Natura.
Estratégia 5.4. Apoiar, a partir de 2016, a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 5.5. Implementar ações de avaliação da	2015		Iniciada	Não	Para monitorar as ações do Nivelamento da



aprendizagem no ensino fundamental a fim de monitorar e acompanhar o desempenho dos estudantes e implementar medidas que assegurem a alfabetização no final do segundo ano e, depois, a adequada progressão das aprendizagens, desde o início da vigência do plano.

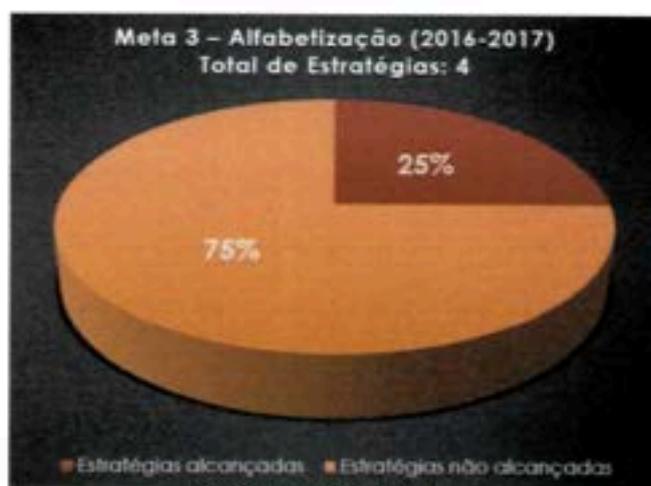
Aprendizagem implementamos instrumentos avaliativos, como quadro de rotina e atividades pontuais de alfabetização e aporte de registro específico para acompanharmos o desempenho dos alunos, e neste foi utilizado como registro final do processo os DADOS DE APRENDIZAGEM DA REDE com relação as ações de Nivelamento da Aprendizagem, em 2019. Em 2018 tivemos avaliação externa do Instituto Avaliar Mais com avaliações realizadas no início do ano letivo e outra no final do ano. Em 2019 houve avaliação pela Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Fundação CAEd) sendo uma avaliação realizada no início do ano letivo e uma avaliação de fluência leitora realizada no final do ano.

A estratégia foi iniciada considerando as avaliações realizadas entre os anos de 2018 e 2019: Avaliar Mais, CAED e SAEB, porém ainda precisamos avançar em um processo sistemático/bimestral de avaliação em rede que dê conta de monitorar o desempenho dos estudantes para que a progressão das

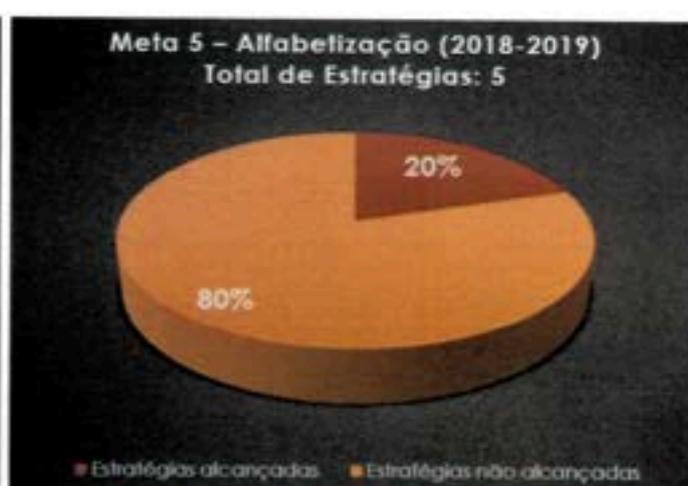


					aprendizagens se dê ao longo do processo. Ressalta-se que as ações desencadeadas não estão garantindo a progressão das aprendizagens ao longo do ciclo de alfabetização.
--	--	--	--	--	--

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 5 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 4 Estratégias em sua Meta 3 que era destinada à alfabetização. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 5 Estratégias e a Meta passou a ser a de nº 5 para ficar alinhada ao Plano Nacional de Educação. Diante disso, podemos notar que de 25% das Estratégias alcançadas em 2017 temos, ao final de 2019, 20%, ou seja, apesar de inserir uma Estratégia a mais essa é uma Meta que está estagnada ou com nuances de retrocessos tendo em vista os dados apresentados.

Os desafios apontados na avaliação do 1º biênio que foram alcançados ao longo do 2º biênio são:

- Realizar formação específica sobre alfabetização e práticas que assegurem a construção dessa competência.

Os desafios do 1º biênio que não foram superados ao longo do 2º biênio são:

- Alfabetizar as crianças no 2º ano e 3º ano.
- Qualificar as práticas de leitura.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 5 traz como desafios do 2º biênio:

- Implementar ações (formativas, acompanhamento, avaliação) que assegurem a alfabetização ao final do 2º ano.
- Definir políticas públicas de alfabetização.
- Garantir a progressão das aprendizagens no ciclo de alfabetização.



-
- Implementar processos formativos próprios de alfabetização em rede por ano e por ciclo.
 - Intensificar ações de acompanhamento e formação na recuperação paralela com análise de dados e resultados bimestrais.
 - Garantir eficiência na recuperação contínua com resultados satisfatórios nas aprendizagens dos alunos.

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]

**6. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO**

Meta	Texto da Meta	Prazo
6	<i>Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.</i>	2025

Observações/Relato sintético**Meta 6 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.**

Nos últimos anos, a ampliação da oferta de educação em período integral se tornou pauta de grandes discussões nos âmbitos federais, estaduais e municipais devido a necessidade de ampliar essa modalidade. O desafio está posto Plano Nacional de Educação na seguinte conformidade: até 2024, a quantidade de alunos matriculados em período estendido deve representar 25% do total. O mesmo desafio está para o município de Cajamar ao colocar em sua Meta 6 oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50% das escolas, atendendo, pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

A proposta discutida envolve a criação de um único turno com duração mínima de sete horas. No entanto, aumentar o tempo, não deve ser o objetivo principal das políticas públicas, mas a melhoria da qualidade do ensino e a ampliação da formação dada aos alunos.

As horas a mais com a extensão do período, precisam ser integradas à rotina da escola e planejadas de maneira coerente, com base em uma proposta pedagógica coesa, viva e que priorize as aprendizagens de todos os alunos. Para isso, é necessário pensar um Projeto Político Pedagógico que considere essa realidade e esteja alinhado com as políticas públicas implantadas em rede que visem produção de conhecimento, pesquisa e aprendizado.

Nessa direção, muito do que temos visto são ações que dividem a escola em dois turnos separados, principalmente no ensino fundamental, ou que dificultam a articulação pedagógica entre eles. Considerando esse aspecto é necessário que as escolas de tempo integral rompam com a cultura de ter aulas em um período e oficinas em outro. Por outro lado, é preciso ter cautela e não replicar o turno de aula tal como acontece para o outro período.

A formação dos alunos precisa ser plural, atualizada com as novas demandas impostas pela sociedade, crítica, plena de sentido e produtora de conhecimentos e valores intrínsecos à formação do ser humano. No artigo *Alguns Parâmetros para a Educação Integral que se quer no Brasil*, as pesquisadoras Maria Alice Setúbal e Maria do Carmo Brant de Carvalho defendem: *"a Educação não deve cultivar apenas conhecimentos, mas também o exercício de valores, a afetividade e a subjetividade humana necessários para negociar sentidos, além de estimular os alunos a relacionarem-se consigo e com os outros e a moverem-se no mundo atual com maior autonomia e proatividade"*.

Com isso, torna-se necessário repensar a prática dos professores e a organização do tempo didático por meio de investimento em projetos inovadores, incentivo nas relações entre escola e comunidade, autonomia para que os alunos escolham parte das atividades de acordo com seu interesse, ampliação quanto ao uso das tecnologias e relações significativas entre o que se aprende e o que se usa na vida.

Para que esses princípios pedagógicos possam ser colocados em prática, condições favoráveis à aprendizagem são essenciais e requerem grandes investimentos para fornecer a infraestrutura adequada.

As escolas de Cajamar estão organizadas e preparadas a alunos em dois ou três turnos, com exceção das creches que atende 100% da faixa etária de 0 a 3 anos em tempo integral. Já a pré-escola e o ensino fundamental demandam a passagem para um único período, sendo necessário espaço suficiente e planejamento de atividades que não se restrinjam apenas à sala de aula. Isso significa que



a infraestrutura precisa sofrer alterações de modo a criar novas classes nas escolas já existentes (ampliação), bibliotecas e/ou salas de leitura e multimídias, quadras, salas de informática, laboratório de ciências, entre outros.

Outro ponto importante são os recursos para manter os alunos por um período maior no ambiente escolar, além da formação dos professores e gestores para atuarem em uma escola de tempo integral.

Por fim, temos um longo e grande desafio pela frente sendo necessário encará-lo com seriedade, atenção, planejamento e projeção. Para tanto, é preciso reavaliar o trabalho, valorizar os pontos positivos e rever os fracos para que a oferta do ensino em tempo integral não sacrifique a qualidade como ocorre com a universalização, pois sem educação de qualidade não adianta ampliar o tempo de permanência do aluno na escola. Para tanto, torna-se essencial a construção de escolas com arquitetura que atenda ao Ensino de Tempo Integral em um ambiente acolhedor.

Para trabalhar com a evolução dessa meta dois indicadores principais foram elaborados:

1. Porcentagem de escolas públicas com matrículas em Tempo Integral.
2. Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública).

O Observatório do Plano Nacional de Educação traz dois objetivos para essa Meta: oferecer em, no mínimo, 50% das escolas públicas jornadas diárias de sete horas ou mais até 2024 e garantir que, no mínimo, 25% dos alunos da educação básica sejam atendidos em jornadas diárias de sete horas ou mais até 2024.

Para o primeiro objetivo, o país conta com 29,5% das escolas públicas que ofertam educação em tempo integral e 12,9% das matrículas eram para escolas em tempo integral. A seguir, temos os dados de Cajamar.

INDICADORES PRINCIPAIS

Os indicadores principais possuem o caráter de trazer dados que contextualizam e avaliam a realidade educacional do município diante dos objetivos principais da meta. O Indicador 6A expressa o número de escolas públicas que ofertam ao menos uma matrícula em tempo integral, em relação ao total de escolas. Considera-se matrículas em tempo integral aquelas em que o aluno permanece 7 horas ou mais na escola.

A partir dessa definição, Cajamar possui grande *déficit* em relação às unidades escolares de tempo integral, pois não temos escolas municipais de pré-escola (4 e 5 anos), Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais que atendem alunos por 7 horas ou mais. Nessa direção, podemos perceber nas Estratégias elaboradas que este segmento da educação básica se constitui como foco dessa ação.

Indicador 6A	Porcentagem de escolas públicas com matrículas em Tempo Integral.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%						
Meta executada no período (dado oficial)	48,7% 19 escolas	43,6% 17 escolas	65,9% 27 escolas	45% 18 escolas	52,5% 21 escolas						
Meta executada no período	----	----	----	----	----						



(dado
extraoficial)

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>.
Acesso: 5 out. 2021.

A seguir, apresentaremos os dados considerando o percentual de matrícula em cada tipo de rede, a saber: municipal e estadual.

A rede municipal não alcançou, neste indicador, a meta de 25% de matrículas em tempo integral. Destacamos que houve queda no 2º biênio do PME se comparado ao final do 1º biênio. Atualmente, há 12,2% de matrículas na rede municipal como podemos observar na tabela abaixo. Essas matrículas são, em sua grande maioria, das creches.

Indicador 6B	Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública) – MUNICIPAL							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%						
Meta executada no período (dado oficial)	13,1% (1.519)	12,4% (1.504)	20,8% (2.628)	12,4% (1.635)	12,2% (1.632)						
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>.
Acesso: 9 nov. 2021.

Já a rede estadual também não alcançou o 25% das matrículas em tempo integral, porém há avanços entre um biênio e outro. Atualmente, são atendidos 23,5% dos alunos em tempo integral estando bem próximo de atingir o percentual estabelecido pelo PNE e PME.

Indicador 6C	Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública) – ESTADUAL							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%						
Meta executada no período (dado oficial)	22,8% (937)	23% (922)	21,6% (836)	23,1% (792)	23,5% (775)						
Meta executada no período	----	----	----	----	----						



(dado extraoficial)

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 9 nov. 2021.

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com dez Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao percentual de escolas e matrículas em tempo integral. Tais indicadores ajudam a ter clareza acerca de qual etapa da educação básica necessita de investimentos nesse aspecto. A partir dos indicadores, temos os seguintes dados que se articulam à análise das Estratégias e prazos estabelecidos.

Quanto às creches 100% das matrículas são em tempo integral o que eleva o percentual de atendimento na rede municipal como podemos ver no quadro a seguir:

Indicador Auxiliar 6D	Porcentagem e quantidade de escolas públicas com matrículas em Tempo Integral - CRECHE.					Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim		
	2015	2016	2017	2018	2019					2020	2021
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%						
Meta executada no período (dado oficial)	100% 14 escolas	100% 13 escolas	100% 15 escolas	100% 15 escolas	100% 15 escolas						
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 5 out. 2021.

Já a pré-escola que atende crianças de 4 e 5 anos encerrou o 2º biênio do PME com 6,1% de atendimento a esse público em tempo integral. No 1º biênio não havia esse tipo de atendimento para essa faixa etária como podemos analisar na tabela abaixo.

Indicador Auxiliar 6E	Porcentagem e quantidade de escolas públicas com matrículas em Tempo Integral – PRÉ-ESCOLA					Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019					2020	2021
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%						
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	6,7% 1 escola	6,7% 1 escola						
Meta executada no período	----	----	----	----	----						



(dado
extraoficial)

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>.
Acesso: 5 out. 2021.

Quanto aos anos iniciais do Ensino Fundamental, concluímos o 2º biênio com 9,2% das escolas com jornada ampliada através do Programa Mais Educação.

Indicador Auxiliar 6F	Porcentagem e quantidade de escolas públicas com matrículas em Tempo Integral – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	25% 5 escolas*	0%	9,1% 2 escolas							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>.
Acesso: 5 out. 2021.

***Programa Mais Educação:** criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias.

O mesmo aconteceu com os anos finais do Ensino Fundamental, porém ao longo do 1º biênio. No 2º biênio não houve atendimento por meio de jornada ampliada via Projeto Mais Educação.

Indicador Auxiliar 6G	Porcentagem e quantidade de escolas públicas com matrículas em Tempo Integral – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%							
Meta executada no período (dado oficial)	14,3% 2 escolas*	8,3% 1 escola*	71,4% 10 escolas*	0%	0%							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----							

Zulbete Aguiar
F. P. P.



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 5 out. 2021.

Há também um percentual de atendimento alto no Ensino Médio, pois 42,9% das escolas estaduais, ao final do 2º biênio, possuem um ensino em tempo integral.

Indicador Auxiliar 6H	Porcentagem e quantidade de escolas públicas com matrículas em Tempo Integral – ENSINO MÉDIO						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%						
Meta executada no período (dado oficial)	42,9% 3 escolas	42,9% 3 escolas	42,9% 3 escolas	42,9% 3 escolas	42,9% 3 escolas						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 5 out. 2021.

Já o percentual de matrículas em tempo integral estabelecido para a meta é de 25%. Com isso, podemos observar nas tabelas abaixo que as creches e o ensino médio atingiram a meta e seus respectivos indicadores, porém a pré-escola e os anos iniciais e anos finais do ensino fundamental estão longe desse alcance. Diante disso, temos como desafio, primeiramente, implantar o ensino de tempo integral nas escolas de ensino fundamental podendo ser, no início, um trabalho realizado com escola piloto.

As tabelas a seguir mostram o percentual de matrícula em cada etapa:

Indicador Auxiliar 6I	Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública) – CRECHE						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%						
Meta executada no período (dado oficial)	100% (1.414)	100% (1.504)	100% (1.740)	100% (1.620)	100% (1.629)						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 9 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 6J	Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública) – PRÉ-ESCOLA						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0,7% (15)	0,7% (14)							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 5 out. 2021.

Indicador Auxiliar 6K	Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública) – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	3,9% (205)	0%	0%							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 9 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 6L	Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública) – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%							
Meta executada no	5,3%	2%	18%	0%	0%							



período (dado oficial)	(208)	(81)	(721)								
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 9 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 6M	Porcentagem de matrículas em Tempo Integral (Rede Pública) – ENSINO MÉDIO							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%						
Meta executada no período (dado oficial)	24,9% (834)	24,9% (841)	24,9% (834)	25,2% (792)	27,3% (775)						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso: 9 nov. 2021.

A seguir, veremos as análises realizadas em cada Estratégia estabelecida para a Educação em Tempo Integral:

Meta	6	<i>Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.</i>				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	
Estratégia 6.1. Promover, com o apoio da União e/ou Estado, a ampliação da jornada, em no mínimo três escolas já construídas de Ensino Fundamental I e II, adotando medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar,	2022		Não iniciada	Não	O prazo estabelecido para a Estratégia é após a avaliação do 2º biênio do PME (2022).	

Handwritten signatures and initials in blue ink.



através de oficinas, atividades recreativas, esportivas, culturais e de apoio as aprendizagens, até 2022.					
Estratégia 6.2. Propor a oferta de Educação Integral a outras escolas do Ensino Médio, em parceria com a União e Estado, iniciando em comunidades pobres ou com jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, em, no máximo, cinco anos.	2020		Iniciada	Não	A estratégia foi iniciada pelo fato de discussões terem sido realizadas em 2019 com vistas à transformação da EE Élcio José Pereira Cotrim em escola de tempo integral para atender aos alunos de EM, porém não foi alcançada porque essa ação não se efetivou até o final de 2019. Nota Técnica N° 15/2.021: Alteração: de Educação Integral para Educação em Tempo Integral.
Estratégia 6.3. Implantar, gradativamente, em quatro novas escolas municipais, a educação em tempo integral em parceria com a União e/ou estado e entidades privadas, a partir de 2021.	2021		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 6.4. Construir, em regime de colaboração com a União e/ou estado, escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social, em 2018.	2018		Não iniciada	Não	Os participantes da III Conferência Municipal de Educação orientam a atenção e a preocupação com o início das obras.



Estratégia 6.5. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, com a União e/ou estado e entidades privadas, o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas já construídas e em regime parcial, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material curricular e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral, em um prazo de cinco anos.	2020	Não iniciada	Não	Nota Técnica N° 16/2.021: inclusão da sala de leitura e multimeios na escrita da Estratégia.
Estratégia 6.6. Fomentar, a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museu, ginásio de esporte, cinemas, centros culturais, teatros, planetário, entre outros, até 2020.	2020	Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 6.7. Promover a reorganização curricular para garantir as competências e habilidades necessárias, assim como as disciplinas básicas na escola de tempo integral e complementá-las com atividades extracurriculares, oficinas ou apoio as aprendizagens,	2025	Não iniciada	Não	Sem observações.



possibilitando o aprendizado integral, a valorização ética e social no exercício da cidadania de cada aluno atendido, após a implantação de escolas em tempo integral.					
Estratégia 6.8. Promover discussão para elaboração de critérios para seleção e ingresso de profissionais da educação que irão compor o quadro das escolas de tempo integral, a partir de 2020.	2020		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 6.9. Oferecer atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob a sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, após a implantação de escolas em tempo integral.	2025		Iniciada	Não	Sem observações.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 6 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures and initials]



Como podemos observar essa é uma Meta que não sofreu alterações entre um biênio e outro, sendo esse um dos grandes desafios da educação no município de Cajamar.

Os desafios apontados na avaliação do 1º biênio não foram superados e, portanto, permanecem no 2º biênio. Esses desafios são:

- Planejar ações em consonância ao PME.
- Implantar escola de tempo integral no ensino fundamental.
- Iniciar discussão sobre critérios para seleção e ingresso de profissionais da educação que irão compor o quadro das escolas de tempo integral.
- Obter retorno das informações quanto às ações realizadas em cada ano para ampliar a jornada por meio do Programa Mais Educação nas escolas municipais e estaduais a fim de analisar se a parceria está sendo ampliada, se está estagnada ou se retrocedeu.
- Obter retorno das solicitações sobre as ações realizadas em cada ano para ampliar o tempo integral nas redes municipal e estadual, bem como o investimento realizado em recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.
- Planejar ações quanto a construção e/ou ações para escolas de ensino fundamental em tempo integral ou jornada ampliada.

No 2º biênio, novos desafios foram agregados aos já existentes considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 6 traz como desafios:

- Realizar estudos visando a ampliação da jornada para tempo integral em escolas piloto no ensino fundamental.
- Planejar ações e/ou elaborar projetos em contra turno de forma a ampliar o tempo de permanência do aluno na escola de ensino fundamental.
- Implantar, gradativamente, escolas de tempo integral no ensino fundamental iniciando por uma escola piloto que, de preferência, tenha EF I e EF II.
- Elaborar estratégias para atendimento satisfatório no Ensino de Tempo Integral para todos os segmentos.



7. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

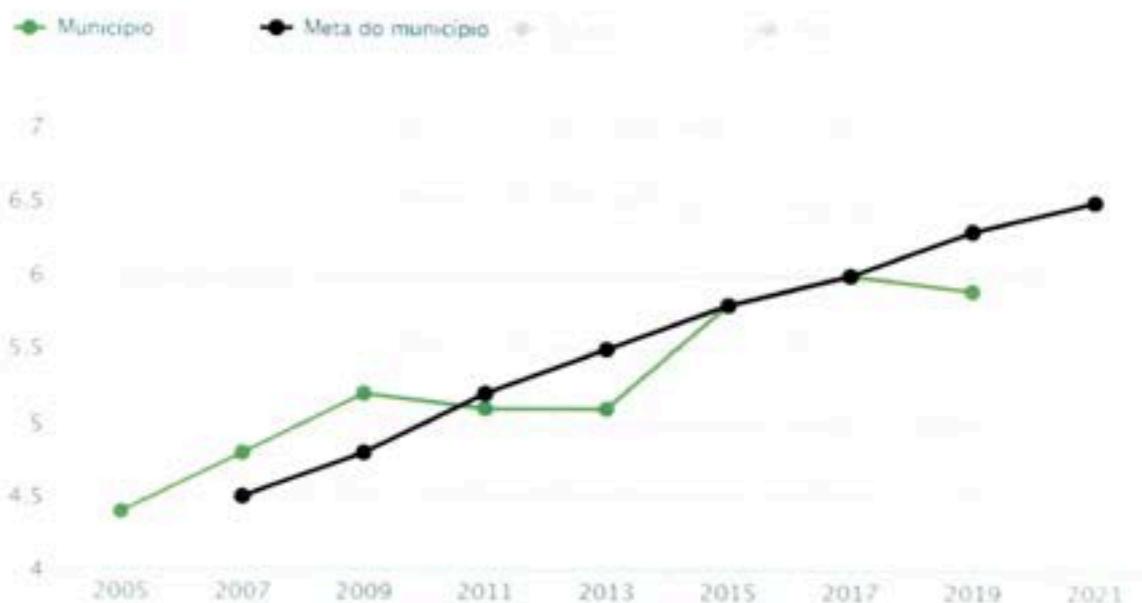
Meta	Texto da Meta	Prazo																				
7	<i>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:</i>	2016 2025																				
<table border="1"><thead><tr><th>IDEB</th><th>2015</th><th>2017</th><th>2019</th><th>2021</th></tr></thead><tbody><tr><td>Anos iniciais do ensino fundamental</td><td>5,8</td><td>6,0</td><td>6,3</td><td>6,5</td></tr><tr><td>Anos finais do ensino fundamental</td><td>4,6</td><td>4,9</td><td>5,1</td><td>5,4</td></tr><tr><td>Ensino Médio</td><td>---</td><td>---</td><td>4,2</td><td>4,4</td></tr></tbody></table>			IDEB	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5	Anos finais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,1	5,4	Ensino Médio	---	---	4,2	4,4
IDEB	2015	2017	2019	2021																		
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5																		
Anos finais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,1	5,4																		
Ensino Médio	---	---	4,2	4,4																		

Observações/Relato sintético

A Meta 7 - **APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA** - do Plano Municipal de Educação possui três objetivos: chegar ao IDEB 6,3 nos anos iniciais do ensino fundamental em 2019, chegar ao IDEB 5,1 nos anos finais do ensino fundamental em 2019 e chegar ao IDEB 4,2 no ensino médio em 2019.

O IDEB 2019 nos anos iniciais da rede municipal não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,3. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. O gráfico abaixo mostra a evolução do IDEB que, no 2º biênio, sofreu queda alcançando 5,9.

EVOLUÇÃO DO IDEB



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

A série histórica mostra que, nos anos iniciais Cajamar está acima do país e abaixo do Estado de São Paulo.

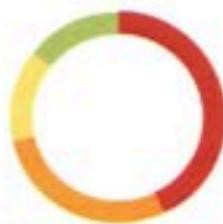


Série histórica



Fonte: MEC/INEP/DAE/Índice de Estado da Aprendizagem - Todos Pela Educação

- Manter: 14,3%
- Melhorar: 14,3%
- Atenção: 28,6%
- Alerta: 42,9%



A média alcançada por cada escola da rede municipal nos anos iniciais do ensino fundamental indica que 42,9% das escolas estão em alerta, 28,6% merecem atenção, 14,3% precisam melhorar e 14,3% precisa manter o patamar alcançado para que os alunos continuem aprendendo. A situação é alarmante e requer ações emergenciais que possam influir diretamente na aprendizagem.

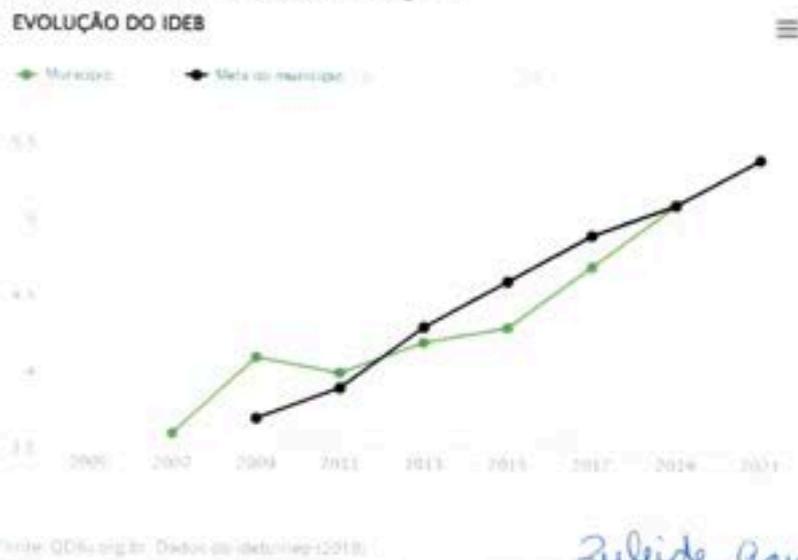
Vejamos a situação de cada escola:

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



ESCOLAS DE A A Z	Aprendizado x Fluxo = Ideb	Atingiu a meta	Cresceu o Ideb	Alcançou 6.00	Situação da escola
ARMANDO DE OLIVEIRA JUNIOR EMER	7.05 x 0.99 = 7.0				Manter
ARMANDO DE OLIVEIRA JUNIOR EMER	5.37 x 0.96 = 5.1				Alerta
CELESTINO RODRIGUES MONTES EMER	5.64 x 0.99 = 5.6				Alerta
EDUARDO DE OLIVEIRA MANTOVANI EMER	5.74 x 0.97 = 5.6				Atenção
FERNANDES DA MOURA MOURA EMER	5.48 x 1.00 = 5.5				Atenção
GETULIO DE OLIVEIRA EMER	6.13 x 0.98 = 6.0				Atenção
JOSE ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA EMER	6.29 x 0.98 = 6.2				Melhorar
MARIA DE OLIVEIRA MARTINS DE OLIVEIRA EMER	5.90 x 1.00 = 5.9				Alerta
MARCELO DE MOURA DE OLIVEIRA MOURA EMER	5.95 x 0.99 = 5.9				Alerta
MARCELO DE MOURA DE OLIVEIRA MOURA EMER	6.08 x 0.99 = 6.0				Melhorar
MARCELO DE MOURA DE OLIVEIRA MOURA EMER	5.71 x 0.98 = 5.6				Alerta
REPÚBLICA DE CAJAMAR EMER	6.02 x 0.99 = 5.9				Atenção
ROSA HELENE VIEIRA MARTINS DE OLIVEIRA EMER	6.77 x 0.99 = 6.7				Manter
VALNÉIA DE OLIVEIRA MOURA EMER	5.36 x 0.98 = 5.1				Alerta

Já o IDEB 2019 nos anos finais da rede municipal atingiu a meta e cresceu, o que não acontecia desde 2011. O IDEB alcançado foi de 5,1. Pode melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. Vejamos o gráfico a seguir:



Handwritten signatures and notes:
 Zuliete Aquino
 Prof. [unclear]
 [unclear]



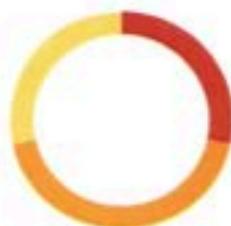
A série histórica mostra que, nos anos finais a rede municipal de Cajamar está acima do país e abaixo do Estado de São Paulo, porém em 2019 chegou muito próximo à meta estadual.

Série histórica



Fonte: MEC/Instituto Paulo Freire. Índice: Eficiência: Todos Pela Educação.

- Manter: 0,0%
- Melhorar: 28,6%
- Atenção: 42,9%
- Alerta: 28,6%



A média alcançada por cada escola da rede municipal nos anos finais do ensino fundamental indica que 28,6% das escolas estão em alerta, 42,9% merecem atenção, 28,6% precisam melhorar e 0% precisa manter o patamar alcançado para que os alunos continuem aprendendo. A situação é preocupante, pois ao mesmo tempo em que o percentual de escolas em alerta é menor que o apresentado nos anos iniciais, não temos escolas com índices bons ao ponto de manter.

Vejam os a situação de cada escola:

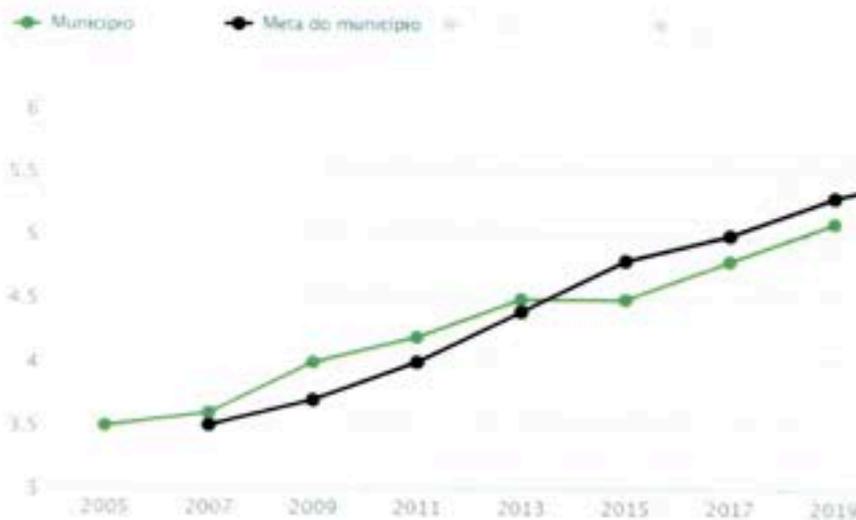
Zuleide Aguiar



ESCOLAS DE A A Z	Aprendizado x Fluxo = Ideb	Atingiu a meta	Cresceu o Ideb	Alcançou 6,00	Situação da escola
ALFONSO MARQUES LAMAS EMEB	5,16 x 0,91 = 4,8				Atenção
BARBOSA BENEDETO EMEB	5,23 x 0,91 = 4,9				Atenção
DEBORA ESTRELA MATEUS EMEB	5,42 x 0,95 = 5,1				Atenção
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMEB	0,00 x 0,00 = 0,0				Sem dados
JARDIM SÃO JOSÉ EMEB	5,43 x 0,97 = 5,3				Melhoria
JULY APARECIDA ESTACIONARI PROFA EMEB	5,17 x 0,93 = 4,8				Alerta
MARIA DE LOURDES MATTAR PROFA EMEB	0,00 x 0,00 = 0,0				Sem dados
EMERSONIA PEDRA FREITAS SOUZA EMEB	0,00 x 0,00 = 0,0				Sem dados
ESCOLA GARCIA MARCO PROFA EMEB	0,00 x 0,99 = 0,0				Sem dados
REPÚBLICA DO BRASIL EMEB	5,70 x 0,97 = 5,5				Melhoria
RUDENESSA VICTOR MARDONIZ DOS SANTOS EMEB	5,18 x 0,99 = 5,1				Alerta

O IDEB 2019 nos anos finais da rede estadual cresceu, mas não atingiu a meta que era de 5,3. O valor alcançado foi de 5,1.

EVOLUÇÃO DO IDEB



Fonte: QEdu.org.br. Dados do ideb/inep (2019).

Zuleide Aguiar

Paulo

[Assinaturas]



- Manter: 0,0%
- Melhorar: 50,0%
- Atenção: 50,0%
- Alerta: 0,0%



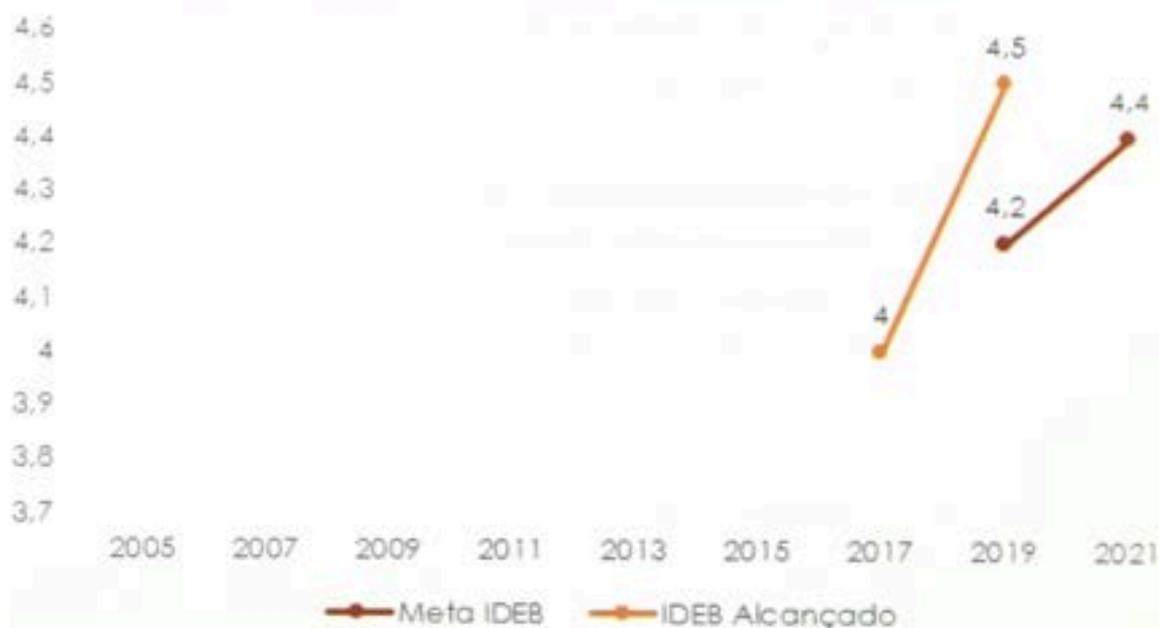
A média alcançada por cada escola da rede estadual nos anos finais do ensino fundamental indica que 0% das escolas estão em alerta, 50% merecem atenção, 50% precisam melhorar e 0% precisa manter o patamar alcançado para que os alunos continuem aprendendo. Ações e intervenções pontuais, focais e diretas podem contribuir com o avanço das aprendizagens dos alunos de forma substancial..

Vejamos a situação de cada escola:

ESCOLAS DE A A Z	Aprendizado x Fluxo = Ideb	Atingiu a meta	Cresceu o Ideb	Alcançou 6,00	Situação da escola
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL	5,16 x 0,97 = 5,0				Melhorar
ESCOLA ESTADUAL	5,28 x 0,97 = 5,1				Atenção

O IDEB 2019 do ensino médio da rede estadual cresceu e ultrapassou a meta estabelecida de 4,2. O valor alcançado na avaliação foi de 4,5.

IDEB Ensino Médio - Escolas Estaduais



O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Já a proficiência posiciona o aprendizado dos alunos em 4 níveis qualitativos. O aprendizado adequado engloba os níveis proficiente e avançado.



Avançado

Os alunos neste nível apresentam o nível de aprendizagem superior à expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível, atividades desafiadoras.

Proficiente

Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomenda-se atividades de aprofundamento.

Básico

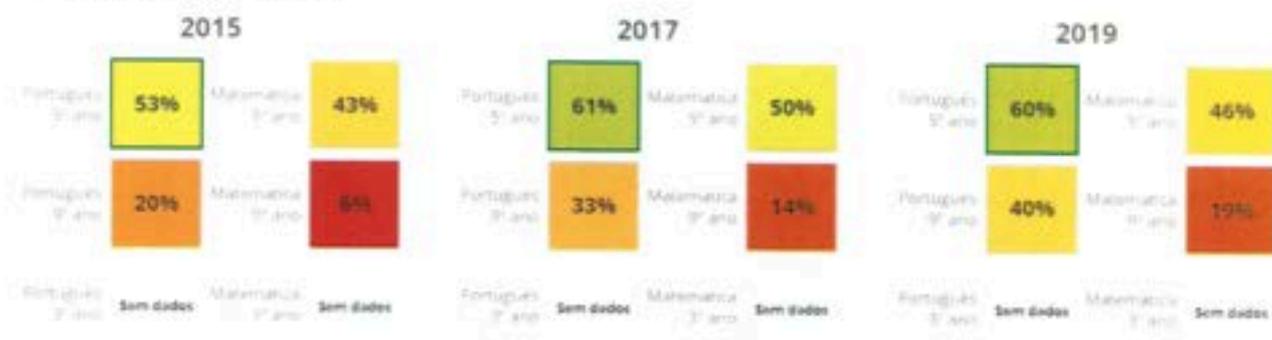
Os alunos neste nível precisam melhorar. Sugere-se atividades de reforço.

Insuficiente

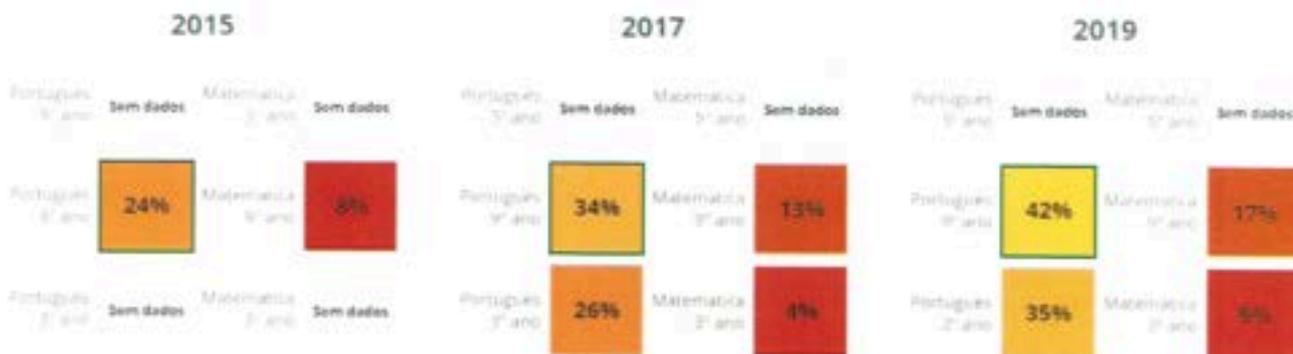
Os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. É necessário a recuperação de conteúdos.

Em Cajamar temos os seguintes dados de proficiência:

Escolas Municipais:



Escolas Estaduais:



Quando tratamos da aprendizagem “pura” sem o fluxo escolar, vemos o quão preocupante são os índices do ensino fundamental anos finais em toda rede pública e no ensino médio. Se pararmos para pensar que uma pessoa entre na escola e passa toda a vida para concluir o ensino médio com apenas 5% de proficiência em Matemática temos a certeza de que, ano a ano, os alunos estão deixando de aprender, vemos que não há progressão das aprendizagens, pois quem não aprende fica pelo caminho ou se promovendo de forma automática.

Vejam a ilustração abaixo que retrata de forma visual o percentual de aluno em cada nível de proficiência em Português. Importante observar que, ao longo da escolaridade, o nível avançado reduz enquanto que o nível insuficiente tem aumento considerável em seu percentual.

Zuleide Aguiar



Em Matemática a situação é mais preocupante ainda, pois ao longo da escolaridade nenhum aluno alcançou o nível avançado no 3º ano do ensino médio e, mais da metade (51%) se encontra no nível insuficiente.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



Quando comparado aos municípios geograficamente próximos, Cajamar é o que possui o menor percentual de proporção de alunos que aprenderam o adequado, por exemplo, na competência de leitura e interpretação até o 5º ano. Vejamos os dados, a seguir:



Em Matemática, acontece a mesma situação nos anos iniciais do ensino fundamental, como podemos observar nos dados a seguir:



Interessante destacar que Cajamar é o município que possui o maior PIB per capita se comparado aos municípios citados acima. Vejamos informações mais detalhadas sobre essa questão:

Brasil / São Paulo /
CajamarPIB per capita [2018]
224.359,59 R\$População estimada [2021] **79.034** pessoasBrasil / São Paulo /
BarueriPIB per capita [2018]
186.382,33 R\$População estimada [2021] **279.704** pessoasBrasil / São Paulo /
CarapicuíbaPIB per capita [2018]
14.413,33 R\$População estimada [2021] **405.375** pessoasBrasil / São Paulo /
ItapeviPIB per capita [2018]
51.939,22 R\$População estimada [2021] **244.131** pessoasBrasil / São Paulo /
JandiraPIB per capita [2018]
32.512,79 R\$População estimada [2021] **127.734** pessoas

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jandira/panorama>. Acesso: 29 set. 2021.

Considerando o PIB *per capita*, principal indicador da economia, Cajamar ocupa a 11ª posição no país dentro dos 5.570 municípios existentes, está na 4ª posição no Estado de São Paulo dentro dos 645 municípios e ocupa a 1ª posição na região geográfica imediata dentro de 39 municípios.

O relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) aponta a relação desempenho x PIB *per capita* tendo em vista os fatores socioeconômicos que influenciam na distribuição do desempenho dos países, dos estados e dos municípios. Segundo o relatório, a prosperidade relativa de alguns países faz com que eles gastem mais em educação, o que não é diferente quando pensamos nos estados e municípios.

Cajamar possui o PIB *per capita* mais alto de sua região geográfica para uma população bem menor como vimos anteriormente. Todavia, os investimentos devem reverberar em resultados, aspecto que não está ocorrendo como deveria dada a riqueza existente no município. Onde estamos errando ou que o precisamos mudar sendo que temos tudo para se constituir como um município que possui altos índices de aprendizagem?

Taxas de Rendimento

As taxas de rendimento escolar de cada instituição são geradas a partir da soma da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de um ano letivo. Elas são importantes porque geram o Indicador de Rendimento, utilizado no cálculo do IDEB.



Para calcular as taxas de aprovação, reprovação e abandono, o INEP se baseia em informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos, fornecidas pelas escolas e pelas redes de ensino municipais, estaduais e federais.

Importante esclarecer que o abandono ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo. Entende-se por evasão escolar a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos.

Se os índices estiverem acima de 5% a situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar. Agora, se os índices estiverem acima de 15%, a situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

Vejamos os percentuais quanto as taxas de rendimento:

Escolas Municipais

2018				2019			
Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação	Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	1,4%	0,2%	98,4%	Anos Iniciais	1,2%	0,2%	98,6%
Anos Finais	3,1%	1,0%	95,9%	Anos Finais	3,2%	0,7%	96,1%
Ensino Médio				Ensino Médio			

Escolas Estaduais

2018				2019			
Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação	Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais				Anos Iniciais			
Anos Finais	1,1%	8,5%	90,4%	Anos Finais	2,6%	0,3%	97,1%
Ensino Médio	5,7%	4,1%	90,2%	Ensino Médio	3,1%	0,7%	96,2%

Escolas Privadas

2018				2019			
Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação	Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	1,2%	0,0%	98,8%	Anos Iniciais	1,4%	0,0%	98,6%
Anos Finais	1,5%	0,0%	98,5%	Anos Finais	1,4%	0,0%	98,6%
Ensino Médio	1,1%	0,0%	98,9%	Ensino Médio	0,5%	0,0%	99,5%

Os dados mostram que a maior concentração de abandono (8,5% nos anos finais do ensino fundamental) e reprovação (5,7% no ensino médio) ocorreu em 2018 nas escolas estaduais. No setor privado não houve nenhum abandono durante o 2º biênio do PME. Quando olhamos para a taxa de rendimento considerando o panorama geral da educação municipal que englobam os dados das escolas municipais, estaduais e privadas, notamos que a taxa de reprovação do Ensino Médio, em 2018, esteve em sinal de alerta, porém o ano de 2019 traz dados que precisam ser analisados com cautela, pois



inspiram preocupações, principalmente com a taxa de reprovação nos anos finais do ensino fundamental que chega a 3%.

Etapa Escolar	Reprovação	Alcance	Aprovação	Etapa Escolar	Reprovação	Alcance	Aprovação
Anos Iniciais	1,4% ^{**}	0,2% ^{**}	98,4%	Anos Iniciais	1,2% ^{**}	0,2% ^{**}	98,6%
Anos Finais	2,8% ^{**}	1,3% ^{**}	95,8%	Anos Finais	3,0% ^{**}	0,5% ^{**}	96,5%
Ensino Médio	5,4% ^{**}	3,9% ^{**}	90,7%	Ensino Médio	2,9% ^{**}	0,6% ^{**}	96,4%

Fonte: Censo Escolar 2018, Inep.

Fonte: Censo Escolar 2019, Inep.

INDICADORES PRINCIPAIS

Indicador 7A	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	5,8	---	6,0	---	6,3	---	6,5				
Meta executada no período (dado oficial)	5,8	---	6,0	---	5,9	---					
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---	---					

Fonte: INEP. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=14468405>. Acesso: 29 set. 2021.

Indicador 7B	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental - MUNICIPAL							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	4,6	---	4,9	---	5,1	---	5,4				
Meta executada no período (dado oficial)	4,3	---	4,7	---	5,1	---					
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---	---					

Fonte: INEP. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=14468405>. Acesso: 29 set. 2021.

Indicador 7C	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental - ESTADUAL							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				

Juliete Aguiar

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	4,8	---	5,0	---	5,3	---	5,5				
Meta executada no período (dado oficial)	4,5	---	4,8	---	5,1	---					
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: INEP. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado_seam?cid=14468405. Acesso: 29 set. 2021.

Indicador 7D	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - ENSINO MÉDIO.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	4,2	---	4,4				
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	4,0	---	4,5	---					
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: INEP. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado_seam?cid=14468405. Acesso: 29 set. 2021.

Podemos observar que de quatro indicadores principais, 50% foi alcançado e 50% não atingiu a meta estabelecida pelo IDEB. Os desafios estão nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais e anos finais do ensino fundamental das escolas estaduais necessitando de um trabalho pedagógico forte e intenso.

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com vinte Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao IDEB alcançado, taxas de rendimento, escolas que cumpriram a meta estabelecida pelo IDEB, taxa de distorção idade-série e nota padronizada.

A partir de tais indicadores, temos os seguintes dados que se articulam à análise das metas e prazos estabelecidos:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental: os dados mostram que quando o Plano Municipal de Educação foi aprovado em 2015, 50% das escolas conseguiram cumprir a meta estipulada para o IDEB. Ao final do 1º biênio (2017) esse percentual caiu para 35,7% e, mais preocupante ainda, foi a queda que ocorreu em 2019 quando o 2º biênio foi encerrado e no qual apenas 20% da rede. Diante disso, vemos que, ao invés de evoluir, a rede está regredindo em suas conquistas. A tabela abaixo retrata essa situação.

Zuleide Aguiar



Indicador Auxiliar 7E	Porcentagem de escolas que cumpriram as metas do IDEB - Anos Iniciais do Ensino Fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	50% (7 escolas)	----	35,7% (5 escolas)	----	20% (3 escolas)						

Fonte: MEC/IDEB/INEP. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Os anos iniciais estão marcados pelo aumento na taxa de distorção idade-série. Essa taxa se refere à proporção de alunos com atraso escolar e indica que a cada 100 alunos, 2 possuem atraso escolar de dois anos ou mais. A rede municipal alcançou, ao final do 2º biênio (2019), o maior índice de distorção idade-série se comparado ao final do 1º biênio (2017). Novamente, é possível notar que os problemas persistem e se agravam. No setor privado houve avanço ao longo do 2º biênio do PME, pois o atraso escolar foi reduzido em 0,2%. A tabela a seguir explicita os dados:

Indicador Auxiliar 7F	Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – ESCOLAS PRIVADAS										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipais	2,6%	2,8%	2,7%	2,6%	2,8%						
Estaduais	----	----	----	----	----						
Privadas	1,2%	1,6%	1,7%	1,5%	1,5%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

O Indicador 6G expressa a média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Podemos notar queda nesse indicador se comparado ao final do 1º biênio. Vejamos a tabela a seguir:

Indicador Auxiliar 7G	Nota Padronizada (IDEB) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	5,91	----	6,10	----	6,02						

Fonte: MEC/Inep/IDEB. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada uma destas situações constitui a Taxas de Rendimento. As tabelas a seguir, mostram o percentual de aprovação, reprovação e abandono.

Indicador Auxiliar 7H	Taxas de rendimento - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – APROVAÇÃO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	98,3% (5.046)	98,6% (5.058)	98,6% (5.152)	98,4% (5.284)	98,6% (5.410)						
Estadual	----	----	----	----	----						
Privada	99,1% (827)	98,4% (869)	99,2% (932)	98,8% (1.061)	98,6% (1.125)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures and initials]



Indicador Auxiliar 7I	Taxas de rendimento - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – REPROVAÇÃO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	1,5% (80)	1,2% (62)	1,2% (64)	1,5% (78)	1,1% (64)						
Estadual	----	----	----	----	----						
Privada	0,8% (8)	1,6% (14)	0,8% (8)	1,2% (13)	1,4% (17)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Com relação aos dados de aprovação e reprovação vemos que as escolas privadas ampliaram seu percentual de reprovação de 0,8% para 1,4% entre um biênio e outro. Já as municipais tiveram uma queda na reprovação entre 2018 e 2019, mas certa estagnação entre o 1º e 2º biênios. Nessa direção, o município não consegue dispor de ações pontuais e/ou políticas públicas que possam transformar esse cenário por meio do avanço nas aprendizagens. Por fim, a rede municipal possui percentuais de abandono escolar que, em 2019, foi o mais alto desde a aprovação deste PME. Nas escolas privadas não há abandono. A tabela abaixo elucida essa situação:

Indicador Auxiliar 7J	Taxas de rendimento - Anos Iniciais do Ensino Fundamental – ABANDONO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	0,2% (10)	0,2% (12)	0,2% (9)	0,1% (10)	0,3% (13)						
Estadual	----	----	----	----	----						
Privada	0%	0%	0%	0%	0%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

O Indicador do índice de rendimento do IDEB é a taxa média de aprovação nos anos iniciais do ensino Fundamental que, como podemos ver, ficou estagnada entre os biênios do PME como podemos ver na tabela abaixo:

Indicador Auxiliar 7K	Índice de Rendimento (IDEB) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	0,98%	----	0,99%	----	0,99%						

Fonte: MEC/Inep/IDEB. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Anos Finais do Ensino Fundamental: com relação à nota padronizada do IDEB temos situações bem distintas entre os anos iniciais e anos finais. Embora menor que a nota do 5º ano, a escala alcançada nos anos finais indica avanço ao longo dos anos quanto a média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Em uma escala que vai de 0 a 10, as redes municipal e estadual se encontram pouco acima de 50% como notas 5,22 e 5,27, respectivamente.

Indicador Auxiliar 7L	Nota Padronizada (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental – MUNICÍPIO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	4,56	----	4,95	----	5,27						
Estadual	4,60	----	4,97	----	5,22						



Privada	----	----	----	----	----						
---------	------	------	------	------	------	--	--	--	--	--	--

Fonte: MEC/Inep/IDEB. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

O avanço na nota padronizada se dá considerando o índice de rendimento do IDEB no qual podemos observar leve avanço entre o 1º e 2º biênios de 0,01.

Indicador Auxiliar 7M	Índice de Rendimento (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	0,94%	----	0,95%	----	0,96%						
Estadual	0,97%	----	0,96%	----	0,97%						
Privada	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/Inep/IDEB. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Nota-se que 2019 foi o ano em que, pela primeira vez, escolas de anos finais conseguiram cumprir a meta estipulada pelo IDEB. São 30% das escolas que, em anos anteriores conseguiram superar esse desafio. No entanto, sabemos que 70% das escolas municipais e 75% das escolas estaduais não conseguiram cumprir a meta. Vejamos o quadro, a seguir:

Indicador Auxiliar 7N	Porcentagem de escolas que cumpriram as metas do IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Município	0%	----	0%	----	30% (3 escolas)						
Estado	25% (1 escola)	----	0%	----	25% (1 escola)						
Privada	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/IDEB/INEP. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Um dos grandes problemas enfrentados nos anos finais do ensino fundamental é a taxa de distorção idade-série. A rede municipal é a que mais possui alunos fora da idade escolar, ou seja, a cada 100 alunos, 8 alunos estão com atraso escolar de dois anos ou mais, o que equivale a, aproximadamente, 331 alunos. Na rede estadual, a cada 100 alunos, 7 estão com atraso escolar devido à idade que é o equivalente a, aproximadamente, 20 alunos. Por fim, o setor privado possui 3% de alunos com atraso em relação à idade escolar o que equivale a 32 alunos. A soma dos alunos que estudam no município com defasagem idade-série de 2 anos ou mais chega a 383. Os dados completos estão na tabela, a seguir:

Indicador Auxiliar 7O	Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	8,4%	9%	8,3%	8,1%	7,7%						
Estadual	3,5%	3,9%	4,3%	8,7%	6,6%						
Privada	2%	1,4%	2,3%	2%	3,1%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Quanto às taxas de rendimento que envolvem aprovação, reprovação e abandono podemos notar maior índice de reprovação na rede municipal, fator esse que comprova o maior público com distorção

[Handwritten signatures and initials]



idade-série. Importante destacar que o fluxo conta com os índices do IDEB que, juntamente com a proficiência gera a meta estabelecida. As próximas três tabelas trazem todos os dados na íntegra para uma análise mais pontual diante de uma leitura horizontal que analisa a própria rede ou uma leitura vertical que faz uma análise entre redes.

Na leitura horizontal, podemos perceber a evolução, estagnação ou retrocesso de cada rede. Essa leitura nos permite concluir que as escolas municipais tiveram queda no percentual de aprovação, enquanto que as estaduais e privadas avançaram nesse quesito.

Indicador Auxiliar 7P	Taxas de rendimento - Anos Finais do Ensino Fundamental – APROVAÇÃO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	94,1% (2.999)	95,4% (3.197)	95,8% (3.349)	95,9% (3.801)	96,2% (3.969)						
Estadual	96,1% (740)	94,4% (604)	92,3% (476)	90,4% (262)	97,1% (441)						
Privada	94,9% (387)	96,9% (409)	98% (460)	98,5% (533)	98,5% (635)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 7Q	Taxas de rendimento - Anos Finais do Ensino Fundamental – REPROVAÇÃO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	4,7% (150)	3,6% (121)	3,1% (108)	3,1% (124)	3,2% (131)						
Estadual	3,6% (29)	5,6% (36)	5,5% (29)	1,1% (4)	2,6% (12)						
Privada	5,1% (22)	3,1% (14)	2% (10)	1,5% (9)	1,5% (10)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 7R	Taxas de rendimento - Anos Finais do Ensino Fundamental – ABANDONO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	1,2% (39)	1% (35)	1,1% (39)	1% (40)	0,6% (29)						
Estadual	0,3% (2)	0% (0)	2,2% (12)	8,5% (25)	0,3% (2)						
Privada	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Ensino Médio: ao analisar os dados observamos certa mudança no comportamento dos indicadores de abandono, aprovação e reprovação, principalmente entre os anos de 2018 e 2019. Diante disso, é preciso dialogar com a rede estadual sobre quais ações foram realizadas que culminaram na queda acentuada de abandono que de 4,1% em 2018 passou a 0,7% em 2019, bem como na elevação do percentual de alunos aprovados que de 90,2% em 2018 passou a 96,2% em 2019. Os dados indicam que as ações realizadas deram certo e melhoraram os dados no 2º biênio do PME.

Zuleide Aguiar



Indicador Auxiliar 7S	Taxas de rendimento – ENSINO MÉDIO – ABANDONO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	----	----	----	----	----						
Estadual	0,5%	1%	3,6%	4,1%	0,7%						
	(15)	(33)	(116)	(124)	(19)						
Privada	0%	0%	0%	0%	0%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 7T	Taxas de rendimento – ENSINO MÉDIO – APROVAÇÃO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	----	----	----	----	----						
Estadual	93,7%	91,5%	90,1%	90,2%	96,2%						
	(3.134)	(2.979)	(2.919)	(2.732)	(2.623)						
Privada	100%	98,2%	100%	98,9%	99,5%						
	(94)	(111)	(133)	(178)	(195)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 7U	Taxas de rendimento – ENSINO MÉDIO – REPROVAÇÃO										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	----	----	----	----	----						
Estadual	5,8%	7,5%	6,3%	5,7%	3,1%						
	(197)	(245)	(207)	(173)	(86)						
Privada	0%	1,8%	0%	1,1%	0,5%						
		(2)		(3)	(1)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Podemos observar que houve avanço em relação à nota padronizada do IDEB correspondente à média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática em uma escala que vai de 0 a 10. Esse avanço ocorreu no 2º biênio do PME se comparado ao 1º biênio. O mesmo ocorreu com a taxa de distorção idade-série: em 2019, a rede estadual chegou mais próxima de seus melhores índices, porém ainda não conseguiu superar os dados alcançados entre os anos de 2015 e 2017. Já o setor privado apresenta o maior percentual de atraso escolar desde a vigência do plano como podemos ver nas tabelas a seguir:

Indicador Auxiliar 7V	Nota Padronizada (IDEB) – Ensino Médio										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	----	----	----	----	----						
Estadual	0	----	4,38	----	4,65						
Privada	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/Inep/IDEB. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 7W	Taxa de distorção idade-série – Ensino Médio										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	----	----	----	----	----						
Estadual	9,1%	8,7%	9,1%	11,1%	9,2%						



Privada	0%	1,8%	1,5%	1,7%	2,6%						
---------	----	------	------	------	------	--	--	--	--	--	--

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

As taxas de distorção idade-série no ensino médio mostram que, na rede estadual, há aproximadamente, 245 alunos com atraso de 2 anos ou mais em relação ao ano que estuda, enquanto que no setor privado há, aproximadamente, 6 alunos nessa mesma condição ao final do 2º biênio do PME.

Por fim, o Indicador 6W aponta o índice de rendimento do IDEB e se constitui como taxa média de aprovação. No caso do Ensino Médio, os dados publicados no Observatório do Plano Nacional de Educação, mostra 0% das escolas estaduais com relação a esse índice.

Indicador Auxiliar 7X	Índice de Rendimento (IDEB) – Ensino Médio										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	----	----	----	----	----						
Estadual	0%	----	0%	----	0%						
Privada	----	----	----	----	----						

Fonte: MEC/Inep/IDEB. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/aprendizado-adequado-na-idade-certa>. Acesso: 10 nov. 2021.

Meta	7	<i>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:</i>																							
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>IDEB</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos iniciais do ensino fundamental</td> <td>5,8</td> <td>6,0</td> <td>6,3</td> <td>6,5</td> </tr> <tr> <td>Anos finais do ensino fundamental</td> <td>4,6</td> <td>4,9</td> <td>5,1</td> <td>5,4</td> </tr> <tr> <td>Ensino Médio</td> <td>---</td> <td>---</td> <td>4,2</td> <td>4,4</td> </tr> </tbody> </table>				IDEB	2015	2017	2019	2021	Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5	Anos finais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,1	5,4	Ensino Médio	---	---	4,2	4,4
IDEB	2015	2017	2019	2021																					
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5																					
Anos finais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,1	5,4																					
Ensino Médio	---	---	4,2	4,4																					
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações																				
Estratégia 7.1. Garantir, a partir de 2016, a implementação dos direitos e objetivos do desenvolvimento da aprendizagem, conforme consta na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental.	2016		Iniciada	Sim	Em 2018 tivemos a formação PNAIC. Em 2019 ocorreu a Formação SESI com gestores e professores do 1º até o 9º ano com formadores externos das diversas áreas. Houve também a Revisão Curricular frente à BNCC com assessores externos que foram contratados em parceria com o Instituto Natura.																				
Estratégia 7.2. Planejar, a partir de 2018, um trabalho considerando os aspectos pedagógicos, tecnológicos e financeiros para escolas com resultados cujo IDEB ficou abaixo da média dos	2018		Não iniciada	Não	Sem observações.																				

Zulbide Aguiar

[Handwritten signatures]



municípios do Estado de São Paulo, garantindo a melhoria da gestão educacional, a formação de professores e profissionais de apoio, bem como a ampliação e desenvolvimento de recursos pedagógicos.					
Estratégia 7.3. Estabelecer políticas públicas, para ultrapassar as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e as escolas com maiores índices, garantindo equidade da aprendizagem no município, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Não	Foi feita a aquisição do material didático estruturado do SESI e o estudo sobre a ampliação das horas de aula no Ensino Fundamental I. Contudo, tais ações ainda não reverberaram em avanço nas aprendizagens, pois tivemos queda no IDEB do EF I.
Estratégia 7.4. Estabelecer políticas públicas de incentivo e valorização para as escolas que alcançaram a meta estabelecida pelo IDEB, a partir de 2022.	2022		Iniciada	Não	O Projeto "Giz de Ouro" foi instituído para o incentivo à valorização das práticas exitosas dos professores. Falta a sua aplicabilidade que se dará nos anos subsequentes.
Estratégia 7.5. Acessar, a partir de 2020, tecnologias educacionais para o ensino fundamental, com preferência para <i>softwares</i> livres e recursos educacionais abertos, bem como incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados apresentados.	2020		Não iniciada	Não	Houve a aquisição de software específico para o gerenciamento dos dados educacionais do município, de modo que, à luz das informações estratégicas a Secretaria Municipal de Educação esteja apta a aplicar de modo eficiente os Planos de Ações nos gargalos educacionais justificados pelos dados; Estudo para aquisição de acervo de literatura clássica. No entanto, não houve direcionamento para uso de softwares livres e recursos educacionais abertos, a não ser por



					iniciativa da própria escola, bem como carecemos de iniciativas planejadas para melhoria do fluxo escolar.
Estratégia 7.6. Assegurar até 2021 que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas, acervo literário e equipamentos tecnológicos, além de acesso a internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais.	2021		Não iniciada	Não	2019: Início do estudo para aquisição de acervo literário clássicos universais para compor a sala de leitura das unidades escolares afim de fomentar e assegurar condições de desenvolvimento do projeto Tertúlias Literárias, Comunidade de Aprendizagem. Nota Técnica N° 17/2.021: inclusão da sala de leitura e multimídias na escrita da Estratégia.
Estratégia 7.7. Implantar o Sistema de Ensino considerando processo de planejamento para essa ação, a organização do trabalho pedagógico, a ampliação dos dados de aprendizagem e qualificação na formação de professores a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	2018: houve o estudo, levantamento de dados e organização de documentos para implantação do Sistema de Ensino SESI. Com relação ao trabalho pedagógico houve formações de polo para os professores, ofertada pela então Diretoria de Educação, elaborada pelos Assistentes Pedagógicos da Equipe Técnica. Os dados de aprendizagem foram colhidos pela avaliação diagnóstica e de percurso, realizada pela Empresa Avaliar Mais, subsidiada pelo Instituto Natura. 2019: Aquisição do material estruturado SESI



					<p>com o intuito de estabelecer um sistema de ensino. O trabalho pedagógico fora subsidiado através de formações com os especialistas das diversas áreas do Sesi para acompanhamento da implementação e uso do material estruturado. Houve em tempo a aplicação da avaliação diagnóstica e de Fluência Leitora para os alunos dos 2º e 3º anos, subsidiado pelo CAED, com o apoio do Instituto Natura.</p> <p>**Investimento na formação continuada dos professores; gestores e equipe técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação com o apoio do Instituto Natura, garantindo a ampliação do conhecimento técnico bem como a manutenção do alinhamento do Currículo da Rede Municipal de Ensino à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).</p>
Estratégia 7.8. Oferecer, atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades esportivas nas escolas, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	<p>Atividades oferecidas: 2018: "Special Olympics Brasil": mais de 50 profissionais das diretorias municipais de Esportes, Educação e Desenvolvimento Social, representantes do Sítio Agar e da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), participaram de um curso</p>

Zuleide Aguiar

X

[Handwritten signatures and initials]



					<p>ministrado pela Profa. Dra. em educação física, Teresa Leitão, especialista em atividades motoras adaptadas, que explicou sobre diferentes temas dos esportes unificados e da inclusão familiar nas atividades. A missão é criar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, a partir de treinamentos e torneios esportivos de pessoas com deficiência intelectual.</p> <p>2018 e 2019: Dia do Desafio: estimula o público a se apropriar dos espaços públicos para práticas coletivas e saudáveis. A ação ganhou ainda mais força, com a Lei nº 13.645/2018 que incluiu o Dia do Desafio no calendário nacional de atividades.</p> <p>2019: Projeto Ana Mozart: vôlei na EMEB Antonio Pinto de Campos em parceria com a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.</p>
Estratégia 7.9. Garantir, a partir de 2016, a participação efetiva do município em avaliações externas nos âmbitos Nacional e Estadual, bem como aprimorar o monitoramento dos índices relacionados à aprendizagem.	2016		Iniciada	Sim	<p>O Instituto Natura subsidiou o município com assessoria externa com foco nos dados de aprendizagem, através das empresas Avaliar Mais e CAED. Cajamar participou do SAEB. O que precisa ser retomado é o monitoramento sistemático dos dados no planejamento das ações.</p>

Zuleide Aguiar

X

[Handwritten signatures and initials]



Estratégia 7.10. Garantir o direito do aluno a recuperação contínua e paralela, desde o início do ano letivo para as escolas que apresentarem essa demanda, viabilizando a infraestrutura adequada e os processos formativos e de acompanhamento pedagógicos necessários, a partir de 2019.	2019	Iniciada	Sim	Em 2018 e 2019 as ações para intensificar a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização se deram no projeto de Recuperação paralela do 2º ao 9º ano. Foram fornecidos transporte e alimentação aos alunos que necessitavam desses meios para frequentarem as aulas de recuperação. As psicopedagogas fizeram o acompanhamento das aulas e assessoraram as professoras para adequação de atividades e condução das mesmas. A recuperação paralela aconteceu entre os meses de abril e novembro aproximadamente, em contra turno em dias programadas pelas unidades escolares. Ao final de 2018 foram atendidos no Projeto de Recuperação Paralela 667 alunos. Ao final de 2019 foram atendidos no Projeto de Recuperação Paralela 643 alunos. A Recuperação contínua era assessorada em visitas às unidades escolares conforme demanda dos professores.
Estratégia 7.11. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as	2016	Iniciada	Não	Com relação aos problemas visuais, em 2018, foi lançado o Projeto "Ver e Viver" de acuidade visual em parceria com as empresas Armatrel, Fundação Arcelor Mittal, LMD



<p>Diretorias Municipais de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Ensino Fundamental, a partir do início da vigência do plano.</p>							<p>Construções, Mac Lucer e Puma Alveolar. O projeto capacitou assessores pedagógicos e professores para a triagem de acuidade visual em cerca de 5.412 crianças do 1º ao 5º ano. Foram realizadas 700 consultas na Clínica Oftalmológica Ver Mais. A partir da necessidade, os óculos foram doados pelas empresas. A doação ocorreu em maio de 2019 onde foram contemplados 197 alunos das escolas municipais. No início do 2º semestre de 2019, 1272 alunos de 21 escolas do município passaram pela triagem de acuidade visual para identificarem a necessidade de usar óculos, para isso, foi desenvolvida uma ação entre a Secretaria de Saúde em parceria com a Secretaria de Educação. Desses alunos, 146 foram diagnosticados com alguma alteração na visão e foram encaminhados para realizarem um exame mais detalhado em clínicas oftalmológicas. Após todos passarem por consulta, 80 crianças apresentaram a necessidade de usar óculos e receberam do Projeto Ver e Viver, sem custo algum para as famílias. Nesta etapa, todas as crianças tiveram a oportunidade de escolher a armação de sua</p>
--	--	--	--	--	--	--	---

Zulbide Aguiar

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]



					<p>preferência. Dentro dessa ação, os alunos com deficiência também são público-alvo. Sobre programas odontológicos há o trabalho em parceria com a Secretaria de Saúde com visitas dos dentistas para triagem em todas as escolas. Programas para detecção de problemas auditivos, psicológicos e fonoaudiológicos são morosos no que tange o tratamento.</p> <p>Os participantes da III Conferência Municipal de Educação sugeriram incluir um trabalho de avaliação dos alunos com dificuldades com equipe multidisciplinar.</p> <p>Nota Técnica Nº 18/2.021 (referente ao biênio 2018-2019): alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.</p>
Estratégia 7.12. Consolidar, ao longo do ano de 2016, as práticas com fortalecimento nos Planos de Formação, priorizando aspectos em que os alunos apresentam maiores dificuldades.	2016		Iniciada	Sim	<p>2018: formação com assessores pedagógicos, acompanhamento da supervisão de ensino <i>in loco</i> para construção do plano formativo por cada escola, devolutivas nos planos realizados, análise dos dados de aprendizagem do SAEB e Avaliar Mais para definição do foco do plano de formação.</p> <p>2019: Foi realizado com base nos dados obtidos</p>

Zuleide Aguiar



					pela avaliação diagnóstica do CAED, um acompanhamento junto aos assessores pedagógicos para que o acompanhamento dos professores de alfabetização fosse realizado. Nos anos finais do ensino fundamental o foco foi a recuperação paralela, acompanhada pelas psicopedagogas da SME.
Estratégia 7.13. Articular em todas as instituições escolares o Projeto Institucional com o diagnóstico real da escola e da aprendizagem dos alunos, envolvendo a comunidade, em prol da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, durante o decorrer dos referidos Projetos, a partir da vigência do plano.			Iniciada	Sim	2018: como esse ano foi o de revisão do PPP e, dentro desse documentam constam os projetos institucionais, a partir das orientações dadas pela supervisão de ensino e do processo formativo realizado junto aos diretores de escola para construção e/ou revisão do PPP, os projetos foram revisitados, avaliados e, se necessário, reformulados. 2019: Houve o acompanhamento para a construção e avaliação dos projetos institucionais das unidades escolares subsidiados pelos gerentes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, com o propósito de ajustar a escrita em face da real necessidade da comunidade escolar, em prol da aprendizagem significativa dos alunos.

Zuleide Aguiar



					Nota Técnica N° 19/2.021: Alteração de conceito: de Projeto Institucional para Projeto Político Pedagógico.
Estratégia 7.14. Implementar, a partir de 2016, um acompanhamento individualizado de todos os alunos do ensino fundamental, utilizando vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando, de forma a garantir o direito à aprendizagem com equidade e qualidade.	2016		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 7.15. Valorizar os materiais já construídos pelos educadores da rede municipal de Cajamar e os recursos pedagógico-tecnológicos para garantir o aprendizado adequado de cada estudante em cada ano de sua trajetória escolar, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	2018: os professores possuem autonomia para elaborar seu próprio plano de ação contendo projetos, sequências didáticas, atividades permanentes e atividades de sistematização em consonância à Proposta Curricular de Cajamar (2012). O plano é analisado pelo assessor pedagógico seguido de devolutivas que possam qualificar o material. 2019: Foi realizada a revisão curricular, com assessoria externa da Empresa Saberes para

Zulbete Aguiar



					adequar o Currículo Municipal à luz da BNCC. Um intenso movimento de acompanhamento das unidades escolares realizada pelos APs e Psicopedagogas buscaram auxiliar as unidades escolares nas dificuldades de aprendizagem apontadas nos conselhos de classe.
Estratégia 7.16. Promover, a partir de 2016, a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	2016	Iniciada	Sim	2018: mais de mil alunos do 5º ano da rede municipal de ensino participam do teatro infantil "Cadê o amor que estava aqui?", da CIAVIP Produções Culturais, A peça teve o patrocínio da CCR AutoBan e foi realizada por meio do Ministério da Cultura (via Lei Rouanet) em parceria com a Prefeitura de Cajamar. O enredo trouxe a importância o incentivo à cidadania 2019: Projeto "Como nasce um livro": lançamento do primeiro livro do projeto: "Cajamar e suas Histórias: sobre os montes do saber" escrito pelos próprios alunos da Rede. Os alunos dos 7ºs anos do Ensino Fundamental das escolas municipais de Cajamar tiveram a oportunidade de conhecer, na prática, todo o processo de produção de um livro, desde a criação de textos, ilustrações até a	



					<p>impressão na gráfica. O projeto “Como nasce um livro” foi desenvolvido pela Secretaria de Educação, em parceria com a Editora Adonis, de Americana, e contemplou 12 escolas Municipais de Educação Básica.</p> <p>2019: EMEB Antônio Carlos recebeu peça teatral sobre educação no trânsito. O projeto Ronin – O Jabuti Veloz!, utiliza o teatro para conscientizar crianças e adolescentes sobre os cuidados no trânsito. A iniciativa foi do Ministério da Cidadania, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, patrocinada pela Urubupungá e produção do Grupo Komedi com apoio da Prefeitura de Cajamar.</p> <p>As unidades escolares têm autonomia para propor eventos culturais a fim de propiciar ao educando o contato com diversos meios e veículos culturais. A Educação Infantil a partir do Projeto Olhos Voltados para outras Culturas busca ampliar o acervo cultural da Unidade Escolar; No Ensino Fundamental e EJA podemos destacar os Saraus, as exposições de produção artísticas. E no geral o trabalho com as Tertúlias, que abrangem o universo cultural das artes</p>
--	--	--	--	--	---

Juliano Aguiar

[Handwritten signatures]



					plásticas, música, cinema e literatura.
Estratégia 7.17. Incentivar, sistematicamente, a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	A realização de encontro de famílias, reuniões de pais, apresentações artísticas e culturais com exposição das atividades realizadas pelos alunos.
Estratégia 7.18. Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos setenta por cento dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e cinquenta por cento, pelo menos, o nível desejável.	2020		Não iniciada	Não	Ainda não alcançamos o percentual proposto na Estratégia tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática no EF I, EF II e EM.
Estratégia 7.19. Assegurar que no último ano de vigência deste PME, todos (as) estudantes de ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e oitenta por cento, pelo menos, o nível desejável.	2025		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 7.20. Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação	2025		Iniciada	Não	As Unidades escolares foram orientadas a realizar junto à comunidade escolar a avaliação dos Indicadores de Qualidade.



que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.					INDIQUES. Essa ação ocorreu nos anos de 2015 e 2017. Através desse trabalho que é apresentado em dimensões, as considerações apresentadas do Projeto Político Pedagógico são o meio para haja a auto avaliação para que o planejamento das ações tenha o foco na melhoria da aprendizagem dos alunos. Ficou defasada a aplicação do instrumento em 2019 para atualização dos dados, pois a avaliação não ocorreu ficando uma lacuna no 2º biênio do PME. Nota Técnica N° 20/2.021: alteração de ação da estratégia: de induzir por promover.
Estratégia 7.21. Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices dos municípios com perfil econômico, social e cultural parecido, durante a vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	Os investimentos na formação continuada dos professores; gestores e equipe técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação com o apoio do Instituto Natura, garantindo a ampliação do conhecimento técnico bem como a manutenção do alinhamento do Currículo da Rede Municipal de Ensino à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a implantação do Sistema SESI de ensino fizeram com que o município ultrapassasse a média nacional foi ultrapassada.



					porém em relação aos municípios geograficamente mais próximos, Cajamar permanece abaixo.
					Nota Técnica N° 21/2.021 (referente ao biênio 2018-2019): alteração de redação.
Estratégia 7.22. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil, desde o início de vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	As ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008 ainda estão pautadas em ações e práticas isoladas de alguns professores da rede por meio de leitura, desenvolvimento de projetos entre outros.
Estratégia 7.23. Priorizar no Plano de Ações Articuladas (PAR) o acesso, junto ao Ministério da Educação, a programas de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Estruturação e implementação do Sistema Cajamar de Ensino, de forma que o mesmo atue de modo customizado às demandas educacionais do município.
Estratégia 7.24. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e	2019		Não iniciada	Não	Sem observações.



de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, a partir de 2019.					
---	--	--	--	--	--

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 7 e suas respectivas Estratégias ficou da seguinte maneira:

A Meta 7 foi desmembrada da Meta 2 durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderá ser comparada em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).

1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 24 Estratégias para a Meta 7. Os dados mostram que 46% das Estratégias foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019, sendo que parte delas migraram da Meta 2.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 7 traz como desafios do 2º biênio:

- Elevar o IDEB nos anos iniciais e finais.
- Formar os professores em conformidade com as novas tendências pedagógicas.
- Investir em tecnologia nas escolas.
- Atingir a meta do IDEB nos anos iniciais (houve queda).
- Elevar a proficiência em língua portuguesa e matemática no 5º ano (houve queda).
- Elevar as aprendizagens em matemática no EF-II (está muito abaixo se comparado à Língua Portuguesa).
- Reduzir o percentual de alunos do 5º ano no nível básico em leitura e interpretação (35%) e na resolução de problemas (35%)
- Propor ações para que 20% dos alunos do 5º ano saiam do nível insuficiente em matemática.
- Qualificar a progressão das aprendizagens de um ciclo a outro, pois temos 60% dos alunos no 9º ano com pouco ou quase nenhum aprendizado em leitura e interpretação.
- Reduzir a taxa de reprovação e abandono no 9º ano e Ensino Médio nas escolas municipais e estaduais.
- Planejar ações para redução da distorção idade-série.

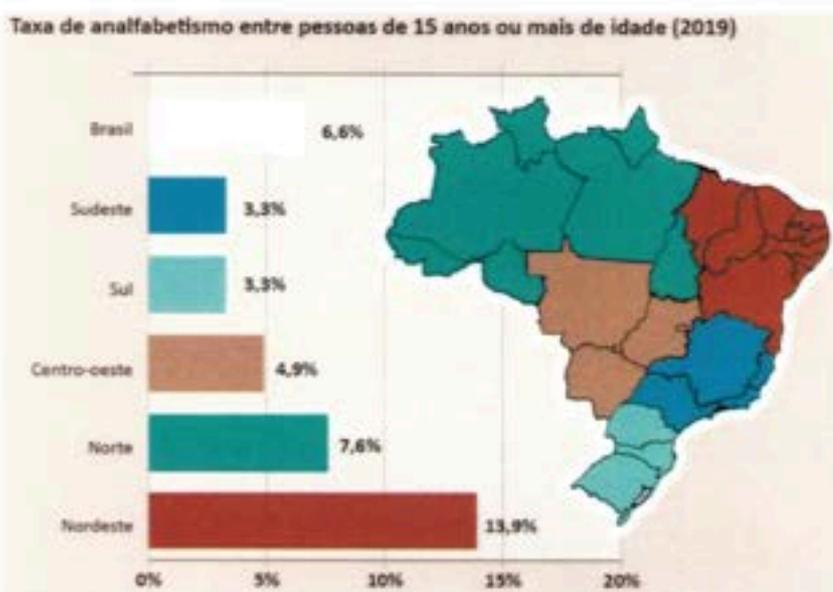


8. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
8	<i>Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</i>	2025

Observações/Relato sintético**Meta 8 - ESCOLARIDADE MÉDIA.**

De acordo com a matéria publicada no *site* IBGE Educa, um dado essencial sobre educação é o percentual de pessoas alfabetizadas. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Com redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, tivemos, aproximadamente, 200 mil pessoas analfabetas a mais em 2019. Vejamos o comportamento desses dados por região publicada no *site* explicitado acima:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

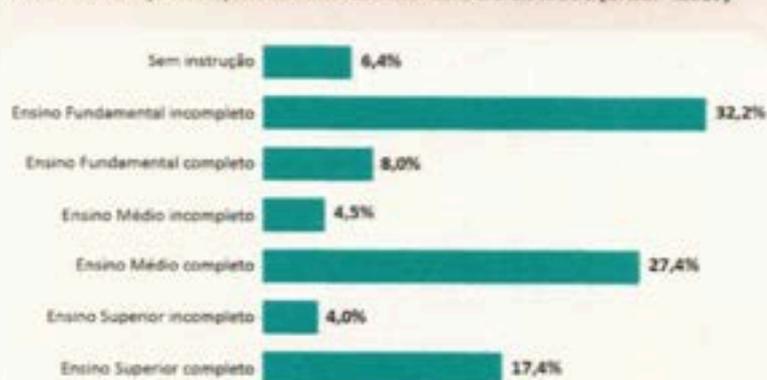
No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória com a conclusão do ensino médio foi ampliada. De 47,4%, em 2018, passou para 48,8%, em 2019.

Também em 2019, 46,6% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo; 27,4% tinham o ensino médio completo; e 17,4%, o superior completo. Vejamos a tabela a seguir:

Zuleide Aguiar



Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade (Brasil - 2019)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Parece que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente relacionado à idade, pois quanto mais velho o grupo populacional, maior o percentual de analfabetos. Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 18%. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: 11,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais; 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais; 6,6% entre a população de 15 anos ou mais.

Esses resultados indicam que a população mais jovem possui maior acesso à educação. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população (IBGE Educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso: 11 nov. 2021).

A tabela abaixo detalha as informações disponibilizadas pelo site IBGE Educa:

Taxa de analfabetismo (%)

Grupos de idade (%)	Taxa de analfabetismo (%)				
	2016	2017	2018	2019	
15 anos ou mais	7,2	6,9	6,8	6,6	
25 anos ou mais	8,8	8,5	8,2	7,9	
40 anos ou mais	12,3	11,8	11,5	11,1	
60 anos ou mais de idade	20,4	19,2	18,6	18,0	
Sexo (%)	15 anos ou mais	7,4	7,1	7,0	6,9
	25 anos ou mais	7,0	6,8	6,6	6,3
	40 anos ou mais de idade	10,7	10,3	10,0	9,7
	60 anos ou mais de idade	20,9	20,0	19,1	18,0
Cor ou raça (%)	15 anos ou mais	4,1	4,0	3,9	3,6
	25 anos ou mais	9,8	9,3	9,1	8,9
	40 anos ou mais de idade	11,6	10,8	10,3	9,5
	60 anos ou mais de idade	30,7	28,8	27,3	27,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019. Nota: as diferenças entre 2018 e 2019 são significativas ao nível de confiança de 95%, para todas as categorias.

Juliano Aquino

Prof. J. J.



A taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, em 2019, foi de 6,3%, enquanto que a dos homens foi de 6,9%. Em relação a 2018, essa taxa caiu 0,3 pontos percentuais para as mulheres e 0,1 pontos percentuais para os homens.

A análise realizada por cor ou raça, deixa evidente a diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas. Esse percentual se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda de forma que deixa evidente a diferença de 5,3 pontos percentuais). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca chegou a 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, praticamente triplicou chegando a 27,1%.

Considerando esse cenário, a Meta 8 possui três objetivos: aumentar até 2025 para, no mínimo, 12 anos a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos residente no campo; aumentar até 2025 para, no mínimo, 12 anos a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos para os 25% mais pobres; igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Diante disso, é importante situar e relacionar a realidade de Cajamar com o que ocorre no país, ou seja, será que estamos parecidos, distantes ou próximos dos percentuais aqui compartilhados? Considerando esse questionamento, o PME conta com três Indicadores Principais para monitorar e avaliar o comportamento da Meta ao longo dos biênios:

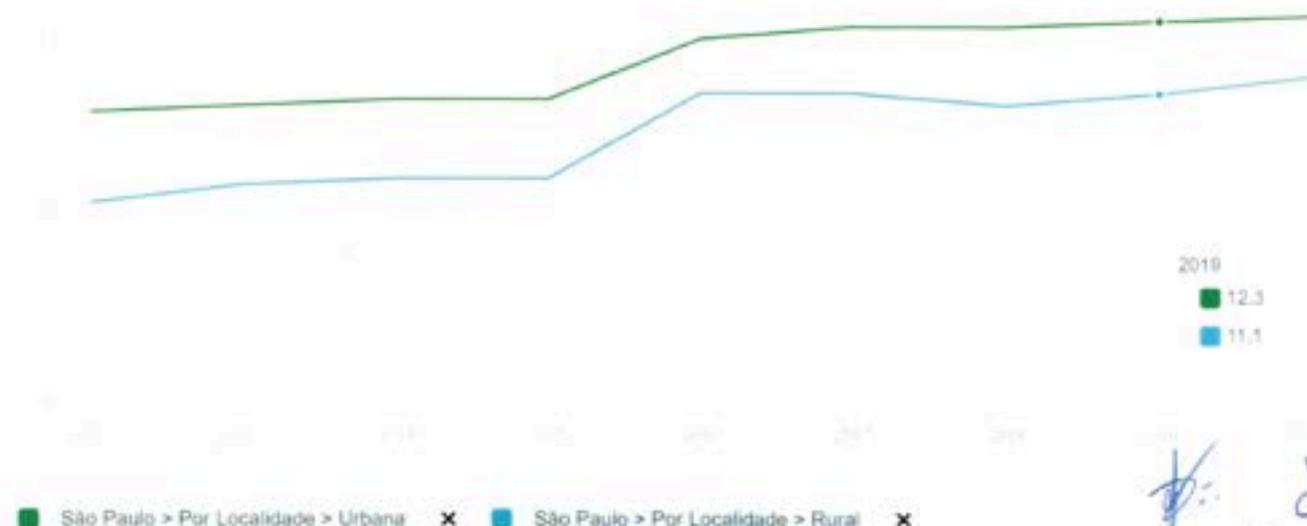
1. Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Localidade.
2. Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Renda.
3. Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Raça/Cor.

INDICADORES PRINCIPAIS

Os indicadores principais possuem o caráter de trazer dados que contextualizam e avaliam a realidade educacional do município diante dos objetivos principais da meta. Um grande dificultador é que não dispomos de dados que nos ajudem a saber qual é a escolaridade média dos estudantes de Cajamar.

Os dados mais próximos que temos acesso é do Estado de São Paulo. Ao final de 2019, a área urbana atingiu 12,3 anos de estudo para 11,1 da área rural como podemos observar no gráfico a seguir:

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Localidade



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: Todos pela Educação.



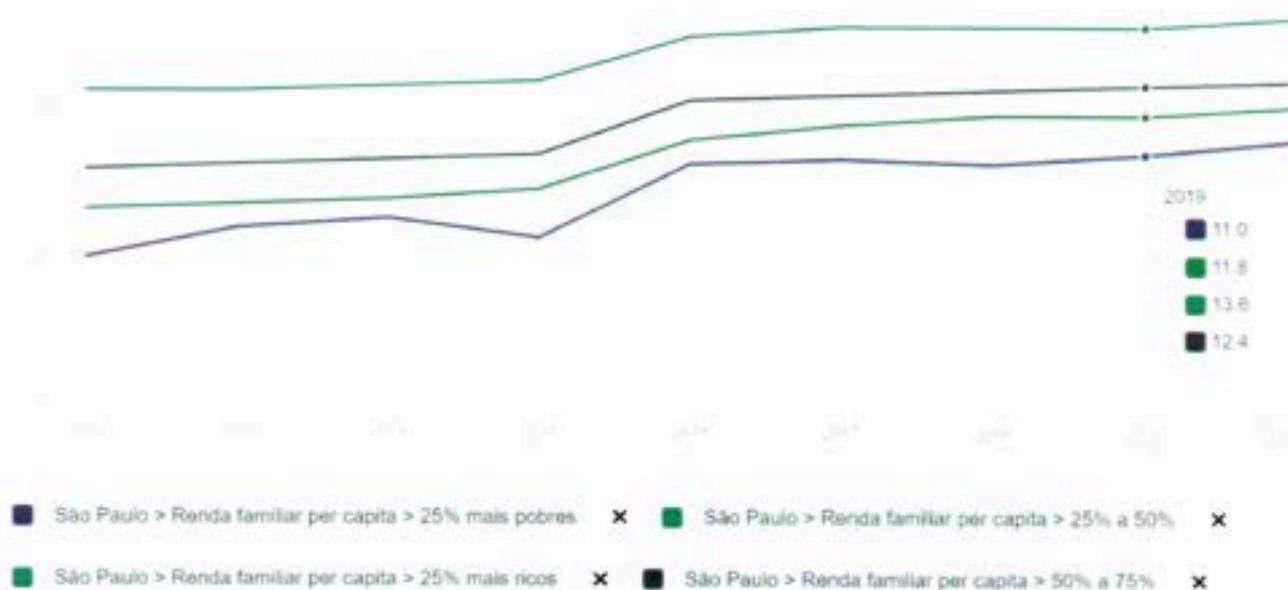
Em Cajamar não temos os dados referentes ao Indicador 8A.

Indicador 8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Localidade.							Prazo	2025		Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		2022	2023		
Meta prevista	12	12	12	12	12							
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: ---

A mesma problemática ocorre em relação à escolaridade média da população de 18 a 29 anos com foco na renda, a saber: 25% mais pobres; 25% a 50%; 50% a 75%; 25% mais ricos. No município não dispomos desses dados, porém contextualizar as informações mais próximas que temos, nesse caso, do Estado de São Paulo, nos ajuda a compreender os mecanismos do Indicador 8B. Vejamos o gráfico a seguir:

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Renda



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: Todos pela Educação.

Em anos de escolaridade é possível observar que, ao final de 2019, a população 25% mais pobre do Estado de São Paulo chegou a 11 anos de estudo enquanto que os 25% mais ricos possuem 12,4 anos de estudo ampliando em 1,4 anos a mais de acesso ao conhecimento escolar. Um desafio para o

Zuleide Aguiar
Prof. U.



município de Cajamar é fazer um levantamento desses dados, ao menos da população matriculada na escola para que se possa ter um parâmetro acerca dessas informações.

Indicador 8B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Renda.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	12	12	12	12	12						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: ----

Por fim, temos o Indicador 8C que trata da escolaridade média, porém por raça/cor. Novamente, não temos dados municipais, sendo que o mais próximo é do Estado de São Paulo.

Indicador 8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Raça/Cor.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	12	12	12	12	12						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

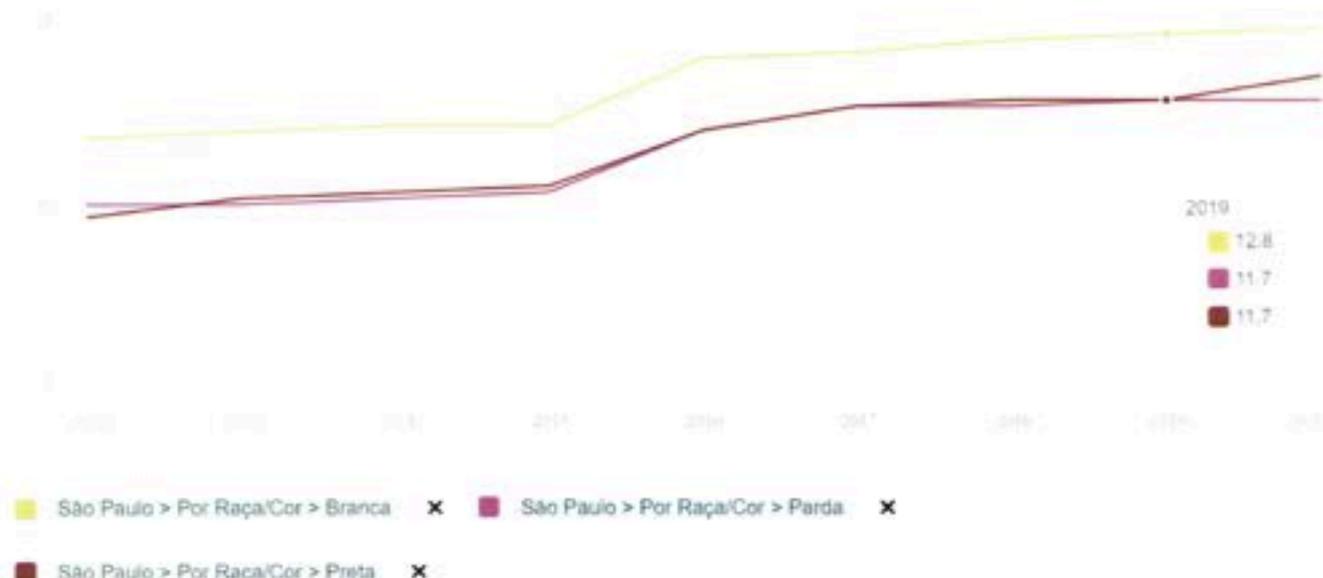
Fonte: ----

Os dados mostram que a população branca possui 12,8 anos de estudo enquanto que a parda e negra 11,7 como aponta o IBGE/PNAD, ou seja, 1,1 ano a mais de acesso ao conhecimento. Enfim, é necessário organizar formas de coletar os dados, ao menos da população de 19 a 29 anos que frequenta a escola para que se possa ter a dimensão das características referente à escolaridade média.

Zuleide Aguiar.



Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Raça Cor



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: Todos pela Educação.

Os indicadores não conseguem mapear a real situação dos cidadãos cajamarenses em relação a sua escolaridade, quais cidadãos não conseguiram atingir a meta de escolaridade de 12 anos, ou mesmo aqueles que não a possui ou que desejam ingressar na EJA. Uma fonte que traz essa informação é o IBGE, porém os dados já estão desatualizados, visto que o censo não é realizado pelo governo federal desde 2010. A plenária que discutiu essa Meta na III Conferência Municipal de Educação sugere que seja implantado um sistema que possa contribuir com os dados que mapeiem esses indicadores.

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com oito Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto à projeção populacional, porcentagem de escolas e matrículas, quantidade de classes e média de faixa etária atendida. Com esses dados é possível traçar um panorama da EJA em Cajamar de forma a garantir o perfil que o município possui e o que pode ser melhorado diante do cenário que se apresenta.

Vejamos o que esses indicadores nos trazem de informações:

Indicador Auxiliar 8D	Projeção referente ao total de adultos no município de 15 a 29 anos										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	19.495	19.436	19.374	19.307	19.237						

Fonte: Fundação Seade.

Indicador Auxiliar 8E	Quantidade e porcentagem de matrículas nas ESCOLAS MUNICIPAIS de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental.								Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				2023



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Dado Extraoficial	326 (2%)	420 (2%)	445 (2%)	360 (2%)	452 (2%)						
Dado Oficial	372 (2%)	426 (2%)	443 (2%)	422 (2%)	463 (2%)						

Fonte: Dado Extraoficial PRODESP 17/12/2015; PRODESP 16/12/2016; SED/PERÍODO: DEZEMBRO; SME 2018; SME 2019; Dado Oficial Censo Escolar/INEP 2015; Censo Escolar/INEP 2016; Censo Escolar/INEP 2017; Censo Escolar/INEP 2018; Censo Escolar/INEP 2019.

Podemos observar que, desde o início da vigência do PME temos 2% de alunos matriculados na EJA considerando a faixa etária de 15 a 29 anos. No entanto, há alunos que estão acima de 29 anos, mas esses dados coletados o município não possui. Para o próximo biênio, sugerimos a organização dessas informações a fim de que possamos construir um banco dados que permita analisar e relacionar a faixa etária com a escolaridade, bem como toda infraestrutura necessária para o atendimento a esse público.

Vale ressaltar que a EJA na escola pública municipal corresponde ao ensino fundamental e, nas escolas estaduais, é o ensino médio. O mesmo fenômeno se apresenta nas escolas públicas estaduais, ou seja, desde o início da vigência do PME temos 3% de alunos matriculados considerando a faixa etária de 15 a 29 anos. No entanto, sabemos que há alunos com mais de 29 anos.

Indicador Auxiliar 8F	Quantidade e porcentagem de matrículas nas escolas estaduais e privadas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Dado Oficial Escolas Privadas	138 (1%)	35 (0,1%)	32 (0,1%)	0	0						
Dado Oficial Escolas Estaduais	522 (3%)	580 (3%)	533 (3%)	530 (3%)	519 (3%)						

Fonte: Dado Extraoficial PRODESP 17/12/2015; PRODESP 16/12/2016; SED/PERÍODO: DEZEMBRO; SME 2018; SME 2019; Dado Oficial Censo Escolar/INEP 2015; Censo Escolar/INEP 2016; Censo Escolar/INEP 2017; Censo Escolar/INEP 2018; Censo Escolar/INEP 2019.

No cômputo total, temos em média 5% de matrículas na EJA como podemos observar na tabela abaixo:

Indicador Auxiliar 8G	Quantidade e porcentagem de matrículas nas escolas públicas e privadas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e médio.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Dado Oficial	1.032 (5,2%)	1.041 (5,3%)	1.008 (5,2%)	952 (4,9%)	1.048 (5,4%)						

Fonte: Dado Extraoficial PRODESP 17/12/2015; PRODESP 16/12/2016; SED/PERÍODO: DEZEMBRO; SME 2018; SME 2019; Dado Oficial Censo Escolar/INEP 2015; Censo Escolar/INEP 2016; Censo Escolar/INEP 2017; Censo Escolar/INEP 2018; Censo Escolar/INEP 2019.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures and initials]



Para atender essa demanda de alunos o município concluiu o 2º biênio com 6 escolas, sendo 3 municipais que atender a EJA correspondente ao Ensino Fundamental e 3 estaduais que atendem a EJA correspondente ao Ensino Médio.

Indicador Auxiliar 8H	Quantidade de escolas com EJA.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Munic.	3	3	3	3	3						
Estad.	3	3	3	3	3						
Priv.	1	1	1	0	0						
Total	7	7	7	6	6						

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 a 2019.

Logo abaixo, temos a relação de escolas que atendem a EJA:

	2015 Fonte: SME	2016 Fonte: SME	2017 Fonte: SME	2018 Fonte: SME	2019 Fonte: SME
Munic.	EMEB Profa. Maria Elce Martins Bertelle.	EMEB Profa. Maria Elce Martins Bertelle.	EMEB Antônio de Campos	EMEB Antônio de Campos	EMEB Antônio de Campos
	EMEB Profa. Maria de Lourdes Mattar.	EMEB Profa. Maria de Lourdes Mattar.	EMEB Prof. Ronaldo Gerald	EMEB Prof. Ronaldo Gerald	EMEB Dra. Mara Aparecida Alves da Silva Gomes
	EMEB Profa. Veneranda de Freitas Pinto	EMEB Profa. Veneranda de Freitas Pinto	EMEB Fernando Pupo Massagardi	EMEB Fernando Pupo Massagardi	EMEB Fernando Pupo Massagardi
		Obs.: no 2º semestre a EJA foi atendida apenas na EMEB Veneranda.			
Estad.	EE Profa. Ana Maria Garrido Orlandin	EE Profa. Ana Maria Garrido Orlandin	EE Profa. Ana Maria Garrido Orlandin	EE Profa. Ana Maria Garrido Orlandin	EE Profa. Ana Maria Garrido Orlandin
	EE Suzana Dias	EE Suzana Dias	EE Suzana Dias	EE Suzana Dias	EE Suzana Dias
	EE Prof. Walter Ribas de Andrade	EE Prof. Walter Ribas de Andrade	EE Prof. Walter Ribas de Andrade	EE Prof. Walter Ribas de Andrade	EE Prof. Walter Ribas de Andrade
Priv.	APAE	APAE	APAE	---	---

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 a 2019.

No caso das escolas municipais, a rede conta com 24 classes. As informações relativas à quantidade de classes das escolas estaduais foram solicitadas, mas não obtivemos retorno. Essa informação é importante para que possamos avaliar a média de alunos por classe que, no caso das escolas municipais é de 19 alunos.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures and initials]



Indicador Auxiliar 8I	Quantidade de classes na EJA.							Prazo 2022	2025 2023	Alcançou o Indicador? 2024	----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Municipal	Sem dados	Sem dados	Sem dados	24	24						
Estadual	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Privada	Sem dados	Sem dados	Sem dados	0	0						
Total	Sem dados	Sem dados	Sem dados	24	24						

Fonte: SME.

O Indicador 8K acompanha a média de faixa etária atendida, porém não há o levantamento desses dados nas redes municipais e estaduais.

Indicador Auxiliar 8J	Média de faixa etária atendida na EJA.					Prazo 2022	2025 2023	Alcançou o Indicador? 2024	----
	2015	2016	2017	2018	2019				
Munic.	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados				
Estad.	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados				
Priv.	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados				
Total	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados				

Fonte: ----

A seguir, veremos as análises realizadas em cada Estratégia estabelecida para a Educação em Tempo Integral:

Meta	8	<i>Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</i>				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	
Estratégia 8.1. Garantir e ampliar gradativamente a oferta pública e gratuita de Educação de Jovens e Adultos, equivalente ao Ensino Fundamental e Médio presencial, para a população a partir de 15 anos, que não tenha atingido esses níveis de escolaridade, de modo a universalizar a oferta até 2020, promovendo parceria com acompanhamento pontual dos órgãos que controlam os alunos em condição de liberdade assistida.	2020		Iniciada	Sim	Em parceria com o ministério público os diálogos para ofertas de vagas a todos os encaminhamentos de alunos em condição de liberdade assistida foram prontamente atendidos.	

Zuleide Aguiar
Prof. [Assinatura]



<p>Estratégia 8.2. Estabelecer parceria com a Administração Pública e a Diretoria de Saúde com a intenção de realizar um diagnóstico do panorama real de analfabetismo da população municipal de modo com que esse censo não se limite apenas ao âmbito escolar, devendo ocorrer, a cada dois anos, a partir de 2020.</p>	2020		Não iniciada	Não	<p>Em parceria com o ministério público os diálogos para ofertas de vagas a todos os encaminhamentos de alunos em condição de liberdade assistida foram prontamente atendidos.</p> <p>Nota Técnica N° 22/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.</p>
<p>Estratégia 8.3. Construir um instrumento que demonstre o diagnóstico dos alunos que procuram a escola sobre suas aprendizagens voltadas a alfabetização, leitura, escrita, cálculo, a partir de 2019.</p>	2019		Iniciada	Sim	<p>A EJA na rede municipal atendendo o primeiro e segundo segmento do ensino fundamental usa como instrumento de avaliação diagnóstica os mapeamentos Leitura de Mundo e Histórias de Vida, os quais tem a função de coletar e avaliar diversos dados essenciais ao planejamento e replanejamento do PPP EJA incluindo os aspectos de alfabetização e letramento em dimensões das competências leitoras e escritoras. No entanto, não há esses dados sistematizados em termos de rede tanto no município quanto no Estado. Em 2018 foi realizada uma avaliação para a rede com foco na leitura e escrita em parceria com o Avaliar Mais o que gerou esse instrumento de rede no âmbito municipal.</p>



					<p>Os participantes da III Conferência Municipal de Educação, após os dados apresentados junto aos indicadores, sugeriram criar um mapeamento específico de alfabetização, um instrumento formalizado que possa aferir as competências dos alunos, bem como inserir a EJA nas avaliações externas e internas.</p> <p>Nota Técnica N° 23/2.021: Alteração no foco do instrumento de avaliação e acompanhamento das aprendizagens dos alunos da EJA.</p>
Estratégia 8.4. Promover Censo Escolar Municipal, a cada 02 anos, de maneira a mapear demanda social por EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA, a partir de 2020.	2020		Não iniciada	Não	<p>A nível da rede municipal com base nas últimas pesquisas oficiais elaborou-se a partir do ano de 2019 o planejamento de ações para oferta de vagas e democratização das ofertas, por meio de diálogos Inter setoriais e dinamização das ofertas porém não houve, ainda, a concretização das ações planejadas.</p> <p>Nota Técnica N° 24/2.021: Alteração na redação da Estratégia para evitar redundância e delimitar foco.</p>
Estratégia 8.5. Distribuir a oferta de vagas nos períodos diurno e noturno, de acordo com a demanda, a partir de 2016.	2016		Não iniciada	Não	<p>A nível da rede municipal, foram realizados estudos e elaborado projeto estrutural para a oferta de</p>



					atendimento de EJA modular em todos os períodos, porém a implantação ficará para os anos subsequentes.
Estratégia 8.6. Estabelecer e fortalecer as parcerias com as empresas, a partir de 2016, para a implantação e/ou manutenção de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários, conforme demanda existente.	2016		Iniciada	Não	No ano de 2018 não, mas com mudanças na administração municipal e a designação de nova gerência a nível da rede municipal iniciamos, em 2019, a elaboração de plano para ampliar o diálogo inter setorial a partir desta questão. Realizamos as primeiras reuniões com a secretaria de cidadania e daremos sequência a essas ações nos próximos anos.
Estratégia 8.7. Construir políticas e estratégias de ações que assegurem o direito ao acesso e à permanência do aluno da EJA na escola, através de mecanismos preventivos à evasão, bem como de atenção aos evadidos das escolas do ensino regular, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	A nível da rede municipal os mesmos mecanismos aplicados no ensino regular foram aplicados a EJA: Busca Ativa, ligações telefônicas, chamamentos públicos, programas de propaganda e divulgação da EJA.
Estratégia 8.8. Promover, anualmente, desde o início da vigência do plano, a divulgação ampla da oferta de vagas, através das diversas formas de comunicação disponíveis, a partir de parcerias entre escolas, Diretoria de Educação e Administração Pública.	2015		Iniciada	Sim	Ampla divulgação nas mídias e redes sociais do município, cartazes e panfletagens. Nota Técnica N° 25/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 8.9. Articular, a partir de 2016, as políticas de educação de jovens e adultos, com outras áreas como saúde, esporte,	2016		Iniciada	Sim	Iniciamos a nível da rede municipal o projeto de implantação do grupo de diálogos inter setoriais objetivando atingir o



assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede, considerando a responsabilidade da Diretoria de Educação por esse processo.					máximo de população com defasagem escolar e público para EJA fora da escola. Nota Técnica N° 26/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 8.10. Acompanhar a execução das diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação relativas à EJA, de competência da União, do Estado de São Paulo e do Município, desde o início da vigência do plano.	2015		Iniciada	Sim	Todo o planejamento gerencial da SME e os PPP escolares estão articulados as diretrizes e Metas do PNE, PME, assim como o acompanhamento as etapas de execução e replanejamentos. Os participantes da III Conferência Municipal de Educação discutiram que é necessário viabilizar o HTPC para aprofundamento das diretrizes e metas do PME.
Estratégia 8.11. Possibilitar a contratação de professores concursados, que tenham interesse em lecionar na EJA, para evitar a falta de professores e, conseqüentemente, a evasão a partir de 2016.	2016		Iniciada	Sim	Atualmente gerenciamos para conseguir amparo legal que possibilite o efetivo exercício cada vez maior de professores na EJA, conseguimos a nível de rede municipal melhorar e encontrar meios via instrução de atribuição para que os professores efetivos da rede pudessem optar por suas jornadas na EJA durante a atribuição de aulas, processo que vem possibilitando que professores se fixem mais na EJA e desenvolvam



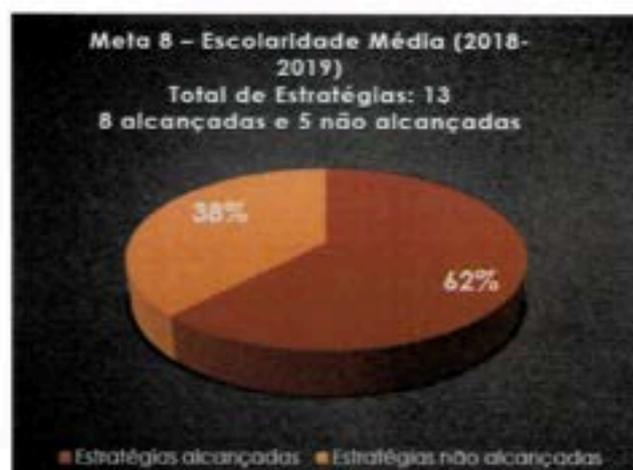
					estudos que aprimorem a concepção de ensino e por consequência a melhora no processo ensino-aprendizagem. Ainda pretendemos evoluir nesta questão pensando em possibilidade de designar por meio de projeto ou processo seletivo ou mesmo melhorar algum impedimentos relativos ao cumprimento de HTPCs. O Estado não enviou as informações solicitadas.
Estratégia 8.12. Instalar no município, Centro de Referência de EJA para atendimento em todos os períodos e em local coerente com a demanda diagnosticada, no qual terá disponibilizado recursos de multimídia, biblioteca e sala de informática, para funcionamento exclusivo da EJA, oportunizando a permanência dos alunos trabalhadores em empresas com rodízio de turnos, sem prejuízo em manter a oferta do período noturno já existente, até o final da vigência do plano.	2025		Iniciada	Não	Com a nova gestão municipal a partir de 2019 iniciamos o projeto, para atender nas unidades escolares que atendem a EJA a demanda de alunos que necessitam do atendimento em períodos diversificados. A estruturação de sala especial para o atendimento tem a previsão de retomar a execução das ações a partir de 2022.
Estratégia 8.13. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre a Diretoria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorrem	2015		Iniciada	Sim	As parcerias com o setor de saúde do escolar e Psicopedagogia são permanentes, ao ser diagnosticado casos em alunos são imediatamente encaminhados aos programas parceiros. Nota Técnica Nº 27/2.021: Alteração na



anualmente, nas escolas de EJA, desde o início da vigência do plano.					nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
--	--	--	--	--	--

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 8 ficou da seguinte maneira:

A Meta 8 foi desmembrada da Meta 5 que correspondeu à EJA durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).



1º Biênio (2016 e 2017)

2º Biênio (2018 e 2019)

Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 13 Estratégias para a Meta 8. Os dados mostram que 62% das Estratégias foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019, sendo que parte delas migraram da Meta 5.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 8 traz como desafios do 2º biênio:

- Obter dados sobre escolaridade média e taxa de escolarização por meio de instrumentos próprios do município.
- Obter dados das escolas estaduais.
- Fazer o levantamento da média de faixa etária atendida na EJA.
- Fazer o levantamento da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de forma a verificar se possuem 12 anos de estudo.
- Resolver o problema da divergência entre dados oficiais e extraoficiais de alunos matriculados.
- Realizar o diagnóstico de analfabetismo.



9. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
9	<i>Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 94% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% a taxa de analfabetismo funcional.</i>	2025

Observações/Relato sintético

A Meta 9 - **ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS** - possui três objetivos: garantir que 94% da população com 15 anos ou mais esteja alfabetizada até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir para 13,5% a porcentagem de pessoas com mais de 15 anos que sejam analfabetas funcionais no próximo biênio.

Quanto ao primeiro objetivo, 94,2% dos brasileiros com mais de 15 anos sabem ler e escrever; para o terceiro objetivo, de acordo com a pesquisa do INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional), há 29% dos brasileiros maiores de 15 anos considerados analfabetos funcionais. Diante dos dados apresentados vemos que reduzir a taxa de analfabetismo funcional é um grande desafio, assim como erradicar o analfabetismo absoluto, pois alfabetizar adultos requer uma base teórica para ensinar que é distinta da utilizada com crianças, uma vez que o adulto já traz consigo uma experiência de vida muito vasta.

Nessa direção, conhecer o que nos diz a Andragogia (a arte ou ciência de orientar adultos a aprender), pode contribuir e ampliar o processo formativo dos professores. De acordo com as Diretrizes Curriculares da EJA, a organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico tem como carro-chefe a educação como uma prática que possibilite situações significativas para transformação social, considerando o processo de aprendizagem do adulto.

Diante disso, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, elaborado por Cury elucida que,

A educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado. (p.10)

Nessa direção, olhar o processo de alfabetização do adulto é condição *sine qua non* para que o município ganhe em qualidade educacional. O conceito de *alfabetização funcional* diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para fins específicos, para a realização de tarefas cotidianas, do âmbito profissional e da convivência comunitária. Qualificar a alfabetização como "funcional" significa atribuir à alfabetização um caráter instrumental o que difere da construção do sistema de escrita das crianças. Assim, o ensino da leitura e da escrita vincula-se ao desenvolvimento de certas capacidades relacionadas à vida adulta, para além do domínio de capacidades elementares acerca da língua escrita, tais como decifrar e decodificar.

Para acompanhar a evolução do PME, a Meta 9 possui três indicadores principais:

1. Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais.
2. Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos.
3. Indicador 9C: Taxa de analfabetismo absoluto das pessoas de 15 anos ou mais de idade.

O Indicador 9A expressa o número de pessoas com 15 anos ou mais que autodeclararam saber ler e escrever em relação à população total dessa faixa etária. Já o Indicador 9B expressa o percentual



de Alfabetismo Funcional (Inaf), fruto da parceria entre a ONG Ação Educativa e o Instituto Montenegro e que mede os níveis de Alfabetismo da população brasileira de 15 a 64 anos e o Indicador 9C são as pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, assinar o próprio nome.

INDICADORES PRINCIPAIS

Os indicadores principais possuem o caráter de trazer dados que contextualizam e avaliam a realidade educacional do município diante dos objetivos principais da meta. Em Cajamar temos um agravante que é a ausência de dados acerca dos indicadores principais a fim de que se possa ter um panorama sobre a população alfabetizada de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo funcional que mostra o percentual de indivíduos que conseguem ler e escrever frases curtas, mas sem compreender o seu significado e o percentual de analfabetismo absoluto. Ter essas informações contribuem para elaboração de políticas públicas voltada à escolarização do jovem e adulto, considerando o que nos traz Haddad e Pierro:

No passado como no presente a educação de jovens e adultos sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. Muitos desses processos se desenvolvem de modo mais ou menos sistemático fora de ambientes escolares, realizando-se na família, nos locais de trabalho, nos espaços de convívio sociocultural e lazer, nas instituições religiosas e, nos dias atuais, também com o concurso dos meios de informação e comunicação à distância. Qualquer tentativa de historiar um universo tão plural de práticas formativas implicaria sério risco de fracasso, pois a educação de jovens e adultos, compreendida nessa acepção ampla, estende-se por quase todos os domínios da vida social. (2000, p. 108)

Pensar a EJA e suas políticas públicas envolve a organização de processos sistemáticos e organizados de formação geral de pessoas jovens e adultas em conexão à educação escolar. Sendo assim, torna-se um desafio conseguir esses dados, ao menos do público que está matriculado na escola, para que o planejamento possa vir ao encontro das necessidades e do ponto focal para que o avanço nessa modalidade de ensino possa ocorrer de forma a ampliar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais.

Indicador 9A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Meta prevista	94%	94%	94%	94%	94%							
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: ---

A taxa de analfabetismo é o percentual de pessoas de determinada faixa etária que não sabe ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhece no total de pessoas dessa mesma faixa

Juliano Aguiar
[Handwritten signatures]



etária. É divulgada pelo suplemento de Educação da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. No momento, não há dados disponíveis do município.

Indicador 9B	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	60%	60%	60%	60%	60%						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: ----

Indicador 9C	Taxa de analfabetismo absoluto das pessoas de 15 anos ou mais de idade.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	0%	0%	0%	0%	0%						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: ----

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com quatro Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao percentual de alunos alfabetizados na EJA, quantidade de matrículas, percentual de matrículas com transporte escolar, entre outros.

Um primeiro aspecto a se pensar é na importância de ter os dados disponíveis acerca do percentual de alunos alfabetizados nas redes estadual e municipal, pois são essas informações que permitem definir focos de trabalho, projetos a serem desenvolvidos, formação de professores, formas de acompanhamento, processo de avaliação e políticas públicas em EJA. Diante disso, não temos como avaliar os avanços quanto à alfabetização de adultos no 2º biênio do PME, pois não dispomos desses dados como traz a tabela a seguir:

Indicador Auxiliar 9D	Quantidade e porcentagem de alunos alfabetizados na EJA										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal	95% (353 alunos)	95% (405 alunos)	95% (421 alunos)	Sem dados	Sem dados						
Estadual	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Juliano Aguiar
[Handwritten signatures]



Privado Sem dados Sem dados Sem dados Sem dados Sem dados

Fonte: DME (2015 a 2018)

Assim como colocado na Meta 8, o percentual de matrículas se mantém desde o início da vigência do plano tanto na rede municipal como na estadual. São jovens e adultos que, ao estarem na escola, têm acesso a material didático, projetos, alimentação e transporte escolar, quando necessário. As tabelas abaixo indicam o percentual de matrícula que, ao todo, somam 5% da população de 15 anos ou mais de idade.

Interessante destacar que o transporte escolar possui um papel preponderante no acesso ao ensino para este público, pois como podemos analisar, na rede municipal temos em média 50,1% dos alunos que utiliza o transporte público desde o início da vigência do plano, enquanto que na rede estadual a média é de 25,5% ao longo dos cinco últimos anos.

Indicador Auxiliar 9E	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (Rede Pública)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Municipal/Ensino Fundamental	372 (2%)	426 (2%)	443 (2%)	422 (2%)	463 (2%)						
Estadual/Ensino Médio	522 (3%)	580 (3%)	533 (3%)	530 (3%)	519 (3%)						

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015; Censo Escolar/INEP 2016; Censo Escolar/INEP 2017; Censo Escolar/INEP 2018; Censo Escolar/INEP 2019.

Indicador Auxiliar 9F	Porcentagem de matrículas na Educação de Jovens e Adultos com transporte escolar público										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Ensino Fundamental	30,1% (112)	28,9% (123)	33,1% (368)	50,5% (213)	58,2% (308)						
Ensino Médio	25,5% (133)	26,4% (153)	33,2% (177)	25,3% (134)	17,5% (91)						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/alfabetizacao-e-alfabetismo-funcional-de-jovens-e-adultos>. Acesso: 12 nov. 2021.

Sobre o Indicador 9G que apresenta dados sobre matrículas na EJA em unidades prisionais, observamos que Cajamar possui 0%, porém como este indicador constitui o Plano Nacional de Educação, optamos por acompanhar essa organização.

Indicador Auxiliar 9G	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos em unidades prisionais										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Ensino Fundamental	0%	0%	0%	0%	0%						
Ensino Médio	0%	0%	0%	0%	0%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/alfabetizacao-e-alfabetismo-funcional-de-jovens-e-adultos>. Acesso: 12 nov. 2021.

Meta	9	<i>Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 94% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% a taxa de analfabetismo funcional.</i>
-------------	----------	---

Juliana Aguiar
Paula



Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Estratégia 9.1. Criar programas, visando a alfabetizar jovens, adultos, de modo a reduzir a taxa de analfabetismo para índices abaixo de 1%, até 2025.	2025		Iniciada	Sim	2019: Projeto Identidade Cajamar – Programa de formação continuada para gestores e professores com objetivo de promover o currículo da EJA em ação. Colégio do Futuro – Implantação do material didático objetivando o apoio ao desenvolvimento de práticas alfabetizadoras. Intervenções por meio de instrução normativa para garantir mais estabilidade aos professores formados para atuação na EJA.
Estratégia 9.2. Estabelecer parcerias com as demais diretorias, indústria, serviços e comércios locais, realizar pesquisa de necessidades, para a reformulação da educação de jovens e adultos (EJA), considerando as especificidades didáticas, os horários, locais e profissionais capacitados para exercer essa modalidade de ensino, a partir de 2020.	2020		Iniciada	Não	Em 2019 iniciamos parceria com a secretaria de desenvolvimento social e cidadania visando desenvolver meios para o diálogo inter setorial objetivando atendimento em emprego e alfabetização de jovens e adultos trabalhadores. Faltam ações de parceria com empresas e comércio. Nota Técnica Nº 28/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 9.3. Garantir que a administração pública assegure gradativamente, o fornecimento de material didático-pedagógico aos alunos e professores, de	2015		Iniciada	Sim	Em 2019 iniciou a produção do material didático elaborado a partir das orientações do currículo da EJA, seguido da aquisição de livros



acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura, a partir da vigência do plano.					paradidáticos e livros científicos para os professores.
Estratégia 9.4. Garantir e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente durante o ano letivo, garantindo entre as unidades momentos de compartilhamento de experiências e práticas entre os profissionais, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Formação continuada mensal: Encontro com professores da EJA (Formação Currículo e Ação) Formação continuada mensal: Encontro com gestores da EJA (Formação de Gestão do PPP e Implementação Curricular na EJA) Acompanhamentos e assessorias a prática pedagógica. Assessoria Externa para aprofundamentos e especializações.
Estratégia 9.5. Garantir aos alunos da EJA, a partir de 2019, o acesso e uso de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, a oferta em contra turno das aulas de Educação Física, acesso aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse.	2019		Iniciada	Sim	Adequação da grade curricular para garantir as aulas de educação física. Estudos curriculares e elaboração de situações didáticas visando as excursões e visitas a museus, empresas e organizações não governamentais. Nota Técnica N° 29/2.021: alteração de redação da Estratégia para melhor clareza do conceito de lazer nessa modalidade de ensino.
Estratégia 9.6 Realizar encontros e eventos de trocas de experiências entre os professores da EJA, bimestralmente, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Encontros mensais de formação continuada e encontros semanais de HTPC.
Estratégia 9.7. Garantir o trabalho pautado em um	2019		Iniciada	Sim	Formação continuada com acompanhamento



currículo adequado e diversificado para o ensino voltado as necessidades e demandas do mundo contemporâneo do adulto, a partir de 2019.					objetivando a prática do currículo da EJA e um processo reflexivo de ações coerentes.
Estratégia 9.8. Realizar, anualmente, a partir da vigência deste plano, avaliações específicas que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade.	2015		Iniciada	Sim	Em 2018 foi realizada a avaliação de rede com o Instituto Avaliar Mais em parceria com o Instituto Natura. Em 2019 não foram realizadas avaliações a nível de rede, somente avaliações dentro do diagnóstico de cada unidade escolar necessitando assim, dessa retomada em nível de rede.
Estratégia 9.9. Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as), a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	A partir de 2019 o apoio técnico e financeiro vem sendo viabilizado para atender as indicações e projetos de desenvolvimento da EJA no município: entre as ações apoiadas e subsidiadas podemos citar: a aquisição de livros científicos para estudos dos professores e gestores, estudo para aquisição de apostilas para o desenvolvimento curricular e conteudista aos alunos, adequações ao transporte escolar, divulgação de matrículas, contratação de formação externa, abertura ao processo de diálogos intersetoriais, adequações na instrução de atribuição, entre outras demais ações.
Estratégia 9.10. Implementar programas de capacitação	2021		Iniciada	Não	Com a implantação do Projeto Identidade no



tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, favorecendo a efetiva inclusão social e produtiva dessa população, a partir de 2021.					Programa Colégio do Futuro, teve início a reforma nas salas multimídias e de informática, ações que visam elevar o nível das ações voltadas a capacitação tecnológica na EJA, porém por ter início em 2019 ainda não houve tempo para a capacitação dos profissionais para atuarem junto aos alunos.
Estratégia 9.11. Transformar os dados coletados no diagnóstico da Leitura de Mundo realizado com os alunos em relatório obrigatório a ser disponibilizado para a unidade escolar e Diretoria de Educação.	2025		Iniciada	Não	O diagnóstico Leitura de Mundo está sendo aperfeiçoado a partir de 2019 e foram agregados ao mapeamento o diagnóstico Histórias de vida que juntos são considerados os mapeamentos oficiais que norteiam as ações, atendimentos e políticas públicas voltadas a EJA. Faltam uma sistematização em rede desses mapeamento. Nota Técnica Nº 30/2.021: alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 9 ficou da seguinte maneira:

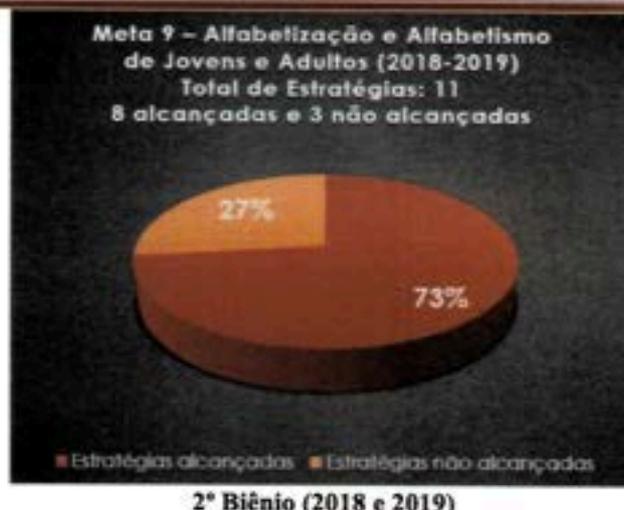
Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



A Meta 9 foi desmembrada da Meta 5 que correspondeu à EJA durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).

1º Biênio (2016 e 2017)



Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 11 Estratégias para a Meta 9. Os dados mostram que 73% das Estratégias foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019, sendo que parte delas migraram da Meta 5.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências públicas. A partir dessa metodologia, a Meta 9 traz como desafios:

- Levantar dados de alfabetização e definir metodologia para coleta de dados e avaliação contínua.
- Acompanhar as taxas de analfabetismo absoluto e funcional relacionando-as com a realidade municipal, em especial, a escolar.
- Organizar um banco de dados com as informações necessárias sobre essa modalidade de ensino.
- Requalificar o ensino da EJA em articulação à qualificação profissional.
- Aplicar avaliações de letramento, leitura, escrita e cálculo.
- Realizar avaliações para aferir o grau de alfabetização dos alunos na EJA.
- Obter dados de aprendizagem das escolas estaduais que possuem EJA.
- Definir programas de erradicação do analfabetismo absoluto.
- Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na EJA.
- Garantir a inclusão social por meio da implementação de programas de capacitação tecnológica.
- Analisar dados de aprendizagem da Leitura de Mundo em rede tendo como foco a aferição do grau de alfabetização.
- Consolidar a EJA em um polo onde os estudantes trabalhadores possam frequentar as aulas presenciais de acordo com seus turnos de trabalho.
- Aprimorar nos estudantes a tecnologia para que tenham um ensino híbrido aliado à sua rotina diária de forma a auxiliar nos estudos EAD, apostilamento, telecurso, além do módulo presencial.
- Instituir outros meios de chamamento da comunidade, além dos já existentes.
- Consolidar resultados de aprendizagem da EJA.

**10. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO**

Meta	Texto da Meta	Prazo
10	<i>Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.</i>	2025
Observações/Relato sintético		
<p>A Meta 10 - EJA INTEGRADA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - possui um objetivo: fazer com que, no mínimo, 25% dos alunos da EJA tenham oportunidade de também cursar, de forma integrada, a Educação Profissional até 2025.</p> <p>Considerando esse objetivo, podemos analisar o quão é desafiador para o Plano Municipal de Educação. Tomemos como exemplo o contexto nacional: em 2020, 0,5% dos alunos da EJA do Ensino Fundamental e 3,6% dos alunos da EJA do Ensino Médio cursavam Educação Profissional de forma integrada. Esse percentual indica o quanto de investimentos, ações e programas precisam ser pensados e planejados para que a meta possa ser alcançada, vista a distância que há para se atingir o percentual estabelecido.</p> <p>Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME conta com dois Indicadores Principais:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Indicador A: Porcentagem de matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental integradas à Educação Profissional2. Indicador B: Porcentagem de matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio integradas à Educação Profissional. <p>Analisaremos, a seguir os dados do município de Cajamar.</p>		

INDICADORES PRINCIPAIS

Os indicadores principais possuem o caráter de trazer dados que contextualizam e avaliam a realidade educacional do município diante dos objetivos principais da meta. O que destacamos nessa meta é o desafio em promover políticas públicas, trabalhos intersetoriais, implantação de programas por meio de leis ou decretos como, por exemplo, o Proeja que foi criado, inicialmente, em nível nacional pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e, por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, foi ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Nessa direção, sugerimos um estudo acerca desse programa e/ou projetos próprios do município que possam ser discutidos para iniciar um trabalho no Ensino Médio na modalidade EJA que considerem, em sua elaboração, a consolidação de um quadro de professores que tenha habilitação para atuar em um programa que relacione a EJA com a Educação Profissional, elaboração de uma política pública de formação de professores para atuar em um programa dessa natureza, planejamento quanto a infraestrutura física adequada e de condições de trabalho, inicialmente, na rede estadual.

Vejamos os dados que o município possui acerca dessa meta: pelos indicadores abaixo podemos observar que são inexistentes as matrículas da EJA de níveis Fundamental e Médio integradas à Educação Profissional.



Indicador 10A	Porcentagem de matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental integradas à Educação Profissional					Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019				
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%				
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%				
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---				

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso: 04 out. 2021.

Indicador 10B	Porcentagem de matrículas na Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio integradas à Educação Profissional					Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019				
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%				
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%				
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---				

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso: 04 out. 2021.

Esse é um desafio enorme para o município, pois essa é uma reflexão importante e precisa ser realizada pelo fato de que a integração da EJA com a educação profissional pode contribuir para a superação da baixa escolarização de jovens e adultos trabalhadores, possibilitando melhor (re)inserção no mundo do trabalho e o exercício qualificado da cidadania.

Silva (2019, p. 169) afirma que “[...] os resultados apontam que a integração da EJA com a educação profissional nos últimos 13 anos teve um crescimento significativo por conta da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mas muito distante da Meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024” como pudemos observar nos dados acima tanto da esfera nacional como a municipal. Diante disso, a pesquisa conclui que “[...] as ações governamentais destinadas à EJA, ainda não se constituíram em política pública de Estado, e que urge uma reflexão ético-política sobre a importância da elevação da escolaridade e da qualificação profissional dos jovens e adultos trabalhadores, como fortalecimento da educação como direito de todos os cidadãos” (SILVA, 2019, p. 169).

Cajamar pode dar um passo importante ao considerar as reflexões aqui realizadas.

INDICADORES AUXILIARES

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



O PME conta com três Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto às matrículas na EJA integradas à Educação Profissional considerando a totalidade, bem como públicos específicos como estabelece o Plano Nacional de Educação.

Todavia, não há atendimento a esses públicos quando pensamos nessa modalidade como podemos verificar nas tabelas a seguir:

Indicador Auxiliar 10C	Porcentagem de matrículas na Educação de Jovens e Adultos integradas à Educação Profissional.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso: 12 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 10D	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos integradas à Educação Profissional (Campo, Indígena e Quilombola).						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso: 12 nov. 2021.

Indicador Auxiliar 10E	Porcentagem de matrículas na Educação de Jovens e Adultos integradas à Educação Profissional dos alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	25%	25%	25%	25%	25%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%							
Meta executada no período	---	---	---	---	---							

Zuleide Aguiar



(dado
extraoficial)

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/eja-integrada-a-educacao-profissional>. Acesso: 12 nov. 2021.

Meta	10	<i>Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 94% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% a taxa de analfabetismo funcional.</i>			
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Estratégia 10.1. Celebrar parceria com a Diretoria do Trabalho e Diretoria de Educação, com o objetivo de oferecer a EJA, associada com a Educação Profissionalizante, de modo a contemplar gradativamente, até o término da vigência desse plano, 50% das matrículas.	2025		Iniciada	Não	Iniciamos o processo de diálogo intersetorial em 2019 e estamos em estágio de desenvolvimento das ações. Nota Técnica N° 31/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 10.2. Fomentar a integração da EJA com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, a partir de 2020.	2020		Iniciada	Não	Projeto em desenvolvimento. Nenhuma ação efetiva realizada até o momento.
Estratégia 10.3. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio de acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, a partir de 2020.	2020		Não iniciada	Não	Não ocorreram discussões. Nestes anos não tiveram alunos com diagnóstico de deficiência na EJA.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 10 ficou da seguinte maneira:

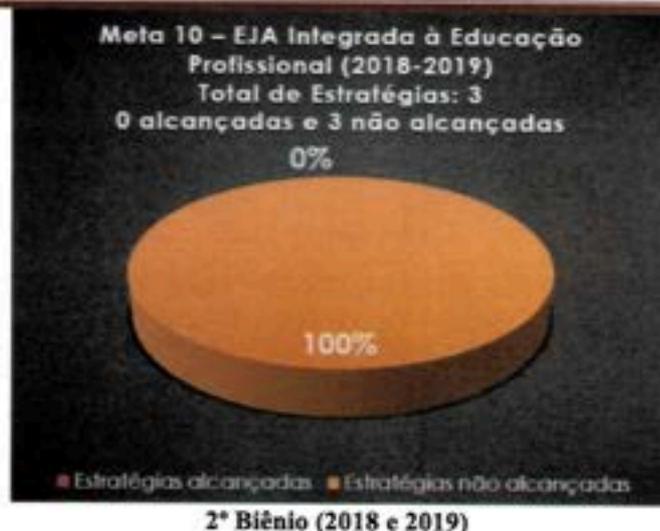
Zilside Aguiar

Paulo



A Meta 10 foi desmembrada da Meta 5 que correspondeu à EJA durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).

1º Biênio (2016 e 2017)



Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 3 Estratégias para a Meta 10. Os dados mostram que 100% das Estratégias não foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019, sendo que parte delas migraram da Meta 5.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências públicas. A partir dessa metodologia, a Meta 10 traz como desafios:

- Rever o trabalho para desenvolvê-lo em consonância ao Plano Municipal de Educação.
- Elaborar políticas públicas que articule EJA à Educação Profissional.
- Integrar a EJA à Educação Profissional tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Zelade Aguiar



11. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
11	<i>Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.</i>	2025

Observações/Relato sintético

A Meta 11 - **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL** - possui dois objetivos: triplicar o número de matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio existentes no município até 2024 e garantir 50% dessas matrículas na rede pública.

De acordo com o MEC, “[...] a educação profissional técnica de nível médio inclui desde as qualificações profissionais técnicas de nível médio (EPTNM), como saídas intermediárias, até a correspondente habilitação profissional do técnico de nível médio”. Além disso, faz parte também, a especialização técnica de nível médio, que complementa profissionalmente o itinerário formativo planejado e ofertado pela instituição.

Ainda, conforme o MEC, os cursos e programas ofertados se organizam eixos tecnológicos e possibilitam itinerários formativos que são “[...] flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino para a modalidade de EPTNM”.

Para atender essa demanda, diferentes tipos de cursos são oferecidos:

- Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio: curso técnico.
- Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio: São cursos que habilitam para o exercício profissional em função reconhecida pelo mercado de trabalho. Destinam-se a pessoas que tenham concluído o Ensino Fundamental, estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio. É importante ressaltar que para a obtenção do diploma de técnico é necessário a conclusão do ensino médio. Os Cursos Técnicos podem ser desenvolvidos de forma articulada com o Ensino Médio ou serem subsequentes a ele.
- Especialização Técnica de Nível Médio: cursos voltados aos concluintes dos cursos técnicos.

Principais regulamentações da EPTNM:

- 1) Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial, os dispositivos que tratam da Educação Profissional e Tecnológica.
- 2) Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, em especial as Metas e Estratégias vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica
- 3) Decreto 5.154, de 23 de Julho de 2004, que regulamento dispositivos da LDB no tocante a educação profissional e tecnológica.
- 4) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio definidas pelo Conselho Nacional de Educação, em especial na Resolução CNE/CEB nº 06/2012, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.
- 5) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, contendo informações sobre as habilitações técnicas, o perfil profissional de conclusão, possibilidades de trajetórias de estudo para profissionalização, carga horária, campo de atuação dentre outros.
- 6) Normas complementares definidas pelo Ministério da Educação e pelos órgãos próprios do respectivo Sistema de Ensino.
- 7) Projetos Pedagógicos e Regimentos Escolares das próprias Instituições Educacionais e suas exigências.

Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME conta com dois Indicadores Principais:



1. Indicador 11A: Matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
2. Indicador 11B: Porcentagem de matrículas novas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio referentes à Rede Pública.

Analisaremos, a seguir os dados do município de Cajamar.

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 11A expressa o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. São matrículas de Curso Técnico Integrado (Ensino Médio e EJA-EM), Ensino Médio Normal/Magistério e Curso Técnico concomitante e subsequente.

Enquanto meta, almeja-se triplicar as matrículas da Educação Profissional no município de forma a acompanhar e contribuir com o alcance do Plano Nacional de Educação. Para tanto, as matrículas existentes no início da vigência do PME (622) foram triplicadas (1.886) de forma com que a meta é que o município alcance esse número de matrículas até o final de 2025.

No entanto, o que o indicador mostra é a redução de 62% de matrículas entre 2015 e 2019, chegando a 387 o que impacta diretamente na proposição de um modelo de aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho e contribuir com a empregabilidade dos munícipes e estudantes de Cajamar.

Prevista na Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Educação Profissional é uma modalidade educacional cuja finalidade precípua é preparar o cidadão “para o exercício de profissões”. Nesse sentido, a LDB situa a Educação Profissional considerando dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal de 1988, ao incluir o direito a “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos com prioridade. Diante disso, vemos o quanto é necessário avançar para que se possa atingir essa meta.

Vejamos os dados, a seguir: como apontado anteriormente, a quantidade de matrículas foi reduzida o que requer replanejamento de ações para que novos avanços possam ser obtidos no próximo biênio.

Indicador 11A	Matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	---	1.886	1.886	1.886	1.886							
Meta executada no período (dado oficial)	622	745	582	430	387							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional>. Acesso: 4 out. 2021.

O Indicador 11B, expressa o avanço do número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública em relação ao avanço do número de matrículas na Educação Técnica de Nível Médio em todas as redes.

Juliete Aguiar



Esse é um indicador medido anualmente, porém sua abrangência é nacional. Portanto, temos acesso ao percentual atingido no país que, ao final de 2019, foi de 14,5%. Destacamos que, desde o início da vigência do Plano Nacional de Educação esse percentual evoluiu, pois em 2015 era de 5,6%.

Indicador 11B	Porcentagem de matrículas novas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio referentes à Rede Pública						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional>. Acesso: 4 out. 2021.

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com oito Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto ao percentual total de matrículas, oferta de matrículas por entidades privadas como o sistema prisional e entidades de atendimento exclusivo às pessoas com deficiência, atendimento à população do campo e acompanhamento da redução das desigualdades sociais.

O Indicador 11C expressa o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao total de matrículas de Educação Básica de Nível Médio. Considera-se como EPTNM as matrículas das seguintes etapas de ensino: Curso Técnico Integrado (Ensino Médio e EJA-EM Integrado); Ensino Médio Normal/Magistério; Curso Técnico concomitante e subsequente. Considera-se Educação Básica de Nível Médio as matrículas de EPTNM, integrada à EJA nível Médio e as matrículas de Ensino Médio.

Cajamar possui, em 2019, 10,1% de matrículas nessa modalidade o que equivale a uma queda de 2,9 pontos percentuais se comparado ao final do 1º biênio (2017) e, na rede estadual há 10,7% indicando redução de 2,7 pontos percentuais em comparação ao final do 1º biênio do PME. Os Indicadores 11C e 11D trazem esses dados.

Indicador Auxiliar 11C	Porcentagem de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	---	41,1%	41,1%	41,1%	41,1%						
Meta executada no período (dado oficial)	13,7%	15,9%	13%	10,3%	10,1%						
Meta executada no	---	---	---	---	---						

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



período (dado extraoficial)

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional>. Acesso: 4 out. 2021.

Indicador Auxiliar 11D	Porcentagem de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Rede Estadual)							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	41,1%	41,1%	41,1%	41,1%						
Meta executada no período (dado oficial)	14,2%	16,3%	13,4%	10,8%	10,7%						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional>. Acesso: 4 out. 2021.

O município não dispõe de dados sobre matrículas da população do campo, pessoas com deficiência e entidades particulares como podemos observar nas próximas tabelas e seus respectivos indicadores.

Indicador Auxiliar 11E	Porcentagem de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Campo, Indígena e Quilombola)							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional>. Acesso: 4 out. 2021.

Indicador Auxiliar 11F	Número de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas pelo sistema sindical							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional . Acesso: 4 out. 2021.											

Importante esclarecer a diferença entre os Indicadores 11G e 11H. Quanto ao primeiro, expressa o número de matrículas gratuitas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas por entidades de atendimento exclusivo às pessoas com necessidades especiais. Quanto ao Indicador 11G não temos dados.

Indicador Auxiliar 11G	Número de matrículas gratuitas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas por entidades de atendimento exclusivo às pessoas com necessidades especiais							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional . Acesso: 4 out. 2021.											

Já o Indicador 11H expressa o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. Quanto a esses dados, a rede pública dispunha de matrículas até o ano de 2018.

Indicador Auxiliar 11H	Matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Pública	4,2	3,6	7,1	3,6	0						
Privada	0	0	0	0	0						
Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional . Acesso: 12 nov. 2021.											

O Indicador 11I expressa o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio em relação ao número de professores que atuam nessa etapa/modalidade. Vejamos a tabela abaixo:

Indicador Auxiliar 11I	Relação aluno/professor na Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	11,1	11,6	9,9	10,5	11,1						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional>. Acesso: 4 out. 2021.

Por fim, temos as matrículas por raça/cor que objetivam o acompanhamento da redução das desigualdades étnico-raciais no acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Os dados apresentados pelo Indicador 11J mostram a predominância da cor branca ao final do 2º biênio. Destaca-se, em 2019, a redução no número de pessoas que não declaram sua cor e a ausência de pessoas que se declaram amarela desde a vigência do PME. Pessoas de cor parda são as que mais se aproximam da cor branca e pessoas que se declaram de cor preta é o grupo que apresenta o menor número de matrículas.

Indicador Auxiliar 11J	Matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Raça/Cor)					Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---			
	2015	2016	2017	2018	2019				2020	2021	2022	2023
Preta	9	18	14	8	13							
Branca	268	337	257	215	189							
Amarela	0	0	0	0	0							
Parda	134	153	149	103	109							
Não declarada	211	234	157	100	75							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-profissional>. Acesso: 12 nov. 2021.

Meta	11	<i>Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.</i>				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	
Estratégia 11.1. Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, a partir de 2020.	2020		Iniciada	Sim	Sem observações.	
Estratégia 11.2. Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das	2015		Não iniciada	Não	Sem observações.	

Zulvide Aquino



redes escolares públicas e privada, a partir da vigência do plano.					
Estratégia 11.3. Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a partir da vigência do plano.	2015		Iniciada	Não	De 2015 até 2018 os dados mostram queda na matrícula desse público alvo na educação profissional técnica chegando a 0% em 2019. Nota Técnica N° 32/2.021: substituir incentivar por proporcionar.
Estratégia 11.4. Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, a partir da vigência do plano.	2015		Iniciada	Sim	Sem observações.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 11 ficou da seguinte maneira:

A Meta 11 foi desmembrada da Meta 5 que correspondeu à EJA durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).

1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 4 Estratégias para a Meta 11. Os dados mostram que 50% das Estratégias não foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019, sendo que parte delas migraram da Meta 5.

Zuleide Aguiar



No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências públicas. A partir dessa metodologia, a Meta 11 traz como desafios:

- Construir um banco de dados para acompanhar o desenvolvimento e a ampliação da Educação Profissional no município.
- Ampliar as matrículas de nível médio na educação profissional técnica considerando a queda que vem ocorrendo ano a ano.



12. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
12	<i>Incentivar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos que conclui o Ensino Médio no município, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.</i>	2025
Observações/Relato sintético		
<p>A Meta 12 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - possui três objetivos: acompanhar a porcentagem de estudantes da Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos, pois intenciona-se o aumento para 50%, a chamada taxa bruta de matrícula, até 2025; acompanhar o percentual de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, pois objetiva-se garantir que 33% estejam na Educação Superior, até 2025, a chamada taxa líquida de matrícula; acompanhar o percentual de matrículas dos estudantes de Cajamar nas redes públicas e privadas, pois a meta é que 40% das novas matrículas da Educação Superior sejam em instituições públicas, até 2025, assegurando a qualidade do ensino.</p> <p>Cajamar é um município que possui alguns polos de instituições privadas de Ensino Superior, além de possuir munícipes/estudantes que cursam universidades em outros municípios. No entanto, esses dados acerca do público, faixa etária, percentual de matrícula, cursos realizados entre outros, são inexistentes e, por isso, não é possível realizar uma análise profunda acerca dessa meta que, por sua vez, é responsável por ampliar a formação do cidadão visando a qualificação para o trabalho, o desenvolvimento de pesquisa, entre outros.</p> <p>Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME conta com três Indicadores Principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indicador 12A: Porcentagem de matrículas no Ensino Superior em relação à população de 18 a 24 anos. 2. Indicador 12B: Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior. 3. Indicador 12C: Porcentagem de matrículas novas no Ensino Superior referentes à Rede Pública. <p>Analisaremos, a seguir os dados do município de Cajamar.</p>		

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 12A expressa o número de matrículas de pessoas que frequentam o Ensino Superior em relação ao número de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos. O resultado parcial no Brasil mostra que 48,6% na taxa bruta de matrículas, porém não temos esses dados na esfera municipal.

Vejamos a tabela a seguir:

Indicador 12A	Porcentagem de matrículas no Ensino Superior em relação à população de 18 a 24 anos.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?		Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020			2021	2022		2023
Meta prevista	50%	50%	50%	50%	50%							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período	---	---	---	---	---							



(dado extraoficial)

Fonte: -----

O Indicador 12B, expressa o número de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior em relação à população total dessa faixa etária. A meta é garantir que 33% dos jovens estejam na Educação Superior, sendo que no Brasil, o percentual de jovens que cursavam é de 23,8%, em 2020.

A tabela a seguir, evidencia que o município não dispõe desses dados.

Indicador 12B	Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	33%	33%	33%	33%	33%							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: -----

O Indicador 12C expressa a divisão entre o avanço do número de matrículas na rede pública e o avanço do número de matrículas em todas as redes. Novamente, não há dados sobre esse indicador como podemos observar na tabela abaixo:

Indicador 12C	Porcentagem de matrículas novas no Ensino Superior referentes à Rede Pública.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	40%	40%	40%	40%	40%							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: -----

INDICADORES AUXILIARES

O PME conta com quatro Indicadores Auxiliares que foram pensados para atender as especificidades locais quanto à projeção populacional de 18 a 24 anos, porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com Ensino Superior completo, número de instituições no município e percentual de matrículas.

Zuleide Aguiar



Assim como ocorre com os Indicadores Principais, os Indicadores Auxiliares, em sua maioria, não dispõem de dados para uma análise profunda e detalhada acerca do Ensino Superior e seu impacto na formação do município e, conseqüentemente, maior empregabilidade nas empresas que procuram por mão-de-obra qualificada a depender de alguns cargos disponibilizados que, muitas vezes, são ocupados por profissionais de outras localidades.

Temos uma projeção populacional para a faixa etária de 18 a 24 anos de 9.032, em 2019, porém não há dados que mostrem o percentual dessa população que está matriculado em nível superior ou que o tenha concluído. Diante disso, a plenária que discutiu a referida Meta na III Conferência Municipal de Educação sugere a realização da coleta de dados dos estudantes cajamarenses cursando Universidades, a partir da lista de inscrição para o transporte escolar que os levam às faculdades dentro e fora do município. Além disso, trouxeram como possibilidade que, com relação aos polos de ensino superior dentro do município, a comissão que trabalha com o levantamento de dados para o PME solicite, oficialmente, via SME as informações necessárias de cada polo EAD ou que se crie mecanismos em que ao serem implantados em Cajamar, a SME seja informada.

Vejamos as tabelas, a seguir:

Indicador Auxiliar 12D	Projeção referente ao total de adultos no município de 18 a 24 anos.							Prazo	---	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	8.882	8.943	8.975	9.004	9.032						

Fonte: Fundação Seade.

Indicador Auxiliar 12E	Quantidade de matrículas nos cursos de ensino superior em funcionamento no município.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: ----

Com relação ao Indicador 12F, vemos que o dado oficial mostra que não há instituições de Ensino Superior no município, porém Cajamar possui polos universitários com cursos EAD. Para o 3º biênio (2020 e 2021) sugerimos a coleta e sistematização desses dados.

Indicador Auxiliar 12F	Número de Instituições de Ensino Superior no município.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	---	---	---	---	---						

Zuleide Aquino



Meta executada no período (dado oficial)	0	0	0	0	0						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Superior. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-superior>. Acesso: 5 out. 2021.

Indicador Auxiliar 12G	Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com Ensino Superior completo.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: ----

Pela falta de dados não foi possível fazer apontamentos nos indicadores.

Meta	12	<p><i>Incentivar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos que conclui o Ensino Médio no município, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.</i></p> <p>Nota Técnica N° 33/2.021: Alteração na redação da Meta 12.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 12: Incentivar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos que conclui o Ensino Médio no município, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 anos (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade de oferta. 				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	

Juliano Aquino

[Handwritten signatures]



Estratégia 12.1. Monitorar a quantidade de matrículas dos cursos de ensino superior em funcionamento no município, bem como os cursos oferecidos, a partir da vigência do plano.	2015	Não iniciada	Não	<p>Cajamar possui polos de universidades EAD como Cruzeiro do Sul Virtual (Jordanésia), Faculdade Anhanguera (Polvilho) UNINTER (Polvilho), UNIP EAD (Polvilho) e UNIVESP, porém não temos dados quanto a quantidade e percentual de matrículas dos municípios, sendo esse um desafio.</p> <p>Em 2018, a prefeitura firmou convênio com o Governo do Estado e inaugurou um polo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp, com aulas iniciadas no dia 1 de agosto, contendo 50 vagas para cada um dos seguintes cursos superiores: Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Gestão Pública. Os polos são espaços físicos onde os alunos contam com infraestrutura (computadores, impressoras e acesso à internet) e realizam atividades, como provas, discussões em grupo, trabalhos orientados por tutores.</p> <p>Em 2018, foi protocolado um ofício pelo executivo e legislativo solicitando a instalação de uma FATEC no município durante reunião na</p>
--	------	--------------	-----	--

Zubido Aquino
[Handwritten signatures]



					Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.
Estratégia 12.2. Estimular o ingresso dos alunos do Ensino Médio nos cursos de ensino superior, a partir da vigência do plano.	2015		Iniciada	Sim	Sem observações.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 12 ficou da seguinte maneira:

A Meta 12 foi desmembrada da Meta 7 que correspondeu ao Ensino Médio durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).



1º Biênio (2016 e 2017)

2º Biênio (2018 e 2019)

Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 2 Estratégias para a Meta 12. Os dados mostram que 50% das Estratégias foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências públicas. A partir dessa metodologia, a Meta 12 traz como desafios:

- Implantar um sistema informatizado que monitore as matrículas de estudantes de Cajamar em cursos superiores dentro e fora do município.
- Construir uma relação de polos universitários e cursos oferecidos em Cajamar.
- Levantamento da faixa etária dos estudantes que residem em Cajamar e estudam em curso superior.
- Ampliar o percentual de estudantes do município em universidades.



13. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
13	<i>Incentivar no município a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores até o final da vigência deste plano.</i>	2025
Observações/Relato sintético		
<p>A Meta 13 - TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - possui dois objetivos: até 2025, garantir que, no mínimo, 75% dos professores de Educação Superior tenham Mestrado ou Doutorado e assegurar que, no mínimo, até 2025, 35% dos professores da Educação Superior possuam Doutorado. Para o primeiro objetivo, o Brasil apresentou 83,4% dos professores da Educação Superior com Mestrado ou Doutorado, em 2019 e 45,6% dos professores com Doutorado no mesmo ano.</p> <p>Posto isso, é importante que o município esteja preparado diante de organizar coleta de dados, organização das informações e sistematização para publicação dos dados gerados a fim de contribuir com o desenvolvimento e avanço do Plano Nacional de Educação.</p> <p>Nessa direção, é importante levantar, no momento oportuno, a formação dos professores que atuam ou que venham a atuar no Ensino Superior em Cajamar. Ressaltamos que Cajamar possui universidades instaladas, somente alguns polos com cursos oferecidos na modalidade EAD.</p> <p>Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME possui dois Indicadores Principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indicador 13A: Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Ensino Superior 2. Indicador 13B: Percentual de doutores no corpo docente das instituições de Ensino Superior. 		

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 13A expressa o número de mestres e doutores no ensino Superior. Apesar de serem contados uma única vez em cada Instituição de Ensino Superior (IES) e em cada unidade geográfica (Município, Unidade da Federação (UF), Região e Brasil), podem atuar em mais de uma IES e uma unidade geográfica.

Os dados mostram que o município não possui percentual de mestre ou doutores no Ensino Superior, inclusive doutores como explicita o Indicador 13B.

Vejamos a próxima tabela:

Indicador 13A	Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Ensino Superior						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	75%	75%	75%	75%	75%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%							

Zuleide Aquino
Prof. [Signature]



Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						
---	-----	-----	-----	-----	-----	--	--	--	--	--	--

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Superior. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/titulacao-de-professores-da-educacao-superior>. Acesso: 5 out. 2021.

O Indicador 13B, expressa o número de doutores no Ensino Superior. Apesar de serem contados uma única vez em cada Instituição de Ensino Superior (IES) e em cada unidade geográfica (Município, Unidade da Federação (UF), Região e Brasil), podem atuar em mais de uma IES e uma unidade geográfica.

A tabela a seguir, evidencia que o município aparece com 0% em relação a essa informação.

Indicador 13B	Percentual de doutores no corpo docente das instituições de Ensino Superior.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	35%	35%	35%	35%	35%							
Meta executada no período (dado oficial)	0%	0%	0%	0%	0%							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Superior. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/titulacao-de-professores-da-educacao-superior>. Acesso: 5 out. 2021.

INDICADORES AUXILIARES

O PME não possui Indicadores Auxiliares para essa meta.

Meta	13	<p><i>Incentivar no município a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores até o final da vigência deste plano.</i></p> <p>Nota Técnica N° 34/2.021: Alteração na redação da Meta 13.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 13: Incentivar no município a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores até o final da vigência deste plano. <p>Para:</p>
-------------	-----------	--



Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Meta 13: Elevar no município a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores até o final da vigência deste plano.					
Estratégia 13.1. Realizar o levantamento de docentes de cursos superiores com mestrado e doutorado residentes no município de forma a contribuir com o levantamento a ser realizado em âmbito nacional, a partir da vigência do plano.	2015		Não iniciada	Não	Sem observações.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 13 ficou da seguinte maneira:

A Meta 13 foi desmembrada da Meta 8 que correspondeu à formação de professores durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).

1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 1 Estratégia para a Meta 13. Os dados mostram que 100% das Estratégias não foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências públicas. A partir dessa metodologia, a Meta 13 traz como desafios:

- Realizar o levantamento de docentes de cursos superiores com mestrado e doutorado residentes no município construindo um banco de dados para análise.



14. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
14	<i>Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.</i>	2025
Observações/Relato sintético		
<p>A Meta 14 - PÓS-GRADUAÇÃO - possui dois objetivos: aumentar o número de pessoas tituladas em Mestrado e aumentar o número de pessoas tituladas em doutorado.</p> <p>De acordo com os participantes da III Conferência Municipal de Educação, a meta nacional é muito ousada. Apesar de a CAPES estar trabalhando para a recomendação de novos Programas de Pós-Graduação, entendemos como uma ação bastante ampla, porém não impossível.</p> <p>Para essa meta ser alcançada em nosso município é preciso incentivos significativos para que os professores possam vislumbrar a possibilidade de crescimento na carreira e qualificar suas práticas em prol de uma educação de qualidade.</p> <p>Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME possui dois Indicadores Principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indicador 14A: Número de mestres titulados. 2. Indicador 14B: Número de doutores titulados. 		

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 14A expressa o número de mestres titulados (acadêmico ou profissional) enquanto que o Indicador 14B expressa o número de doutores titulados.

As tabelas abaixo mostram ausência de dados o que indica que esse parece ser um desafio para o próximo biênio.

Indicador 14A	Número de mestres titulados.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Meta prevista	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---							

Fonte: ----

Indicador 14B	Número de doutores titulados.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Meta prevista	---	---	---	---	---							



Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados										
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						
Fonte: ---											

INDICADORES AUXILIARES

O PME não possui Indicadores Auxiliares para essa meta.

Meta	14	<p><i>Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.</i></p> <p>Nota Técnica N° 35/2.021: alteração na redação da Meta 14.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 14: Elevar, incentivar, estimular e acompanhar no Município o cumprimento da meta nacional: elevar em 10%, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a ampliar a titulação de mestres e doutores. 				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	
Estratégia 14.1. Incentivar a formação de professores no município, em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> de forma a contribuir com a ampliação dos índices de mestres e doutores na educação, a partir da vigência do plano.	2015		Iniciada	Não	Não dispomos de dados que possam comprovar o alcance da estratégia.	

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 14 ficou da seguinte maneira:

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



A Meta 14 foi desmembrada da Meta 8 que correspondeu à formação de professores durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).

1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano passou a ter 1 Estratégia para a Meta 14. Os dados mostram que 100% das Estratégias não foram alcançadas entre os anos de 2018 e 2019.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências públicas. A partir dessa metodologia, a Meta 13 traz como desafios:

- Obter dados referentes ao número de mestres e doutores no município.
- Ampliar o número de mestres e doutores em Cajamar.



15. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
15	<i>Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.</i>	2016
Observações/Relato sintético		
<p>A Meta 15 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES - possui dois objetivos: até 2015, criar uma política municipal de Formação dos Profissionais da Educação; garantir que todos os professores da Educação Básica possuam Educação Superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que lecionam, até 2025.</p> <p>Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME possui três Indicadores Principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indicador 15A: Porcentagem de professores com Ensino Superior. 2. Indicador 15B: Porcentagem de turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental tendo aulas com professores com formação compatível à disciplina que lecionam. 3. Indicador 15C: Porcentagem de turmas do Ensino Médio tendo aulas com professores com formação compatível à disciplina que lecionam. 		

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 15A expressa o número de professores com Ensino Superior em relação ao total de professores.

A tabela abaixo mostra que, embora a rede pública (somando Estado e Município) esteja bem próxima de atingir a meta de 100%, ainda há 2,1% de profissionais que não possuem Ensino Superior. Importante destacar que essa meta tem como prazo para seu cumprimento 2016, primeiro ano de vigência do PME dada a alteração na legislação. No caso dos professores das escolas municipais em 2003 houve o primeiro concurso público em que não foi exigido curso superior para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. De modo a atender a legislação vigente, os concursos posteriores trouxeram essa exigência não sendo mais admitidos professores que não o tivessem. Nesse sentido, os professores da rede municipal que não possuem a graduação necessária são professores provenientes desse concurso. Devido a essa questão o município não consegue atingir a meta estabelecida.

Indicador 15A	Porcentagem de professores com Ensino Superior.						Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%							
Meta executada no período (dado)	94,5%	95,5%	94,3%	96,8%	97,9%							

Zelinda Aguiar



oficial) PÚBLICO	—										
Meta executada no período (dado oficial)	76%	79,9%	80,4%	79,6%	90,7%						
PRIVADO											
Meta executada no período (dado extraoficial)	—	—	—	—	—						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

O Indicador 15B expressa o número de turmas dos anos Finais do Ensino fundamental cujo professor possui licenciatura ou bacharelado com complementação na disciplina que leciona em relação ao total de turmas dessa etapa (Tipo 1).

Os dados da tabela abaixo mostram que há um déficit de 28,3% nas turmas tendo aulas com professores que possuem formação compatível à disciplina que lecionam nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Indicador 15B	Porcentagem de turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental tendo aulas com professores com formação compatível à disciplina que lecionam.						Prazo	2016	2017	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	72,4% (> 830)	73,6% (> 860)	71,7% (> 976)	77,7% (> 1.067)	71,7% (> 1.090)						
Meta executada no período (dado extraoficial)	—	—	—	—	—						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Como complemento ao Indicador 15B, o PME possui um Indicador Auxiliar (15G) que apresenta o percentual de disciplinas nos Anos Finais do Ensino Fundamental com professores que possuem formação compatível à área em que lecionam. A partir dessa informação conseguimos ter clareza de qual disciplina faz com que os dados tenham um patamar menor para alcance da meta.

O Indicador 15C expressa o número de turmas do Ensino Médio cujo professor possui licenciatura ou bacharelado na disciplina que leciona em relação ao total de turmas dessa etapa (Tipo 1). Os dados mostram que o 2º biênio foi concluído com queda nesse indicador se comparado ao biênio anterior. Aliás, desde o início da vigência do PME, 2019 é o ano que apresenta menor percentual em relação às turmas do Ensino Médio tendo aulas com professores com formação compatível à disciplina que lecionam (Tipo 1). O Indicador Auxiliar 15H mostra o percentual de professores com formação adequada, por área de conhecimento que atuam no Ensino Médio. Através dele conseguimos identificar as disciplinas que possuem os maiores déficits nesse quesito. Mais adiante, veremos esses dados.

Juliano Aquino



A tabela abaixo mostra o percentual de professores com formação compatível à disciplina que lecionam (Tipo 1).

Indicador 15C	Porcentagem de turmas do Ensino Médio tendo aulas com professores com formação compatível à disciplina que lecionam.						Prazo	2016	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	68,2%	71%	66,9%	73%	66,7%						
Meta executada no período (dado extraoficial)	---	---	---	---	---						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Considerando os dados apresentados, é possível analisar que há um distanciamento, ao final do 2º biênio do PME (2019) para que a Meta possa ser alcançada, visto que nenhum indicador principal foi alcançado.

INDICADORES AUXILIARES

O PME possui sete Indicadores Auxiliares para essa meta que apresentam a porcentagem de professores com Ensino Superior considerando cada rede e o setor privado, bem como subdivididos por etapa de ensino e etapa de escolaridade. Por fim, retomamos os indicadores que mostram os dados acerca da formação de professores nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio compatível a área que lecionam (Tipo 1).

Sobre o alcance da meta considerando 100% dos professores com Ensino Superior, reiteramos que, ainda não foi totalmente alcançada pela rede municipal que precisa avançar em 2,6 pontos percentuais e o setor privado que necessita de 9,3 pontos percentuais. A rede estadual atingiu a meta ao final do 2º biênio com 100% dos professores que possuem Ensino Superior, como podemos observar na próxima tabela.

Indicador Auxiliar 15D	Porcentagem de professores com Ensino Superior – POR REDE.						Prazo	2016	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Municipal	95,2%	95,7%	93,7%	96,7%	97,4%						
Estadual	93,3%	95,3%	96,4%	97,5%	100%						
Privado	76%	79,9%	80,4%	79,6%	90,7%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Ao analisarmos cada segmento da Educação Básica tendo como foco professores com Ensino Superior, podemos verificar que Ensino Médio, Educação Profissional e EJA alcançaram a meta, pois



possuem 100% dos professores formados em nível superior. A creche é o segmento que está mais distante do percentual para cumprir a meta, pois há 94,5% dos professores com a formação exigida. Pré-escola, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Educação Especial ainda não atingiram a meta e possuem menos de 100% de professores com nível superior, como podemos ver na tabela, a seguir:

Indicador Auxiliar 15E	Porcentagem de professores com Ensino Superior – POR SEGMENTO						Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020													
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%														
Creche	90,6%	90,9%	90,4%	Sem dados	94,5%														
Pré-escola	92,2%	86,4%	83,5%	Sem dados	96,7%														
Anos Iniciais EF	90,7%	93,8%	92,3%	Sem dados	95,5%														
Anos Finais EF	94,4%	94,1%	91,6%	Sem dados	96%														
Ensino Médio	92,9%	95,5%	95,9%	Sem dados	100%														
Educação Profissional	96,4%	96,9%	100%	Sem dados	100%														
EJA	92,9%	92%	95%	Sem dados	100%														
Educação Especial	100%	100%	100%	Sem dados	97,9%														

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

As próximas tabelas evidenciam os dados, por rede e por nível de escolaridade, considerando: professores que possuem formação de Ensino Fundamental, Ensino Médio Normal/Magistério, Ensino Médio e Ensino Superior.

Indicador Auxiliar 15F	Porcentagem de professores por nível de escolaridade – REDE ESTADUAL.						Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020													
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%														
Ensino Fundamental	0%	0%	0%	0%	0%														
Ensino Médio Normal/Magistério	6,3%	4,7%	3,6%	2,5%	0%														
Ensino Médio	0,4%	0%	0%	0%	0%														
Ensino Superior	93,3%	95,3%	96,4%	97,5%	100%														

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Indicador Auxiliar 15G	Porcentagem de professores por nível de escolaridade – REDE MUNICIPAL.						Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020													
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%														
Ensino Fundamental	0%	0%	0%	0%	0%														
Ensino Médio Normal/Magistério	1%	0,2%	0,7%	0,7%	0%														
Ensino Médio	3,8%	4,1%	5,6%	2,7%	2,6%														
Ensino Superior	95,2%	95,7%	93,7%	96,7%	97,4%														

Juliano Aquino



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Indicador Auxiliar 15H	Porcentagem de professores por nível de escolaridade – SETOR PRIVADO.						Prazo	2016	2023	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Ensino Fundamental	0%	0,7%	0%	0,5%	0%						
Ensino Médio Normal/Magistério	17,4%	12,2%	13,7%	14,1%	8,1%						
Ensino Médio Superior	6,6%	7,2%	5,9%	5,8%	1,3%						
	76%	79,9%	80,4%	79,6%	90,7%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Os Indicadores 15F, G e H retratam o percentual dos professores evidenciando que, àqueles que não possuem Ensino Superior estão localizados no campo de formação do Ensino Médio ou Ensino Médio Normal/Magistério. Talvez sejam profissionais que possuem direito adquirido via concurso público que, na época, não exigia formação ou forma de contratação no caso do setor privado com prazo estabelecido para cumprimento da legislação vigente.

Os Indicadores 15I e 15J trazem os dados sobre a porcentagem de turmas tanto dos Anos Finais do Ensino Fundamental como do Ensino Médio tendo aulas com professores que possuem formação compatível à disciplina que lecionam.

Quanto aos Anos Finais do Ensino Fundamental, vemos que a disciplina de Língua Estrangeira é a que possui um percentual menor de turmas com professores com formação compatível a essa área. Temos apenas 18,3%. Se pensarmos em um mundo globalizado, tecnológico, inovador, com novas metodologias e, a todo o momento, relacionado com escritas e leituras em outra língua, podemos dizer o quanto há um déficit nesse quesito no município de Cajamar.

Hoje o Inglês é praticamente utilizado no mundo todo e, além de ter uma carga horária pequena, correspondente a um período histórico e escolar em que outra língua parecia não ser tão importante quanto na atualidade, vemos o quanto temos que caminhar. Primeiro, para se ter um professor com formação adequada que é o mínimo exigido e, depois, para mudar o paradigma de ensino dadas as exigências de um mundo moderno que requer novas habilidades e uma grade curricular bem inovadora, pois a que existe parece não atender mais as necessidades desse mundo, a começar pelo ensino de Língua Estrangeira.

Outras disciplinas também carecem de melhoria, principalmente quando observamos os dados de Matemática com 67,6%, Arte com 69,9% e Geografia com 72,4% de turmas tendo aulas com professores que possuem formação compatível à disciplina que lecionam (Tipo 1).

Vejamos a tabela com os dados completos:

Indicador Auxiliar 15I	Porcentagem de turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental tendo aulas com professores com formação compatível à disciplina que lecionam.						Prazo	2016	2023	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
História	67,1%	62,9%	63,7%	88,1%	85,4%						
Língua Portuguesa	83,2%	76,2%	83,8%	87,8%	85,8%						

Handwritten signatures and notes in blue ink.



Matemática	75,7%	81,1%	69,9%	85,3%	67,6%						
Geografia	83,1%	84,6%	71,3%	82,7%	72,4%						
Educação Física	95,3%	95,9%	93%	98,3%	83,9%						
Arte	58,8%	49,6%	44%	59,8%	69,9%						
Língua Estrangeira	34,6%	54,2%	61,7%	29,4%	18,3%						
Ciências	83,8%	84,4%	85%	91,4%	89,1%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 14 nov. 2021.

O Indicador 15J traz a porcentagem de turmas do Ensino Médio tendo aulas com professores que possuem formação compatível à disciplina que lecionam. Embora 100% dos professores da rede estadual possui formação em Ensino Superior, vemos que há um percentual que não é compatível à formação (Tipo 1).

A maior lacuna continua na disciplina de Língua Estrangeira com apenas 7,8%, ou seja, os alunos passam, pelo menos sete anos na escola entre os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio sem ter aula com o professor que possui formação compatível com a área. O mesmo ocorre com a Matemática que, assim como no ensino fundamental, possui um percentual baixo para esse indicador de apenas 58%, seguido de Física com 30,8% e Química com 57,7%. Disciplinas que envolvem o conhecimento e a busca pela compreensão, de forma científica, acerca de como os agrupamentos sociais humanos se desenvolveram e se desenvolvem e como é possível intervir nesse desenvolvimento possuem um percentual muito baixo de turmas que possuem aula com professores formados na área. É o caso, por exemplo, da Sociologia, com apenas 33,7%.

Outro apontamento importante diz respeito aos dados de formação dos professores de Educação Física, pois os dados do Censo Escolar migrados pelo Observatório do PNE mostra que, apenas 83,9% dos professores possuem graduação em 2019. No entanto, além das exigências legais das esferas nacional, estadual e municipal, ainda há um órgão regulador da profissão, o CREF (Conselho Regional de Educação Física), a partir Lei nº 9.696/1998, que obriga essa graduação e credenciamento a este Conselho para a atuação docente. Dessa forma, há um descompasso entre a informação colocada no Censo Escolar e a obrigatoriedade quanto ao cumprimento da legislação vigente. É preciso que haja fiscalização em instituições privadas para o alcance dessa meta.

Esses são alguns apontamentos para reflexões que podem ser realizadas. No entanto, apresentamos a tabela abaixo com os dados completos, a partir dos quais tantas outras reflexões podem ser realizadas, bem como programa, projetos e ações planejados para que possam ser efetivados, afinal, se há escola, é preciso ter um ensino de qualidade que passa, entre tantas outras questões, pela formação.

Indicador Auxiliar 15J	Porcentagem de turmas do Ensino Médio tendo aulas com professores com formação compatível à disciplina que lecionam.							Prazo	2016	2023	Alcançou o Indicador?	Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021						
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%								
Matemática	70,3%	87,5%	85%	81,8%	58%								
História	79,8%	73,8%	77%	89,9%	88,5%								
Língua Portuguesa	93,6%	94,2%	99%	97%	97,9%								
Geografia	68,8%	77,5%	78%	69,2%	90,8%								
Física	54,1%	64,1%	36%	26,3%	30,8%								
Educação Física	92,9%	94%	100%	100%	89,3%								
Filosofia	67%	81,6%	69,7%	71,3%	78%								
Sociologia	13,8%	9,7%	15%	32,3%	33,7%								

Subido Arquivo
Prof. [Assinatura]
[Assinatura]



Biologia	85,3%	100%	88%	87,2%	90,1%
Língua Estrangeira	69%	45,9%	46,7%	55,7%	7,8%
Química	83,5%	90%	79%	90,9%	57,7%
Artes	44,3%	38,8%	37,1%	74,7%	82,4%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-de-professores>. Acesso: 14 nov. 2021.

Meta	15	<i>Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam</i>			
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Atingiu a Estratégia?	Observações
Estratégia 15.1. Garantir no edital de concurso público e/ou processo seletivo a exigência de formação em curso superior na área de atuação do professor de forma a atender a legislação vigente, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 15.2. Incentivar os professores que ainda não possuem formação em nível superior na área em que atuam a buscar por essa formação, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 15 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)



Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 6 Estratégias em sua Meta 8 que era destinada à formação dos profissionais da educação. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano foi reorganizado e as metas foram alinhadas com o Plano Nacional de Educação. Com isso, a Meta 8 passou a ser Meta 15 tendo como foco a formação de professores com Ensino Superior. Diante disso, há duas Estratégias para essa meta que foram alcançadas em 100%, mesmo que o município não possua 100% dos professores formados em nível superior. Talvez haja certa disparidade entre Estratégia e resultado, pois se o que foi planejado também foi executado e, mesmo assim não há 100% no resultado é porque as Estratégias precisam ser redirecionadas na elaboração do próximo Plano Municipal de Educação 2025-2035.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 15 traz como desafios do 2º biênio:

- Organizar um banco de dados e acompanhar de forma sistemática os percentuais de crescimento, estagnação ou retrocesso quanto à formação de professores na área que lecionam.
- Implantar políticas públicas que formem os professores na área em que lecionam.
- Incentivar a formação de graduação mínima para todos os cargos do município
- Monitorar todas as instituições municipais, estaduais e privadas em todos os segmentos.
- Dar continuidade à exigência mínima em graduação em todos os concursos públicos.



16. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
16	Qualificar e garantir a todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação a formação continuada para melhorar os resultados de aprendizagens dos alunos, considerando também as demandas do sistema de ensino e formar, em nível de pós-graduação, 80% dos professores da educação básica até o último ano de vigência deste PME.	2025

Observações/Relato sintético

A Meta 16 - **FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES** - possui dois objetivos: até 2025, ter metade dos professores da Educação Básica formados na Pós-graduação. O município de Cajamar possui uma meta mais ousada, pois pretende que 80% de seus professores sejam formados em nível de Pós-Graduação até o final da vigência do plano. Outro objetivo é garantir que todos os professores da Educação Básica tenham acesso à formação continuada. Para o primeiro objetivo, o Brasil possui 49,6% de professores da Educação Básica com pós-graduação e, para o segundo objetivo, há no país 39,5% dos professores da Educação Básica com acesso à formação continuada.

Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME possui dois Indicadores Principais:

1. Indicador 16A: Porcentagem de professores com Pós-Graduação.
2. Indicador 16B: Porcentagem de professores da Educação Básica com Formação Continuada.

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 16A expressa o número de professores com Pós-Graduação completa em relação ao total de professores enquanto que o Indicador 16B expressa o número de professores com Formação Continuada em relação ao total de professores.

Quanto ao Indicador 16A esclarecemos que o percentual concentra a formação de professores das redes municipal e estadual, bem como do setor privado. Podemos notar que o percentual alcançado ao final do 2º biênio do PME é inferior ao que o Brasil alcançou, pois conseguimos chegar ao patamar de 41,1% de professores da Educação Básica com pós-graduação enquanto que o país atingiu o patamar de 49,6%.

Outro aspecto importante é que, ano a ano, o percentual vem aumentando o que indica investimento do professor em sua formação, mas ainda necessitamos de mais 38,9% de professores formados em nível de pós-graduação para que a meta possa ser alcançada.

Vejam os dados a seguir:

Indicador 16A	Porcentagem de professores com Pós-Graduação.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020			2021	2022	2023	2024
Meta prevista	80%	80%	80%	80%	80%							
Meta executada no	35,6%	38,4%	39,8%	34%	41,1%							



período (dado oficial)											
Meta executada no período (dado extraoficial)	--	--	--	--	--						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-continuada-e-pos-graduacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Como complemento ao Indicador 16A, o PME possui três Indicadores Auxiliares (16D, E, F) que apresenta o percentual de professores com pós-graduação subdivididos por rede. Os dados desses indicadores serão analisados mais à frente.

Os dados da tabela abaixo mostram o percentual de professores com acesso a processos de formação continuada. Pretende-se que 100% tenham esse direito garantido dentro de sua área de atuação de modo a melhorar os resultados de aprendizagem, porém os dados apresentados mostram que estamos distantes de atingir esse patamar, aspecto esse que requer o redirecionamento de ações e investimentos.

A tabela a seguir mostra o percentual alcançado por cada rede de ensino e pelo setor privado em relação à formação continuada. Todas as esferas possuem um baixo percentual, porém a rede estadual é a que está mais distante com apenas 6,8%. Já a rede municipal e o setor privado apresentam queda nos dados, o que parece evidenciar a descontinuidade de ações, investimentos e políticas públicas, caso contrário a redução de percentual não aconteceria.

Indicador 16B	Porcentagem de professores da Educação Básica com Formação Continuada.						Prazo	2025	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial) - MUNICIPAL	23%	24,8%	26,6%	25,7%	23,3%						
Meta executada no período (dado oficial) - ESTADUAL	5,5%	6,8%	7,7%	7,6%	6,8%						
Meta executada no período (dado oficial) - PRIVADA	13,2%	16,5%	16,3%	13,6	11%						
Meta executada no período (dado extraoficial)	--	--	--	--	--						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-continuada-e-pos-graduacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

INDICADORES AUXILIARES

Zuleide Aquino
Fernando
[Signature]



O PME possui seis Indicadores Auxiliares para essa meta que apresentam a porcentagem de professores e diretores com Pós-Graduação, subdivididas em *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Os Indicadores 16 D, E e F tratam do percentual de professores com Pós-Graduação no qual podemos observar que há um distanciamento entre o percentual existente ao final do 2º biênio, sendo 34,5% para a rede estadual, 47,7% para a rede municipal e 22% para o setor privado e a meta a ser alcançada.

Indicador Auxiliar 16C	Porcentagem de professores com Pós-Graduação – REDE ESTADUAL.					Prazo			2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	80%	80%	80%	80%	80%						
Especialização	30%	31,4%	31%	26,4%	34,5%						
Mestrado	3%	3,6%	1,9%	1,6%	3,4%						
Doutorado	0%	0%	0%	0%	0,6%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-continuada-e-pos-graduacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Indicador Auxiliar 16D	Porcentagem de professores com Pós-Graduação – REDE MUNICIPAL.					Prazo			2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	80%	80%	80%	80%	80%						
Especialização	39,5%	43,9%	44,3%	38,8%	47,7%						
Mestrado	0,4%	0%	0,7%	0,3%	0,7%						
Doutorado	0,2%	0%	0%	0%	0%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-continuada-e-pos-graduacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Indicador Auxiliar 16E	Porcentagem de professores com Pós-Graduação – SETOR PRIVADO.					Prazo			2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	80%	80%	80%	80%	80%						
Especialização	21,7%	18,95	27,6%	21,3%	22%						
Mestrado	1,1%	0,9%	0,8%	0,6%	0,5%						
Doutorado	0%	0%	0%	0%	0,5%						

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/formacao-continuada-e-pos-graduacao-de-professores>. Acesso: 6 out. 2021.

Os Indicadores 16 G, H e I tratam da formação dos diretores de escola em nível de Pós-Graduação. Os dados das escolas estaduais, assim como do setor privado e sua totalidade, não foram fornecidos. O mesmo ocorreu com alguns dados dos diretores que atuam na rede municipal.

Indicador Auxiliar 16F	Porcentagem de diretores com Pós-Graduação – REDE ESTADUAL.					Prazo			2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

Juliete Aquino
Prof. [Signature]



Meta prevista	80%	80%	80%	80%	80%						
Especialização	Dados não fornecidos										
Mestrado	Dados não fornecidos										
Doutorado	Dados não fornecidos										

Fonte: ----

Os dados dos diretores de escola que atuam na rede municipal estão incompletos e impossibilitam uma análise.

Indicador Auxiliar 16G	Porcentagem de diretores com Pós-Graduação – REDE MUNICIPAL.					Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Alcançou o Indicador?	Não o Indicador?
	2015	2016	2017	2018	2019											
Meta prevista	80%	80%	80%	80%	80%											
Especialização	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos											
Mestrado	3,5% (3)	3,5% (3)	3,5% (3)	3,5% (3)	Dados não fornecidos											
Doutorado	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0,8% (1)	Dados não fornecidos											

Fonte: DME (2015 a 2018).

Sugerimos a construção de um banco de dados com essas informações para a avaliação do próximo biênio.

Indicador Auxiliar 16H	Porcentagem de diretores com Pós-Graduação – SETOR PRIVADO.					Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Alcançou o Indicador?	Não o Indicador?
	2015	2016	2017	2018	2019											
Meta prevista	80%	80%	80%	80%	80%											
Especialização	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos											
Mestrado	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos											
Doutorado	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos	Dados não fornecidos											

Fonte: ----

Ao analisar os dados na III Conferência Municipal de Educação, os participantes observaram que o município realiza algumas formações continuadas pela própria Secretaria de Educação, porém essa ação precisa ser ampliada para todos. Além disso, foi apontado que alguns cursos não são validados no ATS dos professores, aspecto esse que desestimula a fazerem novos cursos, enquanto outros, aparentemente, sem tanta “qualidade” acabam sendo aceitos. Diante disso, é preciso que as regras fiquem cada vez mais claras. Faltam ofertas de bons cursos, além de incentivos. Romper com a cultura da

Zuleide Aguiar
Prof. [Signature]



formação sem interesse apenas na pontuação também é algo a se discutir junto aos profissionais, pois há os que fazem cursos para obter pontuação e não para qualificação.

Meta	16	<i>Qualificar e garantir a todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação a formação continuada para melhorar os resultados de aprendizagens dos alunos, considerando também as demandas do sistema de ensino e formar, em nível de pós-graduação, 80% dos professores da educação básica até o último ano de vigência deste PME.</i>			
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Estratégia 16.1. Garantir que os espaços de formação continuada sejam prioritariamente lugar de estudos, reflexões e troca de experiências, voltados ao fazer pedagógico, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 16.2. Garantir cursos de formação pela rede para todos os professores, especialmente aos iniciantes e aos PAEBs (Professor Adjunto de Educação Básica). Além de garantir a oferta de cursos de formação em serviço para os demais profissionais da educação, mediante necessidade/demanda, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	Curso para merendeiras (os) com o objetivo de valorizar as profissionais da área alimentar, levando conhecimentos técnicos, visando melhorar, ainda mais, o preparo da merenda escolar. Palestra com o tema "Um amor por alimentação"; curso de capacitação realizado pela Secretaria de Educação através do Departamento de Alimento Escolar. Palestras para motoristas e monitores do transporte público escolar com temas sobre segurança dos passageiros, primeiros socorros, responsabilidade dos monitores, noções básicas de legislação, direção



				<p>defensiva entre outros. Cerca de 60 motoristas, 62 monitoras e três funcionários operacionais participaram da palestra oferecida pela Prefeitura Municipal de Cajamar, através da Secretaria de Educação por meio da empresa Dinatur.</p> <p>Professores e assessores pedagógicos receberam formações acerca do Sistema Sesi de Ensino e Comunidade de Aprendizagem.</p> <p>Diretores tiveram uma palestra motivacional com o tema "O que seu chefe espera de você?" com o objetivo mudar a maneira de olhar e reconhecer o valor das pessoas; reunião para apresentação dos dados da avaliação do CAED; participação no 2º Seminário Intermunicipal (CIMBAJU) Durante o encontro foram debatidas diversas questões para facilitar e modernizar a administração pública, contribuindo para a viabilização financeira das políticas públicas, com o intuito de beneficiar os municípios que são integrantes do Consórcio.</p> <p>Faltam formações específicas para PAEBS, pessoal de secretaria escolar, monitores educacionais e diretores de escola.</p>
--	--	--	--	--

Juliano Aguiar

[Handwritten signatures]



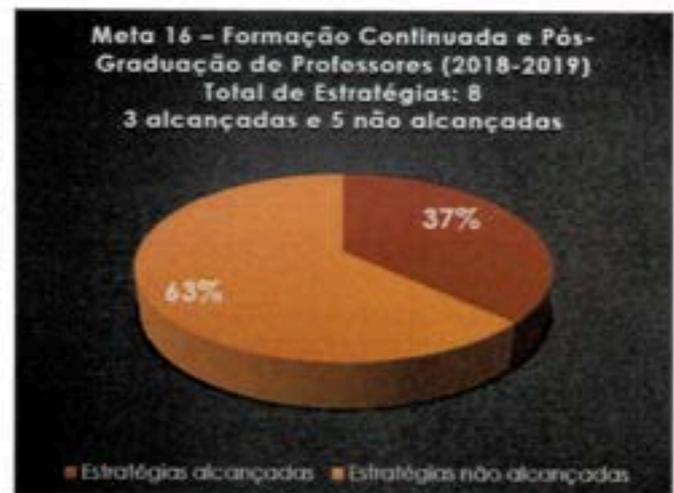
Estratégia 16.3. Assegurar as condições de participação dos profissionais do magistério em cursos de pós-graduação, tanto lato sensu quanto stricto sensu, dentro do seu campo de atuação, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	As condições são asseguradas considerando o que a legislação municipal permite: redução de jornada, afastamento sem remuneração por três anos, participação em congressos, por dez dias, sem prejuízo de vencimentos.
Estratégia 16.4. Estimular a oferta de cursos de pós-graduação, até o último ano de vigência deste PME, de forma a garantir que 80% dos professores da educação básica sejam formados em nível de pós-graduação, alcançando a meta.	2025		Iniciada	Não	Os dados mostram que ano a ano temos ampliado o percentual de professores com pós-graduação, porém não atingimos o percentual de 80%.
Estratégia 16.5. Garantir, a partir do ano letivo de 2019, semestralmente, um dia não letivo no calendário escolar para reflexão e formação na unidade escolar para todos os envolvidos no Projeto Político Pedagógico.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 16.6. Promover a formação continuada dos profissionais que atuam na educação básica de forma a atender 100% dos diretores de escola, assistentes de direção e assessores pedagógicos para que se tornem protagonistas da formação dos professores e funcionários, a partir do início da vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	Embora as formações ocorram, é preciso investir em ações pontuais formativas para diretores de escola e assistentes de direção. Formações com assessores pedagógicos ocorrem com maior frequência. No entanto, na III Conferência Municipal de Educação os participantes pontuaram que é preciso apoio, incentivo e financiamento para que o professor faça mais cursos.



Estratégia 16.7. Implantar, no prazo de cinco anos de vigência desta lei, a política municipal de um programa de formação continuada dos profissionais da educação, de outros segmentos que não os do quadro do magistério, em colaboração com Estado e União.	2020		Iniciada	Não	Falta pensar em uma política pública que garanta a formação de todos os profissionais da educação que não fazem parte do quadro do magistério. O que existem são ações formativas a depender da demanda, porém não ocorrem de forma sistemática.
Estratégia 16.8. Implementar um portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Sem observações.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 16 ficou da seguinte maneira:

A Meta 16 foi desmembrada da Meta 8 que correspondeu à formação de professores durante a avaliação do 1º biênio do PME. Sendo assim, o 2º biênio é o que possui dados específicos da referida meta que, só poderão ser comparados em sua totalidade acerca de possíveis avanços, estagnações ou retrocessos quando houver a avaliação do 3º biênio (2020-2021).



1º Biênio (2016 e 2017)

2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 6 Estratégias em sua Meta 8 que era destinada à formação dos profissionais da educação. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano foi reorganizado e as metas foram alinhadas ao Plano Nacional de Educação. Com isso, a Meta 8 passou a ser parte da Meta 16, tendo como foco a Formação Continuada e Pós-Graduação de professores. Diante disso, há oito Estratégias para essa meta, sendo que 63% não foram alcançadas.

Zuleide Aquino
Prof



No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 16 traz como desafios do 2º biênio:

- Investir em formação continuada para todos os profissionais da educação.
- Qualificar a formação de gestores.
- Organizar um banco de dados acerca das informações necessárias.
- Incentivar a formação de mais 40% de professores em nível de pós graduação.
- Organizar um banco de dados com informações acerca da formação em nível de pós graduação de professores e gestores.
- Realizar formações específicas com PAEBs.
- Garantir formação continuada para diretores de escola.
- Implantar um programa de formação continuada para funcionários.
- Estudar possibilidades de apoio para mestrado e doutorado com afastamento remunerado.
- Apoiar a participação em congressos e eventos, bem como publicações de materiais sem prejuízo na vida funcional.
- Apoiar os professores em pesquisas para qualificar a educação municipal.
- Levantar demandas formativas com os professores e gestores.
- Divulgar com mais clareza o plano formativo da Secretaria Municipal de Educação.



17. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
17	Ampliar o patamar de valorização dos profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal.	2025
Observações/Relato sintético		
<p>A Meta 17 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - possui um objetivo: igualar o salário médio dos professores à renda de outros profissionais com a mesma escolaridade. No Brasil, os professores ganham 71,7% do salário médio de outros profissionais com a mesma escolaridade. Em Cajamar, o texto da meta é muito vago, pois fala em ampliar o patamar de valorização dos profissionais, porém não especifica "em que" como faz o texto da meta do Plano Nacional de Educação.</p> <p>Com o objetivo de analisar o comportamento dessa meta, o PME possui um Indicador Principal:</p> <p>3. Indicador 17A: Rendimento médio dos professores de Educação Básica da rede pública em relação ao rendimento médio dos demais profissionais.</p>		

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 17A expressa o rendimento médio dos professores de Educação Básica da rede pública em relação ao rendimento médio dos demais profissionais com Ensino Superior completo.

Vejamos os dados a seguir: em Cajamar, os professores ganham 54% do salário médio de outros profissionais com a mesma escolaridade, em nível municipal, ao final do 2º biênio do PME.

Indicador 17*	Rendimento médio dos professores de Educação Básica da rede pública em relação ao rendimento médio dos demais profissionais.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	47%	54%						

Fonte: SME.

INDICADORES AUXILIARES

O PME possui seis Indicadores Auxiliares para essa meta que são responsáveis por apresentar dados referentes ao rendimento médio dos professores na relação com profissionais de outras áreas que tenham curso superior, rendimento médio, valor da hora/aula de professores e salário base inicial de diretores de escola a fim de que possamos traçar um perfil que incida na valorização dos profissionais do Magistério Público.

O Indicador 17B não possui dados para análise.

Handwritten signatures and initials:
Zuleide Aguiar
Paulo

**COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Indicador Auxiliar 17B	Rendimento médio dos professores da Educação Básica da rede pública e de profissionais de outras áreas com curso superior (Em valores de 2019/2ºTri).						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----							

Fonte: ----

Já o Indicador 17C expressa o rendimento médio inicial de um professor. O 2º biênio do PME foi concluído com, aproximadamente, 74% a 79% de ampliação salarial desde o início da vigência do PME para essa categoria como podemos observar nas duas tabelas subsequentes.

Indicador Auxiliar 17C	Rendimento médio dos professores da Educação Básica da rede municipal.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado extraoficial)	R\$ 3.975,45	R\$ 4.707,13	R\$ 4.940,66	R\$ 4.963,06	R\$ 5.376,92							

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 17D	Salário base inicial dos professores da Educação Básica da rede municipal.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----							

Juliano Aguiar
Prof



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Meta executada no período (dado extraoficial)	R\$ 17,13 h/a	R\$ 18,96 h/a	R\$ 20,15 h/a	R\$ 20,74 h/a	R\$ 21,52 h/a						
Fonte: SME.											

Os dados da rede estadual não foram informados, portanto, não é possível realizar uma análise.

Indicador Auxiliar 17E	Salário base inicial dos professores da Educação Básica da rede estadual.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020				2021	2022	2023
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Fonte: ----												

O Indicador 17F expressa o salário base inicial dos diretores de escola que, ao longo da vigência do PME até a conclusão do 2º biênio cresceu em, aproximadamente, 79%.

A tabela abaixo explicita os valores:

Indicador Auxiliar 17F	Salário base inicial dos diretores de escola da Educação Básica da rede municipal.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020				2021	2022	2023
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado extraoficial)	R\$ 5.098,34	R\$ 5.642,84	R\$ 5.997,24	R\$ 6.174,16	R\$ 6.405,69							
Fonte: SME.												

Zuleide Aguiar

Prof.



Quanto ao salário base dos diretores de escola da rede estadual, não obtivemos retorno no período de solicitação dos dados.

Indicador Auxiliar 17G	Salário base inicial dos diretores de escola da Educação Básica da rede estadual.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							

Fonte: ----

Meta	17	<p><i>Ampliar o patamar de valorização dos profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal.</i></p> <p>Nota Técnica N° 36/2.021: Alteração na redação da Meta 17.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 17: Ampliar o patamar de valorização dos profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 17: Ampliar o patamar de valorização dos(as) profissionais da rede pública de educação básica de forma a garantir um plano de carreira consistente, formação inicial e continuada, cuidado em saúde e condições dignas de trabalho até o final do oitavo ano de vigência deste PME. 				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	
Estratégia 17.1. Incentivar a participação dos professores e outros profissionais da educação em diferentes concursos em âmbito nacional, estadual e municipal implantando no município estratégias de valorização de boas práticas, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	As estratégias que envolvem a valorização de boas práticas estão sendo planejadas para serem colocadas em prática nos anos subsequentes.	

Zuleide Aguiar
Prof. [Signature]
[Signature]
[Signature]



Estratégia 17.2. Garantir critérios mais rigorosos na formulação das provas de concursos públicos e processos seletivos para ingresso de professores (redação, conhecimentos gerais e locais, didática, leitura, conhecimentos matemáticos e legislação) de forma a assegurar a qualidade dos processos educativos. No caso dos professores especialistas, as provas de concurso público e processo seletivo devem ser, também, em conformidade na sua área de atuação, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 17.3. Promover discussão para que a complementação da jornada diária dos alunos da Educação Infantil parcial para 4h se dê com alteração da jornada de trabalho do professor titular da sala, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 17.4. Garantir investimento permanente na ampliação e qualidade dos materiais de apoio para todos os profissionais, principalmente os pedagógicos, por exemplo: compra de mobiliários adequados, ampliação de acervo de livros, jogos, brinquedos, programas de computador, compra e manutenção dos computadores, manutenção dos equipamentos de som e mídias etc., a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	As escolas carecem de mobiliários adequados, materiais pedagógicos em quantidade e qualidade, acervo de livros para desenvolvimento dos projetos, novos brinquedos para os parques, mesa de jogos para adolescentes, investimento em programas tecnológicos e recursos audiovisuais. x
Estratégia 17.5. Garantir a partir de 2017, a adequação	2017		Não iniciada	Não	Para que essa adequação ocorra são necessárias



do número de crianças por sala, conforme Regimento Comum das Escolas Municipais e Lei Complementar 101, que dispõe sobre o código de obras do município de Cajamar, o qual cita no art. 124, inciso IV.					construções de novas escolas, principalmente do EF no Polvilho.
Estratégia 17.6. Garantir um professor por período na creche, respeitando os indicadores de qualidade da Educação Infantil – MEC, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 17.7. Assegurar se necessário, que haja um cuidador para os alunos com deficiência, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 157/2016. Havendo demanda superior a quantidade de cuidadores efetivos, ofertar contrato terceirizado para Cuidador Educacional qualificado a fim de que atenda as necessidades do aluno com deficiência em todas as modalidades de ensino até 2019.	2019		Iniciada	Não	Muitos cuidadores que ingressaram por meio do concurso público desistiram do cargo. Na III Conferência Municipal de Educação, os participantes pontuaram que a quantidade de cuidadores é insuficiente, sendo sugerida a contratação desse profissional em parceria, por exemplo, com a Secretaria de Saúde.
Estratégia 17.8. Assegurar que as funções designadas dos profissionais do magistério se deem por meio de apresentação de projetos na Diretoria de Educação e apresentação oral para banca examinadora, tanto na Diretoria de Educação, quanto nas escolas, a partir de 2020.	2020		Iniciada	Sim	Em 2019 foi realizado um novo processo de seleção de funções, porém nem todas foram preenchidas ocasionando dificuldades para o desenvolvimento do trabalho. Para o próximo biênio sugere-se alteração na lei de forma com que atenda as demandas de pessoal. Nota Técnica Nº 37/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



Estratégia 17.9. Possibilitar, a partir de 2017, dois assessores pedagógicos para escolas com duas ou mais modalidades de ensino, de acordo com o número de salas.	2017		Não iniciada	Não	Administração do Governo Municipal. Nota Técnica N° 38/2.021: Ajuste de conceito: modalidades de ensino e segmentos de ensino.
Estratégia 17.10. Incentivar e assegurar a participação dos profissionais da educação em momentos culturais e artísticos, como teatro, cinema etc., a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 17.11. Possibilitar parcerias com empresas da cidade com o objetivo de valorizar os profissionais da educação, buscando a melhoria dos resultados de aprendizagens, parcerias visando à melhoria da infraestrutura da escola com materiais, projetos, revitalização dos espaços e incentivos culturais, desde o início de vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	A rede contou com parcerias do Instituto Natura, Empresa Prológis, Dinatur, Polícia Militar (PROERD), Bombeiros (Programa Bombeiro Educador), Instituto Avaliar Mais entre outros.
Estratégia 17.12. Garantir a todos os profissionais da educação docentes e não docentes o acompanhamento preventivo e periódico do médico do trabalho para uma qualidade adequada de saúde laboral, a partir de 2020.	2020		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 17.13. Garantir e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente durante o ano letivo de forma a garantir entre as unidades momentos de	2025		Iniciada	Sim	Sem observações. X-



compartilhamento de experiências e práticas entre os profissionais.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 17 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)

2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 11 Estratégias em sua Meta 10 que era destinada à valorização dos profissionais do magistério da educação básica. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano foi reorganizado e as metas foram alinhadas ao Plano Nacional de Educação. Com isso, a Meta 10 passou a ser Meta 17 com o mesmo título. Além disso, há oito Estratégias para essa meta, sendo que 54% não foram alcançadas.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 17 traz como desafios do 2º biênio:

- Investir na participação dos profissionais em diferentes concursos de boas práticas.
- Estabelecer parceria com o Estado para acesso aos dados.
- Efetivar o cumprimento das estratégias considerando as prioridades por meio de planejamento.
- Possibilitar que os dados estejam ao acesso de todos por meio digital.
- Investir em acervo de livros, brinquedos, programas para computadores, manutenção de equipamentos, mobiliários adequados.
- Adequar o número de alunos por classe, conforme regimento comum das escolas municipais.
- Adequar o número de funcionários as reais necessidades da escola, pois embora a maioria seja efetiva, a quantidade não corresponde ao que se precisa.

**18. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO**

Meta	Texto da Meta	Prazo
18	<i>Assegurar a revisão, a cada três anos, dos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal e garantir a elaboração e aprovar o Plano de Carreira dos demais Profissionais da Educação.</i>	2025

Observações/Relato sintético

A Meta 18 - PLANO DE CARGO E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - possui dois objetivos: revisar, a cada três anos, o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério; elaborar e aprovar o Plano de Carreira dos profissionais da educação não docentes.

A rede municipal de Cajamar possui a Lei Complementar nº 067, de 02 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Cajamar. Essa lei foi atualizada pela Lei Complementar nº 081, de 16 de novembro de 2006 que acresce 20% de adicional de zona rural sobre o vencimento padrão; Lei Complementar nº 090, de 28 de junho de 2007, que trata do adicional de função de Assistente de Direção e Assessor Pedagógico que passa a ser o de nº 07; Lei Complementar nº 104, de 29 de maio de 2009, que trata do deslocamento para equipe técnica da SME e escolas; Lei Complementar nº 132, de 15 de dezembro de 2011, que institui o Plano de Carreira do Magistério; Lei Complementar nº 145, de 03 de dezembro de 2013, que cria cargo efetivo de PIEB e altera dispositivos na LC nº 132/2011; Lei Complementar nº 169, de 28 de dezembro de 2018, que altera a quantidade de vagas para Assistente de Direção passando a ser vinte e cinco; Lei Complementar nº 172, de 17 de abril de 2019, que institui a jornada intermediária para o PEB I-EI, amplia a jornada de acúmulo de 64 horas para 66 horas, define que o profissional designado para exercer função atividade terá seu vencimento base calculado de acordo com a jornada de 45 horas/aula semanais, salvo na hipótese de duplo vínculo em que o servidor poderá optar pela soma da remuneração dos cargos efetivos, altera a quantidade de vagas para o cargo a Diretor de Escola passando a trinta e oito, Assessor Pedagógico passa para trinta e seis e Assistente de Direção passa a ter vinte e seis; Lei Complementar nº 176, de 17 de dezembro de 2019, que passa a atribuir para carga suplementar a proporcionalidade de 1/3 da jornada distribuindo-a em HTPI e HTPL, indicação para função atividade em caráter de excepcionalidade.

Todas as atualizações citadas ora foram objeto de estudo, debate e construção coletiva como ocorreu com a LC nº 132/2011 e LC nº 172/2019 e ora foram alteradas conforme demandas e necessidades, mas sem discussão com a rede.

Para acompanhar o comportamento dessa meta o PME possui três indicadores principais:

1. Indicador 18A: Critérios de progressão/promoção/ascensão utilizados no plano de carreira do Magistério.
2. Indicador 18B: Lei do Plano de Carreira prevê o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária para atividades em sala de aula.
3. Indicador 18C: Existência de plano de carreira para o Magistério.

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 18A expressa o número de municípios que adota sete critérios de progressão na carreira: tempo de efetivo exercício no cargo, avaliação de desempenho, qualificação ou titulação, desempenho em prova de conhecimento na área curricular de atuação docente e de conhecimentos



pedagógicos, desempenho dos alunos em avaliação externa, incorporação permanente por ocupação de cargo em comissão e outros.

Vejamos os dados a seguir:



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/plano-de-carreira-docente>. Acesso: 8 out. 2021.

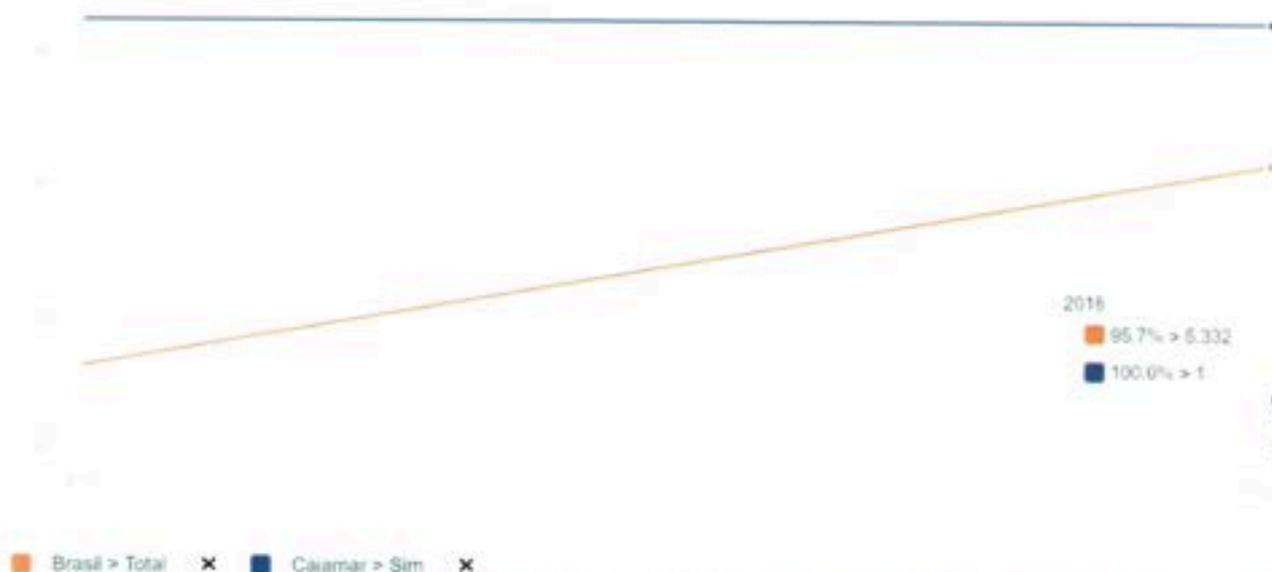
De acordo com o gráfico acima, Cajamar possui um Plano de Carreira que conta com quatro dos sete critérios estipulados pelo Plano Nacional de Educação. Esses três critérios são: qualificação ou titulação, avaliação de desempenho e tempo de efetivo exercício no cargo. Para progressão na carreira o plano não dispõe de incorporação permanente de remuneração, desempenho em prova, desempenho dos alunos em avaliações externas como critérios para que o professor e/ou diretor possa progredir.

Quanto ao Indicador 18B a rede municipal possui a Lei nº 132/2011 que prevê o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária para atividades em sala de aula e 1/3 para formação como podemos ver no gráfico, a seguir:



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/plano-de-carreira-docente>. Acesso: 8 out. 2021.

Podemos observar que no Brasil, 74,2% dos municípios possuem um Plano de Carreira que prevê 1/3 da jornada para formação como traz a legislação vigente e, Cajamar, é um deles. Já o Indicador 18C explicita a existência de plano de carreira para o Magistério. O gráfico abaixo mostra que Cajamar possui o plano dentro de um contingente de 95,7%.



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/plano-de-carreira-docente>. Acesso: 8 out. 2021.

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



Sendo assim, podemos dizer que de 95,7% dos municípios que possuem Plano de Carreira, apenas 74,2% considera a jornada de 1/3 para formação de professores. Cajamar alcançou os dois indicadores faltando aprimorar os critérios de progressão na carreira.

INDICADORES AUXILIARES

O PME possui dez Indicadores Auxiliares para essa meta que são responsáveis por acompanhar a evolução dos tipos de contratos já que o PNE estabelece em sua Estratégia 18.1 que 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo. Já o PME em sua Estratégia 18.11, estabelece 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério (professores e diretores de escola) e 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Os Indicadores 18D a 18I mostram o percentual alcançado pelo quadro do magistério e, quanto a esse grupo, nenhuma categoria atingiu 90% de quadro efetivo como podemos observar nas tabelas a seguir:

Indicador Auxiliar 18D	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – PROFESSORES								Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%							
Efetivos	83% (595)	81% (580)	77% (618)	73% (594)	71% (579)							
Contratados	17% (124)	19% (133)	23% (181)	27% (216)	29% (232)							
Total	100% (719)	100% (713)	100% (799)	100% (810)	100% (811)							

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 18E	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo - PAEBs								Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%							
Efetivos	97% (29)	88% (29)	88% (30)	75% (30)	88% (30)							
Contratados	03% (01)	12% (04)	12% (04)	25% (10)	12% (04)							
Total	100% (30)	100% (33)	100% (34)	100% (40)	100% (34)							

Fonte: SME.

Zuleide Aguiar



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Indicador auxiliar 18F	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – PIEBs							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						
Efetivos	100% (07)	100% (07)	100% (08)	100% (08)	89% (08)						
Contratados	0% (00)	0% (00)	0% (00)	0% (00)	11% (01)						
Total	100% (07)	100% (07)	100% (08)	100% (08)	100% (09)						

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 18G	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – PROFESSORES DO AEE							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						
Efetivos	0% (00)	0% (00)	0% (00)	0% (00)	0% (00)						
Designados	100% (8)	100% (7)	100% (7)	100% (8)	100% (8)						
Total	100% (8)	100% (7)	100% (7)	100% (8)	100% (8)						

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 18H	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – DIRETORES DE ESCOLA							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						
Efetivos	72% (23)	72% (23)	68% (23)	64% (21)	77% (33)						
Designados	28% (9)	28% (9)	32% (11)	36% (12)	23% (10)						
Total	100% (32)	100% (32)	100% (34)	100% (33)	100% (33)						

Fonte: SME.

Com relação aos profissionais da educação não docentes, espera-se que 90% seja de provimento efetivo. Vejamos o percentual alcançado em cada cargo a partir dos dados dos Indicadores 18I a 18M:

Indicador auxiliar 18I	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – SECRETÁRIOS DE ESCOLA							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						

Handwritten signatures and initials:
 Zulcide Aguiar
 Prof. [Signature]
 [Signature]



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CAJAMAR, SP



Efetivos	100%	100%	100%	100%	100%						
	(27)	(36)	(36)	(36)	(32)						
Contratados	00%	00%	00%	00%	00%						
	(00)	(00)	(00)	(00)	(00)						
Total	100%	100%	100%	100%	100%						
	(27)	(36)	(36)	(36)	(32)						

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 18J	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – AUXILIARES DE SECRETARIA						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						
Efetivos	100%	100%	100%	100%	100%						
	(38)	(42)	(43)	(47)	(45)						
Contratados	00%	00%	00%	00%	00%						
	(00)	(00)	(00)	(00)	(00)						
Total	100%	100%	100%	100%	100%						
	(38)	(42)	(43)	(47)	(45)						

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 18K	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – MONITORES EDUCACIONAIS						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Sim	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						
Efetivos	100%	100%	100%	100%	100%						
	(177)	(185)	(175)	(166)	(186)						
Contratados	00%	00%	00%	00%	00%						
	(00)	(00)	(00)	(00)	(00)						
Total	100%	100%	100%	100%	100%						
	(177)	(185)	(175)	(166)	(186)						

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 18L	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – MERENDEIRAS						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						
Efetivos	100%	100%	93%	93%	84%						
	(157)	(145)	(140)	(135)	(131)						
Terceirizados	00%	00%	7%	7%	16%						
	(00)	(00)	(10)	(10)	(25)						
Total	100%	100%	100%	100%	100%						
	(157)	(145)	(150)	(145)	(156)						

Fonte: SME.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Indicador Auxiliar 18M	Porcentagem de contratos por tipo de vínculo – CUIDADORES								2025	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022			
Meta prevista	90%	90%	90%	90%	90%						
Efetivos	00% (00)	00% (00)	00% (00)	00% (00)	100% (06)						
Contratados	00% (00)	00% (00)	00% (00)	00% (00)	00% (00)						
Total	00% (00)	00% (00)	00% (00)	00% (00)	100% (06)						

Fonte: SME.

De todos os cargos da educação não docentes, apenas merendeira não possui 100% de profissionais efetivos pelo fato de haver uma empresa terceirizada de alimentação escolar que contrata algumas merendeiras para realizar os serviços nas escolas. Vale ressaltar que, 2019 foi o único ano em que o percentual ficou abaixo da média (84%). Quanto aos demais cargos, todos alcançaram e ultrapassaram os indicadores com 100% sendo ocupados por provimento efetivo. Destacamos, que a quantidade de profissionais que atuam nos diferentes cargos não atende a necessidade da rede.

Meta	18	<p><i>Assegurar a revisão, a cada três anos, dos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal e garantir a elaboração e aprovar o Plano de Carreira dos demais Profissionais da Educação.</i></p> <p>Nota Técnica N° 39/2.021: Alteração na redação da Meta 18.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 18: Assegurar a revisão, a cada três anos, dos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal e garantir a elaboração e aprovar o Plano de Carreira dos demais Profissionais da Educação. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none"> Meta 18: Assegurar, a cada 5 (cinco) anos, a revisão do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério Público dos(as) professores da educação básica e, para o Plano de Carreira dos(as) demais profissionais da educação, garantir a elaboração e aprovação. 				
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações	

Zuleide Aguiar

Prof. [Signature]

[Signature]

[Signature]



Estratégia 18.1. Solicitar, junto ao Poder Executivo, a ampliação de cargos de professores adjuntos de educação básica concursados, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 18.2. Garantir gradativamente, a partir do 2º semestre de 2016, o Professor Adjunto de Educação Básica em todas as unidades, de acordo com as modalidades de ensino e quantidade de salas de aula.	2016		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 18.3. Assegurar no prazo de dois anos a construção de forma democrática dos Planos de Cargos e Carreira para os demais Profissionais da Educação, com apoio do poder público municipal à mobilização de cada categoria interessada em construir o plano.	2018		Iniciada	Não	Na III Conferência Municipal de Educação alguns profissionais da educação, mais especificamente, monitores educacionais, colocaram que, até o momento, não participaram de nenhum processo que envolveu a valorização profissional.
Estratégia 18.4. Revisar o Plano de Cargos e Carreira do Magistério no primeiro semestre de 2016 e, a partir deste ano, a cada três anos, mantendo a participação representativa de todos os profissionais do magistério, por meio de inscrição.	2016		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 18.5. Instituir uma comissão permanente de profissionais de educação para revisão e/ou elaboração do Plano de Cargo e Carreira do Magistério, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 18.6. Garantir por meio de ampla participação dos profissionais da educação, a revisão do Plano de Carreira do Magistério e	2016		Iniciada	Não	Sem observações.



outras legislações a ele relacionadas, a partir da vigência do plano.					
Estratégia 18.7. Assegurar, na revisão do Plano de Cargo e Carreira, investimentos, valorização e critérios de mérito profissional, por meio do reconhecimento dos resultados de aprendizagens nas instituições de ensino da rede, com base nas avaliações externas e internas, a partir da vigência do plano.	2016		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 18.8. Sistematizar e ampliar critérios do processo de avaliação de todos os profissionais da educação, para ingresso e permanência, tanto dos efetivos quanto dos designados, a partir do 2º semestre de 2016.	2016		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 18.9. Atribuir aos profissionais selecionados para trabalhar na Educação Integral o regime de dedicação exclusiva e que a remuneração seja de 75% (setenta e cinco por cento) a mais que a remuneração do cargo, a partir da implantação da educação integral no município.	2025		Não iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 18.10. Garantir o ingresso de profissionais da educação, titulares de cargo nas funções de assistente de direção, assessor pedagógico, assistente pedagógico e supervisor de ensino por meio de apresentação de projetos e a permanência nas referidas funções, através de avaliação bienal realizada por	2019		Iniciada	Sim	Embora tenha ocorrido o processo de seleção de funções em 2019 algumas delas não foram preenchidas.



comissão formada por gestores e professores, a partir de 2019.					
Estratégia 18.11. Manter a estruturação da rede municipal de educação básica de modo que, até o final do segundo ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério (professores e diretores de escola) e 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo, de acordo com a Lei Complementar nº 132/2011 e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	2017		Iniciada	Não	Com relação aos profissionais do magistério nenhum cargo existente atingiu a meta de 90%. Já os demais cargos dos profissionais da educação são 100% efetivos, com exceção das merendeiras, ultrapassando a meta estipulada de 90%. No entanto, reiteramos que a quantidade de profissionais não atende a necessidade real da rede.
Estratégia 18.12. Garantir, a partir de 2017, a adequação da carga horária de trabalho dos professores de Educação Infantil Parcial, para o cumprimento do estabelecido pela Lei nº 12.726 de abril de 2013, que amplia a jornada de, no mínimo, 4h diárias para o turno parcial.	2017		Iniciada	Sim	Através da Lei Complementar nº 172, de 17 de abril de 2019, foi instituída a jornada intermediária de trabalho para o PEB I – Infantil correspondente a 33h/a semanais, atendendo assim, ao disposto na Estratégia 18.12.
Estratégia 18.13. Promover durante as discussões da revisão do Plano de Carreira as possibilidades legais para incluir as professoras do Atendimento Educacional Especializado e as psicopedagogas no referido plano, até o final de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Na III Conferência Municipal, os participantes sugeriram a abertura de concurso público para professor de AEE.
Estratégia 18.14. Promover durante as discussões da revisão do Plano de Carreira	2019		Iniciada	Sim	Através da Lei Complementar nº 172, de 17 de abril de 2019, a



a possibilidade de alteração e ampliação da carga horária de acúmulo, até 2019.					carga horária permitida para acúmulo foi ampliada para 66h semanais de trabalho.
Estratégia 18.15. Promover discussões no decorrer da revisão do Plano de Cargos de Carreira do Magistério para assegurar a paridade da base salarial dos professores no exercício das funções de Assessor Pedagógico, Assistente de Direção, Assistente Pedagógico e Supervisor de Ensino, com base na jornada integral de 45h/a, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	Através da Lei Complementar nº 172, de 17 de abril de 2019, o profissional designado para exercer função atividade terá seu vencimento calculado de acordo com a jornada de 45h/a semanais, salvo na hipótese de duplo vínculo em que o servidor poderá optar pela soma da remuneração dos cargos efetivos.
Estratégia 18.16. Garantir a abertura do processo de seleção para as funções de Assistente de Direção, Assessor Pedagógico, Assistente Pedagógico e Supervisor de Ensino, a cada dois anos ou sempre que houver vaga disponível.	2018		Iniciada	Sim	Em 2019 tivemos a abertura do Processo de Seleção de Função.
Estratégia 18.17. Discutir a possibilidade de viabilizar o estudo para cargo de professores na EJA e/ou viabilizar estudos para que a atribuição na EJA se dê para professores efetivos, de modo a evitar que o quadro seja formado apenas por professores temporários garantindo, assim, a formação continuada, a partir de 2020.	2020		Iniciada	Sim	Os participantes da III Conferência Municipal de Cajamar, avaliaram que a Estratégia 18.17 não foi alcançada como consta no documento, solicitando a troca da avaliação, porém a comissão deferiu por manter que a estratégia foi alcançada já que os estudos foram viabilizados como se pode observar por meio da Instrução Normativa de Atribuição de 2019.

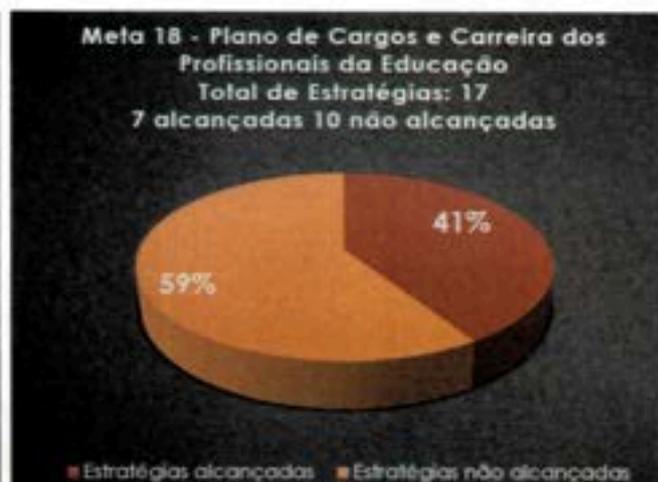
Zuleide Aguiar



Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 18 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 11 Estratégias em sua Meta 9 que era destinada plano de cargos e carreira dos profissionais da educação. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano foi reorganizado e as metas foram alinhadas ao Plano Nacional de Educação. Com isso, a Meta 9 passou a ser Meta 18 com o mesmo título. Além disso, há dezessete Estratégias para essa meta, sendo que 59% não foram alcançadas.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 18 traz como desafios do 2º biênio:

- Realizar concurso público.
- Revisar o Plano de Carreira dos profissionais que pertencem ao quadro do magistério considerando:
 1. Revisão em relação aos profissionais que fazem parte do quadro do magistério.
 2. Definição de quem compõe o quadro de especialistas da educação.
 3. Ajuste salarial de acordo com o cargo e/ou função.
 4. Equiparação salarial do cargo de diretor em relação ao cargo de professor, pois o professor teve um aumento que não foi dado ao diretor gerando desajustes entre os cargos em termos salariais.
 5. Inserção do Professor do AEE no plano de carreira: forma de contratação, carga horária entre outros.
- Construir o Plano de Carreira dos demais profissionais da educação não docentes.
- Garantir mais 6% de professores efetivos para alcançar a meta estabelecida de 90% na Estratégia 18.11.
- Adequar a quantidade de profissionais à demanda real da rede.

Zuleide Aguiar



19. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO

Meta	Texto da Meta	Prazo
19	<i>Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos.</i>	2025

Observações/Relato sintético

A Meta 19 – GESTÃO DEMOCRÁTICA - possui um objetivo: garantir, a partir de 2016, a gestão democrática da educação. Um objetivo óbvio, porém com alcance complexo dada a importância desse conceito. Para melhor realizar o processo de avaliação da meta faremos um esclarecimento acerca do conceito. A gestão democrática do Plano Municipal de Educação é um conceito que abarca a participação do profissional da educação e de toda a comunidade escolar no Projeto Político Pedagógico e na gestão da instituição de ensino, com a atuação de associações como grêmios, conselhos e fóruns. Outra característica que marca esse conceito é a nomeação do Diretor de Escola associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, assim como as designações para as funções de Supervisor de Ensino, Assistente Pedagógico, Assistente de Direção e Assessor Pedagógico. Por fim, o processo de consulta pública à comunidade escolar também faz da gestão democrática.

Enquanto princípio associado à perspectiva das relações estabelecidas entre os diferentes segmentos que compõem a instituição escolar e a Secretaria Municipal de Educação, gerar democraticamente um espaço é considerado uma inovação da Constituição Federal de 1988 que incorporou esse princípio em forma de lei.

Há um contexto histórico para essa tomada de decisão, pois com a intenção de ultrapassar práticas de gestão escolar dominantes sob o regime militar e lutar pela construção de uma nova escola, houve a proposição em forma de lei de um processo transitório democrático com vistas a mudanças sociais duradouras e significativas para esse segmento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirma esse princípio e explicita que a gestão democrática é feita “na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (LDB nº 9394/1996). No contexto dessa lei, a gestão democrática aparece sob forma de “participação da comunidade escolar local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Nessa direção, o que parece simples, não o é! Participar não é apenas estar presente no espaço ou ter o nome em um colegiado. Participar é conhecer para questionar, sugerir, analisar, debater e se envolver no processo de democratização da educação local. Participar é construir e conquistar espaços de diálogos que pressupõem avaliações, mudanças, proposituras. Participar é ter persistência de que é possível mudar o que não está bom, manter o que deu resultado satisfatório e realinhar o que precisa ser qualificado. Participar é acreditar que uma ideia pode transformar ou redirecionar a realidade, por menor que seja! Enfim, para participar não é preciso apenas ter tempo, mas sim se imbuir de coragem, força, paciência e sabedoria. A participação também é responsável pela construção das relações de confiança entre poder público, profissionais da educação e sociedade, pois quando todos se sentem pertencentes aos espaços de participação cria-se um processo de confiança e parceria.

No entanto, pensar a gestão democrática é uma questão que envolve a natureza política da gestão escolar e da gestão de sistemas. Quanto a isso há dois caminhos: se a política na escola e no sistema operar pela disputa de grupos rivais de pessoas em relação às diferentes compreensões de um mesmo tema, na busca pelo controle das situações, então teremos aproximação entre ação política e poder no sentido weberiano. Caso a política da escola e do sistema de ensino reconheça que o poder decorre de decisões tomadas conjuntamente, de um contrato firmado entre as pessoas ou membros que compõem



cada instância de participação e considera que o diálogo entre os sujeitos (tomando como referência o conceito bakhtiniano) é condição para a sua operação, estaremos diante de uma política mais democrática.

Tanto em uma situação como em outra, estamos diante de ações de poder. A forma como se lida com ele é que faz toda diferença e pode demonstrar uma vocação mais ou menos democrática a depender da forma como as discussões são propostas e referendadas.

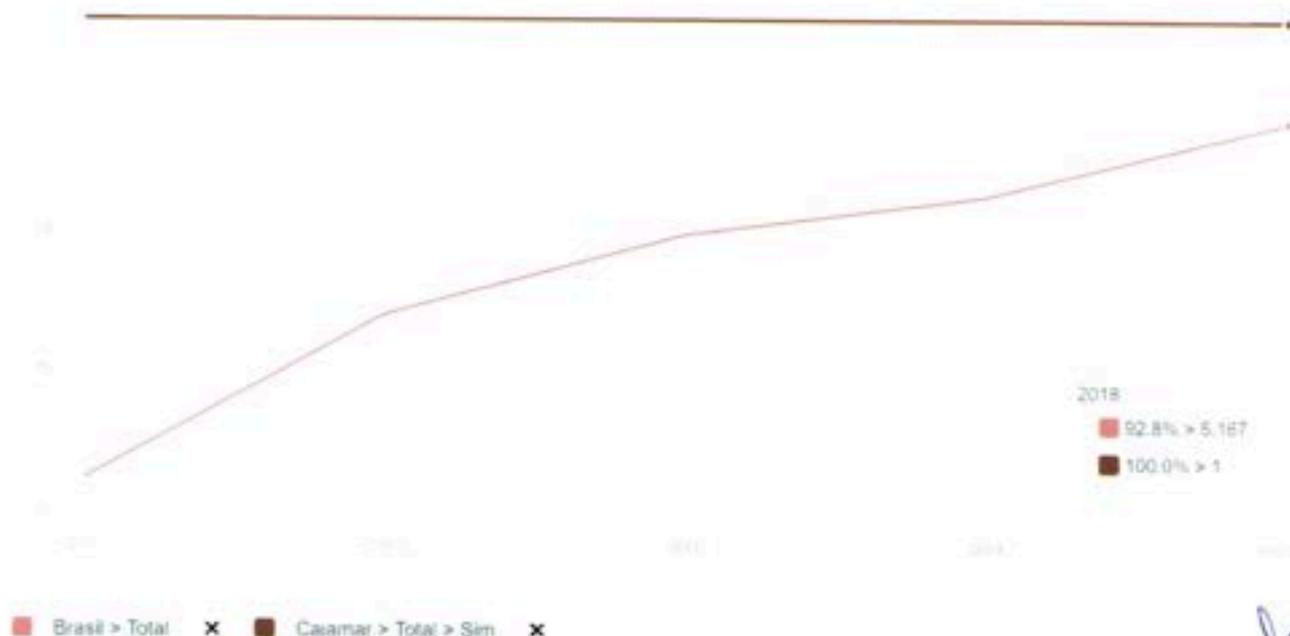
Posto isso e, corroborando com o que preconiza o Plano Nacional de Educação, o PME possui quatro Indicadores Principais que visam acompanhar e avaliar o processo democrático existente na educação municipal e o comportamento dessa Meta:

1. Indicador 19A: Existência de Conselho Municipal de Educação.
2. Indicador 19B: Existência de Secretaria Municipal exclusiva para Educação.
3. Indicador 19C: Caráter do Conselho Municipal de Educação.
4. Indicador 19D: Forma de nomeação dos diretores das escolas das redes municipais.

INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 19A expressa o número de municípios que possuem Conselho Municipal de Educação em relação ao total de municípios brasileiros. Diante disso, estamos com um indicador que traz contribuições para o alcance do PNE.

O gráfico abaixo retrata o percentual de Conselhos Municipais de Educação constituídos nos municípios brasileiros. O país possui 92,8% dos municípios, ou seja, 5.167 que possuem este colegiado e, Cajamar, é um deles. No entanto, não basta existir um CME. É preciso que este colegiado seja atuante diante da importância de seu papel para o sistema de ensino. O Indicador Auxiliar 19G explicitará a atuação do CME desde o início da vigência do plano.



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

Zuleide Aguiar



O Indicador 19B expressa o número de municípios que possuem Secretaria Municipal exclusiva para Educação em relação ao total de municípios brasileiros. O gráfico abaixo indica uma situação que podemos chamar de curiosa ou intrigante: até 2014 foi informado que Cajamar possuía uma SME exclusiva, porém o que existia era uma Diretoria Municipal de Educação que não possuía a organização de uma SME em termos de descentralização, repasse de verbas, entre outros. Ao final da avaliação do 1º biênio do PME, foi informado que, em 2018, não havia uma SME, mas uma DME.

O gráfico, a seguir, retrata essa situação, pois caracterizar uma DME como se fosse uma SME não é uma informação correta.



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopnc.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, temos o Art. 4º que diz: a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal". O Art. 7º, da mesma lei, e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.

Com isso, a lei aprovada ao final de 2018, pós avaliação do 1º biênio do PME, transformou as Diretorias Municipais em Secretarias Municipais com várias diretorias subordinadas, sendo implantada essa nova estrutura organizacional no primeiro dia útil de janeiro/2019. Somente a partir dessa data o município possui competência e legalidade para informar às instâncias federais e aos sistemas que gerem a educação que possui Secretaria.

Zulide Aguiar



Assim como acontece com o CME, o que está posto é a existência de uma SME criada por meio de lei. Agora é preciso acompanhar a descentralização das ações, dos recursos e a autonomia na tomada de decisões em parceria com a administração pública, a partir dessa instituição.

O Indicador 19C expressa o número de municípios de acordo com o caráter do Conselho Municipal de Educação em relação ao total de municípios brasileiros considerando as quatro formas de atuação: consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador. Destacamos que essas quatro formas não são mutuamente excludentes como enfatiza o Observatório do Plano Nacional de Educação.

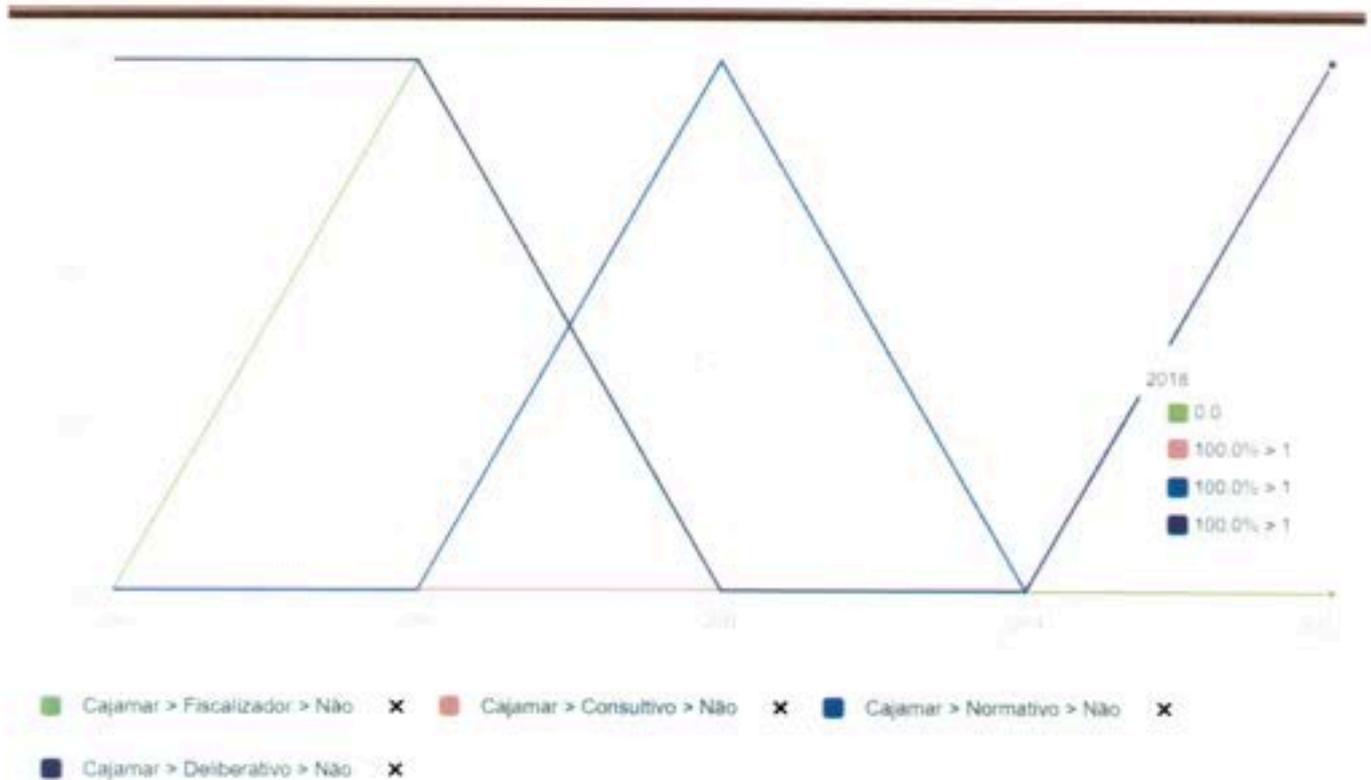
Os gráficos, a seguir, mostram como está a atuação do CME. Quando assinalada as quatro formas de atuação com o item (sim), aparece o papel de fiscalizador enquanto 100% de atuação do colegiado no ano de 2018.



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

Quando assinalada as quatro formas de atuação com o item (não), aparecem os papéis de consultivo, deliberativo e normativo com 100% de inexistência desse tipo de atuação do colegiado no ano de 2018, como podemos observar no gráfico, a seguir.

Zuleide Aguiar



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

Em anos anteriores a 2018, a atuação do CME foi caracterizada da seguinte maneira: em 2006 os papéis desempenhados foram os de fiscalizador, normativo e consultivo.

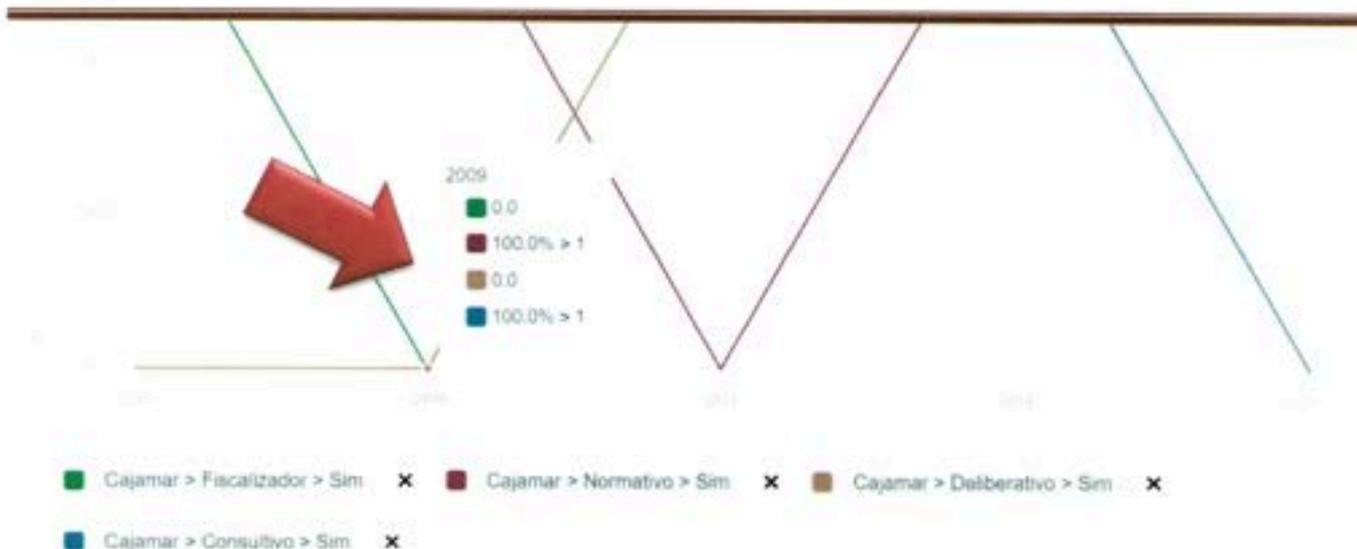


Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

Zuleide Aguiar

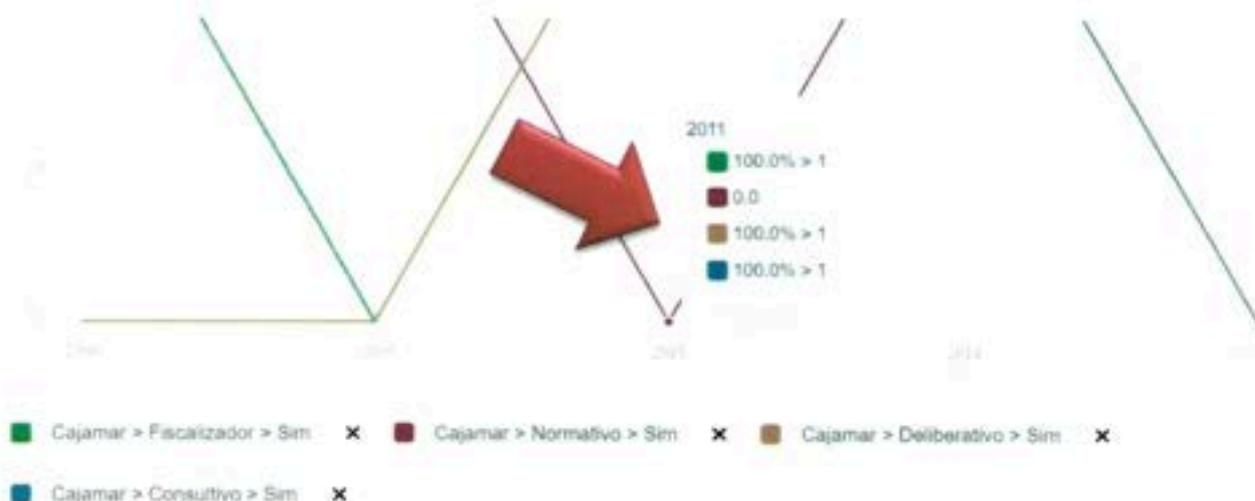
Em 2019, a atuação esteve voltada às ações normativas e consultivas, como mostra o gráfico abaixo.

[Handwritten signatures and marks]



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

Em 2011, o CME atuou como fiscalizador, deliberativo e consultivo, como podemos observar no gráfico seguinte.



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

E, 2014, foi o único ano apontado que considerou o desenvolvimento dos quatro papéis do CME: fiscalizador, deliberador, normativo e consultivo.

Um município que possui um Conselho Municipal de Educação atuante é democrático em suas ações e acredita no potencial de um planejamento que considera a opinião de diferentes segmentos numa perspectiva de que todos sabem e podem contribuir, cada qual com o seu olhar e sob a perspectiva do

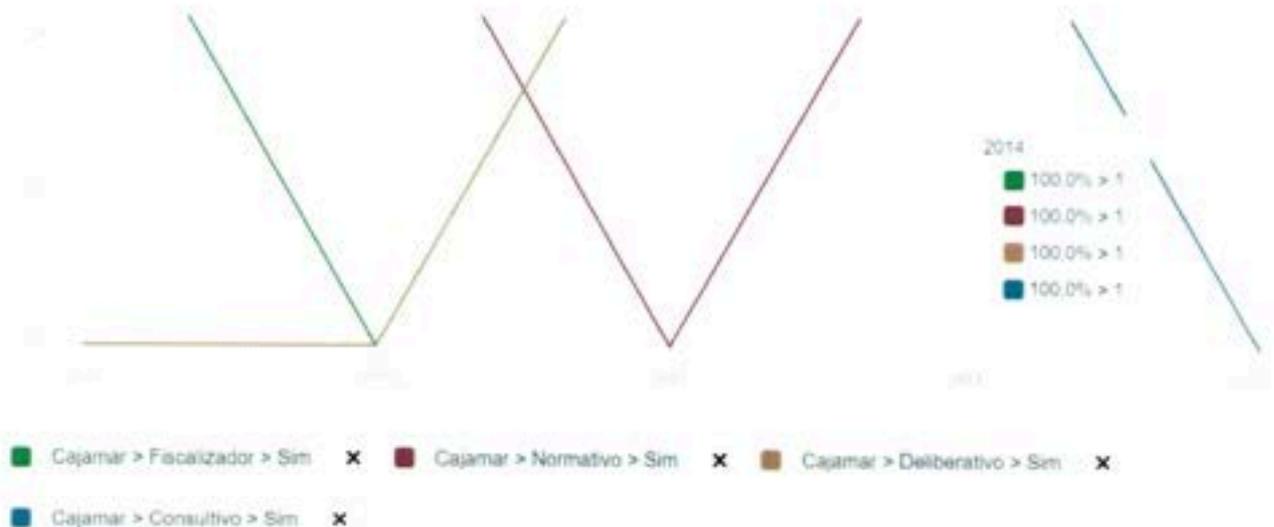
Zuleide Aguiar

Paula



local que atua. A partir desse princípio, todos se sentem pertencentes ao espaço e co-responsáveis pelos rumos da educação municipal tanto em relação ao processo como em relação ao resultado.

Os dados aqui apresentados e disponíveis no Observatório do Plano Nacional de Educação revela a importância dada a um colegiado, cujos membros precisam ser valorizados, ouvidos e respeitados como ocorre desde 2006. Observamos períodos mais atuantes e menos atuantes, porém é necessário que esse trabalho se faça presente no município, visto ser amparado por lei.



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.

O Indicador 19D expressa o número de municípios que adotam uma das duas formas de nomeação dos Diretores de Escola nas redes municipais em relação ao total de municípios brasileiros. As duas formas são: concurso público e livre nomeação que pode ser por indicação, eleição, outro.

O gráfico abaixo indica que Cajamar possui duas maneiras de ingresso ao cargo de Diretores de Escola, sendo via concurso público e indicação. Este município não faz eleição para escolha de diretores.



Fonte: IBGE/MUNIC. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/gestao-democratica>. Acesso: 15 nov. 2021.



INDICADORES AUXILIARES

O PME possui 14 Indicadores Auxiliares para essa meta que são responsáveis por acompanhar a atuação dos diferentes colegiados da unidade escolar, da área da educação municipal, bem como a maneira como se dá a ocupação de cargos e/ou função conforme estabelecido no Estatuto do Magistério e Plano de Carreira.

Os Indicadores 19E, F e G versam sobre os colegiados que possuem atuação direta nas unidades escolares. Podemos observar que aquele que dá voz e vez aos alunos possui 0% de atuação, bem como sua constituição. Estamos falando do Grêmio Estudantil que, ao final do 2º biênio, não foi concretizado por nenhuma escola municipal. Existem práticas voltadas às assembleias, representantes de classe, debates, porém nenhum substitui a constituição de um Grêmio Estudantil.

Já a APM e o Conselho de Escola estão instituídos em 100% das unidades escolas. A questão que se coloca é a qualidade da atuação. Quanto a isso, a Comissão Coordenadora do PME terá o desafio, para o próximo biênio, de elaborar indicadores que acompanhem e avaliem a qualidade da atuação dos colegiados escolares.

As tabelas a seguir trazem os dados aqui explicitados e comentados:

Indicador Auxiliar 19E	Porcentagem e quantidade de escolas com Grêmio Estudantil.					Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019											
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%											
Meta executada no período (dado oficial)	8% (3)	8% (3)	7% (3)	0% (0)	0% (0)											
Meta executada no período (dado extraoficial)	----	----	----	----	----											

Fonte: Escolas.

Indicador Auxiliar 19F	Porcentagem e quantidade de escolas com APM.					Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019											
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%											
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----											
Meta executada no período (dado extraoficial)	100% (32)	100% (32)	100% (34)	100% (33)	100% (33)											

Fonte: Escolas.

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Indicador Auxiliar 19G	Porcentagem e quantidade de escolas com Conselho de Escola.						Prazo	2016	2016	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	100% (32)	100% (32)	100% (34)	100% (33)	100% (33)						

Fonte: Escolas.

Fica como desafio para o próximo biênio constituir o Grêmio Estudantil e acompanhar a qualidade do trabalho realizado pela APM e Conselho de Escola, considerando a legislação vigente.

As próximas tabelas trazem informações acerca da atuação dos colegiados municipais voltados à educação. O único colegiado que não foi constituído é o Conselho Municipal de Transporte Escolar. Já o Conselho Municipal de Educação, CACS FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar atuam sistematicamente ao longo dos anos, até porque possuem papéis preponderantes na aprovação e homologação das contas da educação. Sem a existência desses colegiados, as verbas não são repassadas ao município.

Interessante notar que todos apontam dificuldades com espaços para reuniões e uso de materiais para documentação do trabalho. Geralmente, os membros dispõem de seus recursos e bens para realizar todo trabalho de acompanhamento necessário.

As próximas tabelas retratam as ações produzidas por cada colegiado ao longo da vigência do PME.

Indicador Auxiliar 19H	Existência do Conselho Municipal de Educação.						Prazo	2016	2016	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					
Produções e ações	Sem informações	Sem informações	Sem informações	9 reuniões ordinárias	14 reuniões ordinárias						
	14 atas de reuniões	9 atas de reuniões	12 atas de reuniões	8 atas de reuniões	14 atas de reuniões						
	2 relatórios	1 relatório	3 relatórios	Sem informações	Sem informações						
	0 Ofícios	20 ofícios	14 ofícios	19 ofícios expedidos	34 ofícios expedidos						
	9 pareceres	5 pareceres	9 pareceres	9 ofícios recebidos	17 ofícios recebidos						
	3 indicações	3 indicações	3 indicações	4 pareceres	6 pareceres						
	0 deliberação	0 deliberação	0 deliberação	Sem informações	Sem informações						
	0 denúncia	0 denúncia	0 denúncia	0 deliberação	1 deliberação (não publicada)						
	0 revisão do regimento interno	0 revisão do regimento interno	0 revisão do regimento interno	Sem informações	Sem informações						
	1 eleição	0 eleição	0 eleição	0 revisão do regimento interno	1 revisão do regimento interno (não publicada)						
			Sem informações	Sem informações							

Zuleide Aquino
[Handwritten signatures]



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



0 consulta pública	0 consulta pública	0 consulta pública	Sem informações	Sem informações							
0 palestra	0 palestra	2 palestras	Sem informações	Sem informações							
0 reuniões diversas	0 reuniões diversas	7 reuniões diversas	Sem informações	Sem informações							
Sem informações	Sem informações	Sem informações	1 formação com UNCME	1 formação com UNCME							
Sem informações	Sem informações	Sem informações	0 formação com Tribunal de Contas	1 formação com Tribunal de Contas							
Sem informações	Sem informações	Sem informações	1 Visita às escolas públicas	0 Visita às escolas públicas							
Sem informações	Sem informações	Sem informações	0 Visita às escolas terciarizadas	1 Visita às escolas terciarizadas							
Sem informações	Sem informações	Sem informações	4 Visita às escolas privadas	4 Visita às escolas privadas							
Sem informações	Sem informações	Sem informações	0 Consulta ao MP	2 Consulta ao MP							

Fonte: Conselho Municipal de Educação.

Indicador Auxiliar 19I	Existência do Conselho de Alimentação Escolar							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Produções e ações	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Visita às escolas do município.	Poucas visitas às escolas foram realizadas.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Apointamentos sobre irregularidades.	Destituição do Presidente e novas eleições.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Acompanhou, documentou e encaminhou aos respectivos órgãos e setores competentes quanto à solução dos problemas encontrados.	O conselho não conseguiu realizar um trabalho efetivo devido a questões internas do colegiado.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Apointamentos realizados em visitas ou denúncias feitas pela população são discutidos e deliberados durante as reuniões ordinárias e extraordinárias.	Sem informações						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Reuniões mensais.	Sem informações						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	O CAE não recebeu a infraestrutura necessária às suas competências.	O CAE não recebeu a infraestrutura necessária às suas competências.						

Fonte: Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Indicador Auxiliar 19J	Existência do Conselho de Transporte Escolar							Prazo	2019	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Produções e ações	Não havia discussão sobre a	Não havia discussão sobre a	Não havia discussão sobre a	Não foi constituído.	Não foi constituído.						

Zulide Aguiar

Prof. [Signature]



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



constituição desse colegiado no PME.	constituição desse colegiado no PME.	constituição desse colegiado no PME.	
--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 19K	Existência do CACS FUNDEB							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Produções e ações				15 reuniões	15 reuniões						
				Análise de documentações comprobatórias dos gastos com FUNDEB 60 e 40.	Análise de documentações comprobatórias dos gastos com FUNDEB 60 e 40.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Acompanhamento e Prestação de Contas do PNATE.	Acompanhamento e Prestação de Contas do PNATE.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Acompanhamento e fiscalização do transporte escolar.	Acompanhamento e fiscalização do transporte escolar.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Cursos da FNDE para formação dos conselheiros em diversas modalidades: PNATE, Censo Escolar, FUNDEB, PDDE, mas nem todos os conselheiros fizeram inscrições.	Cursos da FNDE para formação dos conselheiros em diversas modalidades: PNATE, Censo Escolar, FUNDEB, PDDE, mas nem todos os conselheiros fizeram inscrições.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	O conselho não tinha espaço físico adequado para o seu funcionamento/reuniões.	O conselho não tinha espaço físico adequado para o seu funcionamento/reuniões.						
	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Não havia equipamentos para sua utilização ficando a cargo dos conselheiros notebook e impressões.	Não havia equipamentos para sua utilização ficando a cargo dos conselheiros notebook e impressões.						
Sem informações	Sem informações	Sem informações	Os conselheiros utilizavam os próprios veículos para visitas, mas não houve solicitação formal à DME quanto ao uso do transporte da municipalidade.	Os conselheiros utilizavam os próprios veículos para visitas, mas não houve solicitação formal à SME quanto ao uso do transporte da municipalidade.							

Fonte: CACS FUNDEB.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



Por fim, há dois colegiados cujo papel preponderante está em organizar as Conferências Municipais de Educação como, por exemplo, a CONAE e monitorar o andamento do Plano Municipal de Educação. Diante disso, temos o Fórum Municipal de Educação que atua nessas duas ações.

Já a Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação tem como foco o monitoramento anual e a avaliação bienal do PME. Responsável pela elaboração de indicadores, notas técnicas que alteram a lei do plano, relatório de avaliação bienal encaminhado para o executivo e legislativo visando a alteração do PME conforme a realidade local, esta comissão se constitui como a “guardiã” do PME e idealizadora das Audiências Públicas e Conferência Municipal que avalia esse documento com força de lei.

Nenhuma alteração pode ser efetivada no plano sem o trabalho dessa comissão que, por sua vez, possui os representantes dos principais colegiados educacionais, da SME e do executivo.

As tabelas a seguir mostram todo trabalho realizado pelo FME e pela comissão, porém ambos não atuaram em 2019, aspecto esse que indica que não houve acompanhamento do PME como deveria prejudicando e atrasando o processo de monitoramento e avaliação definido em lei.

Indicador Auxiliar 19L	Existência do Fórum Municipal de Educação							Prazo	2017	Alcançou o Indicador?	Sim	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Produções e ações	O FME não havia sido instituído	O FME não havia sido instituído	8 pautas de reuniões	Sem informações	Não houve ações desse colegiado.							
			12 atas de reuniões	Sem informações								
			22 ofícios	Sem informações								
			8 relatórios	Sem informações								
			1 elaboração de regimento interno (aguardando a aprovação)	1 elaboração de regimento interno (aguardando aprovação)								
			4 materiais de divulgação do trabalho	Sem informações								
			1 Conferência Municipal (CONAE)	1 Conferência Estadual (CONAE)								
			1 Conferência Intermunicipal (CONAE)	1 Conferência Nacional								
			1 elaboração de regimento interno para conferência municipal	Sem informações								
			7 reuniões diversas	Sem informações								
		9 boletins informativos	Sem informações									



		1 Formação sobre Financiamento da Educação	Sem informações								
		Certificados expedidos para participantes da conferência	Sem informações								
		2 Decretos	Sem informações								
		1 blog	Sem informações								
		1 e-mail	Sem informações								
		1 Encontro de Conselhos Municipais de Educação	Sem informações								

Fonte: Fórum Municipal de Educação.

Indicador Auxiliar	Existência da Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação							Prazo	2017	Alcançou o Indicador?	Sim
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
19M	A CCPME havia sido instituída	A CCPME havia sido instituída	17 pautas de reuniões	26 pautas de reuniões	Não houve ações desse colegiado.						
			17 atas de reuniões	26 atas de reuniões							
			1 agenda de trabalho	1 agenda de trabalho							
			30 Ofícios expedidos	113 Ofícios expedidos							
			Estado do PME	Estado do PME							
			Levantamento de dados PME	Levantamento de dados PME							
Produções e ações			1 Audiência Pública de Educação Infantil na Assembleia Legislativa	4 Encontros de Formação com a SASE em nível Estadual.							
			1 Monitoramento PME 2015, 2016 e 2017	Início do Monitoramento PME 2018							
			---	4 solicitações às escolas públicas e privadas							
			---	7 audiências públicas							
			---	1 blog							
			---	1 Conferência Municipal de Educação							
			Início da produção de	1 Produção de indicadores do PME							

Zuleide Aguiar
Fab
[Handwritten signatures]



		indicadores do PME							
		----	2 Decretos						
		----	1 Lei						
		---	1 Relatório de Avaliação do PME 1º biênio (2016-2017)						
		----	40 Notas Técnicas						
		----	1 Prestação de contas à população cajamarense						

Fonte: Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação.

Para finalizar a análise referente à Gestão Democrática da educação municipal, trazemos para esse cenário a forma de contratação dos cargos e/ou função da gestão escolar que se relaciona a uma visão que pode ser ou não democrática. Como explicitado no início desse relatório a via democrática requer competência técnica, formação, experiência e conhecimento dos profissionais para atuarem no cargo e/ou função.

Vejamos como está a forma de contratação que, para as funções de Assistente Pedagógico, Supervisor de Ensino na SME, Assessor Pedagógico e Assistente de Direção nas escolas, se dá por meio de apresentação de projetos sobre a realidade educacional e sua defesa na banca oral, bem como o percentual de Diretores de Escola efetivos.

O Indicador 19N acompanha o percentual de diretores de escola efetivos. Embora a Estratégia não foi alcançada, é possível notar o aumento no quadro efetivo ao final do 2º biênio se comparado a 2017 que foi o encerramento do 1º biênio do PME. Este foi um período em que houve um aumento de 9% no quadro efetivo.

Indicador Auxiliar 19N	Porcentagem de escolas municipais com diretores efetivos					Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019													
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%													
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----													
Meta executada no período (dado extraoficial)	72% (23)	72% (23)	68% (23)	64% (21)	77% (33)													

Fonte: SME.

Os dados a seguir mostram a situação de contratação dos profissionais que atuam na formação e no acompanhamento das escolas e das salas de aula em relação aos dados de aprendizagem e desenvolvimento de projetos didáticos e institucionais. Os dados indicam que, ano a ano, esses recursos humanos vêm reduzindo. No caso das funções que atuam na SME, as funções de Assistentes Pedagógicos e Supervisores de Ensino não são repostas, sendo que as vagas ficam sem os profissionais. Já nas escolas há indicação de outro profissional para a vaga existente, porém nem todas são preenchidas.

Zuleide Aquino
prof
[Handwritten signatures]



Vejam os dados abaixo:

Indicador Auxiliar 19O	Porcentagem de escolas municipais com assistentes de direção que passaram pelo processo de seleção de funções.							Prazo	2016		Alcançou o Indicador?		Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		2022	2023	2024	2025		
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%									
Nº de escolas municipais que comportam Assistente de Direção	21	24	24	24	Informações não fornecidas									
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----									
Meta executada no período (dado extraoficial)	48% (10)	42% (10)	37,5% (9)	33% (8)	Informações não fornecidas									

Fonte: DME.

Indicador Auxiliar 19P	Porcentagem de escolas municipais com assessores pedagógicos que passaram pelo processo de seleção de funções							Prazo	2016		Alcançou o Indicador?		Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		2022	2023	2024	2025		
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%									
Nº de escolas municipais que comportam Assistente de Direção	29	30	31	31	Informações não fornecidas									
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----									
Meta executada no período (dado extraoficial)	8 (27,5%)	8 (27%)	6 (19%)	6 (19%)	Informações não fornecidas									

Fonte: DME.

Indicador Auxiliar 19Q	Porcentagem de supervisores de ensino que passaram pelo processo de seleção de funções e atuam na Secretaria Municipal de Educação							Prazo	2016		Alcançou o Indicador?		Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		2022	2023	2024	2025		
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%									



Nº de supervisores de ensino que compõem o quadro da SME	10	10	10	10	Informações não fornecidas						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	10 (100%)	7 (70%)	6 (60%)	6 (60%)	Informações não fornecidas						

Fonte: SME.

Indicador Auxiliar 19R	Porcentagem de assistentes pedagógicos que passaram pelo processo de seleção de funções e atuam na Secretaria Municipal de Educação							Prazo	2016	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%						
Nº de supervisores de ensino que compõem o quadro da SME	11	11	11	11	Informações não fornecidas						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	11 (100%)	9 (82%)	7 (64%)	5 (45%)	Informações não fornecidas						

Fonte: DME.

Diante disso, nenhuma estratégia foi alcançada o que demonstra falta de planejamento e cumprimento da legislação educacional municipal como mostram os dados até o ano de 2018. Em 2019, os dados não foram fornecidos, portanto não é possível fazer uma análise mais pontual.

Meta	19	<i>Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos.</i>
<p>Nota Técnica N° 40/2.021: Alteração na redação da Meta 19</p> <p><i>Zuleide Aguiar.</i></p>		



Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
					<p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">Meta 19: Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">Meta 19: Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos, a partir do início da vigência do plano.
Estratégia 19.1. Garantir condições estruturais e orçamentárias para que o Fórum Municipal de Educação desenvolva seu papel de monitorar e avaliar o PME, além de coordenar as Conferências Municipais, a partir de 2019.	2019		Iniciada	Sim	As condições foram garantidas até o ano de 2018. Em 2019 o fórum não realizou ações de monitoramento do PME e coordenação de conferências.
Estratégia 19.2. Ampliar os programas de apoio, formação e parcerias com os colegiados municipais, possibilitando condições de acompanhamento das políticas educacionais e garantir recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, a partir do início do plano.	2016		Não iniciada	Não	Na III Conferência Municipal de Educação, os participantes avaliaram que observam-se mudanças organizativas/políticas em 2019, prejudicando, em alguns momentos as reuniões do PME. Há situações que não funcionaram por falta de recurso e mão de obra; a estrutura precisa favorecer as ações; a logística do transporte influencia no trabalho.
Estratégia 19.3. Fortalecer parcerias entre a Diretoria de Educação, escolas e Conselho Tutelar de forma a atender as demandas e as especificidades das crianças em situações de	2016		Iniciada	Sim	Na III Conferência Municipal de Educação foi apontado que se percebe enormes dificuldades em parcerias com o Conselho Tutelar.



vulnerabilidade social, a partir do início do plano.					Nota Técnica N° 41/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 19.4. Garantir um Assistente Pedagógico de Educação Infantil para atuar na Diretoria de Educação junto às escolas no processo de formação e acompanhamento do trabalho pedagógico, a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Na III Conferência Municipal de Educação foi apontado que, apesar de não ter um AP de Educação Infantil, foi instituído um cargo comissionado de Gerente de Educação Infantil, cujo profissional ficou à disposição ao atendimento desse segmento. Nota Técnica N° 43/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 19.5. Possibilitar momentos de discussão a fim de que se reflita a necessidade de vincular a inscrição para a eleição do conselho tutelar ao acompanhamento e participação do mesmo no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Na III Conferência Municipal de Educação foi apontado que se percebe enormes dificuldades em parcerias com o Conselho Tutelar. A fiscalização é importante.
Estratégia 19.6. Estimular em todas as escolas de educação básica a constituição e/ou fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados de funcionamento nas escolas,	2016		Iniciada	Não	As escolas não possuem Grêmios Estudantis. Na III Conferência Municipal de Educação foi apontado que em algumas unidade escolares havia o movimento do Grêmios



fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações, a partir do início do plano.					Estudantil, porém sem documentação e ação.
Estratégia 19.7. Promover a efetiva participação de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação da comunidade, a partir do início do plano.	2016		Iniciada	Sim	Nota Técnica Nº 43/2.021: Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Estratégia 19.8. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino com a participação da comunidade, a partir do início do plano.	2019		Iniciada	Sim	Sem observações.
Estratégia 19.9. Garantir a participação e acompanhamento dos gestores e colegiados escolares na elaboração dos projetos arquitetônicos de construção reforma e ampliação dos espaços escolares, a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não	Na III Conferência Municipal de Educação foi discutida a questão do projeto arquitetônico, pois ao construir ou reformar escolas, precisamos ter a participação dos envolvidos na comunidade escolar, pensar nos espaços referente a cada segmento e faixa etária. Exemplo: com pensar em uma unidade escolar para crianças e adolescentes de 1 a 14 anos? Os processos de reforma precisam ser mais participativos, sendo

Zuleide Aguiar

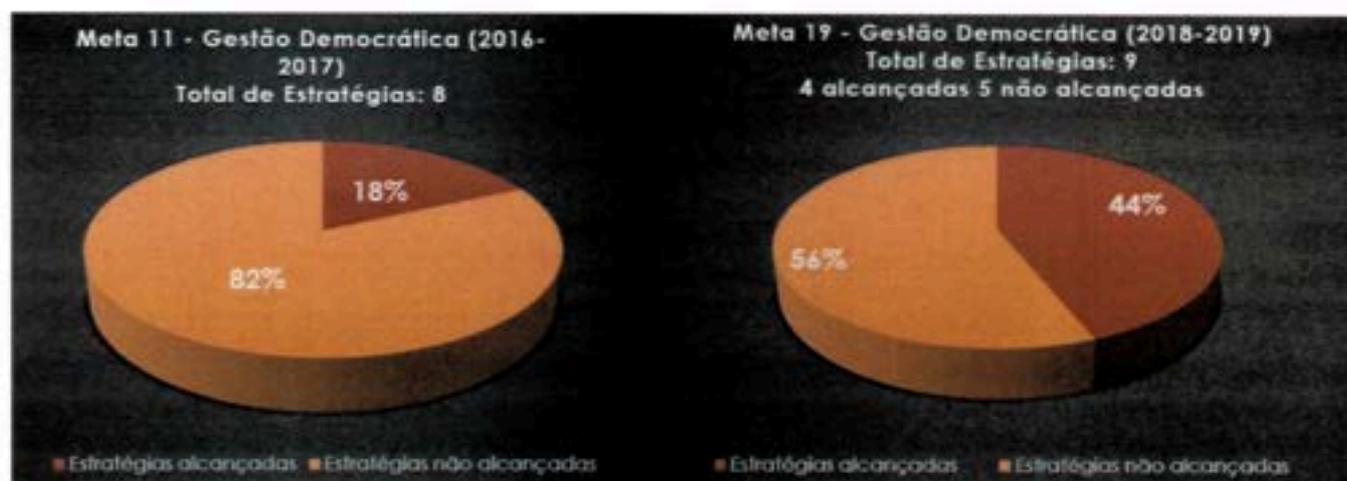
X

[Handwritten signatures and initials]



					<p>permitted also the access to that which was or was not approved considering the needs and real priorities.</p> <p>Nota-se problemas pós reformas, visto que há investimento financeiro que precisa ter resultado de qualidade, sendo que os prestadores de serviço devem ter um olhar mais cauteloso aos prédios públicos.</p>
--	--	--	--	--	---

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 19 ficou da seguinte maneira:



1º Biênio (2016 e 2017)

2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 8 Estratégias em sua Meta 11 que era destinada à Gestão Democrática. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano foi reorganizado e as metas foram alinhadas ao Plano Nacional de Educação. Com isso, a Meta 11 passou a ser Meta 19 com o mesmo título. Além disso, há nove Estratégias para essa meta, sendo que 56% não foram alcançadas.

Desafios do 1º biênio que foram superados:

- Concurso público para diretores de escola.
- Regularização do processo de seleção de funções.
- Obter informações dos colegiados.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 19 traz como desafios do 2º biênio:



-
- Estimular a criação do grêmio estudantil.
 - Criar o Conselho Municipal do Transporte Escolar.
 - Empoderar os colegiados municipais.
 - Destinar verba própria para os colegiados, promover ações formativas e dispor de espaço e equipamentos para reuniões.
 - Organizar um banco de dados que pode ser alimentado pelas escolas acerca dos colegiados e associações existentes.
 - Dar publicidade às informações sobre o percentual referente à forma de contratação de cada cargo e/ou função.
 - Constituir o Conselho Municipal de Transporte Escolar.
 - Retomar as ações do FME e da Comissão do PME que, em 2019, não ocorreram.
 - Disponibilizar às escolas verbas para manutenção predial no cotidiano e para o desenvolvimento de projetos.

**20. COMPORTAMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS NO PERÍODO**

Meta	Texto da Meta	Prazo
20	<i>Garantir, com investimento adequado, realização de parcerias e colaboração do Estado e da União, nos termos da legislação, a efetivação das metas deste Plano Municipal de Educação, no sentido de fazer avançar a educação, não apenas no âmbito da rede municipal, mas de todo o município e ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 28% no quinto ano de vigência desta lei e, 30% ao final do decênio.</i>	2020 2025
Observações/Relato sintético		
<p>A Meta 20 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - possui um objetivo em nível nacional: aumentar o investimento em Educação pública para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) e, em 2025 para, no mínimo, 10% do PIB. No município o objetivo é investir 28% da arrecadação até 2020 aumentando, gradativamente, de forma a atingir 30%, em 2025.</p> <p>O PME de 2015 trouxe como diagnóstico do financiamento da educação o seguinte texto: “A partir do quadro [...], que aponta a tendência de evolução da receita do município, percebemos que, mantida essa tendência, o Município, que já aplica além do exigido por lei na melhoria e desenvolvimento do ensino (MDE), tem condições de aprimorar esse investimento ao longo dos próximos dez anos, para atender as demandas contidas neste PME. O gasto com pessoal não integrante do grupo do magistério tem uma previsão de crescimento, a partir da elaboração do Plano de Carreira, mas considerando a evolução da receita aqui apresentada, tanto esse crescimento de despesa, quanto outros investimentos previstos do Plano, estarão dentro da capacidade financeira do município”.</p> <p>“Fica claro também, que o mecanismo que vier a substituir o FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica), tem que ser mais eficaz no sentido de aportar mais recursos federais, dentro do regime de colaboração, uma vez que o município já aplica 27,11% em MDE e o percentual do FUNDEB que o município destina ao pagamento do grupo magistério ultrapassa a casa dos 75%”.</p> <p>“Os dados da tabela [...] mostram uma projeção em que as arrecadações tenderão a ampliar, em torno de 45%, gradativamente até 2025. Os quadros demonstram, também, a capacidade do município em respeitar a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que estabelece o limite de despesa com pessoal, o que significa que o cumprimento à LRF, não será impeditivo para se avançar nos Planos de Carreira dos profissionais da educação”.</p> <p>Após o diagnóstico apresentado em 2015, a previsão orçamentária das receitas da educação 2018 a 2021, fornecidas pela então, Diretoria Municipal de Educação, no ano de 2017, indicou os seguintes valores:</p>		



INDICADORES PRINCIPAIS

O Indicador 20A expressa o investimento público total em educação com relação ao PIB que corresponde ao total investido pelo poder público (Ministério da Educação e Secretarias Municipais). Não há dados oficiais e extraoficiais sobre esse indicador.

Indicador 20A	Porcentagem do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto.						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	10%	10%	10%	10%	10%							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							

Fonte: ---

O Indicador 20B expressa o investimento público direto por aluno correspondente ao total investido diretamente pelo público (Ministério da Educação e Secretarias Municipais) dividido pelo total de alunos da rede pública, em valores reais. Não há dados oficiais e extraoficiais sobre esse indicador.

Indicador 20B	Investimento público direto em Educação por aluno (R\$).						Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	---		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020					2021	2022
Meta prevista	---	---	---	---	---							
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados							

Fonte: ---

O Indicador 20C expressa o investimento público direto em Educação em relação ao PIB que corresponde ao total investido pelo poder público (Ministério da Educação e Secretarias Municipais) na rede pública de educação, dividido pelo PIB do país. Não há dados oficiais e extraoficiais sobre esse indicador.



Indicador 20C	Porcentagem do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto.						Prazo 2025		Alcançou o Indicador?		----
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Fonte: ----

INDICADORES AUXILIARES

O PME possui 14 Indicadores Auxiliares para essa meta que são responsáveis por acompanhar a realidade municipal. Foram elaborados para que possamos analisar os investimentos públicos realizados em Cajamar quanto a reforma e construção de escolas, destinação de verbas, arrecadação, entre outros.

As tabelas a seguir trazem informações sobre os investimentos realizados, no entanto, ainda não foram apresentados os investimentos públicos em termos de percentuais.

Indicador Auxiliar 20D	Investimento público em educação pública (%).						Prazo 2025		Alcançou o Indicador?		Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	30%	30%	30%	30%	30%						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	29,23%	30,67%	25,92%	Dados não apresentados	Dados não apresentados						

Fonte: DME (2015 a 2017)

Ainda não foram apresentados os valores arrecadados para uso da educação oriundo dos impostos do município.

Indicador Auxiliar 20E	Arrecadação para educação (R\$).						Prazo 2016		Alcançou o Indicador?		Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures and initials]



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	Dados não apresentados											
Meta executada no período (dado extraoficial)	Dados não apresentados											

Fonte: ----

Ainda não foram informados os valores da LOA/LDO para educação.

Indicador Auxiliar 20F	Planejamento orçamentário LOA/LDO							Prazo	2016 2025	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Meta prevista	----	----	----	----	----							
Meta executada no período (dado oficial)	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							
Meta executada no período (dado extraoficial)	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	R\$ 115.999.455,00	Dados não apresentados							

Fonte: ----

Os Indicadores 20G e H mostram as escolas em construção no município, sendo possível observar que todas as pendências foram resolvidas, visto que havia duas escolas de educação infantil construídas por meio de convênio firmado com FNDE e FDE que há anos estavam em construção e, somente entre os anos de 2018 e 2019 foram concluídas.

Importante destacar que falta muito para alcançar a meta de 20 escolas a serem construídas até o final do decênio (2025).

Indicador Auxiliar 20G	Número de escolas em construção.							Prazo	2025	Alcançou o Indicador?	Não	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Meta prevista	20	20	20	20	20							

Zuleide Aquino



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	3 EMEB Guilhermina EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE	3 EMEB Guilhermina EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE	3 EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE EMEB Portal TAC	3 EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE EMEB Portal TAC	1 EMEB Portal FNDE						

Fonte: DME (2015 a 2017) e SME (2018 e 2019)

Indicador Auxiliar 20H	Número de escolas/obras concluídas.							Prazo	2016 2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	20	20	20	20	20						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	0	1 EMEB Guilhermina	2 EMEB Portal TAC EMEB Portal FDE	1 EMEB Portal FNDE						

Fonte: DME (2015 a 2017) e SME (2018 e 2019)

Poucos foram os investimentos em reforma das escolas. Atualmente, temos escolas sucateadas, com infiltrações, problemas elétricos, de gás, sem pintura, com mobiliários velhos e quebrados, algumas com teto desabando. Faltam mesas e cadeiras para os alunos, materiais de secretaria, livros e brinquedos. Sem contar em investimentos tecnológicos que estão longe de serem realizados dadas as demandas emergenciais.

A tabela abaixo retrata a precariedade quanto às reformas.

Indicador Auxiliar 20I	Número de escolas em reforma.							Prazo	2016 2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada	1	1	1	4	Dados não apresentados						

Handwritten signatures and initials in blue ink.



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



no período
(dado
extraoficial)

Fonte: DME (2015 a 2018).

Sobre a construção de escolas o 2º biênio foi finalizado com a entrega de obras iniciadas em anos anteriores que não foram concluídas. No entanto, as escolas são de educação infantil como podemos ver, a seguir.

Indicador Auxiliar 20J	Número de novas escolas de educação infantil em construção.							Prazo	2016 2025	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	10	10	10	10	10						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	2 EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE	2 EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE	3 EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE EMEB Portal TAC	3 EMEB Portal FNDE EMEB Portal FDE EMEB Portal TAC	1 EMEB Portal FNDE						

Fonte: DME (2015 a 2017) e SME (2018 e 2019)

Indicador Auxiliar 20K	Número de novas escolas de educação infantil concluídas							Prazo	2016 2015	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	10	10	10	10	10						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	0	0	2 EMEB Portal FDE EMEB Portal TAC	1 EMEB Portal FNDE						

Fonte: DME (2015 a 2017) e SME (2018 e 2019)

Ao longo dos cinco primeiros anos de vigência do PME nenhuma escola de ensino fundamental foi construída, sendo esse o segmento que mais cresce em número de matrículas. Reiteramos que, no processo de avaliação do 1º biênio do PME essa informação foi enfatizada em todas as Audiências Públicas e na Conferência Municipal de Educação, sendo que o relatório de avaliação traz esse

Zulide Aquino



apontamento. Todavia, não houve uma manifestação do poder público quanto a apresentação de projetos acerca dessa questão até o final do 2º biênio. Devido a essa situação, novamente o mesmo problema está sendo apontado mediante os dados existentes, pois acreditamos que se existe arrecadação do dinheiro público o mesmo deve ser utilizado para atender as demandas reais.

Indicador Auxiliar 20L	Número de novas escolas de ensino fundamental em construção							Prazo	2016 2015	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	10	10	10	10	10						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	0	0	0	0						

Fonte: DME (2015 a 2017) e SME (2018 e 2019)

Indicador Auxiliar 20M	Número de novas escolas de ensino fundamental em construção							Prazo	2016 2015	Alcançou o Indicador?	Não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	10	10	10	10	10						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	0	0	0	0						

Fonte: DME (2015 a 2017) e SME (2018 e 2019)

Não temos informações acerca de construção de novas escolas do Ensino Médio.

Indicador Auxiliar 20N	Número de novas escolas de ensino médio em construção.							Prazo	2016 2015	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						

Zulbido Aguiar



COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados										
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados										
Fonte: ----											

Indicador Auxiliar 20 O	Número de novas escolas de ensino médio concluídas							Prazo	2016 2015	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado oficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Meta executada no período (dado extraoficial)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados						
Fonte: DME (2015 a 2017) e SME (2018 e 2019)											

Ainda não foram apresentadas as informações sobre recursos com Despesas Miúdas de Pronto Atendimento que foram repassados às escolas.

Indicador Auxiliar 20P	Verba destinada para as escolas municipais DMPP.							Prazo	2016 2025	Alcançou o Indicador?	---
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021				
Meta prevista	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado oficial)	---	---	---	---	---						
Meta executada no período (dado extraoficial)	RS 271.520,87	RS 90.958,97	RS 8.075,00	Dados não apresentados	Dados não apresentados						
Fonte: DME (2015 a 2017).											

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



Considerando algumas ações não previstas no PME dois novos indicadores foram inseridos a fim de que possamos acompanhar o uso de recursos com prédios alugados destinados ao funcionamento de escolas, bem como contratação de organizações Sociais para gerir escolas.

Destacamos que esse acompanhamento é importante para que essas ações não se ampliem no município, visto não ser uma política pública definida.

Diante disso, as tabelas a seguir mostram os seguintes dados:

Indicador Auxiliar 20Q	Escolas com funcionamento em prédios alugados.							Prazo		Alcançou o Indicador?	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	2 EMEB Karine EMEB Pupo	2 EMEB Karine EMEB Pupo	2 EMEB Karine EMEB Pupo	2 EMEB Karine EMEB Pupo						

Fonte: SME

Indicador Auxiliar 20R	Escolas geridas por Organizações Sociais.							Prazo		Alcançou o Indicador?	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado oficial)	----	----	----	----	----						
Meta executada no período (dado extraoficial)	0	0	0	0	2 EMEB Eliane EMEB Antônio menção						

Fonte: SME

Faltam as informações acerca dos investimentos realizados por aluno em cada etapa e modalidade de ensino.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures and initials]



Indicador Auxiliar 20S	Investimento por aluno.							Prazo	2016 2015	Alcançou o Indicador?	----	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021					2022
Creche	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							
Pré-escola	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							
Ensino fundamental I	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							
Ensino fundamental II	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							
Ensino Médio	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							
Educação de Jovens e Adultos	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							
AEE	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados	Dados não apresentados							

Fonte: ----

Diante do exposto, a Comissão orienta que sejam realizados um estudo e uma projeção de impacto orçamentário-financeiro seguido da declaração do ordenador de despesa com relação ao PME. Para que eventuais adequações e alterações estejam amparadas na legislação lembramos a importância e a necessidade de seguir o que está determinado na Lei Complementar 101/2000:

CAPÍTULO IV
DA DESPESA PÚBLICA
Seção I

Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Zuleide Aquino
[Handwritten signatures]



§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

...

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio”.

Meta	20	<i>Garantir, com investimento adequado, realização de parcerias e colaboração do Estado e da União, nos termos da legislação, a efetivação das metas deste Plano Municipal de Educação, no sentido de fazer avançar a educação, não apenas no âmbito da rede municipal, mas de todo o município e ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 28% no quinto ano de vigência desta lei e, 30% ao final do decênio.</i>			
Estratégias	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou a Estratégia?	Observações
Estratégia 20.1. Concluir, no ano de 2016, as construções, ampliações e reformas das escolas já iniciadas.	2016		Iniciada	Sim	As EMEBs Eliseu Gomes e Antônio Mendonça foram concluídas e iniciaram o atendimento aos alunos em 2019.
Estratégia 20.2. Construir, em regime de colaboração com a União e o Estado, escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, ao longo da vigência deste Plano, considerando o estudo de dados dos locais no município em que estão havendo maior índice populacional em articulação aos números estabelecidos pela projeção populacional, em cada faixa etária, respeitadas as normas de acessibilidade e critérios de sustentabilidade.			Iniciada	Não	As EMEBs Eliseu Gomes e Antônio Mendonça, ambas de educação infantil, foram concluídas e iniciaram o atendimento aos alunos em 2019. O município carece da construção de novas escolas, principalmente, de ensino fundamental considerando o crescimento de matrículas nessa etapa.
Estratégia 20.3. Regularizar a destinação de verba mensal às escolas Municipais para despesas miúdas de pronto atendimento, sob o	2016		Iniciada	Não	Em 2019, houve apenas um adiantamento.



acompanhamento da utilização de recursos pelo Conselho de Escola, a partir de 2016.					
Estratégia 20.4. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, com vistas a atender as demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Sim	Enquanto fontes de financiamento a rede conta com o PDDE Básico para as escolas, PNATE, FUNDEB, QESE, PNAE, Caminho da Escola, Programa de Transporte dos alunos da Rede Estadual, PEJA, Proinfância.
Estratégia 20.5. Efetivar os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, FME, CME, CAE, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual de Educação e os tribunais de contas do Município, a partir da vigência do plano.	2016		Iniciada	Não	Sem observações.
Estratégia 20.6. Transformar a Diretoria de Educação em Secretaria Municipal de Educação, conforme prevê a LDB, a partir de 2020.	2020		Iniciada	Sim	Aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, conforme Art. 4º, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, subordinadas



					<i>diretamente ao Prefeito Municipal”</i>
Estratégia 20.7. Ampliar ou reestruturar as escolas, já em 2016, no que se refere ao espaço físico e o trabalho pedagógico, realocando os alunos do 1º ano, que estão nas escolas de educação infantil para o ensino fundamental.	2016		Iniciada	Não	2018: 7 Unidades Escolares tinham turma de 1º ano: EMEB Aline Cristina Santos de Paula, EMEB Profª Cleide Aparecida F. Penido, EMEB Josue Sena, EMEB Thays de Almeida Alves, EMEB Profª Vera de Almeida, EMEB Victor Possebon e EMEB Prof. Vinicius Couto da Silva. 2019: 5 Unidades Escolares tinham turma de 1º ano: EMEB Aline Cristina Santos de Paula, EMEB Profª Cleide Aparecida F. Penido, EMEB Thays de Almeida Alves, EMEB Profª Vera de Almeida e EMEB Prof. Vinicius Couto da Silva. Ainda há turmas de 1º ano em algumas escolas de educação infantil.
Estratégia 20.8. Prever e planejar a manutenção das escolas, periodicamente, de forma a articular essa demanda ao planejamento orçamentário do município.	2025		Iniciada	Não	Em abril de 2019 foi realizado um planejamento para manutenção das 35 escolas.
Estratégia 20.9. Mobilizar a participação dos profissionais da educação docentes e não docentes nas construções das diretrizes orçamentárias do município prevista em Audiências Públicas, a partir de 2019.	2019		Não iniciada	Não	As Audiências Públicas e o convite para participação são publicados no Diário Oficial do Município.
Estratégia 20.10. Fortalecer os colegiados municipais	2016		Iniciada	Sim	Embora os colegiados responsáveis por



responsáveis por acompanhar construções, reformas e ampliações de escolas para que cobrem o cumprimento do prazo estabelecido para entrega e/ou ampliação de obras, desde a vigência do plano.					acompanhar construções, reformas e ampliações realizaem seu papel, isso se dá por iniciativa dos próprios membros. Não houve fortalecimento dos colegiados para essa ação.
Estratégia 20.11. Empoderar os colegiados municipais para que planejem e realizem, intensivamente, um acompanhamento pontual das construções de unidades escolares objetivando o cumprimento do prazo estabelecido para entrega da obra, bem como a qualidade dos materiais utilizados.	2025		Iniciada	Não	Os prazos quanto a entrega das obras não foram cumpridos entre os anos de 2015 e 2018, portanto, os colegiados não foram empoderados para exercer o seu papel diante dessa questão. Os participantes da III Conferência Municipal de Educação pontuaram que, se não há diálogos com o olhar de parcerias, sequer é possível identificar o por quê que as solicitações para o acompanhamento dos colegiados nas escolas em construção não foi realizado.
Estratégia 20.12. Discutir a possibilidade da implantação de um departamento intersetorial visando buscar apoio financeiro para projetos relacionados à melhoria educacional, principalmente com as indústrias que causam impacto ambiental.	2025		Não iniciada	Não	Sem observações.

Diante dos dados e análises apresentados, o comportamento da Meta 20 ficou da seguinte maneira:

Zuleide Aguiar.



1º Biênio (2016 e 2017)



2º Biênio (2018 e 2019)

Ressaltamos que, em 2017, o PME contava com 7 Estratégias em sua Meta 14 que era destinada ao Financiamento da Educação. Com a primeira avaliação realizada, a partir de 2018, o plano foi reorganizado e as metas foram alinhadas ao Plano Nacional de Educação. Com isso, a Meta 14 passou a ser Meta 20 com o mesmo título. Além disso, há 12 Estratégias para essa meta, sendo que 67% não foram alcançadas.

No 2º biênio, organizamos os desafios considerando àqueles que não foram superados após a avaliação do 1º biênio, os dados coletados que geraram novas informações e os apontamentos realizados durante as audiências. A partir dessa metodologia, a Meta 19 traz como desafios do 2º biênio:

- Planejar a construção e/ou ampliação de escolas, a partir de um estudo sobre a real quantidade considerando a demanda e sua localização nos diferentes bairros e distritos podendo ser: uma escola de ensino fundamental no Vila Abraão/Jordanésia; uma escola de ensino fundamental no Jardim Maria Luiza; uma escola de ensino fundamental no Parque São Roberto/Jordanésia; uma escola de ensino fundamental e médio no Ponunduva; uma escola de ensino fundamental em Cajamar Centro; uma escola de ensino fundamental e médio no Guaturinho; uma escola de ensino fundamental no Portal do Ipes/Polvilho; uma escola de educação infantil e ensino fundamental no Panorama/Polvilho; uma escola de educação infantil e ensino fundamental no Parque Maria Aparecida/Polvilho.
- Estudar e projetar o impacto financeiro do PME.
- Desbloquear repasses.
- Dar continuidade à DMPP para as escolas.
- Buscar apoio financeiro de indústria para projetos voltados a melhoria educacional, principalmente daquelas que causam impacto ambiental no município.
- Divulgar os programas aderidos e valores repassados.
- Divulgar os valores recebidos em cada programa em parceria com Governo Federal e Estadual.
- Obter todos os dados necessários em tempo hábil para análise da meta, bem como buscar apoio de especialistas para elaboração do relatório do PME.

Zuleide Aguiar



AVALIAÇÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO METAS 1 a 20

Desafios Gerais da Avaliação Final do Plano Municipal de Educação 1º biênio (2016 – 2017) | 2º biênio (2018 – 2019)

2015 | 22% da Estratégias atendidas vindas do PME anterior.

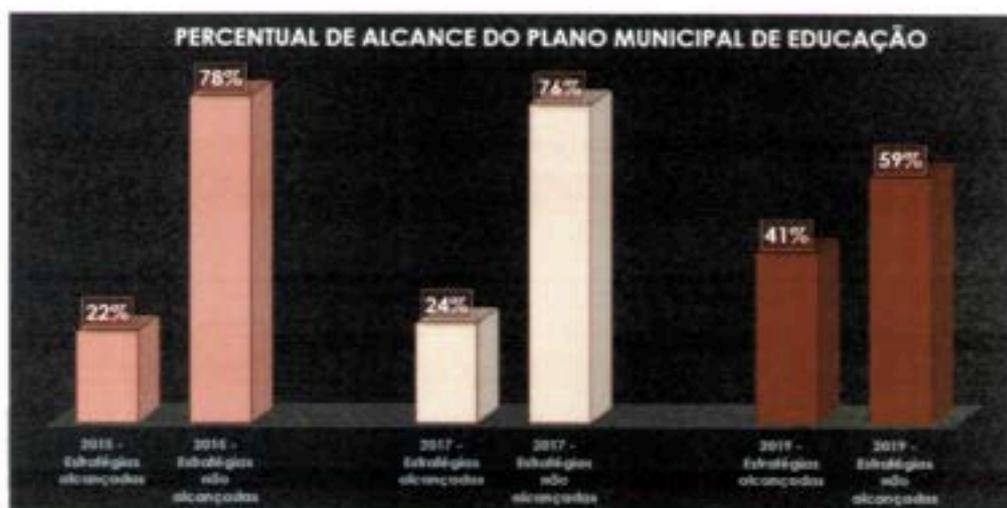
138 Estratégias
31 Estratégias atendidas

2016 e 2017 | 24% da Estratégias atendidas.

138 Estratégias
33 Estratégias atendidas

2018 e 2019 | 41% da Estratégias atendidas.

244 Estratégias
101 Estratégias atendidas



Desafios Gerais apontados na Avaliação do Plano Municipal de Educação

1º Biênio (2016-2017)	2º Biênio (2018-2019)
<ul style="list-style-type: none">■ Ajustar o PME ao PNE, pois temos 14 metas enquanto que, nacionalmente, preconizam-se 20 metas.■ Realizar o ajuste, pois os programas são pautados nas 20 metas.■ Projetar o tempo para efetivação das estratégias – não há projeção de tempo.	<ul style="list-style-type: none">■ Garantir o envolvimento dos colegiados municipais no processo de avaliação do PME.■ Construir uma cultura de participação da sociedade civil, colegiados escolares, associações, entre outros, na avaliação do PME.



- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">■ Adequar os indicadores do PNE ao PME, pois são pautados em 20 metas.■ Cumprir com a periodicidade do monitoramento e da avaliação do PME não está definida.■ Dispor de uma equipe responsável pela coordenação do monitoramento e avaliação do PME e construção dos Indicadores de Avaliação e Monitoramento do PME. | <ul style="list-style-type: none">■ Ampliar a divulgação e o chamamento para participação nesses eventos, pois são poucas as pessoas que estão presentes nesses momentos.■ Ter a presença dos funcionários da educação não docentes nas discussões realizadas.■ Evoluir para o alcance das metas.■ Definir políticas públicas focadas nas principais demandas de aprendizagem dos alunos para obter resultados satisfatórios.■ Garantir a periodicidade anual de monitoramento e bial de avaliação.■ Construir banco de dados correspondente a cada meta e ter um responsável para centralizar todas as informações.■ Planejar considerando as estratégias não alcançadas.■ Rever o número de alunos por adulto para a garantia da integridade física das crianças na educação infantil.■ Ampliar o banco de dados no município e criar outras formas de fazer a coleta, a partir de parcerias com polos de universidades EAD, uso de fontes como ATS de professor da rede municipal.■ Pensar em políticas públicas para o alcance das metas do PME.■ Disponibilizar às escolas verbas para manutenção predial no cotidiano e para o desenvolvimento de projetos.■ Estabelecer parceria entre colegiados municipais e SME. |
|--|---|

Zuleide Aguiar
Prof. J.



ANEXOS

- Convites
- Fotografias
- Reportagens



Figura 1: Reuniões da Comissão Coordenadora do PME.



COMISSÃO COORDENADORA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CAJAMAR/SP

Inscrição para a 1ª Audiência Pública sobre a Avaliação do Plano Municipal de Educação

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar os **DIRETORES, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS, PARTICULARES E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** para participar de:

1ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar

a ser realizada no dia 22 de outubro de 2021, sexta-feira, das 19h às 21h30 de forma online pelo link: <https://meet.google.com/whm-cvz-az>

Neste dia discutiremos sobre a educação que tivemos, que temos e que temos para os próximos anos por meio da apresentação dos dados sobre as 20 Metas que compõem o PME, objetivando acompanhar e avaliar a qualidade educacional.

Para que possamos nos organizar solicitamos o preenchimento desse formulário destinado às inscrições dos interessados.

Link para inscrição: <https://forms.gle/9HhUc8m83C3U9865>

Esperamos por você!

Cajamar, 19 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação



COMISSÃO COORDENADORA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CAJAMAR/SP

Inscrição para a 2ª Audiência Pública sobre a Avaliação do Plano Municipal de Educação

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar toda **SOCIEDADE CIVIL CAJAMARENSE, MEMBROS DA APM, CONSELHO DE ESCOLA, ASSOCIAÇÕES DIVERSAS, LÍDERES COMUNITÁRIOS** para participar de:

2ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar

a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021, segunda-feira, das 19h às 21h30 de forma online pelo link: <https://meet.google.com/whm-cvz-az>

Neste dia discutiremos sobre a educação que tivemos, que temos e que temos para os próximos anos por meio da apresentação dos dados sobre as 20 Metas que compõem o PME, objetivando acompanhar e avaliar a qualidade educacional.

Para que possamos nos organizar solicitamos o preenchimento desse formulário destinado às inscrições dos interessados.

Link para inscrição: <https://forms.gle/9HhUc8m83C3U9865>

Esperamos por você!

Cajamar, 19 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação

Figura 2: Convites para Audiências Públicas.

Juliete Aguiar

Prof. [Signature]

[Signature]



CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar a **PRESIDENTE DO CACS FUNDES SRA. ROBERTA SALES LE E UM MEMBRO REPRESENTANTE DESTA COLEGIADO** para participar da **2ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar**, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021 das 9h às 12h na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 (Centro) - Cajamar.

Esperamos por vocês!

Cajamar, 21 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação



CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar a **COORDENADORA DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SRA. ZULIDE DA SILVA AGUIAR SOUZA ARAÚJO E UM MEMBRO REPRESENTANTE DESTA COLEGIADO** para participar da **2ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar**, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021 das 9h às 12h na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 (Centro) - Cajamar.

Esperamos por vocês!

Cajamar, 21 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação



CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar o **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SR. RAMUNDO DE JESUS E UM MEMBRO REPRESENTANTE DESTA COLEGIADO** para participar da **2ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar**, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021 das 9h às 12h na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 (Centro) - Cajamar.

Esperamos por vocês!

Cajamar, 21 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação



CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar a **PRESIDENTE DO CMOEA SRA. DRA. GILMIRA FRANCO E UM MEMBRO REPRESENTANTE DESTA COLEGIADO** para participar da **2ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar**, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021 das 9h às 12h na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 (Centro) - Cajamar.

Esperamos por vocês!

Cajamar, 21 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação



CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar o **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SR. MARCOS CARIBANDES DA SILVA E UM MEMBRO REPRESENTANTE DESTA COLEGIADO** para participar da **2ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar**, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021 das 9h às 12h na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 (Centro) - Cajamar.

Esperamos por vocês!

Cajamar, 21 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação



CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar os **CONSELHEIROS TUTELARES** para participar da **2ª Audiência Pública do Plano Municipal de Educação de Cajamar**, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021 das 9h às 12h na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 (Centro) - Cajamar.

Esperamos por vocês!

Cajamar, 21 de outubro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação



Figura 3: Convite para Audiência Pública.

Zulide Aguiar
[Handwritten signatures]



Figura 4: Divulgação das Audiências Públicas em rede social - Facebook do Fórum Municipal de Educação.



Figura 5: Audiência Pública PME.



Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



Figura 6: Audiência Pública PME.



Figura 7: Audiência Pública PME.



Figura 8: Audiência Pública PME.

Zuleide Aguiar.



III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Tema
Plano Municipal de Educação: Avaliação e compromisso com as políticas públicas educacionais, inclusivas, equitativas e de qualidade.

INSCRIÇÃO DIRETA
Local: Comissão Municipal de Educação do Conselho de Prof. Walter Rios de Andrade nº 505, Via Nova Cajamar, Município - SP.
Horário: 08h às 12h e 13h30 às 16h.

INSCRIÇÃO ONLINE
Link: <https://www.cajamar.sp.gov.br/portal/seguranca/inscricao>

Contamos com você! Venha prestigiar o evento, para debater a respeito da Educação de Cajamar.

CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar os **PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO e a SOCIEDADE CIVIL** para participar da **III Conferência Municipal de Educação** que terá como tema:

"Plano Municipal de Educação: avaliação e compromisso com as políticas públicas educacionais, inclusivas, equitativas e de qualidade"

Cronograma:
16/11/2021 (sexta-feira): Inscrição de Autoridade
Local: Comissão Municipal de Educação do Conselho de Prof. Walter Rios de Andrade nº 505, Via Nova Cajamar, Município - SP.

20/11/2021 (segunda): Plenária de Avaliação das Metas e Estratégias do PME - via Google Meet
Horário: 08h às 12h e 13h30 às 16h.

Esperamos por você!

Cajamar, 12 de novembro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação

Figura 9: Convite da III Conferência Municipal de Educação – Profissionais da Educação e Sociedade Civil

CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar o **Ex. Sr. PEDRETO DE CAJAMAR DANILDO BARBOSA** para participar da **III Conferência Municipal de Educação** que terá como tema:

"Plano Municipal de Educação: avaliação e compromisso com as políticas públicas educacionais, inclusivas, equitativas e de qualidade"

Cronograma:
16/11/2021 (sexta-feira): Inscrição de Autoridade
Local: Comissão Municipal de Educação do Conselho de Prof. Walter Rios de Andrade nº 505, Via Nova Cajamar, Município - SP.

20/11/2021 (segunda): Plenária de Avaliação das Metas e Estratégias do PME - via Google Meet
Horário: 08h às 12h e 13h30 às 16h.

Esperamos por você!

Cajamar, 17 de novembro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação

CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar o **VICE-PREFEITO DE CAJAMAR MOACIR PEDRO** para participar da **III Conferência Municipal de Educação** que terá como tema: **V. E. A.**

"Plano Municipal de Educação: avaliação e compromisso com as políticas públicas educacionais, inclusivas, equitativas e de qualidade"

Cronograma:
16/11/2021 (sexta-feira): Inscrição de Autoridade
Local: Comissão Municipal de Educação do Conselho de Prof. Walter Rios de Andrade nº 505, Via Nova Cajamar, Município - SP.

20/11/2021 (segunda): Plenária de Avaliação das Metas e Estratégias do PME - via Google Meet
Horário: 08h às 12h e 13h30 às 16h.

Esperamos por você!

Cajamar, 17 de novembro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação

CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar o **SINDRES VEREADOR** para participar da **III Conferência Municipal de Educação** que terá como tema:

"Plano Municipal de Educação: avaliação e compromisso com as políticas públicas educacionais, inclusivas, equitativas e de qualidade"

Cronograma:
16/11/2021 (sexta-feira): Inscrição de Autoridade
Local: Comissão Municipal de Educação do Conselho de Prof. Walter Rios de Andrade nº 505, Via Nova Cajamar, Município - SP.

20/11/2021 (segunda): Plenária de Avaliação das Metas e Estratégias do PME - via Google Meet
Horário: 08h às 12h e 13h30 às 16h.

Esperamos por você!

Cajamar, 17 de novembro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação

CONVITE

A Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação de Cajamar tem a honra de convidar o **SECRETARIO MUNICIPAL** para participar da **III Conferência Municipal de Educação** que terá como tema:

"Plano Municipal de Educação: avaliação e compromisso com as políticas públicas educacionais, inclusivas, equitativas e de qualidade"

Cronograma:
16/11/2021 (sexta-feira): Inscrição de Autoridade
Local: Comissão Municipal de Educação do Conselho de Prof. Walter Rios de Andrade nº 505, Via Nova Cajamar, Município - SP.

20/11/2021 (segunda): Plenária de Avaliação das Metas e Estratégias do PME - via Google Meet
Horário: 08h às 12h e 13h30 às 16h.

Esperamos por você!

Cajamar, 17 de novembro de 2021
Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação

Figura 10: Convites da III Conferência Municipal de Educação - Autoridades.

Zuleide Aguiar

[Handwritten signatures]



Figura 11: Divulgação da III Conferência nas redes sociais.



Figura 12: Formação para os Coordenadores e Relatores de Metas.

Zulide Aguiar

[Handwritten signatures]



Figura 13: Estudo do Relatório das Metas e Estratégias do PME para apresentação e discussão na III Conferência.



Figura 14: Estudo do Relatório das Metas e Estratégias do PME para apresentação e discussão na III Conferência.

Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



Figura 15: Abertura solene da III Conferência Municipal de Educação – 19/11/2021

Tema: Plano Municipal de Educação: avaliação e compromisso com as políticas educacionais inclusivas, equitativas e de qualidade.



Figura 16: Na sequência – Jaqueline Ferreira, Secretária Adjunta de Educação; Régis Souza, Secretário de Educação, Márcia Bernardes (Presidente da UNIDIME); Marco Pelliciarri Coordenador da Conferência.



Figura 17: Régis Souza e Márcia Bernardes - palestrantes da abertura e apresentação cultural com Anderson Splendore.



Figura 18: Momento da palestra.



Figura 19: Finalização da abertura da III Conferência Municipal de Educação.



Figura 20: Plenária das Metas - 20/11/2021.



Figura 21: Plenária das Metas - 20/11/2021.

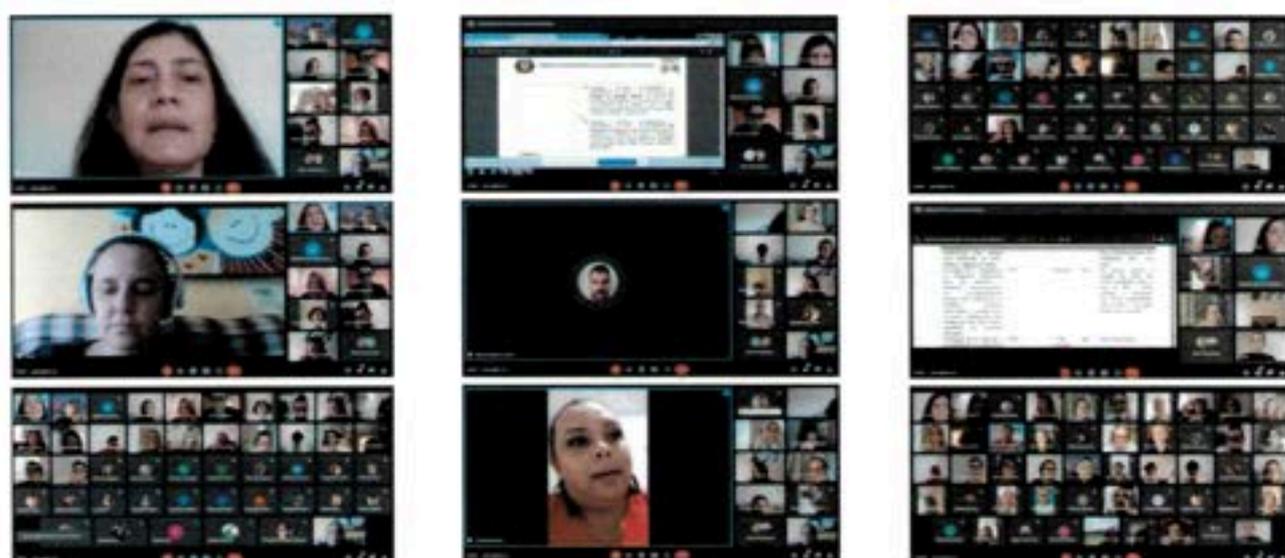
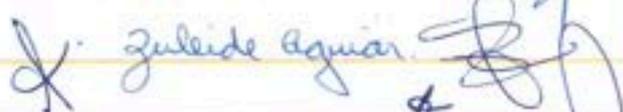


Figura 22: Plenária Final - Coordenadora Maria da Cruz e Relatora Andrea Dalcin.

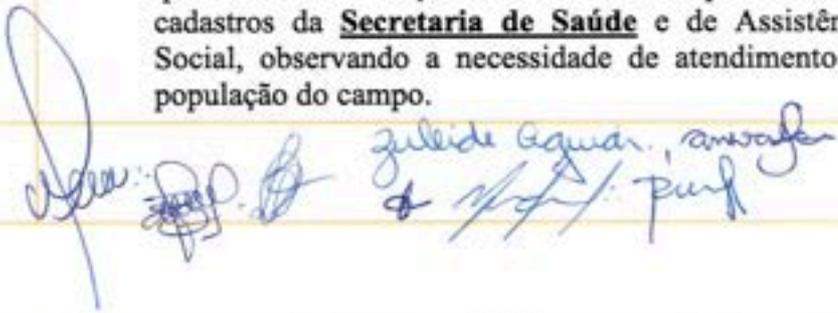


NOTAS TÉCNICAS

META 1: EDUCAÇÃO INFANTIL

Numeração	Nota Técnica Nº 01/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal" enquanto que o Art. 5º, III, Alínea "b" define a Secretaria Municipal de Saúde como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	Sugere-se a alteração na redação da Estratégia 1.1: De: 



	<ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.1. Realizar anualmente, a partir da vigência deste plano, o levantamento por demandas de vagas considerando a lista de espera da rede, bem como a quantidade de crianças nessa faixa etária presentes nos cadastros da Diretoria de Saúde e de Assistência Social, observando a necessidade de atendimento da população do campo. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.1. Realizar anualmente, a partir da vigência deste plano, o levantamento por demandas de vagas considerando a lista de espera da rede, bem como a quantidade de crianças nessa faixa etária presentes nos cadastros da Secretaria de Saúde e de Assistência Social, observando a necessidade de atendimento da população do campo.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 02/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal" enquanto que o Art. 5º, III, Alínea "a" define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".



	<p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na redação da Estratégia 1.3:</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.3. Garantir a centralização da lista de espera da creche na Diretoria de Educação de maneira informatizada e transparente para acompanhamento dos pais, a partir de 2019. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.3. Garantir a centralização da lista de espera da creche na Secretaria de Educação de maneira informatizada e transparente para acompanhamento dos pais, a partir de 2019.
Assinaturas	
Numeração	Nota Técnica Nº 03/2.021 (referente ao biênio 2018-2019) – REPROVADA
Assunto	Alteração na redação de Estratégia.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Considerando que a Estratégia 1.11 traz como público alvo que terá monitoramento quanto ao acesso e permanência na escola, em especial aos beneficiários de programas de transferência de renda todas as crianças da educação infantil (0 a 5 anos).



	<p>Considerando que, em 2013, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sofreu uma alteração, por meio da Lei nº 12.796/2013 que tornou o ensino obrigatório a partir de 4 anos e não na creche, a comissão sugere que especifique, na redação da Estratégia, a faixa etária em que o acompanhamento e monitoramento da frequência se dará de forma articulada aos programas de transferência de renda com implicação ao ensino obrigatório.</p>
Análise Técnica	<p>Tomemos como exemplo o Bolsa Família que é um programa de transferência de renda direta destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Ele foi criado em outubro de 2003, unificando outros programas sociais, e foi convertido em lei no ano seguinte: Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.</p> <p>Têm direito ao Bolsa Família, famílias com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa; famílias com renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa desde que tenham gestantes e/ou crianças e adolescentes até 17 anos.</p> <p>Contudo, o programa traz exigências. No caso das gestantes, é necessário que compareçam às consultas de pré-natal e participem de atividades educativas sobre aleitamento materno e alimentação saudável. Para as crianças até sete anos, é preciso manter o cartão de vacinação em dia. Para crianças e adolescentes de seis a 15 anos, é preciso ter frequência mínima de 85% na escola. Para adolescentes de 16 e 17 anos, a frequência mínima é de 75%. Como na educação infantil a condição para receber o benefício é manter o cartão de vacinação em dia, sugerimos a referida alteração de forma a articular com o acompanhamento da frequência escolar apenas para a faixa etária de 4 e 5 anos, embora nesse aspecto isso não seja uma exigência, porém se faz necessária devido ao ensino obrigatório como citado anteriormente.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na redação da Estratégia 1.11:</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.11. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde e Proteção à Infância, a partir de 2019. <p>Para:</p>



	<ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.11. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças de 4 e 5 anos, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde e Proteção à Infância, a partir de 2019.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica Nº 04/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>"Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal"</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alíneas "a" e "b" define, respectivamente, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições</p>



	<p>necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na redação da Estratégia 1.12 e 1.16:</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.12. Assegurar as crianças a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre a <u>Diretoria Municipal de Educação e de Saúde</u>, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, até 2020. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.12. Assegurar as crianças a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre a <u>Secretaria Municipal de Educação e de Saúde</u>, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, até 2020. <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.16. Garantir a fiscalização no âmbito municipal via Conselho Municipal de Educação, referente às escolas privadas subordinadas a <u>Diretoria Municipal de Educação</u> para efetiva regularização de seu funcionamento, como também fiscalizar a formação exigida para que professores possam atuar em sala de aula garantindo a qualidade do ensino. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 1.16. Garantir a fiscalização no âmbito municipal via Conselho Municipal de Educação, referente às escolas privadas subordinadas a <u>Secretaria Municipal de Educação</u> para efetiva regularização de seu funcionamento, como também fiscalizar a formação exigida para que professores possam atuar em sala de aula garantindo a qualidade do ensino.

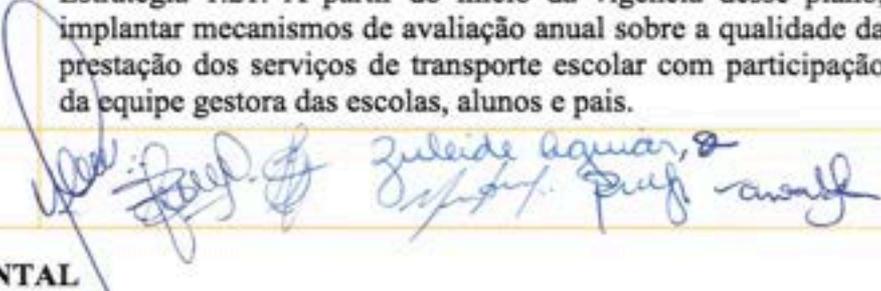
Zuleide Aguiar
[Handwritten signatures]



Assinaturas

Numeração	Nota Técnica N° 05/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>No Relatório de Avaliação referente ao 1º biênio do Plano Municipal de Educação (2016 e 2017) houve o ajuste das Metas do PME com o PNE, pois além de Cajamar ter em seu plano apenas 14 metas, (enquanto que o Plano Nacional possui 20 metas), duas delas eram muito peculiares: transporte escolar e alimentação escolar. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação traz essas duas ações articuladas às diferentes Metas como, por exemplo, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, entre outras.</p> <p>Ao realizarmos a avaliação por meio de Audiências Públicas e Conferência Municipal optou-se, após várias discussões e votação aberta, para não redistribuir as ações voltadas ao transporte e alimentação escolar como consta no PNE, mas deixar em destaque, como ações agrupadas como estava posto no PME por meio de Metas. No entanto, com o ajuste do PME ao PNE essas duas metas isoladas não eram mais possíveis. Com isso, definiu-se que, ao término das 20 metas do PME, estariam como Anexo Estratégias específicas sobre as referidas temáticas devido às grandes demandas e dificuldades que a educação de Cajamar enfrentava acerca de tais questões.</p>
Análise Técnica	<p>Na avaliação do 2º biênio (2018 e 2019) essa discussão se faz necessária, pois as Estratégias numeradas em 21 e 22, pós Meta 20, estariam à margem do que foi projetado. Aqui há dois equívocos: (1) o PME possui 20 Metas e todas as Estratégias devem constituir-las; (2) não é possível ter Estratégias 21.1, 21.2, 21.3, 22.1, 22.2, 22.3 e, assim sucessivamente, já que não estão dentro de uma meta.</p> <p>Diante desse contexto, a comissão estudou, analisou e avaliou acerca da necessidade de redistribuir tais estratégias, sendo que a forma mais coerente para lidar com essas duas temáticas seria</p>



	<p>redistribuí-las ao longo do PME. Dessa forma, a alimentação e o transporte escolar estariam presentes nas metas que envolvem as etapas e modalidades da educação básica enquanto ações que objetivam oferecer uma educação com mais qualidade para todos (as).</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a inserção das seguintes Estratégias:</p> <p>Estratégia 1.17. Acompanhar a revisão do cardápio da alimentação escolar, a partir de 2016, juntamente com o Setor Técnico da Alimentação Escolar, a comunidade escolar, e o CAE (Conselho de Alimentação Escolar), levando em consideração a previsão orçamentária, o tempo de permanência e a periodicidade do aluno na escola, sempre respeitando os hábitos alimentares locais. O objetivo deste acompanhamento é garantir uma alimentação saudável, segurança alimentar, aceitabilidade dos alimentos, e a sazonalidade dos alimentos.</p> <p>Estratégia 1.18. Sensibilizar e orientar a equipe escolar (gestores, professores, monitores, merendeiros e demais profissionais), de forma que incentivem os alunos ao consumo de alimentos saudáveis promovendo a educação nutricional, a partir da vigência do plano.</p> <p>Estratégia 1.19. Garantir, a partir de 2016, os alimentos necessários para atender mediante apresentação de laudo médico, os alunos que necessitam de adequações ou restrições em sua dieta.</p> <p>Estratégia 1.20. Manter o acesso de 100% dos alunos que residam a mais de 2 km das escolas da Rede Municipal, ao transporte escolar a partir da vigência do plano.</p> <p>Estratégia 1.21. A partir do início da vigência desse plano, implantar mecanismos de avaliação anual sobre a qualidade da prestação dos serviços de transporte escolar com participação da equipe gestora das escolas, alunos e pais.</p>
Assinaturas	

META 2: ENSINO FUNDAMENTAL

Numeração	Nota Técnica Nº 06/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
------------------	---



Assunto	Inclusão da sala de leitura e multimeios na escrita da Estratégia.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>O PME conta com o conceito de biblioteca escolar em algumas de suas estratégias em respeito à Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização da biblioteca escolar nas instituições de Educação Básica. A referida lei dá ênfase à importância da constituição de acervos e o respeito à profissão do bibliotecário.</p> <p>Dados do Censo Escolar da Educação Básica têm demonstrado crescimento na proporção de escolas públicas com bibliotecas e um aumento maior no número de salas de leitura.</p> <p>Em Cajamar, embora o PME oriente o trabalho com biblioteca escolar, na prática o que temos são salas de leitura, multimeios ou cantos de leitura já que não dispomos de bibliotecários e não atendemos todos os requisitos propostos em lei para afirmar que há bibliotecas em todas as unidades escolares.</p> <p>De acordo com a Professora-Doutora do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentaristas de Sergipe, Telma de Carvalho,</p> <p style="text-align: center;">A sala de leitura é uma salinha que não há uma necessidade mesmo de ter um bibliotecário, mas se tem um número pequeno de obras para os alunos fazerem alguma atividade, o professor fazer uma leitura. [...] Agora, biblioteca tem que ter um exemplar para cada aluno, uma estrutura, equipamento, pessoal capacitado, atividades que são realizadas enquanto serviços. (CARVALHO, 2019, s/p)</p> <p>Ampliando a discussão de Carvalho e do que a lei vigente apresenta, Campello <i>et al</i> (2011), coloca que para ser considerada biblioteca escolar, é necessário garantir às seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">a) funcionar em sala de uso exclusivo;b) possuir coleção classificada;c) possuir coleção catalogada;d) fornecer serviço de consultas no local;e) ter serviço de empréstimo domiciliar;f) oferecer atividade de incentivo à leitura;g) ter serviço de orientação à pesquisa;



h) contar com um funcionário responsável. (CAMPELLO, *et al*, 2011, p. 109)

Considerando esses conceitos, o Censo Escolar de 2019 das escolas públicas e privadas de Cajamar aponta os seguintes dados: 14% das escolas estaduais possuem biblioteca escolar e 86% salas de leitura; 21% das escolas municipais possuem biblioteca escolar, 27% salas de leitura e 52% não declararam nenhum desses espaços; 35% das escolas privadas possuem biblioteca escolar, 39% salas de leitura e 26% não declararam nenhum desses espaços.

Nessa direção, podemos dizer que precisamos avançar no que diz respeito à constituição de bibliotecas escolares e/ou implantação de salas de leitura e multimeios. Considerando a importância de um planejamento para que esse caminhar possa se dar com qualidade e, com a intenção de não ferirmos a legislação vigente, propomos ampliar as possibilidades de organização e trabalho com biblioteca e/ou sala de leitura e multimeios garantindo o espaço, as coleções, consultas no local, empréstimo de livros, incentivo à leitura e um investimento a longo prazo em pessoal específico para nesse espaço.

Sugerimos, ainda, a criação do “Programa Sala de Leitura e Multimeios” que articule as diretrizes e os conceitos que norteiam o Currículo, seus objetivos e saberes, considerando o desenvolvimento integral dos alunos, o fortalecimento das políticas públicas de equidade e de educação inclusiva e o acesso à literatura como uma necessidade universal, um bem humanizador (CANDIDO, 2004) e cultural que ultrapassa gerações. Sugerimos, ainda, investimentos tecnológicos e audiovisuais quanto ao uso de multimeios na criação desse programa que pode ser elaborado por meio de uma Resolução que estabelece critérios de organização de trabalho e implantação.

Análise Técnica

O conceito de biblioteca escolar é pouco difundido, pois o conhecimento de suas práticas envolve considerar a diversidade de concepções que se expressam pelas próprias denominações que assumem nos espaços escolares:

- Biblioteca.
- Sala de leitura.
- Cantinho da leitura.
- Carrinho dos livros, entre outros.

Enquanto conceito, a Lei nº 12.244/2010 considera como “[...] biblioteca escolar a coleção de livros, materiais



videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura". (BRASIL, 2010a). Contudo, é limitada em sua definição quanto ao espaço físico para acomodação da biblioteca escolar.

Já nas Diretrizes da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) a biblioteca escolar é definida como "um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural". (IFLA, 2105, p. 19)

De acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a biblioteca escolar é um fator que faz diferença no aprendizado dos alunos enquanto que, no Caderno de Instruções do Censo Escolar, a biblioteca escolar é definida como:

Local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Geralmente a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado – o bibliotecário. Somente deve ser informada quando o espaço em que se encontra é de uso exclusivo para esse fim. (BRASIL, 2017b, p. 27)

Caminhar pelos conceitos com a clareza de que queremos que todos os alunos leiam obras de qualidade em um espaço adequado, que tenham acesso a tecnologias e suportes de informação como os multimeios para que a aprendizagem aconteça é o que pretendemos no ajuste das estratégias do PME, oportunizando acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, impressos ou digitais, bem como programas de computador, e-book, *app* e outros recursos complementares.

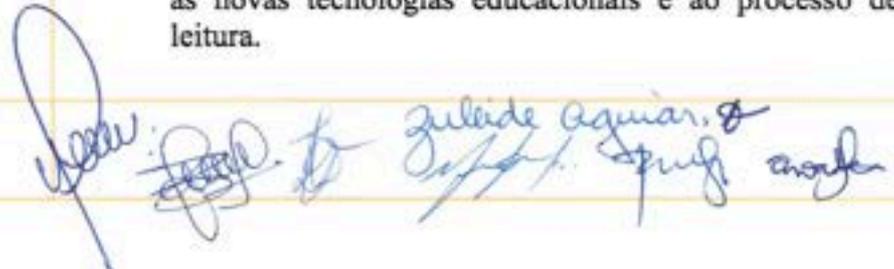
Intencionamos, com essa alteração, qualificar e ampliar as possibilidades de trabalho com a formação leitora com a elaboração de um programa de incentivo à leitura impressa e digital e à formação de leitores, sejam eles bebês, crianças, adolescentes, jovens ou adultos, que articula projetos de leitura concretizados nas escolas.

Conclusão

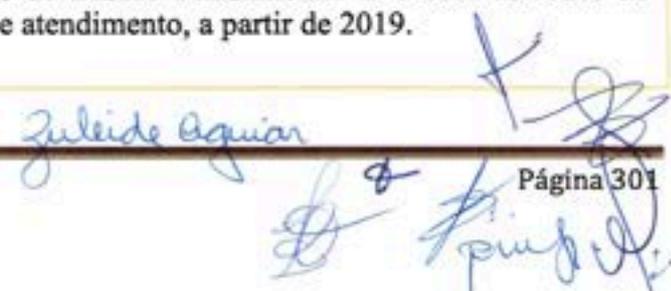
Sugere-se a alteração na redação da Estratégia 2.7:

De



	<ul style="list-style-type: none">► Estratégia 2.7: Assegurar, até 2021, que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas e recursos e equipamentos tecnológicos, além de acesso a internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais. <p>Para</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 2.7: Assegurar, até 2021, que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas e/ou salas de leitura e multimeios, bem como equipamentos tecnológicos, além de acesso à internet por meio de banda larga de alta velocidade garantindo a formação adequada para os profissionais da educação que atuarão diretamente nesse espaço considerando as metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais e ao processo de leitura.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 07/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação de Estratégia para melhor compreensão da ação.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>No decorrer do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação referente ao 2º biênio (2018 e 2019) a redação da Estratégia 2.16 fomentou dúvidas durante a leitura e dificuldades de se concretizar em ações factíveis. Eis a redação:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 2.16. Criar uma rede integrada entre os colegiados, órgãos de defesa, secretarias públicas através de reuniões bimestrais em parceria com as escolas de Ensino Fundamental II e com as redes de apoio e atendimento, a partir de 2019.





	<p>Devido as dúvidas suscitadas acerca da operacionalização para que grupos tão distintos se reúnam e ações de proteção, segurança e cuidados aos alunos sejam planejadas e colocadas em prática e, considerando a necessidade de ampliar o público assistido por essa Estratégia, sugerimos alteração na redação explicitando quais são os colegiados, órgão de defesa e secretarias municipais que fazem parte da rede integrada, além de ampliar o público para esse atendimento.</p>
Análise Técnica	<p>A intenção é que os colegiados municipais, órgãos de defesa e secretarias municipais criem uma rede integrada, a partir de reuniões sistemáticas, de forma a garantir o direito e a integridade das crianças e adolescentes. No entanto, o texto da Estratégia estabelece essa ação para o público de Ensino Fundamental II o que, para essa comissão, requer uma adequação.</p> <p>Sabemos que o maior índice quanto ao uso de drogas, alcoolismo, violência, maus tratos, abuso, exploração ou negligência se encontra de 11 a 14 anos, porém temos grandes problemas com bebês e crianças até 10 anos, bem como adolescentes acima de 15 anos.</p> <p>No aniversário da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – o Brasil registrou, no primeiro semestre de 2021, 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrendo dentro de casa</p> <p>De acordo com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a violência física é citada em 25,7 mil denúncias no Disque 100. Já a violência psicológica esteve presente em 25,6 mil denúncias. Cerca de 20,8 mil denúncias possuem pais e mães como suspeitos da violação, 59,6% do total relacionado ao grupo crianças e adolescentes.</p> <p>Os dados mostram ainda que a maioria das denúncias tem como vítimas meninas (66,4%) na faixa etária de 12 a 14 anos (5,3 mil). Logo atrás estão 5,1 mil denúncias crianças de 2 a 4 anos. Nessa faixa etária, 52% das denúncias possuem meninas como vítimas. Embora esses dados sejam em nível Brasil, podemos analisar e justificar o foco e a ampliação do público alvo na Estratégia do PME, justificando assim, sua alteração.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na redação da Estratégia 2.16:</p> <p>De</p>



	<p>► Estratégia 2.16. Criar uma rede integrada entre <u>os colegiados, órgãos de defesa, secretarias públicas através de reuniões bimestrais em parceria com as escolas de Ensino Fundamental II e com as redes de apoio e atendimento</u>, a partir de 2019.</p> <p>Para</p> <p>► Estratégia 2.16. Criar uma rede integrada entre <u>o Conselho Municipal de Educação, CMDCA, Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social responsáveis pela garantia do direito e integridade às crianças e adolescentes</u>, a partir de 2019.</p>
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 08/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>No Relatório de Avaliação referente ao 1º biênio do Plano Municipal de Educação (2016 e 2017) houve o ajuste das Metas do PME com o PNE, pois além de Cajamar ter em seu plano apenas 14 metas, (enquanto que o Plano Nacional possui 20 metas), duas delas eram muito peculiares: transporte escolar e alimentação escolar. A Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação traz essas duas ações articuladas às diferentes Metas como, por exemplo, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, entre outras.</p> <p>Ao realizarmos a avaliação por meio de Audiências Públicas e Conferência Municipal optou-se, após várias discussões e votação aberta, para não redistribuir as ações voltadas ao transporte e alimentação escolar como consta no PNE, mas deixar em destaque, como ações agrupadas como estava posto no PME por meio de Metas. No entanto, com o ajuste do PME ao PNE essas duas metas isoladas não eram mais possíveis. Com isso, definiu-se que, ao término das 20 metas do PME,</p>



	<p>entrariam, como Anexo, as Estratégias específicas sobre as referidas temáticas devido às grandes demandas e dificuldades que a educação de Cajamar enfrentava acerca de tais questões.</p>
Análise Técnica	<p>Na avaliação do 2º biênio (2018 e 2019) essa discussão se faz necessária, pois as Estratégias numeradas pelos números 21 e 22, pós Meta 20, estariam à margem do que foi projetado. Aqui há dois equívocos: (1) o PME possui 20 Metas e todas as Estratégias devem constituir-las; (2) não é possível ter Estratégias 21.1, 21.2, 21.3, 22.1, 22.1, 22.3 e, assim sucessivamente, já que não estão dentro de uma meta.</p> <p>Diante desse contexto, a comissão estudou, analisou e avaliou acerca da necessidade de redistribuir tais estratégias, sendo que a forma mais coerente para lidar com essas duas temáticas seria redistribuí-las ao longo do PME. Dessa forma, a alimentação e o transporte escolar estariam presentes nas metas que envolvem as etapas e modalidades da educação básica enquanto ações que objetivam oferecer uma educação com mais qualidade para todos (as).</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a inserção das seguintes Estratégias:</p> <p>Estratégia 2.21. Melhorar a qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos e estabelecer formas e critérios para avaliar a qualidade da alimentação escolar por cada escola podendo ser: acompanhamento do Teste de Aceitabilidade, aplicado em cada escola pelo Setor de Alimentação Escolar, acompanhamento da elaboração dos termos de referência para compra dos alimentos da Alimentação Escolar, acompanhamento do contrato da empresa que compra os alimentos para a Alimentação Escolar, capacitação prática das merendeiras, para melhoria no preparo dos alimentos, desde a vigência do plano.</p> <p>Estratégia 2.22. Constituir uma equipe multidisciplinar composta pelo CAE, pela Vigilância sanitária e pela equipe técnica de nutrição com a finalidade de monitorar, avaliar, e fiscalizar o trabalho e as condições estruturais e de armazenamento das cozinhas das escolas e de todo processo da alimentação escolar, a partir de 2019.</p> <p>Estratégia 2.23. Fortalecer o CAE quanto ao processo de autonomia, transparência e socialização de informações para controle do orçamento e dos gastos públicos, desde o início do plano.</p>

Zuleide Aguiar

f.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



	<p>Estratégia 2.24. Manter o acesso dos alunos com deficiência à escola de Rede Municipal por meio de transporte acessível, a partir da vigência do plano.</p> <p>Estratégia 2.25. Rever o convênio com o Estado, possibilitando a oferta do transporte dos alunos da Rede Estadual (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o repasse de recursos correspondentes, a partir da vigência do plano.</p>
Assinaturas	

META 3: ENSINO MÉDIO

Numeração	Nota Técnica N° 09/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>No Relatório de Avaliação referente ao 1º biênio do Plano Municipal de Educação (2016 e 2017) houve o ajuste das Metas do PME com o PNE, pois além de Cajamar ter em seu plano apenas 14 metas, (enquanto que o Plano Nacional possui 20 metas), duas delas eram muito peculiares: transporte escolar e alimentação escolar. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação traz essas duas ações articuladas às diferentes Metas como, por exemplo, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, entre outras.</p> <p>Ao realizarmos a avaliação por meio de Audiências Públicas e Conferência Municipal optou-se, após várias discussões e votação aberta, para não redistribuir as ações voltadas ao transporte e alimentação escolar como consta no PNE, mas deixar em destaque, como ações agrupadas como estava posto no PME por meio de Metas. No entanto, com o ajuste do PME ao PNE essas duas metas isoladas não eram mais possíveis. Com isso, definiu-se que, ao término das 20 metas do PME, estariam como Anexo Estratégias específicas sobre as referidas temáticas devido às grandes demandas e dificuldades que a educação de Cajamar enfrentava acerca de tais questões.</p>
Análise Técnica	Na avaliação do 2º biênio (2018 e 2019) essa discussão se faz necessária, pois as Estratégias numeradas pelos números 21 e



	<p>22, pós Meta 20, estariam à margem do que foi projetado. Aqui há dois equívocos: (1) o PME possui 20 Metas e todas as Estratégias devem constituir-las; (2) não é possível ter Estratégias 21.1, 21.2, 21.3, 22.1, 22.1, 22.3 e, assim sucessivamente, já que não estão dentro de uma meta.</p> <p>Diante desse contexto, a comissão estudou, analisou e avaliou acerca da necessidade de redistribuir tais estratégias, sendo que a forma mais coerente para lidar com essas duas temáticas seria redistribuí-las ao longo do PME. Dessa forma, a alimentação e o transporte escolar estariam presentes nas metas que envolvem as etapas e modalidades da educação básica enquanto ações que objetivam oferecer uma educação com mais qualidade para todos (as).</p>
<p>Conclusão</p>	<p>Sugere-se a inserção das seguintes Estratégias:</p> <p>Estratégia 3.11. Integrar e articular o CAE junto a outros fóruns sociais e dar visibilidade as ações deste colegiado, desde o início do plano.</p> <p>Estratégia 3.12. Garantir formação continuada dos conselheiros do CAE mediante suas responsabilidades e fiscalização da alimentação escolar, desde o início do plano.</p> <p>Estratégia 3.13. Garantir a Avaliação Antropométrica dos alunos, realizando o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos alunos, a partir de 2019.</p> <p>Estratégia 3.14. Promover, semestralmente, a capacitação dos merendeiros, inclusive sobre o aproveitamento dos alimentos, até 2020.</p> <p>Estratégia 3.15. Viabilizar, em parceria com a União, ações de implantação gradativa de cadeirinhas adequadas no ônibus escolar de acordo com a faixa-etária, até 2022.</p> <p>Estratégia 3.16. Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local, a partir da vigência do plano.</p>

Zuleide Aquino
prof
[Handwritten signatures]



Assinaturas

META 4: EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

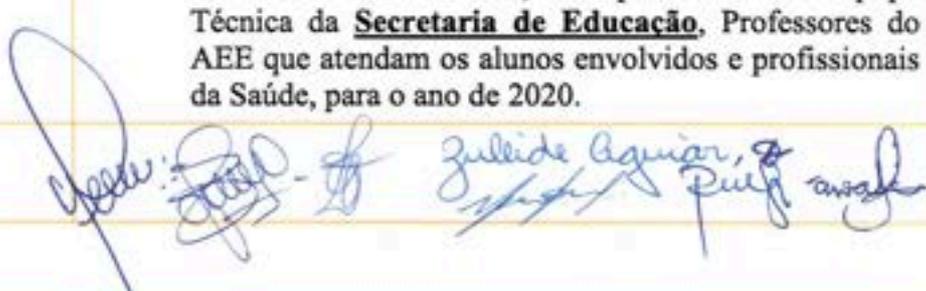
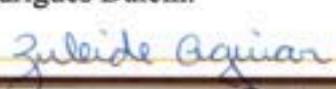
Numeração	Nota Técnica N° 10/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4° da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>"Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal"</i>. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias", enquanto que o Art. 5°, III, Alínea "b" define a Secretaria Municipal de Saúde como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7° e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>



Conclusão	Sugestão de alteração na nomenclatura: De: <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 4.12. Estabelecer parceria com Instituições e a Diretoria de Saúde, no sentido da implantação de CAPS E CAPSI no município e desta forma, garantir o direito a saúde e ao diagnóstico da pessoa com deficiência em todas as etapas e modalidades de ensino, até o ano de 2020. Para: <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 4.12. Estabelecer parceria com Instituições e a Secretaria de Saúde, no sentido da implantação de CAPS E CAPSI no município e desta forma, garantir o direito a saúde e ao diagnóstico da pessoa com deficiência em todas as etapas e modalidades de ensino, até o ano de 2020.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 11/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal". Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias", enquanto que o Art. 5º, III, Alínea "a" define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com



	<p>isso, os órgãos nomeados como “Diretorias” passam a ser denominados como “Secretarias”.</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugestão de alteração na nomenclatura:</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 4.17. Definir os critérios para o gerenciamento da terminalidade específica para os alunos com deficiência, em parceria com Equipe Técnica da Diretoria de Educação, Professores do AEE que atendam os alunos envolvidos e profissionais da Saúde, para o ano de 2020. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 4.17. Definir os critérios para o gerenciamento da terminalidade específica para os alunos com deficiência, em parceria com Equipe Técnica da Secretaria de Educação, Professores do AEE que atendam os alunos envolvidos e profissionais da Saúde, para o ano de 2020.
Assinaturas	
Numeração	Nota Técnica N° 12/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin. 





Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>“Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal”</i>. Com isso, os órgãos nomeados como “Diretorias” passam a ser denominados como “Secretarias”.</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugestão de alteração na nomenclatura:</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 4.18. Garantir, a partir de 2020, programas de formação para o trabalho de alunos com deficiência, mediante parceria entre Diretorias Municipais e instituições privadas, visando ao ingresso dos mesmos no mercado de trabalho do município. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 4.18. Garantir, a partir de 2020, programas de formação para o trabalho de alunos com deficiência, mediante parceria entre Secretarias Municipais e instituições privadas, visando ao ingresso dos mesmos no mercado de trabalho do município.
Assinaturas	



Numeração	Nota Técnica Nº 13/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração nos conceitos de merenda escolar e alimentação escolar.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	O termo utilizado precisa ser ajustado de acordo com a legislação vigente que orienta o termo “alimentação escolar” e não “merenda escolar”. Diante disso, a alteração se faz necessária de forma a atender os preceitos legais.
Análise Técnica	<p>Segundo a Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, encontramos em seu Art. 2º as diretrizes da alimentação escolar seguidas de todo o contexto que envolve oferta, cardápio, proibições e restrições, entre outros. Interessante notar que, em todo o momento, o termo utilizado é “alimentação escolar” e não “merenda escolar”.</p> <p>Diante disso, sugerimos a alteração da redação de forma a utilizar o termo posto na legislação vigente.</p>
Conclusão	<p>Sugestão de alteração considerando os conceitos de merenda escolar e alimentação escolar.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 4.45. Melhorar, a partir de 2016, as condições do programa de merenda escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares menores e mais distantes ou salas isoladas, com a presença de merendeiras. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 4.45. Melhorar, a partir de 2016, as condições do programa de alimentação escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares menores e mais distantes ou salas isoladas, com a presença de merendeiras.
Assinaturas	



Numeração	Nota Técnica N° 14/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Inserção de cinco estratégias sobre alimentação e transporte escolar.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>No Relatório de Avaliação referente ao 1º biênio do Plano Municipal de Educação (2016 e 2017) houve o ajuste das Metas do PME com o PNE, pois além de Cajamar ter em seu plano apenas 14 metas, (enquanto que o Plano Nacional possui 20 metas), duas delas eram muito peculiares: transporte escolar e alimentação escolar. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação traz essas duas ações articuladas às diferentes Metas como, por exemplo, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, entre outras.</p> <p>Ao realizarmos a avaliação por meio de Audiências Públicas e Conferência Municipal optou-se, após várias discussões e votação aberta, para não redistribuir as ações voltadas ao transporte e alimentação escolar como consta no PNE, mas deixar em destaque, como ações agrupadas como estava posto no PME por meio de Metas. No entanto, com o ajuste do PME ao PNE essas duas metas isoladas não eram mais possíveis. Com isso, definiu-se que, ao término das 20 metas do PME, estariam como Anexo Estratégias específicas sobre as referidas temáticas devido às grandes demandas e dificuldades que a educação de Cajamar enfrentava acerca de tais questões.</p>
Análise Técnica	<p>Na avaliação do 2º biênio (2018 e 2019) essa discussão se faz necessária, pois as Estratégias numeradas pelos números 21 e 22, pós Meta 20, estariam à margem do que foi projetado. Aqui há dois equívocos: (1) o PME possui 20 Metas e todas as Estratégias devem constituir-las; (2) não é possível ter Estratégias 21.1, 21.2, 21.3, 22.1, 22.2, 22.3 e, assim sucessivamente, já que não estão dentro de uma meta.</p> <p>Diante desse contexto, a comissão estudou, analisou e avaliou acerca da necessidade de redistribuir tais estratégias, sendo que a forma mais coerente para lidar com essas duas temáticas seria redistribuí-las ao longo do PME. Dessa forma, a alimentação e o transporte escolar estariam presentes nas metas que envolvem as etapas e modalidades da educação básica enquanto ações que</p>



	objetivam oferecer uma educação com mais qualidade para todos (as).
Conclusão	<p>Sugere-se a inserção das seguintes Estratégias:</p> <p>Estratégia 4.44. Garantir formação continuada para a equipe técnica do setor de nutrição, para melhoria na alimentação escolar dos alunos, desde o início do plano.</p> <p>Estratégia 4.45. Melhorar, a partir de 2016, as condições do programa de alimentação escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares menores e mais distantes ou salas isoladas, com a presença de merendeiras.</p> <p>Estratégia 4.46. Garantir o acompanhamento do médico do trabalho para as (os) manipuladoras (es) de alimentos com exames periódicos para cumprir a legislação vigente.</p> <p>Estratégia 4.47. Instituir o Conselho Municipal do Transporte Escolar para fiscalizar, monitorar e acompanhar os serviços públicos prestados zelando pela sua execução, a partir de 2019.</p> <p>Estratégia 4.48. Elaborar Lei ou Decreto, em 2019, sobre o transporte escolar que garanta a continuidade ao acesso de 100% dos alunos que residam a mais de 2 km das escolas da Rede Municipal, considerando os alunos residentes em áreas de difícil acesso que contabilizem menos de 2 km.</p>
Assinaturas	

META 6: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Numeração	Nota Técnica Nº 15/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração: de Educação Integral para Educação em Tempo Integral.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	No decorrer da leitura e discussão da Estratégia 6.2 a comissão identificou um problema envolvendo os conceitos de Educação Integral e Educação em Tempo Integral, pois pretende-se a ampliação de escolas em tempo integral no Ensino Médio de modo com que o aluno permaneça por um período igual ou



	<p>superior a 7h. Sendo assim, o foco dessa estratégia está voltado ao tempo que o aluno permanecerá na escola e não no conceito de educação integral.</p>
Análise Técnica	<p>A Estratégia 6.2 do PME refere-se à educação de tempo integral com a proposta de turno com duração mínima de sete horas. Aumentar o tempo, no entanto, não deve ser o objetivo principal das políticas públicas voltadas a essa questão. O debate tem de se centrar na utilização dessa carga horária para melhorar a qualidade do ensino, dos resultados de aprendizagem e ampliar a formação dada aos estudantes.</p> <p>No entanto, da forma como a estratégia foi redigida tem-se a impressão de que o foco, neste caso, encontra-se na educação integral. De acordo com o Centro de Referências em Educação Integral, considera-se essa última uma “[...] concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais”, sendo que para a comissão o conceito aqui abordado pode constituir toda e qualquer tipo de educação, inclusive a de tempo integral.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração do conceito abordado na escrita da Estratégia.</p> <p>De</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 6.2. Propor a oferta de Educação Integral a outras escolas do Ensino Médio, em parceria com a União e Estado, iniciando em comunidades pobres ou com jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, em, no máximo, cinco anos. <p>Para</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 6.2. Propor a oferta de Educação em Tempo Integral a outras escolas do Ensino Médio, em parceria com a União e Estado, iniciando em comunidades pobres ou com jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos



	(as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, em, no máximo, cinco anos.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 16/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Inclusão da sala de leitura e multimeios na escrita da Estratégia.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>O PME conta com o conceito de biblioteca escolar em algumas de suas estratégias em respeito à Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização da biblioteca escolar nas instituições de Educação Básica. A referida lei dá ênfase à importância da constituição de acervos e o respeito à profissão do bibliotecário.</p> <p>Dados do Censo Escolar da Educação Básica têm demonstrado crescimento na proporção de escolas públicas com bibliotecas e um aumento maior no número de salas de leitura.</p> <p>Em Cajamar, embora o PME oriente o trabalho com biblioteca escolar, na prática o que temos são salas de leitura, multimeios ou cantos de leitura já que não dispomos de bibliotecários e não atendemos todos os requisitos propostos em lei para afirmar que há bibliotecas em todas as unidades escolares.</p> <p>De acordo com a Professora-Doutora do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentaristas de Sergipe, Telma de Carvalho,</p> <p>A sala de leitura é uma salinha que não há uma necessidade mesmo de ter um bibliotecário, mas se tem um número pequeno de obras para os alunos fazerem alguma atividade, o professor fazer uma leitura. [...] Agora, biblioteca tem que ter um</p>



exemplar para cada aluno, uma estrutura, equipamento, pessoal capacitado, atividades que são realizadas enquanto serviços. (CARVALHO, 2019, s/p)

Ampliando a discussão de Carvalho e do que a lei vigente apresenta, Campello *et al* (2011), coloca que para ser considerada biblioteca escolar, é necessário garantir às seguintes condições:

- a) funcionar em sala de uso exclusivo;
- b) possuir coleção classificada;
- c) possuir coleção catalogada;
- d) fornecer serviço de consultas no local;
- e) ter serviço de empréstimo domiciliar;
- f) oferecer atividade de incentivo à leitura;
- g) ter serviço de orientação à pesquisa;
- h) contar com um funcionário responsável. (CAMPELLO, *et al*, 2011, p. 109)

Considerando esses conceitos, o Censo Escolar de 2019 das escolas públicas e privadas de Cajamar aponta os seguintes dados: 14% das escolas estaduais possuem biblioteca escolar e 86% salas de leitura; 21% das escolas municipais possuem biblioteca escolar, 27% salas de leitura e 52% não declararam nenhum desses espaços; 35% das escolas privadas possuem biblioteca escolar, 39% salas de leitura e 26% não declararam nenhum desses espaços.

Nessa direção, podemos dizer que precisamos avançar no que diz respeito à constituição de bibliotecas escolares e/ou implantação de salas de leitura e multimeios. Considerando a importância de um planejamento para que esse caminhar possa se dar com qualidade e, com a intenção de não ferirmos a legislação vigente, propomos ampliar as possibilidades de organização e trabalho com biblioteca e/ou sala de leitura e multimeios garantindo o espaço, as coleções, consultas no local, empréstimo de livros, incentivo à leitura e um investimento a longo prazo em pessoal específico para nesse espaço.

Sugerimos, ainda, a criação do “Programa Sala de Leitura e Multimeios” que articule as diretrizes e os conceitos que norteiam o Currículo, seus objetivos e saberes, considerando o desenvolvimento integral dos alunos, o fortalecimento das políticas públicas de equidade e de educação inclusiva e o acesso à literatura como uma necessidade universal, um bem humanizador (CANDIDO, 2004) e cultural que ultrapassa gerações. Sugerimos, ainda, investimentos tecnológicos e audiovisuais quanto ao uso de multimeios na criação desse



	<p>programa que pode ser elaborado por meio de uma Resolução que estabelece critérios de organização de trabalho e implantação.</p>
Análise Técnica	<p>O conceito de biblioteca escolar é pouco difundido, pois o conhecimento de suas práticas envolve considerar a diversidade de concepções que se expressam pelas próprias denominações que assumem nos espaços escolares:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Biblioteca.■ Sala de leitura.■ Cantinho da leitura.■ Carrinho dos livros, entre outros. <p>Enquanto conceito, a Lei nº 12.244/2010 considera como “[...] biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. (BRASIL, 2010a). Contudo, é limitada em sua definição quanto ao espaço físico para acomodação da biblioteca escolar.</p> <p>Já nas Diretrizes da <i>International Federation of Library Associations and Institutions</i> (IFLA) a biblioteca escolar é definida como “<i>um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural</i>”. (IFLA, 2105, p. 19)</p> <p>De acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a biblioteca escolar é um fator que faz diferença no aprendizado dos alunos enquanto que, no Caderno de Instruções do Censo Escolar, a biblioteca escolar é definida como:</p> <p style="text-align: center;"><i>Local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Geralmente a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado – o bibliotecário. Somente deve ser informada quando o espaço em que se encontra é de uso exclusivo para esse fim. (BRASIL, 2017b, p. 27)</i></p> <p>Caminhar pelos conceitos com a clareza de que queremos que todos os alunos leiam obras de qualidade em um espaço adequado, que tenham acesso a tecnologias e suportes de informação como os multimeios para que a aprendizagem</p>



	<p>aconteça é o que pretendemos no ajuste das estratégias do PME, oportunizando acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, impressos ou digitais, bem como programas de computador, e-book, <i>app</i> e outros recursos complementares.</p> <p>Intencionamos, com essa alteração, qualificar e ampliar as possibilidades de trabalho com a formação leitora com a elaboração de um programa de incentivo à leitura impressa e digital e à formação de leitores, sejam eles bebês, crianças, adolescentes, jovens ou adultos, que articula projetos de leitura concretizados nas escolas.</p>
<p>Conclusão</p>	<p>Sugere-se a alteração do conceito abordado na escrita da Estratégia.</p> <p>De</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 6.5. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, com a União e/ou estado e entidades privadas, o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas já construídas e em regime parcial, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material curricular e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral, em um prazo de cinco anos. <p>Para</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 6.5. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, com a União e/ou estado e entidades privadas, o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas já construídas e em regime parcial, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas e/ou salas de leitura e multimeios, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material curricular e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral, em um prazo de cinco anos.
<p>Assinaturas</p>	

META 7: APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA

Zuleide Aguiar

Prof. Zuleide Aguiar



Numeração	Nota Técnica Nº 17/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Inclusão da sala de leitura e multimeios na escrita da Estratégia.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>O PME conta com o conceito de biblioteca escolar em algumas de suas estratégias em respeito à Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização da biblioteca escolar nas instituições de Educação Básica. A referida lei dá ênfase à importância da constituição de acervos e o respeito à profissão do bibliotecário.</p> <p>Dados do Censo Escolar da Educação Básica têm demonstrado crescimento na proporção de escolas públicas com bibliotecas e um aumento maior no número de salas de leitura.</p> <p>Em Cajamar, embora o PME oriente o trabalho com biblioteca escolar, na prática o que temos são salas de leitura, multimeios ou cantos de leitura já que não dispomos de bibliotecários e não atendemos todos os requisitos propostos em lei para afirmar que há bibliotecas em todas as unidades escolares.</p> <p>De acordo com a Professora-Doutora do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentaristas de Sergipe, Telma de Carvalho,</p> <p style="padding-left: 40px;">A sala de leitura é uma salinha que não há uma necessidade mesmo de ter um bibliotecário, mas se tem um número pequeno de obras para os alunos fazerem alguma atividade, o professor fazer uma leitura. [...] Agora, biblioteca tem que ter um exemplar para cada aluno, uma estrutura, equipamento, pessoal capacitado, atividades que são realizadas enquanto serviços. (CARVALHO, 2019, s/p)</p> <p>Ampliando a discussão de Carvalho e do que a lei vigente apresenta, Campello <i>et al</i> (2011), coloca que para ser considerada biblioteca escolar, é necessário garantir às seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">a) funcionar em sala de uso exclusivo;b) possuir coleção classificada;c) possuir coleção catalogada;



- d) fornecer serviço de consultas no local;
- e) ter serviço de empréstimo domiciliar;
- f) oferecer atividade de incentivo à leitura;
- g) ter serviço de orientação à pesquisa;
- h) contar com um funcionário responsável. (CAMPELLO, *et al*, 2011, p. 109)

Considerando esses conceitos, o Censo Escolar de 2019 das escolas públicas e privadas de Cajamar aponta os seguintes dados: 14% das escolas estaduais possuem biblioteca escolar e 86% salas de leitura; 21% das escolas municipais possuem biblioteca escolar, 27% salas de leitura e 52% não declararam nenhum desses espaços; 35% das escolas privadas possuem biblioteca escolar, 39% salas de leitura e 26% não declararam nenhum desses espaços.

Nessa direção, podemos dizer que precisamos avançar no que diz respeito à constituição de bibliotecas escolares e/ou implantação de salas de leitura e multimeios. Considerando a importância de um planejamento para que esse caminhar possa se dar com qualidade e, com a intenção de não ferirmos a legislação vigente, propomos ampliar as possibilidades de organização e trabalho com biblioteca e/ou sala de leitura e multimeios garantindo o espaço, as coleções, consultas no local, empréstimo de livros, incentivo à leitura e um investimento a longo prazo em pessoal específico para nesse espaço.

Sugerimos, ainda, a criação do “Programa Sala de Leitura e Multimeios” que articule as diretrizes e os conceitos que norteiam o Currículo, seus objetivos e saberes, considerando o desenvolvimento integral dos alunos, o fortalecimento das políticas públicas de equidade e de educação inclusiva e o acesso à literatura como uma necessidade universal, um bem humanizador (CANDIDO, 2004) e cultural que ultrapassa gerações. Sugerimos, ainda, investimentos tecnológicos e audiovisuais quanto ao uso de multimeios na criação desse programa que pode ser elaborado por meio de uma Resolução que estabelece critérios de organização de trabalho e implantação.

Análise Técnica

O conceito de biblioteca escolar é pouco difundido, pois o conhecimento de suas práticas envolve considerar a diversidade de concepções que se expressam pelas próprias denominações que assumem nos espaços escolares:

- Biblioteca.
- Sala de leitura.
- Cantinho da leitura.



► Carrinho dos livros, entre outros.

Enquanto conceito, a Lei nº 12.244/2010 considera como “[...] biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. (BRASIL, 2010a). Contudo, é limitada em sua definição quanto ao espaço físico para acomodação da biblioteca escolar.

Já nas Diretrizes da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) a biblioteca escolar é definida como “*um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural*”. (IFLA, 2105, p. 19)

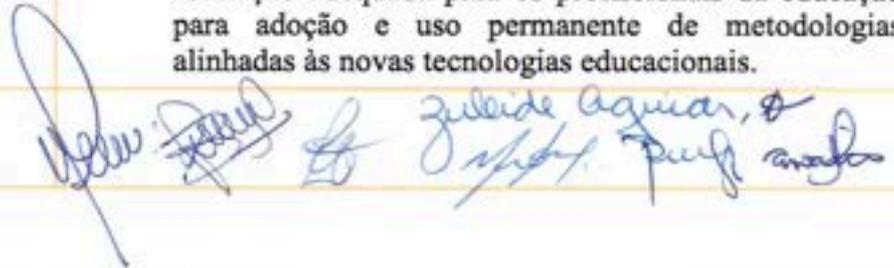
De acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a biblioteca escolar é um fator que faz diferença no aprendizado dos alunos enquanto que, no Caderno de Instruções do Censo Escolar, a biblioteca escolar é definida como:

Local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Geralmente a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado – o bibliotecário. Somente deve ser informada quando o espaço em que se encontra é de uso exclusivo para esse fim. (BRASIL, 2017b, p. 27)

Caminhar pelos conceitos com a clareza de que queremos que todos os alunos leiam obras de qualidade em um espaço adequado, que tenham acesso a tecnologias e suportes de informação como os multimeios para que a aprendizagem aconteça é o que pretendemos no ajuste das estratégias do PME, oportunizando acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, impressos ou digitais, bem como programas de computador, e-book, *app* e outros recursos complementares.

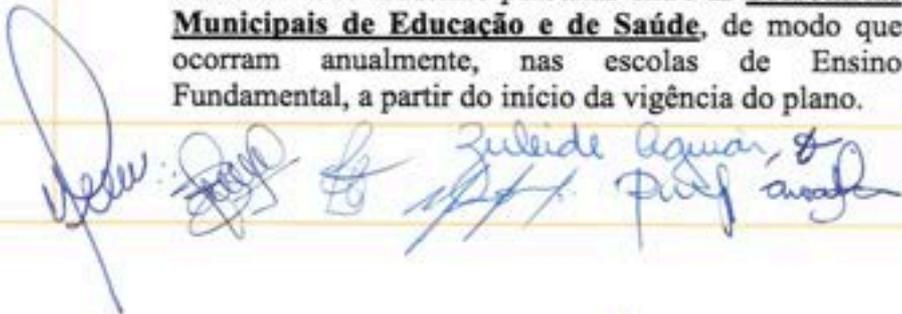
Intencionamos, com essa alteração, qualificar e ampliar as possibilidades de trabalho com a formação leitora com a elaboração de um programa de incentivo à leitura impressa e digital e à formação de leitores, sejam eles bebês, crianças, adolescentes, jovens ou adultos, que articula projetos de leitura concretizados nas escolas.



Conclusão	<p>Sugere-se a alteração do conceito abordado na escrita da Estratégia.</p> <p>De</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.6. Assegurar até 2021 que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas, acervo literário e equipamentos tecnológicos, além de acesso à internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais. <p>Para</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.6. Assegurar até 2021 que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas e/ou salas de leitura e multimeios, acervo literário e equipamentos tecnológicos, além de acesso à internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 18/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4° da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas



	<p><i>diretamente ao Prefeito Municipal”</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alíneas “a” e “b” definem a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como “Diretorias” passam a ser denominados como “Secretarias”.</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
<p>Conclusão</p>	<p>Sugere-se a alteração de nomenclatura:</p> <p>De</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 7.11. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as <u>Diretorias Municipais de Educação e de Saúde</u>, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Ensino Fundamental, a partir do início da vigência do plano. <p>Para</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 7.11. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as <u>Secretarias Municipais de Educação e de Saúde</u>, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Ensino Fundamental, a partir do início da vigência do plano.
<p>Assinaturas</p>	





Numeração	Nota Técnica N° 19/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração de conceito: de Projeto Institucional para Projeto Político Pedagógico
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>A presente sugestão envolve a diferença entre o conceito do Projeto Político Pedagógico e Projeto Institucional. Importante destacar que esses documentos não possuem a mesma função. Se o PPP garante o direito, os valores e os critérios para que todas as ações da escola existam, o projeto institucional é seu desdobramento <i>prático</i> em que a equipe gestora transforma a identidade criada pelo PPP em <i>ações concretas</i>.</p> <p>Diante disso, a Estratégia 7.13. traz a necessidade de articular em todas as instituições escolares o Projeto Institucional com o diagnóstico real da escola e da aprendizagem dos alunos, envolvendo a comunidade, em prol da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Considerando o conceito de cada projeto, podemos dizer que ao Projeto Institucional cabe transformar em ações aquilo que o PPP traz enquanto valores e critérios estabelecidos para que as ações aconteçam, sendo que um dos critérios é o diagnóstico das aprendizagens enquanto uma das dimensões que traz qualidade ao trabalho educacional. Diante disso, sugerimos substituir Projeto Institucional por Projeto Político Pedagógico de forma a ajustar o conceito ao que a Estratégia apresenta.</p>
Análise Técnica	<p>O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade devendo ser produzido por todas as unidades, segundo a Lei nº 9.394/1996. De acordo com Vasconcellos, pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Para Ilma Passos, o PPP expressa o compromisso e a responsabilidade da escola e da comunidade escolar com as ações e, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado. Tais definições mostram que o diagnóstico da escola precisa estar articulado ao PPP para que</p>



Projetos Institucionais possam ser planejados a fim de que, por meio da prática, se alcance melhores processos e resultados no diagnóstico da realidade.

Com relação ao Projeto Institucional, Renan Simão o define como “[...] um documento que busca viabilizar mudanças na escola. Ele prevê um diagnóstico se apoiando em evidências sobre uma situação-problema e, a partir delas, estabelece objetivos, prazos e demandas para uma melhora ou resolução. Com isso, forma-se um plano de ações com etapas, divisão de tarefas e metas a cumprir pela equipe gestora e a comunidade escolar”. Novamente, nos reportamos ao texto da estratégia, pois o diagnóstico aqui pontuado está pautado em uma situação-problema, diferente do que está posto na Estratégia.

Na medida em que se dedica a estruturar ações em respostas a uma demanda partindo dos parâmetros dados pelo PPP, o projeto institucional varia em complexidade de acordo com a escola e com as próprias ações a que se destina: pode ir desde uma ação pontual, como promover uma melhora em um aspecto da aprendizagem (o que também difere do texto da estratégia que traz a aprendizagem em sua amplitude), até um caráter mais global, como reorganizar espaços coletivos ou planejar estratégias para reduzir a evasão escolar.

Para Maura Barbosa, coordenadora pedagógica da Comunidade Educativa CEDAC, o projeto institucional é “[...] um plano que cuida e não abandona os estudantes. Se a escola faz essa gestão, ela vai institucionalizando ações que, de fato, oportunizam aos estudantes um conhecimento em diferentes situações, não apenas ligadas à sala de aula”.

Para a pesquisadora Delia Lerner, “[...] o projeto institucional torna possível encurtar a distância entre os propósitos, as necessidades e a realidade”. Uma característica do projeto institucional é o atendimento de uma demanda da escola que exige mudança, aspecto esse que também fomenta a necessidade da alteração do conceito na Estratégia. Trata-se de buscar a solução de um problema que traz desconforto e insatisfação aos integrantes da instituição. O desenvolvimento dele está alicerçado no diagnóstico, na proposição de metas, na identificação e no planejamento das ações a serem usadas na resolução da questão, afirma Ana Brentano, formadora do Instituto Avisa Lá. Portanto, de acordo com Brentano, o projeto institucional se constitui em si mesmo como uma metodologia de trabalho sendo composto de uma justificativa baseada em um



	<p>diagnóstico da situação-problema, o que possibilita iluminá-la de forma aguçada e crítica.</p> <p>Segundo Rui Canário, “a metodologia de trabalho por projetos nos remete à ideia de liberdade, de criatividade. Podemos sentir a escola como uma instituição aberta, acolhedora, democrática, comprometida com as questões familiares e comunitárias que não tem a solução para todos os problemas, mas que pode participar da vida na comunidade e faz parte deste contexto”.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração do conceito abordado na escrita da Estratégia.</p> <p>De</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.13. Articular em todas as instituições escolares o Projeto Institucional com o diagnóstico real da escola e da aprendizagem dos alunos, envolvendo a comunidade, em prol da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, durante o decorrer dos referidos Projetos, a partir da vigência do plano. <p>Para</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.13. Articular em todas as instituições escolares o Projeto Político Pedagógico com o diagnóstico real da escola e da aprendizagem dos alunos, envolvendo a comunidade, em prol da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, durante o decorrer dos referidos Projetos, a partir da vigência do plano.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 20/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração de ação da estratégia: de induzir por promover
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	A sugestão por alterar a ação de “induzir” para “promover” deu-se pelo incômodo suscitado durante a leitura da Estratégia 7.20. Tal incômodo se deu pela perspectiva educacional assumida e pela crença pautada no princípio da gestão democrática que envolve o dialogismo e a pluralidade de ideias.



Análise Técnica	Ancorados nos conceitos de Bakhtin, Vygotsky, Luria e, considerando a perspectiva discursiva centrada no interacionismo linguístico, a abordagem sócio interacionista ou sócio histórica, a linguagem compreendida como interação entre os sujeitos da língua que age e interage com os mais diferentes objetivos, acreditamos que o papel de uma Estratégia que constitui o PME construído de forma democrática jamais deve “induzir” a algo, mas ser desenvolvida a ponto de “promover” esse algo.
Conclusão	Sugere-se a alteração na ação colocada na escrita da Estratégia. De <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.20. Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática. Para <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.20. Promover processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 21/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração de redação.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	A comissão sugere alteração na escrita da Estratégia de forma a garantir equidade da aprendizagem para todos os alunos, não



	apenas para reduzir as diferenças entre os índices dos municípios com perfil econômico, social e cultural parecido, mas porque acreditamos que todos são capazes de aprender e que temos grande potencial para ensinar.
Análise Técnica	Intencionamos que as metas do IDEB sejam ampliadas e alcançadas de forma com que nossos alunos evoluam na proficiência de leitura, produção textual, compreensão, cálculo, independente da faixa etária. É nosso papel acompanhar a meta nacional e a contribuição do município para melhoria dos índices, porém precisamos pensar nessa melhoria não apenas para reduzir a diferença entre outros municípios, mas para garantir que nossos alunos aprendam, avancem e se qualifiquem cada vez mais e melhor.
Conclusão	<p>Sugere-se a reescrita da Estratégia de forma a garantir a equidade na aprendizagem para todos os alunos.</p> <p>De</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.21. Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, <u>as diferenças entre as médias dos índices dos municípios com perfil econômico, social e cultural parecido, durante a vigência do plano.</u> <p>Para</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 7.21. Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem de todos os alunos, até o último ano de vigência deste PME.
Assinaturas	

META 8: ESCOLARIDADE MÉDIA

Numeração	Nota Técnica N° 22/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.



Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>"Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal"</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alínea "b" define a Secretaria Municipal de Saúde como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.2. Estabelecer parceria com a Administração Pública e a Diretoria de Saúde com a intenção de realizar um diagnóstico do panorama real de analfabetismo da população municipal de modo com que esse censo não se limite apenas ao âmbito escolar, devendo ocorrer, a cada dois anos, a partir de 2020. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.2. Estabelecer parceria com a Administração Pública e a Secretaria de



	<p>Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação com a intenção de realizar um diagnóstico do panorama real de analfabetismo da população municipal de modo com que esse censo não se limite apenas ao âmbito escolar, devendo ocorrer, a cada dois anos, a partir de 2020.</p>
Assinaturas	
Numeração	Nota Técnica Nº 23/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração no foco do instrumento de avaliação e acompanhamento das aprendizagens dos alunos da EJA.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Considerando a necessidade de construir um instrumento que sirva como diagnóstico das aprendizagens dos alunos da EJA voltadas a alfabetização, leitura, escrita e cálculo, sugerimos que o mesmo seja aplicado a todos os alunos matriculados ou que farão processo de reclassificação e classificação. Alterando a redação dessa maneira há maior clareza de quem são os estudantes que procuram a escola e para quê.
Análise Técnica	Sabemos que o processo de avaliação é contínuo, processual e que, na EJA precisa ser singular. Ao pensar em um instrumento de avaliação voltado a alfabetização, leitura, escrita e cálculo não estamos sugerindo que o instrumento intitulado de Leitura de Mundo seja excluído, pelo contrário. Intencionamos colocar foco em algumas temáticas muito discutidas no ensino da EJA que é o analfabetismo absoluto, analfabetismo funcional e a forma como o adulto aprende. Daí a importância de ampliar e sistematizar um instrumento em rede que mapeie e acompanhe tais aprendizagens.
Conclusão	Sugere-se a alteração de redação da Estratégia com foco no público alvo que fará uso do instrumento de diagnóstico: De: <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.3. Construir um instrumento que demonstre o diagnóstico dos alunos que procuram a escola sobre suas aprendizagens voltadas a alfabetização, leitura, escrita, cálculo, a partir de 2019.



	<p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.3. Construir um instrumento que demonstre o diagnóstico dos alunos em relação as aprendizagens voltadas a alfabetização, leitura, escrita, cálculo, a partir de 2019, para fins de avaliação e acompanhamento das aprendizagens em sala de aula, além do processo de reclassificação e classificação.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 24/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação da Estratégia para evitar redundância e delimitar foco.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Ao realizar a leitura da Estratégia 8.4, a comissão debateu acerca da ação de “promover censo escolar municipal a cada dois anos” e “mapear demanda social por EJA”.
Análise Técnica	<p>Considerando que o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira.</p> <p>Considerando que o conceito de demanda social envolve reivindicar e manifestar o desejo de melhorar as circunstâncias que são avaliadas como negativas como, no caso da EJA, acesso aos bens culturais, aumentar a oferta do ensino, qualificar o ensino oferecido, garantir o direito de aprender, entre outros.</p> <p>Sugerimos dar foco ao mapeamento da demanda social de forma a subsidiar o planejamento das ações e projetos a serem desenvolvidos. Ao mapear a demanda estamos realizando o censo e, dessa forma, evitamos a redundância.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração no foco da Estratégia para evitar redundância.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.4. Promover Censo Escolar Municipal, a cada 02 anos, de maneira a mapear demanda social por



	<p>EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA, a partir de 2020.</p> <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.4. Mapear, a cada dois anos, a demanda social por EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA, com articulação dos mecanismos de diálogo intersetorial, a partir de 2020.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 25/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4° da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal" enquanto que o Art. 5°, III, Alínea "a" define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7° e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das</p>



	<p>políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.8. Promover, anualmente, desde o início da vigência do plano, a divulgação ampla da oferta de vagas, através das diversas formas de comunicação disponíveis, a partir de parcerias entre escolas, Diretoria de Educação e Administração Pública. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 8.8. Promover, anualmente, desde o início da vigência do plano, a divulgação ampla da oferta de vagas, através das diversas formas de comunicação disponíveis, a partir de parcerias entre escolas, Secretaria de Educação e Administração Pública.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 26/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.

**Análise Técnica**

A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a *“Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal”* enquanto que o Art. 5º, III, Alínea “a” define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como “Diretorias” passam a ser denominados como “Secretarias”.

Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.

Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.

Conclusão

Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.

De:

- Estratégia 8.9. Articular, a partir de 2016, as políticas de educação de jovens e adultos, com outras áreas como saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede, considerando a responsabilidade da **Diretoria de Educação** por esse processo.

Para:

- Estratégia 8.9. Articular, a partir de 2016, as políticas de educação de jovens e adultos, com outras áreas como saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede, considerando a responsabilidade da **Secretaria de Educação** por esse processo.

Assinaturas

Assinaturas:

Zuleide Aquino



Numeração	Nota Técnica Nº 27/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>“Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal”</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alíneas “a” e “b” definem a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como “Diretorias” passam a ser denominados como “Secretarias”.</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 8.13. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros,



	<p>desenvolvidos mediante parcerias entre a Diretoria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorrem anualmente, nas escolas de EJA, desde o início da vigência do plano.</p> <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 8.13. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de EJA, desde o início da vigência do plano.
Assinaturas	

META 9: ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Numeração	Nota Técnica Nº 28/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal". Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das</p>



	<p>políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 9.2. Estabelecer parcerias com as demais diretorias, indústria, serviços e comércios locais, realizar pesquisa de necessidades, para a reformulação da educação de jovens e adultos (EJA), considerando as especificidades didáticas, os horários, locais e profissionais capacitados para exercer essa modalidade de ensino, a partir de 2020. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 9.2. Estabelecer parcerias com as demais secretarias, indústrias, serviços e comércios locais, realizar pesquisa de necessidades, para a reformulação da educação de jovens e adultos (EJA), considerando as especificidades didáticas, os horários, locais e profissionais capacitados para exercer essa modalidade de ensino, a partir de 2020.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica Nº 29/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração de redação da Estratégia para melhor clareza do conceito de lazer nessa modalidade de ensino.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.



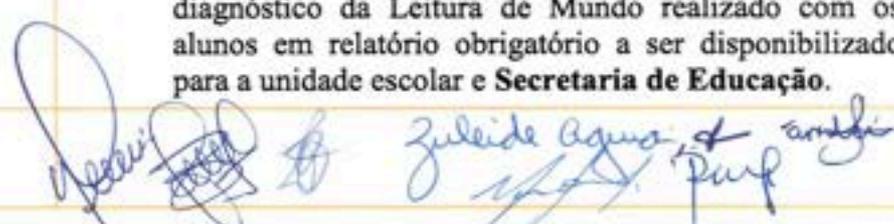
Histórico	Muitas são as pessoas que, ao ler essa estratégia compreende que não é papel da escola oportunizar momentos de lazer aos alunos da EJA, sendo necessário repensar esse conceito.
Análise Técnica	<p>Muitas são as pesquisas, artigos e produção científica que discorrem sobre o lazer na EJA. Para muitos podem ser compreendido como um passatempo que não condiz com o espaço escolar, enquanto que, para outros, um sistema educativo que valoriza o lazer e o espaço de cultura, principalmente para alunos da EJA, oportuniza aos que foram excluídos do sistema educacional, recuperarem no lazer os direitos não garantidos, como por exemplo, ir a um teatro ou assistir uma apresentação musical.</p> <p>Proporcionar aos estudantes a compreensão de que o lazer é condição para a sua formação, é deixar claro que o aprendizado está para além da sala de aula copiando do quadro, principalmente no universo adulto que é permeado de vivências e experiências. Se intencionamos na Meta 8, mapear a demanda social por EJA precisamos agora reconhecer os direitos sociais a que os estudantes fazem jus. Assim como descreve Arroyo:</p> <p>A EJA e seus jovens-adultos participam da tensa negação do reconhecimento dos pobres, negros, indígenas, mulheres, trabalhadores empobrecidos como sujeitos de direitos. Sujeitos não só do direito à escola, à educação, ao conhecimento, à cultura, mas da negação mais radical do reconhecimento como humanos, isto é, como não sujeitos de direitos humanos. É promissor que os profissionais nas escolas, junto aos educandos, organizem seminários e temas de estudo vinculando direitos humanos e educação, que afirmam essa dimensão ignorada, negada: reconhecê-los sujeitos de direitos. Logo, a EJA e as escolas atuam como tempos de afirmação de direitos humanos. (2017, p. 106)</p> <p>A respeito do conceito do lazer e da educação “para” e “pelo” lazer, Marcellino acrescenta que,</p> <p>Tratando-se do lazer como veículo de educação, é necessário considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, as atividades de lazer favorecem, a par do desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade ao nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade. (MARCELLINO, 1990, p. 60)</p> <p><i>Zuleide Aguiar</i></p>



	<p>Por fim, retomamos que a educação e o lazer são direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 e os alunos trabalhadores da EJA, quando retornam à escola, acessam poucos espaços de lazer e cultura. Daí a importância de cada unidade escolar olhar para esse aspecto com cuidado, intencionalidade e proposição em parceria com a SME.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração de redação da Estratégia para melhor clareza do conceito de lazer nessa modalidade de ensino:</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 9.5. Garantir aos alunos da EJA, a partir de 2019, o acesso e uso de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, a oferta em contra turno das aulas de Educação Física, acesso aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 9.5. Proporcionar aos alunos da EJA, a partir de 2019, o acesso e uso de equipamentos culturais e de lazer, esportivos, além da oferta em contra turno das aulas de Educação Física, acesso aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 30/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4° da Lei Complementar n° 170, de 26 de dezembro de 2018, a



	<p><i>“Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal”</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alínea “a” define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como “Diretorias” passam a ser denominados como “Secretarias”.</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 9.11. Transformar os dados coletados no diagnóstico da Leitura de Mundo realizado com os alunos em relatório obrigatório a ser disponibilizado para a unidade escolar e Diretoria de Educação. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 9.11. Transformar os dados coletados no diagnóstico da Leitura de Mundo realizado com os alunos em relatório obrigatório a ser disponibilizado para a unidade escolar e Secretaria de Educação.
Assinaturas	

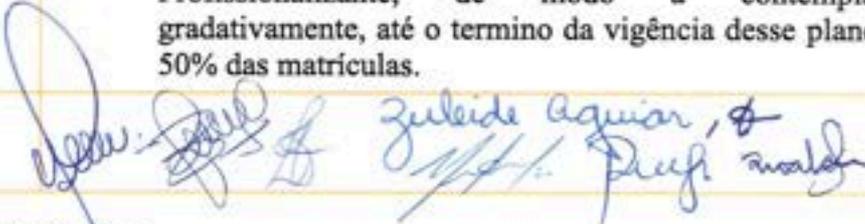
META 10: EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Numeração	Nota Técnica N° 31/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.



Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>“Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal”</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alínea “a” define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como “Diretorias” passam a ser denominados como “Secretarias”.</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 10.1. Celebrar parceria com a Diretoria do Trabalho e Diretoria de Educação, com o objetivo de oferecer a EJA, associada com a Educação Profissionalizante, de modo a contemplar gradativamente, até o término da vigência desse plano, 50% das matrículas. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 10.1. Celebrar parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e



	<p>Informação e Secretaria de Educação, com o objetivo de oferecer a EJA, associada com a Educação Profissionalizante, de modo a contemplar gradativamente, até o término da vigência desse plano, 50% das matrículas.</p>
Assinaturas	

META 11: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Numeração	Nota Técnica N° 32/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na ação da Estratégia.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	A comissão compreende que, mais do que incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação é necessário garantir, pois dessa forma se faz políticas e gestão pública com qualidade.
Análise Técnica	Para que o município qualifique suas ações acerca da oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação é necessário definir políticas públicas de incentivo e garantia aos direitos de todo e qualquer ser humano. Dessa forma, proporcionar a oferta está, de acordo com o olhar da comissão, para além de incentivar. Nessa direção, sugerimos a alteração da ação na Estratégia 11.3.
Conclusão	Sugere-se a alteração na ação da Estratégia. De: <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 11.3. Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a partir da vigência do plano. Para: <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 11.3. Proporcionar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

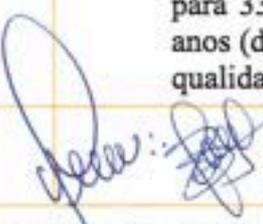
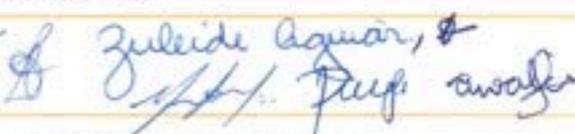


	altas habilidades ou superdotação, a partir da vigência do plano.
Assinaturas	

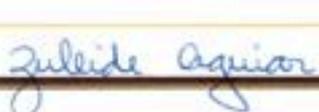
META 12: EDUCAÇÃO SUPERIOR

Numeração	Nota Técnica N° 33/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação da Meta 12.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a intenção de deixar o objetivo da Meta 12 mais claro e articulado à realidade municipal sugerimos que a taxa bruta de matrícula possa ser elevada ao invés de incentivada tendo em vista o segmento público e/ou privado. Dessa forma, também suprimimos o trecho que diz: “[...] <i>novas matrículas, no segmento público</i> ”, haja vista que não temos essa realidade no município quando pensamos no ensino superior.
Análise Técnica	Considerando a realidade municipal que oferece polos universitários não contabilizados em termos estatísticos no município. Considerando que os polos universitários instalados no município são privados. Considerando que intencionamos acompanhar o aumento na taxa bruta de matrículas na educação superior do município, sugerimos dois ajustes na redação da Meta que objetiva tais princípios.
Conclusão	Sugere-se a alteração na redação da própria Meta. De: ► Meta 12: <i>Incentivar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos que conclui o Ensino Médio no município, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.</i>

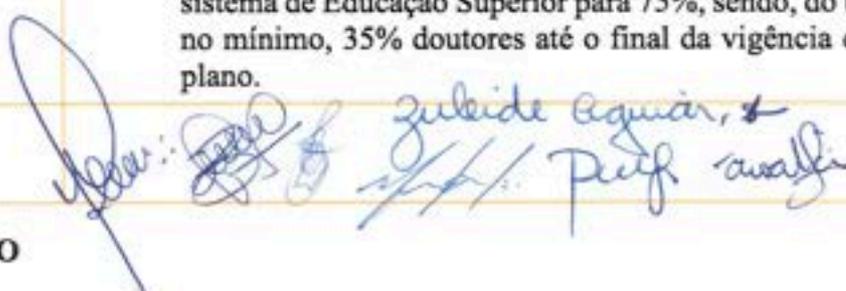


	<p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 anos (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade de oferta.
Assinaturas	<p>De:  Zuleide Aquino,  Prof. Swales</p>

META 13: TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Numeração	Nota Técnica Nº 34/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação da Meta 13.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a intenção de deixar o objetivo da Meta 13 mais claro e intencional ao que o município pretende em termos de qualidade quando houver universidade instalada, sugerimos que a qualidade da educação superior possa ser elevada ao invés de incentivada tendo em vista a quantidade de mestres e doutores no corpo docente.
Análise Técnica	A formação do professor em nível de mestrado e doutorado se faz necessária no ensino superior para: qualificar a pesquisa enquanto aprofundamento de estudo e/ou produção de conhecimento inéditos, definir metodologias de pesquisas, aprender a qualificar os dados obtidos, gerar novos conhecimentos de forma a contribuir com a academia, educação e sociedade, publicar artigos científicos e livros, construir produção bibliográfica robusta própria para a área que está sendo pesquisada, entre outros. Tais ações só são possíveis com um corpo docente composto por mestres e doutores elevando, assim, a qualidade do ensino superior nas instâncias avaliativas e nos órgãos de fomento ao financiamento da pesquisa científica como CAPES, FAPESP, CNPq, entre outros.
Conclusão	Sugere-se a alteração na redação da própria Meta. De:  Zuleide Aquino  Prof. Swales



	<ul style="list-style-type: none">Meta 13: Incentivar no município a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores até o final da vigência deste plano. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">Meta 13: Elevar no município a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores até o final da vigência deste plano.
Assinaturas	

META 14: PÓS-GRADUAÇÃO

Numeração	Nota Técnica N° 35/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação da Meta 14.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Ao realizar a leitura da redação da Meta 14, a comissão compreende que é inviável um município de, aproximadamente, 80 mil habitantes, conseguir elevar o número de matrículas de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores, tal como ocorre na meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação.
Análise Técnica	Diante do apontamento realizado, sugerimos que, ao município cabe estimular e acompanhar no município o cumprimento da meta nacional e elevar o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , ampliando assim a titulação de mestres e doutores.
Conclusão	Sugere-se a alteração na redação da própria Meta. De:

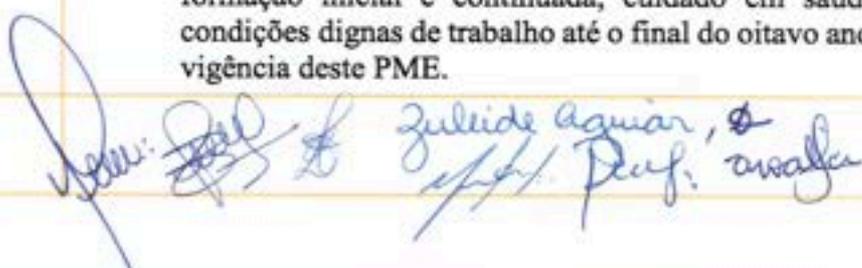


	<ul style="list-style-type: none">Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">Meta 14: Elevar, incentivar, estimular e acompanhar no Município o cumprimento da meta nacional: elevar em 10%, gradativamente, o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a ampliar a titulação de mestres e doutores.
Assinaturas	

META 17: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Numeração	Nota Técnica Nº 36/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação da Meta 17.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Ao realizar a leitura da redação da Meta 17, a comissão compreende que a escrita deixa vago a qual ampliação de patamar de valorização dos profissionais o texto se refere. Além disso, não traz um tempo ou percentual de alcance para que possa ser mensurada.
Análise Técnica	Diante dos apontamentos realizados, sugerimos explicitar o tipo de valorização que se pretende como por exemplo, as que estão expressas nas Estratégias: garantir um plano de carreira sólido, formação inicial e continuada, cuidado com a saúde e condições dignas de trabalho. Sugerimos também estipular um tempo para que a meta possa ser alcançada, visto que essa é uma das características. Sugerimos o sétimo ano de vigência do plano tendo em vista que, ao longo dos anos anteriores, alguns aspectos possam ter sido alcançados e consolidados na rede.
Conclusão	Sugere-se a alteração na redação da própria Meta.



	<p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">Meta 17: Ampliar o patamar de valorização dos profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">Meta 17: Ampliar o patamar de valorização dos(as) profissionais da rede pública de educação básica de forma a garantir um plano de carreira consistente, formação inicial e continuada, cuidado em saúde e condições dignas de trabalho até o final do oitavo ano de vigência deste PME.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica Nº 37/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a "Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal" enquanto que o Art. 5º, III, Alínea "a" define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das</p>



	<p>políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 17.8. Assegurar que as funções designadas dos profissionais do magistério se deem por meio de apresentação de projetos na Diretoria de Educação e apresentação oral para banca examinadora, tanto na Diretoria de Educação, quanto nas escolas, a partir de 2020. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 17.8. Assegurar que as funções designadas dos profissionais do magistério se deem por meio de apresentação de projetos na Secretaria de Educação e apresentação oral para banca examinadora, tanto na Secretaria de Educação, quanto nas escolas, a partir de 2020.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 38/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Ajuste de conceito: modalidades de ensino e segmentos de ensino.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Ao estudar a Estratégia 17.9, observamos que a demanda da rede não são dois assessores pedagógicos em escolas com duas ou mais modalidades, pois dessa forma só poderiam ser atendidas as escolas que tivessem EJA e AEE.



	<p>A demanda da rede para ter mais um assessor pedagógico são escolas com grande número de classes e mais de um segmento.</p>
Análise Técnica	<p>Diante da importância da função formadora do assessor pedagógico e, para que possa atuar com foco em cada segmento atendido pela unidade escolar, sugerimos que as escolas maiores como as que possuem trinta ou mais classes e mais de um segmento, possam ter mais de um profissional que atue na função de acompanhamento do trabalho pedagógico e da formação continuada dos professores.</p> <p>Essa tem sido uma demanda compartilhada pelas escolas da rede, principalmente quando o assessor se divide entre EF I e EF II com demandas, focos de trabalho e complexidades diferentes. Devido a isso, garantir qualidade e aprofundamento no trabalho tem sido difícil e algo praticamente não alcançado.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 17.9. Possibilitar, a partir de 2017, dois assessores pedagógicos para escolas com duas ou mais modalidades de ensino, de acordo com o número de salas. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 17.9. Possibilitar, a partir de 2017, dois assessores pedagógicos para escolas com mais de trinta classes e mais de um segmento.
Assinaturas	<p><i>Assinaturas manuscritas em azul: Zuleide Aquiar, Prof. Avalia</i></p>

META 18: PLANO DE CARGO E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Numeração	Nota Técnica N° 39/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação da Meta 18.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.



Histórico	Ao realizar a leitura da redação da Meta 18, a comissão compreende a importância de deixá-la mais clara e objetiva.
Análise Técnica	Sugerimos explicitar o foco da Meta na redação: <ol style="list-style-type: none">1. É preciso assegurar a cada três anos a revisão do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério (sendo que este último não aparece no corpo da meta) aos professores da educação básica.2. Garantir a elaboração e aprovação do Plano de Carreira dos demais profissionais da educação.
Conclusão	Sugere-se a alteração na redação da própria Meta. De: <ul style="list-style-type: none">Meta 18: Assegurar a revisão, a cada três anos, dos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal e garantir a elaboração e aprovar o Plano de Carreira dos demais Profissionais da Educação. Para: <ul style="list-style-type: none">Meta 18: Assegurar, a cada 5 (cinco) anos, a revisão do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério Público dos(as) professores da educação básica e, para o Plano de Carreira dos(as) demais profissionais da educação, garantir a elaboração e aprovação.
Assinaturas	

META 19: GESTÃO DEMOCRÁTICA

Numeração	Nota Técnica N° 40/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na redação da Meta 19.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Ao realizar a leitura da redação da Meta 19, a comissão compreende a importância de sugerir um tempo para sua efetivação, visto ser essa uma das características de uma meta.



Análise Técnica	Toda meta necessita de um tempo ou um percentual para que possa ser aferida, acompanhada e mensurada tornando-se uma forma de medir o progresso para alcançar o objetivo traçado. Interessante destacar que, para acompanhar a meta é preciso criar um indicador tal qual estabelece o PNE. Diante disso, ficaria inviável criar um indicador sem que a meta estipulasse um tempo.
Conclusão	Sugere-se a alteração na redação da própria Meta. De: <ul style="list-style-type: none">Meta 19: Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos. Para: <ul style="list-style-type: none">Meta 19: Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos, a partir do início da vigência do plano.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 41/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.



Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>"Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal"</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alínea "a" define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 19.3. Fortalecer parcerias entre a Diretoria de Educação, escolas e Conselho Tutelar de forma a atender as demandas e as especificidades das crianças em situações de vulnerabilidade social, a partir do início do plano. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">► Estratégia 19.3. Fortalecer parcerias entre a Secretaria de Educação, escolas e Conselho Tutelar de forma a atender as demandas e as especificidades das crianças em situações de vulnerabilidade social, a partir do início do plano.
Assinaturas	<p>Zuleide Aquino, Prof. Tereza</p>



Numeração	Nota Técnica Nº 42/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da Administração do Governo Municipal.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	Com a aprovação da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajamar, faz-se necessário alterar a nomenclatura dos órgãos próprios da administração citados em algumas Estratégias do Plano Municipal de Educação, a saber: de Diretoria para Secretaria.
Análise Técnica	<p>A alteração aqui sugerida se faz necessária, pois conforme Art. 4º da Lei Complementar nº 170, de 26 de dezembro de 2018, a <i>"Administração Direta é composta por Secretarias Municipais e unidades administrativas autônomas, todas subordinadas diretamente ao Prefeito Municipal"</i> enquanto que o Art. 5º, III, Alínea "a" define a Secretaria Municipal de Educação como Atividade Fim. Com isso, os órgãos nomeados como "Diretorias" passam a ser denominados como "Secretarias".</p> <p>Nessa direção, o Art. 7º e seus Incisos discorrem sobre as competências das Secretarias Municipais: oferecer subsídios ao Governo Municipal na formulação de diretrizes gerais e prioridades da ação municipal, garantir a concretização das políticas, diretrizes e prioridades definidas pelo Governo Municipal, garantir ao Prefeito o apoio necessário ao desempenho de suas funções e especialmente as condições necessárias para a tomada de decisões, participar da elaboração do orçamento municipal, bem como acompanhar sua execução.</p> <p>Considerando as competências explicitadas, a reorganização administrativa proposta e as novas nomenclaturas dos órgãos municipais faz-se necessário atualizar o Plano Municipal de Educação no que diz respeito as alterações legais.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração na nomenclatura dos órgãos próprios da administração na escrita da Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 19.4. Garantir um Assistente Pedagógico de Educação Infantil para atuar na Diretoria de Educação junto às escolas no processo de formação e



	<p>acompanhamento do trabalho pedagógico, a partir de 2019.</p> <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 19.4. Garantir um Assistente Pedagógico de Educação Infantil para atuar na Secretaria de Educação junto às escolas no processo de formação e acompanhamento do trabalho pedagógico, a partir de 2019.
Assinaturas	

Numeração	Nota Técnica N° 43/2.021 (referente ao biênio 2018-2019)
Assunto	Alteração no nome do documento mencionado na Estratégia.
Responsável(is) pela elaboração	Andrea Rodrigues Dalcin.
Histórico	<p>A comissão sugere alteração na nomenclatura do documento “regimentos escolares” para “normas de gestão e convivência” pelo fato de, nesse tempo histórico, este último ser aquele que é denominado como tal na prática escolar e realmente ser discutido com a efetiva participação de profissionais da educação, alunos e seus familiares.</p> <p>Na rede municipal, não temos um documento intitulado de regimento escolar, mas sim Regimento Comum das Escolas Municipais que é discutido entre profissionais da educação sem a participação de alunos e familiares. Considerando essa prática, sugere-se a alteração da nomenclatura do documento na escrita da Estratégia 19.7.</p>
Análise Técnica	<p>O regimento escolar é um documento obrigatório em todas as escolas brasileiras. Ele determina, normatiza as ações das instituições de ensino e deve seguir a legislação para a educação. Como citamos anteriormente, no município utilizamos o termo “Regimento Comum das Escolas Municipais” que, neste período datado historicamente é igual para todas as escolas e construído apenas pelos profissionais da educação sem a participação dos alunos e das famílias. Diante disso, o conceito de regimento escolar enquanto expressão da política pedagógica, administrativa e disciplinar da escola</p>



	<p>regula, em seu âmbito, as relações do coletivo escolar, com base nos princípios educacionais vigentes e na legislação educacional.</p> <p>A Lei nº 9.394/96, menciona a palavra “<i>Regimento</i>” quando dispõe sobre a Educação Básica, nos artigos 23 e 24, em três distintas situações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Estabelece que, nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por ano/série, o <i>Regimento Escolar</i> pode admitir formas de progressão parcial.2. Define a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus <i>regimentos</i>.3. Define que o controle da frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu <i>regimento</i> e nas normas dos respectivos sistemas de ensino. <p>Já as normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentam nos princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática. Esse documento, na rede municipal de Cajamar, é o que traz os direitos e deveres de toda comunidade escolar, sendo revisado por todos no primeiro bimestre de cada ano letivo.</p>
Conclusão	<p>Sugere-se a alteração no nome do documento mencionado na Estratégia.</p> <p>De:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 19.7. Promover a efetiva participação de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação da comunidade, a partir do início do plano. <p>Para:</p> <ul style="list-style-type: none">■ Estratégia 19.7. Promover a efetiva participação de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos Projetos Político Pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e normas de gestão e convivência, assegurando a participação da comunidade, a partir do início do plano.



Assinaturas

A Comissão Coordenadora do PME informa que todos os registros, tais como atas, lista de presença, relatórios, planilhas, ofícios, e-mails, atos normativos expedidos, fotografias, entre outros, estão arquivados e disponíveis para quaisquer situações de consulta. Salientamos também que demandas e sugestões específicas que envolvem diferentes comissões e/ou conselhos serão encaminhadas aos responsáveis considerando a singularidade dos assuntos referentes, por exemplo, ao Regimento Comum das Escolas Municipais de Cajamar, Comissão do Plano de Carreira, Conselho Municipal de Educação, Cacs FUNDEB, CAE, Fórum Municipal de Educação, Comissão do PAR entre outros.

O papel desta comissão é monitorar e avaliar o PME tornando pública a realidade educacional do município, bem como sugerir e orientar possíveis proposições a partir dos dados coletados. O delineamento de cada demanda apontada no PME é de competência e responsabilidade das instâncias legitimadas para conduzir as ações, bem como a tomada de providências cabíveis.

Andrea Rodrigues Dalcin
Hislan Gomes de Almeida Rodrigues
Lukau Candido Daniel
Marco Antonio de Souza Pelliciani
Marcos Fernandes da Cruz
Maria Luana Carvalho Nunes
Regina Borges Ferreira Slesaczek
Zuleide Da Silva Aguiar Souza Araújo

COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Página 356



Anexo Metas e Estratégias

Após aprovação das *Notas Técnicas* e validação do *Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação - 2º biênio (2018 e 2019)*, durante a III Conferência Municipal de Educação.

Após envio da documentação à Secretaria Municipal de Educação para realização dos trâmites junto ao Poder Executivo.

Após o envio da documentação ao Poder Legislativo e aprovação em Sessão na Câmara dos Vereadores, o PME passa a vigorar com as seguintes Metas e Estratégias:



META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a educação infantil para crianças de quatro e cinco anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos nos próximos dez anos da vigência deste plano com qualidade e equidade.

Estratégia 1.1. Realizar anualmente, a partir da vigência deste plano, o levantamento por demandas de vagas considerando a lista de espera da rede, bem como a quantidade de crianças nessa faixa etária presentes nos cadastros da Secretaria de Saúde e de Assistência Social, observando a necessidade de atendimento da população do campo.

Estratégia 1.2. Estabelecer horários alternativos no atendimento às creches com alunos no turno parcial e integral sendo este último com atendimento de 7h ou 12h, a partir de 2020.

Estratégia 1.3. Garantir a centralização da lista de espera da creche na Secretaria de Educação de maneira informatizada e transparente para acompanhamento dos pais, a partir de 2019.

Estratégia 1.4. Ampliar ano a ano o percentual de atendimento da demanda por creches, até atingir os 50% da população de 0 a 3 anos, ao final da vigência desse plano, considerando o que prevê os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil no que diz respeito ao número de alunos por adulto em sala, até 2020.

Estratégia 1.5. Estabelecer, no quarto ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

Estratégia 1.6. Garantir a continuidade de 100% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas nas escolas de educação infantil atendendo assim a legislação vigente.

Estratégia 1.7. Garantir a partir da vigência do Plano Municipal de Educação, o atendimento a pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, conforme jornada de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial, com exigência 60% de frequência.

Estratégia 1.8. Estimular o acesso a pré-escola, para crianças com idade entre 4 e 5 anos, em jornada integral de, no mínimo, sete horas diárias, com exigência de frequência de 60%, até 2019.

Estratégia 1.9. Adquirir, sistematicamente, equipamentos, brinquedos, materiais pedagógicos diversos, visando à expansão e à melhoria do trabalho pedagógico e da rede física de escolas públicas, a partir de 2019.

Estratégia 1.10. Implantar, no primeiro ano de vigência do PME, a avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base nos Indicadores de Qualidade Nacionais da Educação Infantil, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a acessibilidade, o Projeto Político Pedagógico, o desenvolvimento dos Projetos Institucionais, as formações continuadas, entre outros indicadores relevantes.

Estratégia 1.11. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em



colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde e Proteção à Infância, a partir de 2019.

Estratégia 1.12. Assegurar as crianças a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, até 2020.

Estratégia 1.13. Garantir a continuidade e a ampliação, em caráter complementar, de programas de orientação e apoio as famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças, até 2020.

Estratégia 1.14. Garantir a oferta de educação infantil para crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos públicos e privados, que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, considerando que o Conselho Municipal de Educação é o órgão responsável por avaliar e autorizar o funcionamento das instituições de ensino, a partir de 2019.

Estratégia 1.15. Assegurar que as unidades de educação infantil sejam contempladas com recursos e equipamentos tecnológicos, além de acesso a internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais, a partir de 2020 com projeção para os próximos anos até o final da vigência deste plano.

Estratégia 1.16. Garantir a fiscalização no âmbito municipal via Conselho Municipal de Educação, referente às escolas privadas subordinadas a Secretaria Municipal de Educação para efetiva regularização de seu funcionamento, como também fiscalizar a formação exigida para que professores possam atuar em sala de aula garantindo a qualidade do ensino.

Estratégia 1.17. Acompanhar a revisão do cardápio da alimentação escolar, a partir de 2016, juntamente com o Setor Técnico da Alimentação Escolar, a comunidade escolar, e o CAE (Conselho de Alimentação Escolar), levando em consideração a previsão orçamentária, o tempo de permanência e a periodicidade do aluno na escola, sempre respeitando os hábitos alimentares locais. O objetivo deste acompanhamento é garantir uma alimentação saudável, segurança alimentar, aceitabilidade dos alimentos, e a sazonalidade dos alimentos.

Estratégia 1.18. Sensibilizar e orientar a equipe escolar (gestores, professores, monitores, merendeiros e demais profissionais), de forma que incentivem os alunos ao consumo de alimentos saudáveis promovendo a educação nutricional, a partir da vigência do plano.

Estratégia 1.19. Garantir, a partir de 2016, os alimentos necessários para atender mediante apresentação de laudo médico, os alunos que necessitam de adequações ou restrições em sua dieta.

Estratégia 1.20. Manter o acesso de 100% dos alunos que residam a mais de 2 km das escolas da Rede Municipal, ao transporte escolar a partir da vigência do plano.



Estratégia 1.21. A partir do início da vigência desse plano, implantar mecanismos de avaliação anual sobre a qualidade da prestação dos serviços de transporte escolar com participação da equipe gestora das escolas, alunos e pais.

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL

Assegurar, em colaboração com a União, o Estado e o Município a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda população de 6 a 14 anos de forma que 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.

Estratégia 2.1. Ampliar ou reestruturar escolas, já em 2016, no que se refere ao espaço físico e o trabalho pedagógico.

Estratégia 2.2. Monitorar, a partir de 2016, o acesso, a frequência, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das vítimas de situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, com o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar, em conjunto com a família, assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Estratégia 2.3. Desenvolver, a partir de 2016, formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

Estratégia 2.4. Implantar, a partir de 2020, a avaliação institucional do ensino fundamental, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base nos Indicadores de Qualidade Nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos e tecnológicos, a acessibilidade, o Projeto Político Pedagógico, o desenvolvimento dos Projetos Institucionais, as formações continuadas, o trabalho realizado pelas empresas terceirizadas dentro da escola, entre outros indicadores relevantes que constituem as dimensões de qualidade do ensino.

Estratégia 2.5. Revisar a Proposta Curricular para o ensino fundamental à luz da Base Nacional Comum Curricular a partir de 2019, para imediata implantação do novo currículo.

Estratégia 2.6. Acessar, a partir de 2020, tecnologias educacionais para o ensino fundamental, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados apresentados.

Estratégia 2.7: Assegurar, até 2021, que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas e/ou salas de leitura e multimeios, bem como equipamentos tecnológicos, além de acesso à *internet* por meio de banda larga de alta velocidade garantindo a formação adequada para os profissionais da educação que atuarão diretamente nesse espaço considerando as metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais e ao processo de leitura.

Estratégia 2.8. Implantar o Sistema de Ensino considerando processo de planejamento para essa ação, a organização do trabalho pedagógico, a ampliação dos dados de aprendizagem e qualificação na formação de professores a partir de 2019.



Estratégia 2.9. Realocar, após a construção de novas escolas, os alunos do 1º ano, que estão nas escolas de educação infantil para o ensino fundamental, até 2020.

Estratégia 2.10. Promover políticas públicas voltadas à diminuição da taxa de retenção, até 2020.

Estratégia 2.11. Fomentar políticas públicas que garantam a correção da distorção idade-série diante do combate à evasão escolar, abandono e retenção, até 2020.

Estratégia 2.12. Priorizar no Plano de Ações Articuladas (PAR) o acesso, junto ao Ministério da Educação, a programas de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, a partir de 2019.

Estratégia 2.13. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, a partir de 2019.

Estratégia 2.14. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional, a partir de 2019.

Estratégia 2.15. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores, professoras e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, durante toda vigência do plano.

Estratégia 2.16. Criar uma rede integrada entre o Conselho Municipal de Educação, CMDCA, Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social responsáveis pela garantia do direito e integridade às crianças e adolescentes, a partir de 2019.

Estratégia 2.17. Revisar e atualizar, até 2020, o Decreto nº 4.318 de 13 de maio de 2011, que homologa o Regimento Comum das Escolas Municipais de Cajamar, considerando alguns aspectos tais como: critérios de avaliação/menções, nomenclaturas, quantidade alunos por classe, considerando também as classes que possuem alunos com deficiência, anexos do Projeto Político Pedagógico, critérios para matrícula de alunos entre outros.

Estratégia 2.18. Investir em ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, durante a vigência do plano.

Estratégia 2.19. Promover um estudo para implantação da Língua Inglesa nas escolas de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, a partir de 2023.

Estratégia 2.20. Criar meios para avaliar efetivamente o nível de aprendizado em que se encontra cada aluno, utilizando nomenclaturas que reflitam verdadeiramente o aprendizado adquirido.



Estratégia 2.21. Melhorar a qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos e estabelecer formas e critérios para avaliar a qualidade da alimentação escolar por cada escola podendo ser: acompanhamento do Teste de Aceitabilidade, aplicado em cada escola pelo Setor de Alimentação Escolar, acompanhamento da elaboração dos termos de referência para compra dos alimentos da Alimentação Escolar, acompanhamento do contrato da empresa que compra os alimentos para a Alimentação Escolar, capacitação prática das merendeiras, para melhoria no preparo dos alimentos, desde a vigência do plano.

Estratégia 2.22. Constituir uma equipe multidisciplinar composta pelo CAE, pela Vigilância sanitária e pela equipe técnica de nutrição com a finalidade de monitorar, avaliar, e fiscalizar o trabalho e as condições estruturais e de armazenamento das cozinhas das escolas e de todo processo da alimentação escolar, a partir de 2019.

Estratégia 2.23. Fortalecer o CAE quanto ao processo de autonomia, transparência e socialização de informações para controle do orçamento e dos gastos públicos, desde o início do plano.

Estratégia 2.24. Manter o acesso dos alunos com deficiência à escola de Rede Municipal por meio de transporte acessível, a partir da vigência do plano.

Estratégia 2.25. Rever o convênio com o Estado, possibilitando a oferta do transporte dos alunos da Rede Estadual (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o repasse de recursos correspondentes, a partir da vigência do plano.

META 3 – ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% em idade e série adequadas.

Estratégia 3.1. Promover, em 2016, em regime de colaboração com o Estado e a União, estudo das áreas disponíveis nos bairros de Cajamar Centro e Polvilho, dada a implantação de novos condomínios e conjuntos habitacionais, para instalação de escolas, em virtude da necessidade de expansão da rede estadual, buscando a universalização do atendimento para o Ensino Médio, durante a vigência deste plano.

Estratégia 3.2. Promover, a partir de 2016, intercâmbio entre as escolas do ensino fundamental, anos finais, com as escolas de ensino médio, proporcionando uma integração e adaptação do aluno egresso do ensino fundamental, permitindo uma continuidade dos estudos sem rupturas, realizando um trabalho com as famílias, mostrando a importância dos estudos para não deixar os filhos abandonarem a escola.

Estratégia 3.3. Elaborar projetos institucionais entre Município e Estado para qualificar a integração dos alunos no processo de transição do ensino fundamental para o ensino médio, durante a vigência do plano.

Estratégia 3.4. Estabelecer conjuntamente com os representantes do estado, normas e procedimentos que visem a facilitar o processo das matrículas do aluno egresso do ensino fundamental anos finais nas escolas de ensino médio, a partir de 2016.



Estratégia 3.5. Buscar a parceria com o SENAI visando a atender 20% dos alunos ingressantes no Ensino Médio, concomitante aos estudos regulares, com possibilidade da inserção no mercado de trabalho via estágio remunerado e/ou bolsas de estudo, no início do ano letivo de 2016.

Estratégia 3.6. Incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores, a partir de 2020.

Estratégia 3.7. Discutir o processo de implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do ensino médio, até 2020.

Estratégia 3.8. Promover a busca ativa da população de quinze a dezessete anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude, durante a vigência do plano.

Estratégia 3.9. Implementar ações de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão, durante a vigência do plano.

Estratégia 3.10. Incentivar a matrícula dos alunos de ensino médio em cursos técnicos/profissionalizantes e superiores de maneira a trazer mais opções dentro do próprio município, durante a vigência do plano.

Estratégia 3.11. Integrar e articular o CAE junto a outros fóruns sociais e dar visibilidade as ações deste colegiado, desde o início do plano.

Estratégia 3.12. Garantir formação continuada dos conselheiros do CAE mediante suas responsabilidades e fiscalização da alimentação escolar, desde o início do plano.

Estratégia 3.13. Garantir a Avaliação Antropométrica dos alunos, realizando o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos alunos, a partir de 2019.

Estratégia 3.14. Promover, semestralmente, a capacitação dos merendeiros, inclusive sobre o aproveitamento dos alimentos, até 2020.

Estratégia 3.15. Viabilizar, em parceria com a União, ações de implantação gradativa de cadeirinhas adequadas no ônibus escolar de acordo com a faixa-etária, até 2022.

Estratégia 3.16. Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local, a partir da vigência do plano.



META 4 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Oferecer para toda população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino de forma a garantir o sistema educacional inclusivo, com o uso das salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados.

Estratégia 4.1. Ampliar, gradativamente, a oferta de Educação Inclusiva na rede regular de ensino municipal, estadual e privado considerando o censo de demanda e o número de alunos por professores em cada região, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.2. Mapear nos bairros, a partir de 2016, crianças e jovens com deficiência que estão fora da escola regular e monitorar essas deficiências a cada dois anos.

Estratégia 4.3. Manter, anualmente, o ensino de LIBRAS para os surdos ou alunos com rebaixamento auditivo, familiares, educadores e comunidade, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.4. Aprovar em 2016, através do Conselho Municipal de Educação, os padrões relativos a condições de acessibilidade no ambiente físico das escolas municipais, estaduais e privadas considerando o espaço educativo, os equipamentos, o mobiliário escolar, e o material didático, sempre que novas diretrizes pedagógicas, tecnológicas ou o resultado de estudos específicos o recomendem, de modo a favorecer o contínuo processo de integração dos alunos com deficiência.

Estratégia 4.5. Condicionar a autorização e funcionamento de escolas privadas de Educação Infantil do município, a partir de 2017, à observância dos padrões de acessibilidade, deliberados pelo CME, à luz da Legislação Federal vigente.

Estratégia 4.6. Garantir que, gradativamente, até o final da vigência deste plano, todas as escolas do município adéquem seu ambiente físico aos padrões de acessibilidade deliberados pelo Conselho Municipal de Educação, à luz da legislação federal seguindo as normas da NBR50/9050/2015, mediante reformas, ampliações, aquisições ou flexibilização de uso dos espaços e insumos, a partir de 2021.

Estratégia 4.7. Realizar diagnósticos anuais das condições dos suportes tecnológicos das escolas para promover os meios necessários para o apoio didático em cada unidade aos alunos com deficiência, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.8. Planejar, a partir dos diagnósticos realizados, a ampliação do fornecimento e o uso de equipamento de informática para apoio à aprendizagem dos alunos com deficiência, considerando as necessidades de tecnologia específicas para os tipos de deficiências, até 2019.

Estratégia 4.9. Garantir a continuidade do acesso aos alunos com deficiências nas escolas do município por meio de transporte adaptado e avaliar anualmente a prestação de serviços de transporte aos alunos inclusos, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.10. Estimular, por meio de campanha realizada anualmente, a matrícula de crianças de 0 a 3 anos de idade com deficiência e assegurar a matrícula de todas as crianças com deficiência de 4 a 5 anos, já em 2016, nas escolas do município.



Estratégia 4.11. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais e auditivos desenvolvidos mediante parcerias entre as Diretorias Municipais de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e EJA, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.12. Estabelecer parceria com Instituições e a Secretaria de Saúde, no sentido da implantação de CAPS E CAPSI no município e desta forma, garantir o direito a saúde e ao diagnóstico da pessoa com deficiência em todas as etapas e modalidades de ensino, até o ano de 2020.

Estratégia 4.13. Ampliar a oferta de prestação de serviços da APAE de Cajamar, sugerindo condições na renovação contratual anual para garantir atendimento a todas as deficiências, mediante avaliação da instituição pela comunidade, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.14. Aprofundar estudos para implementar ações com foco na oferta de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.15. Estabelecer parcerias, a partir de 2016, para oferta de cursos de formações aos profissionais do atendimento educacional especializado e garantir que todos os professores participem.

Estratégia 4.16. Estimular a alfabetização dos alunos com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue das pessoas com surdez e deficiência visual, sem estabelecimento de terminalidade temporal, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.17. Definir os critérios para o gerenciamento da terminalidade específica para os alunos com deficiência, em parceria com Equipe Técnica da Secretaria de Educação, Professores do AEE que atendam os alunos envolvidos e profissionais da Saúde, para o ano de 2020.

Estratégia 4.18. Garantir, a partir de 2020, programas de formação para o trabalho de alunos com deficiência, mediante parceria entre Secretarias Municipais e instituições privadas, visando ao ingresso dos mesmos no mercado de trabalho do município.

Estratégia 4.19. Acompanhar, anualmente, as diretrizes e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação, Plano Nacional de Educação, bem como toda política pública da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Estratégia 4.20. Assegurar e ampliar a partir de 2016 o Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de quatro a dezessete anos.

Estratégia 4.21. Ter como requisito uma especialização em Educação Inclusiva ou AEE para seleção e ingresso de professores do Atendimento Educacional Especializado, tendo como requisito, até 2020.

Estratégia 4.22. Promover espaços de formação continuada aos professores que atuam no atendimento educacional especializado considerando a articulação entre a realidade dos educandos e as práticas pedagógicas, durante a vigência do plano.



Estratégia 4.23. Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Estratégia 4.24. Criar de uma equipe multidisciplinar de apoio, integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicopedagogia clínica e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, até 2020.

Estratégia 4.25. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do sistema braile de leitura para cegos e surdo-cegos, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.26. Criar um núcleo de formação para professores da rede a ser ministrado pelos PIEB's quando houver a ausência do público alvo de alunos surdos, a partir de 2019, necessitando assim da revisão das atribuições desse docente no Plano de Carreira, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.27. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.28. Promover parcerias com instituições sem fins lucrativos visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino, até 2020.

Estratégia 4.29. Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, até 2021.

Estratégia 4.30. Criar uma Plataforma *on-line* de um Censo Municipal de pesquisas com a integração de todas as áreas: Saúde, Social e Educacional mapeando todas as crianças, jovens e adultos com deficiência no município até o ano de 2019.

Estratégia 4.31. Manter atualizado junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil de estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades ou Superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.



Estratégia 4.32. Estimular a criação de Centros Multidisciplinares de acordo com pesquisa e assessoria articuladas com Instituições acadêmicas e integradas com profissionais da área da Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia para apoiar o trabalho dos professores de Educação Básica com os (as) alunos (as) com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades e superdotação, a partir de 2022.

Estratégia 4.33. Firmar convênio com as Instituições com o objetivo de complementar e suplementar os psicodiagnósticos diante das hipóteses de deficiências, a partir de 2022.

Estratégia 4.34. Avaliar e supervisionar o financiamento público e privado que prestam atendimento as crianças, jovens e adultos com deficiência, a partir de 2019, com a participação da escola, família e Diretoria de Educação.

Estratégia 4.35. Criar uma Plataforma de Formação continuada no que se refere à Perspectiva Inclusiva para todas as modalidades de ensino, em 2020.

Estratégia 4.36. Programar no calendário escolar momentos de Formações voltados para Perspectiva Inclusiva em todos os segmentos da educação básica, a partir de 2020.

Estratégia 4.37. Incentivar Cursos de Licenciatura e demais formações aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado assim como aos Professores da Rede Municipal que possuem alunos com deficiência na sala de aula regular, durante a vigência do plano.

Estratégia 4.38. Favorecer o trabalho de cooperação com o Ensino Profissionalizante com as empresas conforme a Lei 8213/91 (Lei de Contratação de Pessoas com Deficiência), a partir de 2021.

Estratégia 4.39. Incluir no Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais e em seus planos anuais de trabalho as diretrizes e ações necessárias à integração dos alunos com deficiência, a partir de 2019.

Estratégia 4.40. Oferecer Atendimento Educacional Especializado a todos os alunos que necessitarem deste serviço, desde o início da vigência deste plano.

Estratégia 4.41. Ter um centro de AEE no Município, para que não ocorra a troca de local garantindo assim a oferta do atendimento, a partir de 2022.

Estratégia 4.42. Garantir a acessibilidade à pessoa com deficiência nas escolas com oferta da modalidade jovens e adultos, desde o início da vigência deste plano.

Estratégia 4.43. Garantir que, durante a revisão do Regimento Comum das Escolas Municipais de Cajamar, a quantidade máxima de alunos por sala seja discutida considerando as salas em que há matrículas de alunos com deficiência visando à qualidade da educação, a partir de 2020.

Estratégia 4.44. Garantir formação continuada para a equipe técnica do setor de nutrição, para melhoria na alimentação escolar dos alunos, desde o início do plano.



Estratégia 4.45. Melhorar, a partir de 2016, as condições do programa de alimentação escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares menores e mais distantes ou salas isoladas, com a presença de merendeiras.

Estratégia 4.46. Garantir o acompanhamento do médico do trabalho para as (os) manipuladoras (es) de alimentos com exames periódicos para cumprir a legislação vigente.

Estratégia 4.47. Instituir o Conselho Municipal do Transporte Escolar para fiscalizar, monitorar e acompanhar os serviços públicos prestados zelando pela sua execução, a partir de 2019.

Estratégia 4.48. Elaborar Lei ou Decreto, em 2019, sobre o transporte escolar que garanta a continuidade ao acesso de 100% dos alunos que residam a mais de 2 km das escolas da Rede Municipal, considerando os alunos residentes em áreas de difícil acesso que contabilizem menos de 2 km.

META 5 – ALFABETIZAÇÃO

Alfabetizar as crianças no máximo, até o final do 2º ano do ensino fundamental.

Estratégia 5.1. Intensificar, a partir de 2016, a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores (as) e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

Estratégia 5.2. Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, a partir de 2016, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna e a identidade cultural das comunidades.

Estratégia 5.3. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização, durante a vigência do plano.

Estratégia 5.4. Apoiar, a partir de 2016, a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Estratégia 5.5. Implementar ações de avaliação da aprendizagem no ensino fundamental a fim de monitorar e acompanhar o desempenho dos estudantes e implementar medidas que assegurem a alfabetização no final do segundo ano e, depois, a adequada progressão das aprendizagens, desde o início da vigência do plano.

META 6 – EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Estratégia 6.1. Promover, com o apoio da União e/ou Estado, a ampliação da jornada, em no mínimo três escolas já construídas de Ensino Fundamental I e II, adotando medidas para otimizar o tempo de

Zulcindo Aquino



permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, através de oficinas, atividades recreativas, esportivas, culturais e de apoio as aprendizagens, até 2022.

Estratégia 6.2. Propor a oferta de Educação em Tempo Integral a outras escolas do Ensino Médio, em parceria com a União e Estado, iniciando em comunidades pobres ou com jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, em, no máximo, cinco anos.

Estratégia 6.3. Implantar, gradativamente, em quatro novas escolas municipais, a educação em tempo integral em parceria com a União e/ou estado e entidades privadas, a partir de 2021.

Estratégia 6.4. Construir, em regime de colaboração com a União e/ou estado, escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social, em 2018.

Estratégia 6.5. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, com a União e/ou estado e entidades privadas, o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas já construídas e em regime parcial, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas e/ou salas de leitura e multimídias, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material curricular e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral, em um prazo de cinco anos.

Estratégia 6.6. Fomentar, a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museu, ginásio de esporte, cinemas, centros culturais, teatros, planetário, entre outros, até 2020.

Estratégia 6.7. Promover a reorganização curricular para garantir as competências e habilidades necessárias, assim como as disciplinas básicas na escola de tempo integral e complementá-las com atividades extracurriculares, oficinas ou apoio as aprendizagens, possibilitando o aprendizado integral, a valorização ética e social no exercício da cidadania de cada aluno atendido, após a implantação de escolas em tempo integral.

Estratégia 6.8. Promover discussão para elaboração de critérios para seleção e ingresso de profissionais da educação que irão compor o quadro das escolas de tempo integral, a partir de 2020.

Estratégia 6.9. Oferecer atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob a sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, após a implantação de escolas em tempo integral.

META 7 – APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA



Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,1	5,4
Ensino Médio	---	---	4,2	4,4

Estratégia 7.1. Garantir, a partir de 2016, a implementação dos direitos e objetivos do desenvolvimento da aprendizagem, conforme consta na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental.

Estratégia 7.2. Planejar, a partir de 2018, um trabalho considerando os aspectos pedagógicos, tecnológicos e financeiros para escolas com resultados cujo IDEB ficou abaixo da média dos municípios do Estado de São Paulo, garantindo a melhoria da gestão educacional, a formação de professores e profissionais de apoio, bem como a ampliação e desenvolvimento de recursos pedagógicos.

Estratégia 7.3. Estabelecer políticas públicas, para ultrapassar as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e as escolas com maiores índices, garantindo equidade da aprendizagem no município, a partir de 2019.

Estratégia 7.4. Estabelecer políticas públicas de incentivo e valorização para as escolas que alcançaram a meta estabelecida pelo IDEB, a partir de 2022.

Estratégia 7.5. Acessar, a partir de 2020, tecnologias educacionais para o ensino fundamental, com preferência para *softwares* livres e recursos educacionais abertos, bem como incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados apresentados.

Estratégia 7.6. Assegurar até 2021 que as unidades de ensino fundamental sejam contempladas com bibliotecas e/ou salas de leitura e multimeios, acervo literário e equipamentos tecnológicos, além de acesso à internet por meio de banda larga de alta velocidade, e formação adequada para os profissionais da educação para adoção e uso permanente de metodologias alinhadas às novas tecnologias educacionais.

Estratégia 7.7. Implantar o Sistema de Ensino considerando processo de planejamento para essa ação, a organização do trabalho pedagógico, a ampliação dos dados de aprendizagem e qualificação na formação de professores a partir de 2019.

Estratégia 7.8. Oferecer, atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades esportivas nas escolas, a partir de 2019.

Estratégia 7.9. Garantir, a partir de 2016, a participação efetiva do município em avaliações externas nos âmbitos Nacional e Estadual, bem como aprimorar o monitoramento dos índices relacionados à aprendizagem.

Zulbide Aquino
[Handwritten signatures]



Estratégia 7.10. Garantir o direito do aluno a recuperação contínua e paralela, desde o início do ano letivo para as escolas que apresentarem essa demanda, viabilizando a infraestrutura adequada e os processos formativos e de acompanhamento pedagógicos necessários, a partir de 2019.

Estratégia 7.11. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Ensino Fundamental, a partir do início da vigência do plano.

Estratégia 7.12. Consolidar, ao longo do ano de 2016, as práticas com fortalecimento nos Planos de Formação, priorizando aspectos em que os alunos apresentam maiores dificuldades.

Estratégia 7.13. Articular em todas as instituições escolares o Projeto Político Pedagógico com o diagnóstico real da escola e da aprendizagem dos alunos, envolvendo a comunidade, em prol da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, durante o decorrer dos referidos Projetos, a partir da vigência do plano.

Estratégia 7.14. Implementar, a partir de 2016, um acompanhamento individualizado de todos os alunos do ensino fundamental, utilizando vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando, de forma a garantir o direito à aprendizagem com equidade e qualidade.

Estratégia 7.15. Valorizar os materiais já construídos pelos educadores da rede municipal de Cajamar e os recursos pedagógico-tecnológicos para garantir o aprendizado adequado de cada estudante em cada ano de sua trajetória escolar, a partir da vigência do plano.

Estratégia 7.16. Promover, a partir de 2016, a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

Estratégia 7.17. Incentivar, sistematicamente, a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, a partir da vigência do plano.

Estratégia 7.18. Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos setenta por cento dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e cinquenta por cento, pelo menos, o nível desejável.

Estratégia 7.19. Assegurar que no último ano de vigência deste PME, todos (as) estudantes de ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e oitenta por cento, pelo menos, o nível desejável.



Estratégia 7.20. Promover processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

Estratégia 7.21. Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem de todos os alunos, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégia 7.22. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil, desde o início de vigência do plano.

Estratégia 7.23. Priorizar no Plano de Ações Articuladas (PAR) o acesso, junto ao Ministério da Educação, a programas de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, a partir de 2019.

Estratégia 7.24. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, a partir de 2019.

META 8 – ESCOLARIDADE MÉDIA

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estratégia 8.1. Garantir e ampliar gradativamente a oferta pública e gratuita de Educação de Jovens e Adultos, equivalente ao Ensino Fundamental e Médio presencial, para a população a partir de 15 anos, que não tenha atingido esses níveis de escolaridade, de modo a universalizar a oferta até 2020, promovendo parceria com acompanhamento pontual dos órgãos que controlam os alunos em condição de liberdade assistida.

Estratégia 8.2. Estabelecer parceria com a Administração Pública e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação com a intenção de realizar um diagnóstico do panorama real de analfabetismo da população municipal de modo com que esse censo não se limite apenas ao âmbito escolar, devendo ocorrer, a cada dois anos, a partir de 2020.

Estratégia 8.3. Construir um instrumento que demonstre o diagnóstico dos alunos em relação as aprendizagens voltadas a alfabetização, leitura, escrita, cálculo, a partir de 2019, para fins de avaliação e acompanhamento das aprendizagens em sala de aula, além do processo de reclassificação e classificação.



Estratégia 8.4. Mapear, a cada dois anos, a demanda social por EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA, com articulação dos mecanismos de diálogo intersetorial, a partir de 2020.

Estratégia 8.5. Distribuir a oferta de vagas nos períodos diurno e noturno, de acordo com a demanda, a partir de 2016.

Estratégia 8.6. Estabelecer e fortalecer as parcerias com as empresas, a partir de 2016, para a implantação e/ou manutenção de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários, conforme demanda existente.

Estratégia 8.7. Construir políticas e estratégias de ações que assegurem o direito ao acesso e à permanência do aluno da EJA na escola, através de mecanismos preventivos à evasão, bem como de atenção aos evadidos das escolas do ensino regular, a partir de 2019.

Estratégia 8.8. Promover, anualmente, desde o início da vigência do plano, a divulgação ampla da oferta de vagas, através das diversas formas de comunicação disponíveis, a partir de parcerias entre escolas, Secretaria de Educação e Administração Pública.

Estratégia 8.9. Articular, a partir de 2016, as políticas de educação de jovens e adultos, com outras áreas como saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede, considerando a responsabilidade da Secretaria de Educação por esse processo.

Estratégia 8.10. Acompanhar a execução das diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação relativas à EJA, de competência da União, do Estado de São Paulo e do Município, desde o início da vigência do plano.

Estratégia 8.11. Possibilitar a contratação de professores concursados, que tenham interesse em lecionar na EJA, para evitar a falta de professores e, conseqüentemente, a evasão a partir de 2016.

Estratégia 8.12. Instalar no município, Centro de Referência de EJA para atendimento em todos os períodos e em local coerente com a demanda diagnosticada, no qual terá disponibilizado recursos de multimídia, biblioteca e sala de informática, para funcionamento exclusivo da EJA, oportunizando a permanência dos alunos trabalhadores em empresas com rodízio de turnos, sem prejuízo em manter a oferta do período noturno já existente, até o final da vigência do plano.

Estratégia 8.13. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiólogos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de EJA, desde o início da vigência do plano.

META 9 – ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS.

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 94% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 60% a taxa de analfabetismo funcional.



Estratégia 9.1. Criar programas, visando a alfabetizar jovens, adultos, de modo a reduzir a taxa de analfabetismo para índices abaixo de 1%, até 2025.

Estratégia 9.2. Estabelecer parcerias com as demais secretarias, indústria, serviços e comércios locais, realizar pesquisa de necessidades, para a reformulação da educação de jovens e adultos (EJA), considerando as especificidades didáticas, os horários, locais e profissionais capacitados para exercer essa modalidade de ensino, a partir de 2020.

Estratégia 9.3. Garantir que a administração pública assegure gradativamente, o fornecimento de material didático-pedagógico aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura, a partir da vigência do plano.

Estratégia 9.4. Garantir e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente durante o ano letivo, garantindo entre as unidades momentos de compartilhamento de experiências e práticas entre os profissionais, a partir de 2019.

Estratégia 9.5. Proporcionar aos alunos da EJA, a partir de 2019, o acesso e uso de equipamentos culturais e de lazer, esportivos, além da oferta em contra turno das aulas de Educação Física, acesso aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse.

Estratégia 9.6 Realizar encontros e eventos de trocas de experiências entre os professores da EJA, bimestralmente, a partir de 2019.

Estratégia 9.7. Garantir o trabalho pautado em um currículo adequado e diversificado para o ensino voltado as necessidades e demandas do mundo contemporâneo do adulto, a partir de 2019.

Estratégia 9.8. Realizar, anualmente, a partir da vigência deste plano, avaliações específicas que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade.

Estratégia 9.9. Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as), a partir de 2019.

Estratégia 9.10. Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, favorecendo a efetiva inclusão social e produtiva dessa população, a partir de 2021.

Estratégia 9.11. Transformar os dados coletados no diagnóstico da Leitura de Mundo realizado com os alunos em relatório obrigatório a ser disponibilizado para a unidade escolar e Secretaria de Educação.

META 10 – EJA INTEGRADA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégia 10.1. Celebrar parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação e Secretaria de Educação, com o objetivo de oferecer a EJA, associada com a



Educação Profissionalizante, de modo a contemplar gradativamente, até o término da vigência desse plano, 50% das matrículas.

Estratégia 10.2. Fomentar a integração da EJA com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, a partir de 2020.

Estratégia 10.3. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio de acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, a partir de 2020.

META 11 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Estratégia 11.1. Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, a partir de 2020.

Estratégia 11.2. Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privada, a partir da vigência do plano.

Estratégia 11.3. Proporcionar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a partir da vigência do plano.

Estratégia 11.4. Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, a partir da vigência do plano.

META 12 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 anos (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade de oferta.

Estratégia 12.1. Monitorar a quantidade de matrículas dos cursos de ensino superior em funcionamento no município, bem como os cursos oferecidos, a partir da vigência do plano.

Estratégia 12.2. Estimular o ingresso dos alunos do Ensino Médio nos cursos de ensino superior, a partir da vigência do plano.

META 13 - TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Elevar no município a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores até o final da vigência deste plano.

Estratégia 13.1. Realizar o levantamento de docentes de cursos superiores com mestrado e doutorado residentes no município de forma a contribuir com o levantamento a ser realizado em âmbito nacional, a partir da vigência do plano.



META 14 - PÓS-GRADUAÇÃO

Elevar, incentivar, estimular e acompanhar no Município o cumprimento da meta nacional: elevar em 10%, gradativamente, o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a ampliar a titulação de mestres e doutores.

Estratégia 14.1. Incentivar a formação de professores no município, em nível de pós-graduação *stricto sensu* de forma a contribuir com a ampliação dos índices de mestres e doutores na educação, a partir da vigência do plano.

META 15 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégia 15.1. Garantir no edital de concurso público e/ou processo seletivo a exigência de formação em curso superior na área de atuação do professor de forma a atender a legislação vigente, a partir da vigência do plano.

Estratégia 15.2. Incentivar os professores que ainda não possuem formação em nível superior na área em que atuam a buscar por essa formação, a partir da vigência do plano.

META 16 - FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

Qualificar e garantir a todos os profissionais da educação básica em sua área de atuação a formação continuada para melhorar os resultados de aprendizagens dos alunos, considerando também as demandas do sistema de ensino e formar, em nível de pós-graduação, 80% dos professores da educação básica até o último ano de vigência deste PME.

Estratégia 16.1. Garantir que os espaços de formação continuada sejam prioritariamente lugar de estudos, reflexões e troca de experiências, voltados ao fazer pedagógico, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, a partir da vigência do plano.

Estratégia 16.2. Garantir cursos de formação pela rede para todos os professores, especialmente aos iniciantes e aos PAEBs (Professor Adjunto de Educação Básica). Além de garantir a oferta de cursos de formação em serviço para os demais profissionais da educação, mediante necessidade/demanda, a partir da vigência do plano.

Estratégia 16.3. Assegurar as condições de participação dos profissionais do magistério em cursos de pós-graduação, tanto lato sensu quanto stricto sensu, dentro do seu campo de atuação, a partir da vigência do plano.

Estratégia 16.4. Estimular a oferta de cursos de pós-graduação, até o último ano de vigência deste PME, de forma a garantir que 80% dos professores da educação básica sejam formados em nível de pós-graduação, alcançando a meta.



Estratégia 16.5. Garantir, a partir do ano letivo de 2019, semestralmente, um dia não letivo no calendário escolar para reflexão e formação na unidade escolar para todos os envolvidos no Projeto Político Pedagógico.

Estratégia 16.6. Promover a formação continuada dos profissionais que atuam na educação básica de forma a atender 100% dos diretores de escola, assistentes de direção e assessores pedagógicos para que se tornem protagonistas da formação dos professores e funcionários, a partir do início da vigência do plano.

Estratégia 16.7. Implantar, no prazo de cinco anos de vigência desta lei, a política municipal de um programa de formação continuada dos profissionais da educação, de outros segmentos que não os do quadro do magistério, em colaboração com Estado e União.

Estratégia 16.8. Implementar um portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, a partir de 2019.

META 17- VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ampliar o patamar de valorização dos(as) profissionais da rede pública de educação básica de forma a garantir um plano de carreira consistente, formação inicial e continuada, cuidado em saúde e condições dignas de trabalho até o final do oitavo ano de vigência deste PME.

Estratégia 17.1. Incentivar a participação dos professores e outros profissionais da educação em diferentes concursos em âmbito nacional, estadual e municipal implantando no município estratégias de valorização de boas práticas, a partir da vigência do plano.

Estratégia 17.2. Garantir critérios mais rigorosos na formulação das provas de concursos públicos e processos seletivos para ingresso de professores (redação, conhecimentos gerais e locais, didática, leitura, conhecimentos matemáticos e legislação) de forma a assegurar a qualidade dos processos educativos. No caso dos professores especialistas, as provas de concurso público e processo seletivo devem ser, também, em conformidade na sua área de atuação, a partir de 2019.

Estratégia 17.3. Promover discussão para que a complementação da jornada diária dos alunos da Educação Infantil parcial para 4h se dê com alteração da jornada de trabalho do professor titular da sala, a partir de 2019.

Estratégia 17.4. Garantir investimento permanente na ampliação e qualidade dos materiais de apoio para todos os profissionais, principalmente os pedagógicos, por exemplo: compra de mobiliários adequados, ampliação de acervo de livros, jogos, brinquedos, programas de computador, compra e manutenção dos computadores, manutenção dos equipamentos de som e mídias etc., a partir da vigência do plano.

Estratégia 17.5. Garantir a partir de 2017, a adequação do número de crianças por sala, conforme Regimento Comum das Escolas Municipais e Lei Complementar 101, que dispõe sobre o código de obras do município de Cajamar, o qual cita no art. 124, inciso IV.



Estratégia 17.6. Garantir um professor por período na creche, respeitando os indicadores de qualidade da Educação Infantil – MEC, a partir da vigência do plano.

Estratégia 17.7. Assegurar se necessário, que haja um cuidador para os alunos com deficiência, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 157/2016. Havendo demanda superior a quantidade de cuidadores efetivos, ofertar contrato terceirizado para Cuidador Educacional qualificado a fim de que atenda às necessidades do aluno com deficiência em todas as modalidades de ensino até 2019.

Estratégia 17.8. Assegurar que as funções designadas dos profissionais do magistério se deem por meio de apresentação de projetos na Secretaria de Educação e apresentação oral para banca examinadora, tanto na Secretaria de Educação, quanto nas escolas, a partir de 2020.

Estratégia 17.9. Possibilitar, a partir de 2017, dois assessores pedagógicos para escolas com mais de trinta classes e mais de um segmento.

Estratégia 17.10. Incentivar e assegurar a participação dos profissionais da educação em momentos culturais e artísticos, como teatro, cinema etc., a partir de 2019.

Estratégia 17.11. Possibilitar parcerias com empresas da cidade com o objetivo de valorizar os profissionais da educação, buscando a melhoria dos resultados de aprendizagens, parcerias visando à melhoria da infraestrutura da escola com materiais, projetos, revitalização dos espaços e incentivos culturais, desde o início de vigência do plano.

Estratégia 17.12. Garantir a todos os profissionais da educação docentes e não docentes o acompanhamento preventivo e periódico do médico do trabalho para uma qualidade adequada de saúde laboral, a partir de 2020.

Estratégia 17.13. Garantir e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente durante o ano letivo de forma a garantir entre as unidades momentos de compartilhamento de experiências e práticas entre os profissionais.

META 18 – PLANO DE CARGO E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Assegurar, a cada 5 (cinco) anos, a revisão do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério Público dos(as) professores da educação básica e, para o Plano de Carreira dos(as) demais profissionais da educação, garantir a elaboração e aprovação.

Estratégia 18.1. Solicitar, junto ao Poder Executivo, a ampliação de cargos de professores adjuntos de educação básica concursados, a partir da vigência do plano.

Estratégia 18.2. Garantir gradativamente, a partir do 2º semestre de 2016, o Professor Adjunto de Educação Básica em todas as unidades, de acordo com as modalidades de ensino e quantidade de salas de aula.

Estratégia 18.3. Assegurar no prazo de dois anos a construção de forma democrática dos Planos de Cargos e Carreira para os demais Profissionais da Educação, com apoio do poder público municipal à mobilização de cada categoria interessada em construir o plano.

Zuleide Aguiar
prof. J. J.



Estratégia 18.4. Revisar o Plano de Cargos e Carreira do Magistério no primeiro semestre de 2016 e, a partir deste ano, a cada três anos, mantendo a participação representativa de todos os profissionais do magistério, por meio de inscrição.

Estratégia 18.5. Instituir uma comissão permanente de profissionais de educação para revisão e/ou elaboração do Plano de Cargo e Carreira do Magistério, a partir de 2019.

Estratégia 18.6. Garantir por meio de ampla participação dos profissionais da educação, a revisão do Plano de Carreira do Magistério e outras legislações a ele relacionadas, a partir da vigência do plano.

Estratégia 18.7. Assegurar, na revisão do Plano de Cargo e Carreira, investimentos, valorização e critérios de mérito profissional, por meio do reconhecimento dos resultados de aprendizagens nas instituições de ensino da rede, com base nas avaliações externas e internas, a partir da vigência do plano.

Estratégia 18.8. Sistematizar e ampliar critérios do processo de avaliação de todos os profissionais da educação, para ingresso e permanência, tanto dos efetivos quanto dos designados, a partir do 2º. semestre de 2016.

Estratégia 18.9. Atribuir aos profissionais selecionados para trabalhar na Educação Integral o regime de dedicação exclusiva e que a remuneração seja de 75% (setenta e cinco por cento) a mais que a remuneração do cargo, a partir da implantação da educação integral no município.

Estratégia 18.10. Garantir o ingresso de profissionais da educação, titulares de cargo nas funções de assistente de direção, assessor pedagógico, assistente pedagógico e supervisor de ensino por meio de apresentação de projetos e a permanência nas referidas funções, através de avaliação bial realizada por comissão formada por gestores e professores, a partir de 2019.

Estratégia 18.11. Manter a estruturação da rede municipal de educação básica de modo que, até o final do segundo ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério (professores e diretores de escola) e 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo, de acordo com a Lei Complementar nº 132/2011 e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

Estratégia 18.12. Garantir, a partir de 2017, a adequação da carga horária de trabalho dos professores de Educação Infantil Parcial, para o cumprimento do estabelecido pela Lei nº 12.726 de abril de 2013, que amplia a jornada de, no mínimo, 4h diárias para o turno parcial.

Estratégia 18.13. Promover durante as discussões da revisão do Plano de Carreira as possibilidades legais para incluir as professoras do Atendimento Educacional Especializado e as psicopedagogas no referido plano, até o final de 2019.

Estratégia 18.14. Promover durante as discussões da revisão do Plano de Carreira a possibilidade de alteração e ampliação da carga horária de acúmulo, até 2019.



Estratégia 18.15. Promover discussões no decorrer da revisão do Plano de Cargos de Carreira do Magistério para assegurar a paridade da base salarial dos professores no exercício das funções de Assessor Pedagógico, Assistente de Direção, Assistente Pedagógico e Supervisor de Ensino, com base na jornada integral de 45h/a, a partir de 2019.

Estratégia 18.16. Garantir a abertura do processo de seleção para as funções de Assistente de Direção, Assessor Pedagógico, Assistente Pedagógico e Supervisor de Ensino, a cada dois anos ou sempre que houver vaga disponível.

Estratégia 18.17. Discutir a possibilidade de viabilizar o estudo para cargo de professores na EJA e/ou viabilizar estudos para que a atribuição na EJA se dê para professores efetivos, de modo a evitar que o quadro seja formado apenas por professores temporários garantindo, assim, a formação continuada, a partir de 2020.

META 19 – GESTÃO DEMOCRÁTICA

Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos, a partir do início da vigência do plano.

Estratégia 19.1. Garantir condições estruturais e orçamentárias para que o Fórum Municipal de Educação desenvolva seu papel de monitorar e avaliar o PME, além de coordenar as Conferências Municipais, a partir de 2019.

Estratégia 19.2. Ampliar os programas de apoio, formação e parcerias com os colegiados municipais, possibilitando condições de acompanhamento das políticas educacionais e garantir recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, a partir do início do plano.

Estratégia 19.3. Fortalecer parcerias entre a Secretaria de Educação, escolas e Conselho Tutelar de forma a atender as demandas e as especificidades das crianças em situações de vulnerabilidade social, a partir do início do plano.

Estratégia 19.4. Garantir um Assistente Pedagógico de Educação Infantil para atuar na Secretaria de Educação junto às escolas no processo de formação e acompanhamento do trabalho pedagógico, a partir de 2019.

Estratégia 19.5. Possibilitar momentos de discussão a fim de que se reflita a necessidade de vincular a inscrição para a eleição do conselho tutelar ao acompanhamento e participação do mesmo no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), a partir de 2019.

Estratégia 19.6. Estimular em todas as escolas de educação básica a constituição e/ou fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados de funcionamento nas escolas, fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações, a partir do início do plano.



Estratégia 19.7. Promover a efetiva participação de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos Projetos Político Pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e normas de gestão e convivência, assegurando a participação da comunidade, a partir do início do plano.

Estratégia 19.8. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino com a participação da comunidade, a partir do início do plano.

Estratégia 19.9. Garantir a participação e acompanhamento dos gestores e colegiados escolares na elaboração dos projetos arquitetônicos de construção reforma e ampliação dos espaços escolares, a partir de 2019.

META 20 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Garantir, com investimento adequado, realização de parcerias e colaboração do Estado e da União, nos termos da legislação, a efetivação das metas deste Plano Municipal de Educação, no sentido de fazer avançar a educação, não apenas no âmbito da rede municipal, mas de todo o município e ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 28% no quinto ano de vigência desta lei e, 30% ao final do decênio.

Estratégia 20.1. Concluir, no ano de 2016, as construções, ampliações e reformas das escolas já iniciadas.

Estratégia 20.2. Construir, em regime de colaboração com a União e o Estado, escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, ao longo da vigência deste Plano, considerando o estudo de dados dos locais no município em que estão havendo maior índice populacional em articulação aos números estabelecidos pela projeção populacional, em cada faixa etária, respeitadas as normas de acessibilidade e critérios de sustentabilidade.

Estratégia 20.3. Regularizar a destinação de verba mensal às escolas Municipais para despesas miúdas de pronto atendimento, sob o acompanhamento da utilização de recursos pelo Conselho de Escola, a partir de 2016.

Estratégia 20.4. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, com vistas a atender as demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional, a partir da vigência do plano.

Estratégia 20.5. Efetivar os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, FME, CME, CAE, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual de Educação e os tribunais de contas do Município, a partir da vigência do plano.

Estratégia 20.6. Transformar a Diretoria de Educação em Secretaria Municipal de Educação, conforme prevê a LDB, a partir de 2020.

Estratégia 20.7. Ampliar ou reestruturar as escolas, já em 2016, no que se refere ao espaço físico e o trabalho pedagógico, realocando os alunos do 1º ano, que estão nas escolas de educação infantil para o ensino fundamental.



Estratégia 20.8. Prever e planejar a manutenção das escolas, periodicamente, de forma a articular essa demanda ao planejamento orçamentário do município.

Estratégia 20.9. Mobilizar a participação dos profissionais da educação docentes e não docentes nas construções das diretrizes orçamentárias do município prevista em Audiências Públicas, a partir de 2019.

Estratégia 20.10. Fortalecer os colegiados municipais responsáveis por acompanhar construções, reformas e/ou ampliações de escolas para que cobrem o cumprimento do prazo estabelecido para entrega e/ou ampliação de obras, desde a vigência do plano.

Estratégia 20.11. Empoderar os colegiados municipais para que planejem e realizem, intensivamente, um acompanhamento pontual das construções de unidades escolares objetivando o cumprimento do prazo estabelecido para entrega da obra, bem como a qualidade dos materiais utilizados.

Estratégia 20.12. Discutir a possibilidade da implantação de um departamento inter setorial visando buscar apoio financeiro para projetos relacionados à melhoria educacional, principalmente com as indústrias que causam impacto ambiental.

Zelinda Baur
Paulo